



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

RODRIGO SANTOS COSTA

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A
VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA:
ESTUDO DE CASO DAS COMPRAS REALIZADAS PELA 6ª
REGIÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Salvador
2025

RODRIGO SANTOS COSTA

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A
VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA:
ESTUDO DE CASO DAS COMPRAS REALIZADAS PELA 6ª
REGIÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração Acadêmico (PPGA) da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Moura Benevides

Salvador
2025

Escola de Administração – UFBA

C837 Costa, Rodrigo Santos.

O programa de aquisição de alimentos (PAA) e a valorização da agricultura familiar na Bahia: estudo de caso das compras realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro. / Rodrigo Santos Costa. – 2025.

197 f.: il.

Orientador: Prof.^a. Dr.^a. Tânia Moura Benevides.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2025.

1. Agricultura familiar – Política governamental – Bahia. 2. Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil). 3. Segurança alimentar. 4. Brasil. Exército. Região Militar, 6. 5. Abastecimento de alimentos. 6. Desenvolvimento rural. 7. Economia agrícola. 8. Política pública – Agricultura. I. Universidade Federal da Bahia. II. Título.

CDD – 338.1881

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (NPGA), realizada em 11/04/2025 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado EM ADMINISTRAÇÃO no. 3, área de concentração ADMINISTRAÇÃO, do candidato RODRIGO SANTOS COSTA, de matrícula 2023105910, intitulada O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA: ESTUDO DE CASO DAS COMPRAS REALIZADAS PELA 6ª REGIÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Às 14:00 do citado dia, na Escola de Administração, sala 12, foi aberta a sessão pela presidente da banca examinadora Profª. Dra. TANIA MOURA BENEVIDES que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. RENATA ALVAREZ ROSSI e Profª. Dra. LIDIA BOAVENTURA PIMENTA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pela presidente que passou a palavra ao examinado para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora Aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.


Dra. LIDIA BOAVENTURA PIMENTA, UNEB
Examinadora Externa à Instituição


Dra. RENATA ALVAREZ ROSSI, UFBA
Examinadora Interna


Dra. TÂNIA MOURA BENEVIDES, UFBA
Presidente


RODRIGO SANTOS COSTA
Mestrando

Dedico este trabalho à minha amada
família, meus maiores tesouros e fonte
inesgotável de amor e apoio.

AGRADECIMENTOS

O itinerário que desemboca na realização desta dissertação foi marcado por muitos desafios, aprendizados e momentos de superação, e eu não poderia deixar de demonstrar minha gratidão a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para sua conclusão.

Primeiramente, agradeço a Deus, pela força, inspiração e proteção que me sustentaram em cada etapa deste trabalho e na obtenção desta linda oportunidade. Foi na fé que encontrei o alento para persistir e acreditar que seria possível essa realização, mesmo diante das adversidades.

À minha orientadora, Tânia Moura Benevides, expresso minha mais profunda gratidão. Sua orientação sábia, desde os primeiros passos dessa jornada acadêmica, e confiança, típica dos líderes natos, no meu caminhar foram fundamentais para que esta MISSÃO fosse alcançada com a qualidade que tanto persegui. Obrigado por acreditar em mim e por compartilhar seu vasto conhecimento e principalmente por ser um exemplo de como resolver as coisas na “*VIBE DO SURFE*”, guiando-me com muita naturalidade e leveza.

Aos meus amores, minha família, dedico este trabalho com todo o carinho. À Juliana, Julia, Miguel, Cacau, Caju e Caqui, pela base sólida de amor e apoio incondicional que sempre encontrei em vocês. Obrigado por acreditarem em mim e por estarem presentes em cada momento, seja celebrando as conquistas ou me apoiando nas dificuldades. Vocês são meu alicerce e minha maior MISSÃO NA TERRA.

Aos amigos da MELHOR TURMA DA UFBA (2023) que me acompanharam nesta jornada, meu muito obrigado. Suas palavras de incentivo, conversas inteligentes, acolhedoras e descontraídas foram fundamentais.

Aos meus Comandantes, General de Exército Moura, Coronel Costa Neto e Coronel Sodré, obrigado pela confiança, pelo entendimento da minha demanda de estudo e aperfeiçoamento técnico-profissional e por serem parte fundamental para o cumprimento desta MISSÃO.

Aos participantes da pesquisa, minha sincera gratidão por se disporem a contribuir com este estudo, compartilhando suas experiências e perspectivas. Sem vocês, este trabalho não seria possível.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória, seja com palavras de apoio, gestos de carinho ou simplesmente com a energia positiva transmitida. A todos, deixo minha gratidão eterna.

“É tanta qualidade que exigem para dar
emprego, que não conheço um patrão
com condições de ser empregado”

Ariano Suassuna

COSTA, Rodrigo Santos. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a valorização da agricultura familiar na Bahia: estudo de caso das compras realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro**. 2025. Orientadora: Tânia Moura Benevides. 197 f. il. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

A presente dissertação configura-se como um estudo de caso que aborda as aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar (AF) na 6ª Região Militar (6ª RM) do Exército Brasileiro (EB), situada no estado da Bahia (BA). Analisando a política pública de desenvolvimento da AF que ganha relevância, em 1995, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e com o Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, determinando que o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares é de, pelo menos, 30% (trinta por cento). Com base nessa determinação, o presente estudo teve por objetivo investigar os principais desafios e oportunidades enfrentados pelos agricultores familiares na obtenção e manutenção de contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro (6ª Região Militar), analisando os fatores que influenciam sua participação e propondo estratégias para ampliar a inserção desses produtores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em relação ao percurso metodológico essa dissertação parte da análise da legislação e de uma investigação exploratória detalhada da relação entre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a 6ª RM, considerando os desafios e oportunidades na aquisição de produtos da agricultura familiar. Observou-se a baixa efetividade do programa, evidenciada pelo baixo percentual de aquisições realizadas pela 6ª RM (1,07% entre 2018 e 2024), apesar do potencial da agricultura familiar na Bahia. O estudo demonstra que, embora o Exército reconheça o papel social do PAA e a qualidade dos produtos adquiridos, diversos desafios dificultam a ampliação dessas compras, tais como barreiras logísticas, dificuldades de comunicação, falta de estrutura organizacional dos fornecedores e a discrepância entre os preços dos itens da agricultura familiar e os valores praticados em pregões convencionais.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Pronaf. PAA. Política Pública.

COSTA, Rodrigo Santos. **The Food Acquisition Program (PAA) and the valorization of family farming in Bahia: a case study of purchases made by the 6th Military Region of the Brazilian Army.** 2025. Advisor: Tânia Moura Benevides. 197 f. il. Dissertation (Master's Degree in Administration) – School of Administration of the Federal University of Bahia, Salvador, 2025.

ABSTRACT

This dissertation is a case study that addresses the acquisition of foodstuffs from family farming (FA) in the 6th Military Region (6th RM) of the Brazilian Army (EB), located in the state of Bahia (BA). Analyzing the public policy for the development of PS that gained relevance in 1995 with the creation of the National Program for the Strengthening of Family Agriculture (Pronaf) and with Decree No. 8,473, of June 22, 2015, determining that the minimum percentage to be observed by the bodies and entities of the direct, autarchic and foundational Federal Public Administration for the acquisition of foodstuffs from family farmers is, at least 30% (thirty percent). Based on this determination, the present study aimed to investigate the main challenges and opportunities faced by family farmers in obtaining and maintaining supply contracts with the Brazilian Army (6th Military Region), analyzing the factors that influence their participation and proposing strategies to expand the insertion of these producers in the Food Acquisition Program (PAA). Regarding the methodological path, this dissertation starts from the analysis of the legislation and a detailed exploratory investigation of the relationship between the Food Acquisition Program (PAA) and the 6th RM, considering the challenges and opportunities in the acquisition of products from family farming. The low effectiveness of the program was observed, evidenced by the low percentage of acquisitions made by the 6th RM (1.07% between 2018 and 2024), despite the potential of family farming in Bahia. The study shows that, although the Army recognizes the social role of the PAA and the quality of the products purchased, several challenges make it difficult to expand these purchases, such as logistical barriers, communication difficulties, lack of organizational structure of suppliers, and the discrepancy between the prices of family farming items and the values practiced in conventional auctions.

Keywords: Family farming. Pronaf. PAA. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo de política pública de Jones -1970.....	39
Figura 2 – Ciclo de política pública de Lasswell - 1971.....	40
Figura 3 – Ciclo de política pública de Anderson - 2011.....	41
Figura 4 – Ciclo de política pública de Brewer e DeLeon - 1983.....	42
Figura 5 – Ciclo de política pública de Knoepfel <i>et al.</i> - 2011.....	42
Figura 6 – Ciclo de política pública de Ripley - 1985.....	43
Figura 7 – Processos de Formação de Políticas Públicas.....	44
Figura 8 – Ciclo estratégico de política.....	45
Figura 9 – Representação numérica de estabelecimentos agrícolas.....	55
Figura 10 – Representação numérica dos estabelecimentos agrícolas em hectares.....	56
Figura 11 – Regionalização dos estabelecimentos agrícolas da AF.....	56
Figura 12 – Regionalização dos estabelecimentos agrícolas da AF em hectares.....	57
Figura 13 – Principais grupos de atores atuantes na construção dos referenciais de política pública para agricultura familiar ao longo dos anos.....	61
Figura 14 – Resumo da busca e formação da plataforma teórica.....	69
Figura 15 – Processo do estudo de caso.....	71
Figura 16 – Resumo da modalidade Compra institucional no contexto do Exército Brasileiro.....	88
Figura 17 – Extrato do CATÁLOGO DE ALIMENTOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EB40-C-30.403.....	90
Figura 18 – Extrato do CATÁLOGO DE ALIMENTOS COMPLEMENTARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EB40-C-30.405.....	91
Figura 19 – Área de responsabilidade das 12 (doze) Regiões Militares do Exército Brasileiro envolvidas nas aquisições dos itens da agricultura familiar.....	93
Figura 20 – Resumo da execução da Chamada Pública da Agricultura Familiar para itens do QS.....	94
Figura 21 – Atores do Exército Brasileiro envolvidos na análise dos itens do QS.....	95
Figura 22 – Resumo da execução da Chamada Pública da Agricultura Familiar para itens do QR.....	97
Figura 23 – Representação da execução de compras da agricultura familiar entre os anos de 2018 e 2024.....	102
Figura 24 – Quadro analítico da entrevista com o representante da SALC da 6ª Região Militar.....	103
Figura 25 – Desafios e problemas apresentados pelo Escalão Logístico da 6ª RM.....	106
Figura 26 – Desafios e problemas apresentados nos questionários dos Setores de Aproveitamento.....	107

Figura 27 – Impactos e benefícios apresentados nos questionários dos Setores de Aprovisionamento.....	109
Figura 28 – Sugestões de melhorias apresentadas nos questionários dos Setores de Aprovisionamento.....	111
Figura 29 – Organograma da Conab.....	115
Figura 30 – Organograma da Dipai.....	116
Figura 31 – Organograma da Presidência da Conab.....	117
Figura 32 – Organograma das Superintendências Regionais TIPO I.....	118
Figura 33 – Aspectos apontados pelo representante do Sepab.....	119
Figura 34 – Aspectos apontados pelo representante da Gedes.....	121
Figura 35 – Aspectos apontados pelo representante da CAR	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número e área dos estabelecimentos agrários no Nordeste.....	57
Tabela 2 – Principais produtos agrícolas do Nordeste em 2021.....	58
Tabela 3 – Comparação de número de estabelecimentos agrários, entre os estados do Nordeste.....	58
Tabela 4 – Comparação da área dos estabelecimentos agrários, entre os estados do Nordeste.....	59
Tabela 5 – Comparação das organizações participantes das Chamadas Públicas do QS com número de empreendimentos cadastrados no Portal de Compras da Agricultura Familiar do Ministério da Cidadania por Unidade da Federação e com o percentual de aquisições da agricultura familiar em 2019.....	86
Tabela 6 – Valores empenhados pela 6ª RM no Quantitativo de Subsistência (QS) em fornecedores oriundos dos pregões do Sistema de Registro de Preços.....	99
Tabela 7 – Valores empenhados pela 6ª RM no Quantitativo de Rancho (QR) em fornecedores oriundos dos pregões do Sistema de Registro de Preços.....	100
Tabela 8 – Valores totais empenhados em gêneros alimentícios pela 6ª RM.....	100
Tabela 9 – Valores empenhados pela 6ª RM em empreendimentos da AF entre os anos de 2018 e 2024.....	101
Tabela 10 – Comparativo de valores dos itens adquiridos na AF e nos pregões.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos de política pública.....	32
Quadro 2 – Tipos de políticas públicas quanto a sua finalidade.....	34
Quadro 3 – Campos de pesquisa em política pública.....	37
Quadro 4 – Caminhos exploratórios dos estudos de política pública.....	37
Quadro 5 – Detalhamento do ciclo Estratégico de política segundo Procopiuck (2013).....	46
Quadro 6 – Processos de políticas públicas.....	49
Quadro 7 – Natureza das políticas públicas.....	46
Quadro 8 – Abordagens para análise de políticas.....	50
Quadro 9 – Evolução do marco legal da política pública para agricultura familiar no Brasil	54
Quadro 10 – Diferenças entre os modelos de compras nas esferas pública e privada.....	63
Quadro 11 – Percurso exploratório na base Web of Science.....	67
Quadro 12 – Percurso exploratório na base SCOPUS.....	68
Quadro 13 – Desenho desenvolvido na pesquisa.....	75
Quadro 14 – Roteiro da análise de documentos.....	76
Quadro 15 – Roteiro da análise de entrevistas.....	77
Quadro 16 – Síntese da fase de entrevistas.....	78
Quadro 17 – Quadro resumo de questionários aplicados.....	79
Quadro 18 – Roteiro de análise dos questionários abertos.....	80
Quadro 19 – Roteiro de análise dos questionários fechados.....	81
Quadro 20 – Atores envolvidos no PAA segundo o Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.....	87
Quadro 21 – Função por tipo de Organização Militar (OM) na cadeia de suprimento Classe I.....	92
Quadro 22 – Organizações Militares(OM) do EB envolvidas nas chamadas públicas da AF na BA.....	98
Quadro 23 – Quadro analítico dos questionários fechados enviados para as SALC das OM da 6ª RM.....	104
Quadro 24 – Itens do QR que fazem parte das aquisições da 6ª RM na agricultura familiar no estado da Bahia.....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
BA	Bahia
B Sup	Batalhão de suprimento
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CGCFEx	Centro de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército
CJU	Consultoria Jurídica da União
Colog	Comando Logístico
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
COS	Centro de Operações de Suprimento
D Abst	Diretoria de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DCEM	Diretoria de Controle de Efetivos e Movimentações
DF	Distrito Federal
DGP	Departamento-Geral do Pessoal
Dipai	Diretoria de Política Agrícola e Informação
D Log	Departamento Logístico
D Subs SA	Depósito de Subsistência de Santo Angelo
D Subs SM	Depósito de Subsistência de Santa Maria
D Sup	Depósito de Suprimento
EAUFBA	Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
EB	Exército Brasileiro
EME	Estado-Maior do Exército
EPP	Empresa de Pequeno Porte
Esc Log	Escalão Logístico

FEBAFES	Feira Baiana de agricultura Familiar e Economia Solidária
FFAA	Forças Armadas
Gedes	Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
Geiaf	Gerência de informação da Agricultura Familiar
Gepaf	Gerência de Programação e Acompanhamento da Agricultura Familiar
GGPAA	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
Gpt Log	Grupamento Logístico
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LIAB	Laboratório de Inspeção e Análise de Alimentos
Mapa	Ministério da Agricultura e Pecuária
ME	Micro empresa
MG	Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NPGA	Núcleo de Pós-Graduação
OM	Organização Militar
OP	Órgão Provedor
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAA-CI	Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa Alimenta Brasil
PDR Log	Plano de Descentralização de Recursos Logísticos
PEVS	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
Planaf	Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PR	Paraná
Pronaf	Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar
QS	Quantitativo de Subsistência
QR	Quantitativo de Rancho
RJ	Rio de Janeiro
RM	Região Militar
RS	Rio Grande do Sul
SALC	Seção de aquisições Licitações e Contratos
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
Sepab	Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
Sisan	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SRP	Sistema de Registro de Preços
Supaf	Superintendência de Agricultura Familiar
Sureg	Superintendência Regional
UF	Unidade da Federação
UG	Unidade Gestora
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	29
1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS, HISTÓRICO, CARACTERÍSTICAS E APLICAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	29
1.2 AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, NO NORDESTE E NA BAHIA.....	52
1.3 COMPRAS INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	62
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	67
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	82
3.1 COMPRAS INSTITUCIONAIS E SEU CONTEXTO NO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	82
3.1.1 Aquisições de itens de subsistência na 6ª Região Militar.....	99
3.1.2 A percepção dos órgãos responsáveis pelas aquisições de itens de subsistência na 6ª Região Militar em relação a contratação de aquisições oriundas da Agricultura Familiar	103
3.2 O PAA NO ESTADO DA BAHIA.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista do Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento da Superintendência Regional da Bahia (Sureg – BA) da Conab.....	147
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista da Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico (Gedes) da Superintendência Regional da Bahia (Sureg – BA) da Conab.....	148
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista da Seção de Aquisições Licitações e Contratos da 6ª Região Militar.....	149
APÊNDICE D – Questionário de eficiência para responsáveis pela celebração dos contratos(SALC) nas OM da 6ª RM.....	150
APÊNDICE E – Questionário aberto para responsáveis pelo recebimento (Setor de Aprovisionamento) dos itens da AF nas OM da 6ª RM.....	151
APÊNDICE F – Questionário aberto para o Escalão Logístico da 6ª RM responsável pela aquisição dos itens do QS oriundos da AF.....	153
APÊNDICE G – Questionário aberto para OM responsável pela coordenação das Chamadas Públicas da AF na 6ª RM.....	155
APÊNDICE H – Questionário aberto para OM responsável pelo recebimento (Centro de Operações de suprimentos) dos itens do QS oriundos da AF.....	156
APÊNDICE I – Questionário aberto para integrante da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).....	158
APÊNDICE J – Modelo do Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido.....	159

APÊNDICE K – Transcrição da entrevista do Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento da Superintendência Regional da Bahia (Sureg – BA) da Conab.....	160
APÊNDICE L – Transcrição da entrevista da Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico (Gedes) da Superintendência Regional da Bahia (Sureg – BA) da Conab.....	165
APÊNDICE M – Transcrição da entrevista da Seção de Aquisições Licitações e Contratos da 6ª Região Militar.....	172
APÊNDICE N – Transcrição da resposta ao questionário aberto enviado ao representante da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).....	173
APÊNDICE O – Questionário misto enviado aos empreendimentos da AF na Bahia.....	175
APÊNDICE P – Relação de organizações produtivas da agricultura familiar na Bahia.....	177
APÊNDICE Q – Relação de itens do QR de interesse do Exército Brasileiro.....	184
APÊNDICE R – Cooperativas pertencentes ao catálogo de produtos da agricultura familiar	189
APÊNDICE S – Impactos do trabalho de pesquisa.....	195

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Agricultura Familiar (AF) desempenha um papel fundamental na produção de alimentos e no desenvolvimento econômico e social de diversas regiões do país (Silva, 2018). Sua relevância é evidenciada nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, que mostram que a maioria das unidades produtivas do país pertence a esse segmento. Além disso, a agricultura familiar é responsável por gerar empregos em atividades agropecuárias, artesanais e agroindustriais, tanto no campo quanto na cidade (IBGE, 2022). Também possui um papel importante para a segurança alimentar nacional, pois colabora “[...] com o consumo interno e alimentar das cadeias locais e regionais de produção e distribuição de alimentos e derivados” (IBGE, 2020, p. 292).

A AF, até a década de 1990, recebia diferentes denominações, a saber: “pequena produção”, “agricultura de subsistência”, “produtor de baixa renda” ou ainda “pobres do campo” (Abramovay, 1997; Schneider; Cassol, 2014; Wanderley, 2017 *apud* IBGE, 2020). A partir dos anos de 1990 a expressão “Agricultura Familiar” passou a substituir essas diferentes terminologias ganhando projeção nacional. Três aspectos colaboraram para essa transformação: a contestação dos intelectuais que evidenciaram, através de pesquisas, as limitações dos termos até então utilizados; a retomada da importância dos movimentos sociais e sindicais no contexto da redemocratização, viabilizando que organizações camponesas obtivessem maior articulação e modernização de seus discursos e propostas; e o papel do Estado, elaborando políticas públicas para o setor agropecuário, destacando-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Grisa; Schneider, 2014; IBGE, 2020).

Ainda segundo Grisa e Schneider (2014), a história da AF no Brasil foi marcada pela exclusão social e pela falta de políticas de desenvolvimento por muitos anos. Entretanto, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, novas oportunidades de participação e reconhecimento foram surgindo, levando à criação de iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, e o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, em 1999. A regulamentação da Lei da Agricultura Familiar, em 2006, foi um passo importante, estabelecendo um marco legal para orientar as ações governamentais voltadas para esse segmento.

Vale ressaltar que a década de 1990 foi marcada por intensas lutas fundiárias, com a

participação destacada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, em ascensão, intensificou os conflitos agrários. Nesse contexto, a política de criação de assentamentos da reforma agrária ganhou projeção nacional. De acordo com o DataLuta (2013), entre 1995 e 1997, os assentamentos chegaram a abranger 92,99 mil famílias de pequenos agricultores. Entretanto, nos anos seguintes, houve um período de instabilidade e queda no número de assentamentos, com retomada do crescimento apenas a partir de 2003, quando o número de famílias assentadas alcançou 104.197. Apesar desse avanço, oscilações continuaram a ocorrer. Desde 2003, o Governo Federal passou a priorizar a qualificação dos assentamentos já estabelecidos, investindo em infraestrutura e melhores condições de produção, em vez da expansão de novos assentamentos (Grisa; Schneider, 2014; Fernandes, 2013; IPEA, 2012; Mattei, 2012).

A trajetória dessas políticas, segundo Grisa e Schneider (2014), foi marcada por reformulações, adaptações e atualizações que aperfeiçoaram sua institucionalidade. Nesse movimento de mudanças, o Pronaf se transformou em uma referência e um ponto de apoio para grande parte das políticas de desenvolvimento rural. Isso fica evidenciado no Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O referido Censo destaca que 76,62% dos estabelecimentos agropecuários que receberam financiamento do governo foram beneficiados pela política pública do Pronaf, ou seja, 320.922 (trezentos e vinte mil, novecentos e vinte e dois) de um total de 418.853 (quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e cinquenta e três) estabelecimentos. Comparando esses dados com o total de estabelecimentos, que é de 5.073.324 (cinco milhões, setenta e três mil, trezentos e vinte e quatro) verifica-se que esta política pública de fortalecimento, apresenta-se com enorme potencial para expansão, atingindo um número maior de produtores individuais, que representam 72,02% dos estabelecimentos (IBGE, 2020).

Essas mudanças fizeram com que pequenos agricultores passassem a contar com o apoio de iniciativas governamentais de aquisição de produtos, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE), para vender o que produziam, assegurando sua sobrevivência (Brasil, 2003).

O Pronaf, o PNAE e o PAA são políticas públicas voltadas para a AF, fundamentadas na necessidade de enfrentar desafios e promover o desenvolvimento desse setor. Nesse sentido, é essencial compreender a política pública como uma diretriz estratégica para solucionar um problema coletivo. Além disso, pode ser definida como um conjunto de programas e ações do Estado que visam enfrentar desafios e aproveitar oportunidades em prol

do interesse coletivo, contribuindo para o fortalecimento de determinado setor ou demanda social (Secchi, 2013; Oliveira; Silva; Lovato, 2014).

A política pública do Pronaf, assim como o PAA, no qual se inclui o Exército Brasileiro, e o PNAE, são consideradas as principais políticas do país vocacionadas para atender a AF. O Pronaf está direcionado ao acesso de crédito rural; e o PAA e o PNAE estão vocacionados para criação de mercados institucionais para compras públicas de produtos oriundos da AF (Santos, 2017; Souza, 2006; Resende, 2020).

A evolução do arcabouço jurídico da política voltada à AF no Brasil, ao longo dos últimos anos, sofreu, e ainda sofre, mudanças consideráveis nas diretrizes e leis que impactam diretamente os pequenos produtores rurais. Desde as primeiras medidas tomadas com o advento da Constituição de 1988, que reconheceu os direitos da AF, até as recentes regulamentações e ações governamentais, que passaram pelos governos dos Presidentes Fernando Henrique com o Decreto nº 1.946/96 e a Medida provisória nº 1.911-12/99, até as atuais normativas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a Lei nº 14.628/23 e o Decreto nº 11.802/23.

Da década 1980 até o ano de 2024, a constante mudança normativa influenciou a estrutura jurídica e institucional desse setor economicamente e socialmente relevante da economia brasileira. Ao analisar essas legislações, torna-se viável compreender melhor a trajetória da AF no país e as alterações significativas que se deram ao longo do tempo (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 1999; Brasil, 2023c; Brasil, 2023d).

As frequentes alterações e atualizações nos marcos legais relativos à política pública da AF podem apresentar um desafio significativo para sua compreensão e aplicação prática, em especial para os próprios beneficiários dessas medidas, os agricultores familiares. A complexidade nas normas pode dificultar a capacidade dos agricultores em compreender plenamente seus direitos, seus deveres e os recursos disponíveis para a AF. Ademais, as mudanças constantes podem gerar incerteza e insegurança jurídica para os agricultores familiares, dificultando a capacidade em planejar suas atividades agrícolas e de acessar, de forma apropriada, os programas e benefícios oferecidos pelo governo. Dessa maneira, torna-se essencial promover uma maior clareza e estabilidade no marco legal da AF, a fim de garantir uma implementação eficiente e uma participação efetiva dos agricultores familiares no desenvolvimento e fortalecimento da própria AF, tornando-a mais eficiente e eficaz.

Quevedo e Silva (2023) abordaram a questão da perda e desperdício de alimentos no Brasil, destacando o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na redução desses problemas. Eles discutem as contribuições do PAA e suas implicações para a segurança alimentar e nutricional do país, o que fortalece cada vez mais, a necessidade de compreensão dessa política pública.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma iniciativa do governo que tem como objetivo apoiar os pequenos produtores rurais e facilitar o acesso à comida (Ministério da Cidadania, 2022). A recente alteração do programa para Programa Alimenta Brasil, determinada pela Lei nº 14.284/2021, redefine seus propósitos e formatos, com o intuito de fortalecer ainda mais a produção e distribuição de alimentos provenientes da AF (Brasil, 2021b). Entretanto, mesmo com as iniciativas governamentais destinadas a incentivar a AF, diversos produtores rurais enfrentam obstáculos ao tentar comercializar seus produtos para órgãos públicos, em especial para instituições como o Exército Brasileiro (Miranda, 2016). Esses obstáculos podem surgir tanto por questões administrativas, quanto por dificuldades de ordem técnica e logística (Oliveira, 2019).

Diversos obstáculos podem ser enfrentados pelos agricultores familiares ao buscar e manter contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro, tais como: a) trâmites administrativos e papelada: inúmeros trabalhadores rurais pequenos têm dificuldades para atender às exigências burocráticas solicitadas pelos órgãos públicos, como relatórios de produção, selos de qualidade e papelada fiscal (Santos, 2017). A ausência de habilidade gerencial e de disponibilidade de informações apropriadas pode complicar ainda mais esse procedimento; b) produção eficiente: não é todo agricultor familiar que possui a eficiência na produção exigida para suprir as necessidades do Exército Brasileiro, seja em quantidade, qualidade ou variedade de produtos (Pereira, 2015). Restrições ligadas ao tamanho da produção, métodos agrícolas ultrapassados ou falta de capital para investir em melhorias de infraestrutura podem representar desafios significativos; c) logística e transporte: a logística de distribuição dos produtos agrícolas pode ser um obstáculo, principalmente para pequenos agricultores que vivem em regiões afastadas ou de difícil acesso (Souza, 2018). A carência de uma infraestrutura de transporte eficiente e a distância geográfica entre as fazendas e os centros de distribuição podem elevar os gastos e complicar a entrega dentro do prazo estabelecido; d) competitividade e valores: em certas situações, os pequenos produtores rurais enfrentam uma competição injusta com grandes fornecedores comerciais, que frequentemente conseguem oferecer valores mais reduzidos devido à sua grande escala de produção e recursos

financeiros (Rodrigues, 2014). Isso pode prejudicar a sustentabilidade econômica dos pequenos produtores rurais e dificultar sua participação no mercado de compras institucionais.

Essas dificuldades demonstram a complicação das interações entre a AF e o Estado, ressaltando a importância de políticas públicas mais abrangentes e adequadas às necessidades dos agricultores familiares (Araújo, 2020). A análise desses obstáculos pode oferecer ideias relevantes para a elaboração de planos e ações que favoreçam uma integração e reconhecimento mais amplo da AF nas aquisições institucionais do Exército Brasileiro.

Para Saraiva (2006) a política pública deve ser orientada a manutenção do equilíbrio social ou a introdução de desequilíbrios que modifiquem a realidade, é assim, portanto, um fluxo de decisão pública, estratégico que se aplica a fins diversos. Nesse ínterim observa-se que o Estado, constituído pela lei, pelas políticas públicas e pela administração pública, lastreia a compreensão de organização pública soberana. Organização esta que é formada e conduzida por agentes públicos eleitos e não-eleitos, ou seja, por políticos, servidores públicos civis e militares, cabendo aos políticos a definição da lei e das políticas públicas e aos servidores públicos civis e militares, participar da formulação das políticas e execução das mesmas (Bresser, 1998). O servidor público não pode se limitar a executar leis e políticas com a frieza de uma “máquina”, ele deve, também, ajudar os políticos a reformá-las ou formulá-las. Desta forma ele partilha do poder do Estado com a capacidade de agir e modificar a sua sociedade nacional (Bresser, 2011).

Nesse contexto, parte-se da premissa que a instituição Exército Brasileiro se enquadra como integrante participativo da política pública de desenvolvimento da AF, por intermédio do PAA, que é o tema central desta dissertação. Onde, por força legal, fica determinado que do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios, no mínimo, 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, por meio da modalidade de compra institucional.

Vale salientar que os alimentos adquiridos no âmbito do PAA, segundo o Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, serão destinados ao consumo de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, ao abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos e sociais de alimentação e nutrição, das redes públicas e filantrópicas de ensino e saúde, dos estabelecimentos prisionais e das unidades de internação do sistema socioeducativo e dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta e indireta (Brasil, 2023d). Podendo, também, atender as demandas estabelecidas pelo

Grupo Gestor do PAA na cooperação humanitária nacional e internacional. E os que podem vender esses alimentos dentro deste programa são os agricultores e agricultoras familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). As cooperativas e outras organizações que possuam DAP Jurídica também podem vender nesta modalidade, desde que respeitado o limite por unidade familiar.

A instituição Exército Brasileiro, por meio de sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desempenha um papel relevante na política pública de fortalecimento da AF. Dessa forma, ao analisar as aquisições de gêneros alimentícios pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro, localizada na Bahia, evidencia-se como essa relação pode contribuir para a efetivação das compras institucionais e o fortalecimento dos agricultores familiares. Além disso, a participação ativa de servidores militares e civis nesse processo influencia na identificação e mitigação de gargalos e ineficiências da política pública estudada, favorecendo uma maior inclusão dos agricultores familiares.

Com a linha de raciocínio exposta e buscando compreender os desafios específicos enfrentados pelos agricultores familiares ao tentar fornecer para o Exército Brasileiro, essa pesquisa parte da seguinte questão de investigação: Quais os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares para celebrar e manter contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro na 6ª Região Militar?

Esta questão espelha a complexidade associada ao trabalho de preparação dos agricultores familiares para satisfazer as necessidades de uma organização militar, que necessita de critérios rigorosos de regularidade de qualidade e quantidade dos produtos obtidos.

Diante desse cenário, tem-se por pressuposto que a celebração e manutenção de contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro na 6ª Região Militar dependem de múltiplos fatores, sendo a capacitação técnica e organizacional dos agricultores familiares, o fortalecimento das cooperativas e o suporte das políticas públicas elementos que podem influenciar significativamente a participação desses produtores no mercado de compras institucionais.

No estudo de caso procura-se examinar os fatores que influenciam o escoamento da produção de gêneros alimentícios da AF no contexto das compras institucionais do EB. Além

disso, busca compreender os obstáculos enfrentados pela AF ao tentar celebrar contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro, o que configura um importante desafio fundamentado no papel crucial que este setor exerce na segurança alimentar, na geração de empregos e no desenvolvimento socioeconômico do Brasil (Silva, 2018). Superar esses desafios pode promover a inclusão e valorização dos pequenos produtores rurais, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e o crescimento das economias locais (Oliveira, 2019).

Adicionalmente, as aquisições feitas pelo Exército Brasileiro podem ter um impacto positivo na produção e na venda dos produtos vindos da AF, criando uma fonte de renda constante, que ajuda no fortalecimento econômico das famílias que vivem no campo (Pereira, 2015). Contudo, os obstáculos enfrentados pelos pequenos agricultores podem dificultar a entrada neste mercado promissor e necessário para o fomento ao desenvolvimento deste seguimento da sociedade (Miranda, 2016). Desta feita é essencial compreender os obstáculos para identificar as falhas nas políticas públicas já estabelecidas e sugerir soluções que promovam uma maior participação dos agricultores familiares no abastecimento do Exército Brasileiro (Santos, 2017). Esse entendimento também pode auxiliar na criação de estratégias mais eficazes para a AF, levando em conta as necessidades individuais e as condições locais dos pequenos produtores (Araújo, 2020).

Ao buscar identificar e compreender os obstáculos enfrentados pelos pequenos agricultores na busca de contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro, esta pesquisa procura não só produzir conhecimento acadêmico, mas também contribuir com informações para a elaboração ou adequação de políticas públicas, tornando-as mais eficazes e abrangentes no âmbito da agricultura e do desenvolvimento rural (Rodrigues, 2014).

Neste sentido e vislumbrando responder essa questão de partida foi definido como objetivo geral desta pesquisa: investigar os principais desafios e oportunidades enfrentados pelos agricultores familiares na obtenção e manutenção de contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro (6ª Região Militar), analisando os fatores que influenciam sua participação e propondo estratégias para ampliar a inserção desses produtores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Ainda com a finalidade de alcançar o objetivo geral e responder a questão de partida, apresentam-se de maneira oportuna os seguintes objetivos específicos: a) Analisar o papel e os desafios das políticas públicas na promoção da inclusão dos agricultores familiares no

mercado de compras institucionais do Exército Brasileiro, identificando seus impactos e limitações; b) caracterizar a agricultura familiar no estado da Bahia, destacando sua participação atual no fornecimento à 6ª Região do Exército Brasileiro e identificando os produtos que podem ser incluídos nas aquisições realizadas no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em parceria com o Exército; e c) Investigar as barreiras que dificultam a participação dos agricultores familiares nas Chamadas Públicas realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro, identificando desafios e propondo estratégias para ampliar o acesso a esse mercado institucional.

O estudo sobre o PPA e, articulação com o Exército Brasileiro se justifica, inicialmente pela relevância da AF no Brasil, considerando a perspectiva econômica e social do tema. Também é importante reconhecer a capilaridade do Exército Brasileiro no contexto nacional, sendo os resultados obtidos em um estudo na 6ª Região possíveis de serem aplicados nas demais 11 regiões do Brasil.

O estudo também se configura como uma oportunidade para superação de uma lacuna teórica, pois, como apresentada na seção destinada à metodologia, poucos são os estudos que evidenciem a relação existente entre a AF, o EB e o PAA. Sendo viável o estudo em função da autorização prévia¹ do EB para realização da pesquisa de campo para a triangulação de dados que constitui o Caso Único aqui apresentado. Outra justificativa é a motivação pessoal e profissional do pesquisador para esse estudo, tendo como resultado a introdução efetiva de produtos mais saudáveis nas mesas dos efetivos apoiados pelo Grande Comando Logístico da Bahia, além de fomentar o desenvolvimento da AF no estado, e, se possível servir como modelo para as demais regiões militares do país, que são um total de 11 (onze), podendo também estimular este tipo de aquisição para os demais entes da Federação.

Ainda no contexto pessoal e profissional esta dissertação surge de uma inquietação do autor que trabalhou na Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) da 6ª RM, seção responsável pelas Chamadas Públicas para as aquisições de produtos alimentícios da AF, no período de 2016 até 2018. Para além, o estudo ainda encontra vinculação aos laços familiares, já que meu avô materno, atuou boa parte de sua vida laboral como pequeno agricultor do Sul da Bahia.

No que tange a metodologia este trabalho se constitui como um estudo de caso único da

¹ foi publicada a designação para matrícula no Mestrado Acadêmico em administração da UFBA, com regime de trabalho parcial, em Aditamento 4I, da Diretoria de Controle de Efetivos e Movimentações (DCEM), ao Boletim nº 40, do Departamento-Geral do Pessoal (DGP), de 05 de abril de 2023. Ressalto a aprovação do tema, exposto ao EB, com o envio do requerimento remetido ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), que constava o projeto de pesquisa que foi submetido à banca de seleção do NPGA da EAUFBA, jogando luz no assunto e buscando dizer algo que ainda não foi dito e explicado sobre o tema.

6ª RM sendo, portanto, uma pesquisa exploratória, que para sua consecução adota uma abordagem qualitativa. Como resultados o estudo de caso único demonstra as vantagens das aquisições de gêneros oriundos da AF buscando garantir para além de uma alimentação de melhor qualidade, o fortalecimento da política pública do PAA, originalmente criada com o Pronaf, através dos recursos recebidos pela 6ª Região Militar para alimentação dos seus efetivos na Bahia, aproximadamente 5.393 militares da ativa (Brasil, 2024a).

Esta pesquisa, por se constituir um estudo de caso único da 6ª Região Militar, embora não adeque-se a generalizações, poderá servir de exemplo para os demais entes da Federação que realizam ou podem realizar aquisições de gêneros alimentícios provenientes da AF, por intermédio das compras institucionais.

O estudo está dividido em 05 (cinco) seções. A primeira aqui apresentada denominada “INTRODUÇÃO” traz os elementos delineadores da pesquisa com a problematização relacionada à proposta de estudo, buscando associar a questão de investigação com os objetivos pretendidos. Ainda nesta seção foram apresentadas as justificativas teóricas e práticas para realização deste estudo de caso.

Na próxima seção intitulada "FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA", são apresentados os resultados de uma revisão sistemática da literatura utilizada para embasar o trabalho e explicar o objeto de estudo. Esta parte está organizada em três subseções, sendo a primeira "POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS, HISTÓRICO, CARACTERÍSTICAS E APLICAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR" que discute os conceitos, evolução e história das políticas públicas e a relação das destinadas à AF no Brasil.

Na segunda parte desta seção “AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, NO NORDESTE E NA BAHIA”, foi feita uma exposição da AF no Brasil, mais precisamente na região do Nordeste e no estado da Bahia. São abordadas as particularidades desse tipo de agricultura em relação aos demais modelos, evidenciando sua importância na produção de alimentos, na criação de postos de trabalho e no progresso socioeconômico das zonas rurais.

Na terceira subseção “COMPRAS INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR” são examinadas as conexões entre as compras institucionais e a AF, destacando o cenário dessas aquisições e as peculiaridades envolvidas na legislação.

Na seção denominada "PERCURSO METODOLÓGICO" é exposta a abordagem utilizada para a pesquisa do estudo, ressaltando sua importância para analisar minuciosamente

a conexão entre as compras feitas por instituições e a AF na Bahia, mais precisamente na 6ª Região Militar do Exército Brasileiro, compondo um estudo de caso único.

Na seção de "ANÁLISE DOS RESULTADOS" são expostos os achados da investigação feita sobre a conexão entre as aquisições institucionais e a AF na Bahia, direcionando-se especificamente para a 6ª Região Militar do Exército Brasileiro.

Na parte final do estudo, na seção denominada "CONSIDERAÇÕES FINAIS", são expostas as conclusões principais obtidas a partir da investigação conduzida acerca da interação entre as compras feitas por instituições e a AF na região da Bahia, com ênfase na 6ª Região Militar do Exército Brasileiro. Esse desfecho resume os achados do estudo, analisa suas consequências e traz percepções para a compreensão do tema abordado. Ainda nessa seção são fornecidas orientações práticas e ideias para estudos posteriores, ressaltando campos que precisam de mais análise e evolução. São delineadas possíveis direções para expandir o escopo da pesquisa, explorar novas questões e abordar desafios emergentes na interface entre as compras institucionais e a AF.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta os fundamentos teóricos que orientam este estudo, partindo da conceituação de política pública e avançando para a discussão sobre AF e compras institucionais. Com base em uma ampla variedade de conceitos analisados, foram selecionados aqueles mais adequados para representar as ideias centrais da pesquisa. A investigação teórica permitiu organizar os fundamentos a partir da evolução dos conceitos apresentados, aprofundando a compreensão dos fatores contextuais e dos resultados esperados. Para embasar o estudo de caso, foi realizada uma busca sistemática em bases de dados indexadas, permitindo a construção de um arcabouço teórico consistente. As referências utilizadas resultaram de um levantamento bibliográfico criterioso, garantindo suporte teórico alinhado às proposições do estudo.

1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS, HISTÓRICO, CARACTERÍSTICAS E APLICAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Buscando apresentar as necessidades e entraves da gestão pública da política do Pronaf e do PAA, e por conseguinte, entender o fortalecimento da AF através de seus fatores de influência, esta subseção delimita inicialmente os conceitos de políticas públicas, mesclando-os com a aderência do assunto ao tema proposto – Agricultura Familiar na região da Bahia, com ênfase na 6ª Região Militar do Exército Brasileiro - buscando construir um raciocínio para chegar a uma condição de descrever as principais ações do governo para apoiar e desenvolver esse importante setor da economia.

O interesse público, muitas vezes fundamentado na necessidade de solucionar problemas sociais, econômicos, ambientais e políticos, está diretamente relacionado às políticas públicas, uma vez que estas, ainda que de forma indireta, impactam toda a sociedade na busca por tais soluções. Nesse sentido, a resolução de um problema público envolve a identificação da questão, a formulação de alternativas, a implementação de ações e a avaliação dos resultados, contando com a participação de diversos atores sociais (Souza, 2006).

A abordagem dos diferentes problemas públicos revela a existência de distintas tipologias de políticas públicas em diversos âmbitos. No campo social, essas políticas devem tratar de questões como saúde, educação, segurança e previdência social. No âmbito econômico, o foco recai sobre o crescimento, o emprego, o desenvolvimento e o controle da inflação, entre outros aspectos. Já diante de desafios ambientais, busca-se a proteção do meio ambiente, o combate à poluição e a promoção da sustentabilidade. Por fim, ao considerar questões culturais, as políticas públicas devem fomentar a cultura, as artes, o patrimônio histórico e a valorização da diversidade (Souza, 2006).

O conhecimento sobre essa temática, abrangendo sua gênese, custos, implantação e acompanhamento, constitui um pilar fundamental para a compreensão da relação entre políticas públicas e a sociedade. Geralmente, essas atividades são desempenhadas por profissionais da administração pública e por agentes políticos, além de serem objeto de estudo de pesquisadores interessados em entender os processos de formulação de políticas e a forma como os problemas sociais são enfrentados por meio delas (Birkland, 2010; Procopiuck, 2013).

Segundo Procopiuck (2013) as políticas públicas geralmente decorrem de situações em que a sociedade, como um todo, não consegue solucionar problemas afetos à coletividade. Ela é considerada e regimentada como um meio político de aplicação de recursos e trabalho para confrontar os problemas coletivos, por intermédio da mobilização político-administrativa. Nesse processo de busca da solução de problemas, podem, dependendo da extensão deles ou das soluções, envolver diversos grupos de profissionais e afetos na resolução de problemas sociais, que são denominados atores políticos.

Os atores políticos (*stakeholders*) são indivíduos ou grupos que influenciam ou são afetados pelas políticas públicas, tais como governantes, burocratas, grupos de interesse, ONGs, acadêmicos, empresários e cidadãos. Os interesses desses variam conforme objetivos econômicos, sociais ou ideológicos e suas expectativas refletem as demandas e preferências em relação às decisões governamentais. O equilíbrio entre esses fatores molda a formulação e implementação das políticas públicas. A interação entre os atores ocorre por meio de negociações, coalizões, conflitos e consensos, e influencia diretamente os rumos das políticas públicas. Destaca-se a importância da qualidade das interações entre diferentes grupos para a formulação e implementação eficaz das políticas (Souza, 2006; Sabatier, 2007).

Dentre os possíveis atores, os pesquisadores estão vocacionados a estudá-los, de maneira imparcial e objetiva, com o propósito de colaborar com o campo do conhecimento do comportamento político, dos sistemas de governança, dos aparatos administrativos, bem como da política pública em si. Já os profissionais da administração pública atuam como gestores, analistas ou de avaliadores de políticas públicas. Tentam interferir e compreender o problema público, baseados em teorias e modelos conceituais, formulando políticas públicas para obtenção de resultados práticos eficientes (Procopiuck, 2013).

Outro ator envolvido no processo é a classe política, que por intermédio de aspectos ideológicos, interesses de políticos ou de grupos políticos, sustentam seus critérios de avaliação, de julgamento e de resultados de políticas públicas. As promovem como “boas políticas” e às defendem como “corretas” nas soluções de problemas da sociedade (Birkland, 2010).

Conceitualmente, política pública se configura como ações e decisões governamentais que visam atender as necessidades coletivas, buscando solucionar problemas e alcançar objetivos sociais, com interações dos interesses comuns, privados e individuais. O termo faz referência às políticas de saúde, educação, meio ambiente, habitação, transporte, segurança, agricultura, dentre outras áreas que demandam solução para problemas públicos (Sapru, 2010).

O conceito de política pública estabelece diretrizes gerais para a implementação de ações voltadas aos interesses coletivos, articulados na esfera pública. Essa atuação baseia-se em orientações normativas que orientam a elaboração de estratégias, programas e planos, visando alcançar os objetivos originalmente propostos (Ulrich, 2002).

A análise dos níveis de eficiência e eficácia dos resultados das políticas públicas fornece critérios essenciais para a gestão, permitindo a distribuição de funções políticas e administrativas em diferentes níveis de controle e coordenação. Esse processo visa alocar corretamente os recursos na busca pela resolução de problemas coletivos. Dessa forma, algumas políticas públicas são institucionalizadas com base em sua estrutura de suporte administrativo, passando de articulações políticas abstratas para a atuação permanente do Estado (Procopiuck, 2013).

De acordo com os critérios de princípios gerais, hipóteses práticas, metodologias de ação e instrumentos específicos, apontados por Surel (1995), a política pública é ausente sem

a organização dos seus atores ao redor de uma temática bem definida e com objetivo prático de solução de uma demanda social e coletiva.

O desenho das políticas públicas em democracias, segundo Cohen (1962), é um processo complexo caracterizado por preferências e debates explícitos, pautados por valores, além de envolver negociações políticas e esforços contínuos dos diversos atores envolvidos. Mesmo após a implementação das ações, há tentativas de ajustá-las e aperfeiçoá-las, refletindo a natureza dinâmica e adaptativa das políticas públicas.

As políticas públicas se distinguem de ações individuais ou de grupos específicos por apresentarem uma série de elementos essenciais. Entre eles, destaca-se o objetivo coletivo, uma vez que devem buscar o bem comum e atender às necessidades da sociedade como um todo; a legitimidade, pois são fundamentadas em leis, decretos e outras normas jurídicas, garantindo-lhes validade e força legal; a interação de atores, já que envolvem a participação de diversos segmentos, como governo, sociedade civil e especialistas; e o processo dinâmico, caracterizado pela constante adaptação às demandas e desafios sociais.

O conceito de política pública tem passado por uma evolução ao longo dos anos em diferentes campos de estudo. Neste contexto, apresentam-se algumas definições fundamentais para orientar e alinhar os debates profissionais e acadêmicos. O Quadro 1 exemplifica essa trajetória, reunindo conceitos e seus respectivos autores.

Quadro 1 – Conceitos de política pública

Autor	Definição
Dye (1972)	<i>Qualquer coisa que os governos escolhem fazer ou não fazer.</i>
Daneke e Steiss (1978)	<i>Ampla guia para decisões presentes e futuras, selecionadas à luz de condições dadas a partir de um número de alternativas, de decisões concretas ou conjunto de decisões projetadas para executar um curso escolhido de ações de um programa, composto por objetivos desejados (metas) e por meios para realizá-lo.</i>
Brooks (1989)	<i>Ampla estrutura de ideias e valores dentro da qual decisões são tomadas e a ação, ou inação, levada a efeito por governos em relação a alguma questão ou problema.</i>
Abrucio (2005)	<i>Conjunto de ações e decisões do Estado voltadas para resolver problemas e atender às demandas da sociedade.</i>
Souza (2006)	<i>Conjunto de decisões, programas e ações governamentais voltadas para enfrentar problemas ou atender demandas coletivas, que resultam de processos políticos envolvendo diversos atores, como governos, organizações e cidadãos.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) a partir de Procopiuck (2013); Souza (2006) e Abrucio (2005).

O conceito apresentado por Dye (1972) é muito amplo e frágil, tornando-se “caduco” na busca de compreensão efetiva do que significa política pública. Já Daneke e Steiss (1978), mesmo detalhando mais o conceito, foca mais em decisões planejadas do que sobre o que seria a política pública em essência. Quando se avalia o conceito apresentado por Brooks

(1989), nota-se uma abrangência maior, porém este ainda carece de consideração em relação os meios e recursos que definirão a viabilidade, ou mera utopia, de uma política pública (Procopiuck, 2013).

No Brasil, os conceitos de Souza (2006) e Abrucio (2005) dão enfoque a necessidade de enfrentamento de problemas públicos através de ações e decisões estatais. Na visão de Souza (2006), além de sua definição explicitada no Quadro 1, são enfatizadas algumas definições clássicas, entre elas a de Mead (1995) que a descreve como uma análise do governo à luz de grandes questões públicas, enquanto Peters (1986) complementa ao definir política pública como a soma das atividades do governo que influenciam a vida dos cidadãos.

Em seu trabalho Abrucio (2005) enfatiza a importância das políticas públicas como diretrizes estatais destinadas a enfrentar problemas coletivos e promover o desenvolvimento em setores específicos. Para o autor as políticas públicas envolvem a articulação entre governo, sociedade civil e outras instituições, sendo formuladas e implementadas a partir de um processo político que considera interesses, conflitos e negociações entre os diversos atores envolvidos.

Segundo Gerton (2010) a política pública figurando como campo de estudos e de atuação prática, apresenta como centro temático a formatação de situação-problema e constantemente apresenta alguns componentes descritos, como: uma agenda que define os contornos, os envolvidos e as estratégias para enfrentar a situação-problema; atores que apresentam, interpretam e respondem a situação-problema; recursos afetados pela situação-problema; instituições que lidam com a situação-problema; e níveis de governo encarregados de conduzir a situação-problema.

A gênese de uma política pública é identificada por pautar comportamentos e ações de atores individuais e coletivos para ter resultados concretos e efetivos na solução dos problemas públicos que motivaram a sua necessidade como da política. Aliado à sua necessidade a política pública desperta interesses por razões teóricas e por razões práticas (Procopiuck, 2013).

A política pública pode ser tratada como objeto da ciência política e da administração pública e como objeto de estudos de política pública, todas possibilitam uma compreensão através de sua importância de aplicação no campo da ciência e da prática. Como objeto da ciência política ou da administração pública, a execução dos estudos se ancora na base racional, lastreada em premissas cientificamente fundamentadas e isentas de valores e/ou de

vinculações ideológicas. Já os Estudos de política pública baseiam-se nos trabalhos acadêmicos e de profissionais praticantes que procuram sistematizar conhecimentos e transformá-los em ferramentas práticas da atividade política, na busca de melhoria dos padrões de qualidade de vida dos indivíduos, oferecendo-as aos atores políticos envolvidos para que possam se apropriar e utilizá-las (Goodin, 2006 *apud* Procopiuck, 2013).

A operacionalização de uma política pública pode ser fomentada por diversos setores da sociedade, através de suas contratações e nesse mesmo sentido as compras governamentais podem, também, contribuir para esse desenvolvimento, pois se observa cada vez mais a relevância dos valores envolvidos nas aquisições realizadas pelo Estado, onde a Administração persegue a regulamentação de sua execução aqui no Brasil (Torres, 2011).

A execução das políticas pode incluir a criação de entidades e organizações responsáveis pela implementação dos projetos planejados, além da capacitação de profissionais e a elaboração de regras e normas específicas (Secchi, 2013).

Dentre os atores envolvidos no processo de execução de uma política pública, o agente público aliado aos demais atores da sociedade podem tomar boas e más decisões. Quando essas decisões são pautadas em análises valorosas e fundamentadas, bem como, valores e princípios socialmente aceitos e que buscam trazer a melhoria do bem-estar coletivo, pode-se dizer que essa é uma boa decisão pública (Secchi, 2023).

As decisões podem influenciar no campo da política pública, onde estas podem ser classificadas, quanto à sua finalidade conforme esquema descrito no Quadro 2 (Procopiuck, 2013). O que importa é que esses agentes políticos, ao desempenharem suas funções, mobilizam os recursos necessários para execução das políticas públicas. Sua habilidade de influenciar pode ser tanto de maneira direta quanto indireta, afetando o conteúdo, a implementação e os resultados dessas políticas (Dias; Matos, 2012; Rodrigues, 2010).

Quadro 2 – Tipos de políticas públicas quanto à sua finalidade

Finalidade	Características
Políticas constitutivas	<p><i>“São políticas que criam ou estruturam as condições para que determinados problemas passem a ser tratados sistematicamente. A constituição de uma política normalmente é fundamentada pela aprovação de uma legislação que a especifica e lhe define uma finalidade, pela criação de órgãos responsáveis pela sua implementação e manutenção. Assim, definem as regras do jogo político e administrativo, organizando o funcionamento do Estado e das instituições.”</i></p> <p>Exemplo: reformas administrativas, leis que regem o funcionamento de órgãos públicos.</p>
Políticas distributivas	<p><i>“São configuradas quando procuram distribuir recursos. Os meios de distribuição podem ser via subsídios em produtos ou serviços, bem como mediante concessão de benefícios diretamente aos interessados. A definição de como os recursos serão distribuídos e de quem serão os beneficiários normalmente é feita por meio de legislação. Assim, envolvem a alocação de recursos ou benefícios a determinados grupos sem necessidade de contrapartida, frequentemente de forma mais ampla.”</i></p>

	Exemplo: construção de infraestrutura, subsídios agrícolas
Políticas redistributivas	<p>“São políticas que procuram mudar o grau de concentração de recursos mediante instituição de mecanismos de repasse de pontos de maior concentração para os de menor. Normalmente este tipo de política busca a apropriação de recursos econômicos de classes de maior renda para repasse para as de menores rendimentos numa sociedade. Assim, visam redistribuir recursos e diminuir desigualdades, beneficiando grupos sociais mais vulneráveis.”</p> <p>Exemplo: Bolsa Família, políticas de reforma agrária.</p>
Políticas regulatórias	<p>“Dizem respeito ao controle estatal sobre a utilização de recursos ou sobre a execução de atividades por diferentes segmentos da sociedade. Normalmente as políticas regulatórias procuram impor padrões de comportamento a indivíduos ou a grupos, com vistas a preservar o interesse público e a manter o equilíbrio em relações competitivas entre os integrantes de dado setor da sociedade. Assim, estabelecem normas e regras para regular comportamentos, atividades econômicas e sociais.”</p> <p>Exemplo: Leis ambientais, regulamentação do mercado financeiro.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), a partir de Procopiuck (2013).

A compreensão do campo das políticas públicas exige um esforço conceitual. Segundo Secchi (2023), essa compreensão passa pelo entendimento de dois conceitos fundamentais: problema público e política pública. O primeiro remete à intenção de resolução ou ao objetivo a ser alcançado, enquanto o segundo representa o meio pelo qual essa solução é viabilizada. Nesse contexto, a área de conhecimento dentro das ciências sociais que possui características normativas e multidisciplinares, com foco na resolução de problemas públicos e no estudo das políticas públicas, dos problemas e dos atores envolvidos, é denominada ciência da política pública (*policy sciences*). Um marco inicial desse campo foi a publicação do livro *The Policy Sciences* (1951), de Deivid Lerner e Harold D. Lasswell, que consolidou as bases teóricas da disciplina (Lasswell, 1951; Howlett, Ramesh & Perl, 2013, *apud* Secchi, 2023).

Segundo Secchi (2023), a ciência política, antes fortemente baseada na normatividade, multidisciplinaridade e na resolução de problemas públicos, conforme apontado por Lasswell (1951, *apud* Secchi, 2023), passou a coexistir com uma abordagem positiva e neutra, que se distancia da explicação de valores. Nesse contexto, o foco na resolução de problemas perdeu espaço para uma abordagem mais teórica da pesquisa em política pública (*policy research*). Além disso, a multidisciplinaridade cedeu lugar a uma identidade mais particularizada do campo de política pública, caracterizada pelo desenvolvimento de um vocabulário próprio, esquemas analíticos específicos e referenciais teórico-metodológicos distintos.

O termo *policy research* (pesquisa de políticas públicas) refere-se a investigações que utilizam predominantemente métodos indutivos, com o objetivo de construir e aprimorar teorias sobre o tema. Essas pesquisas adotam um enfoque descritivo para promover o desenvolvimento prático das políticas públicas (Regonini, 2001; Weimer; Vining, 1989, conforme citado por Secchi, 2023). Seu principal propósito é o avanço do conhecimento na

área, por meio da análise detalhada das políticas públicas, do comportamento dos agentes envolvidos, dos diferentes estilos de formulação e das instituições formais e informais que influenciam cada etapa do processo de implementação (Regonini, 2001; Enserick; Koppenjan; Mayer, 2012; Secchi, 2013, *apud* Secchi, 2023). Essa abordagem permite compreender, de forma estruturada, a organização dos estudos em políticas públicas, aspecto essencial para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Do que foi dito por Procopiuck (2013) sobre política pública, pode-se destacar que ela é constituída por uma área de estudo que visa desenvolver cenários para buscar explicações em diferentes aspectos das práticas de gestão pública, que envolvem inovações tecnológicas, desenvolvimento socioeconômico, mudanças nas instituições, evolução da produção nacional, a eficiência na utilização de recursos humanos e recursos naturais, a melhoria na qualidade de vida dentre outras.

De acordo com Smith e Larimer (2009), apesar da robustez dos estudos em ciência das políticas públicas ao longo de meio século de existência formal, ainda não se consolidou um campo unificado de estudos nessa área. Em vez disso, observa-se a formação de múltiplos campos de estudos sobre políticas públicas. Essa pluralidade não é vista como negativa, mas como uma liberdade intelectual que orienta as pesquisas, enquanto disciplinas acadêmicas tradicionais tendem a se fortalecer em seus próprios corpos teóricos ao longo do tempo.

Desta feita, segundo Procopiuck (2013) os pesquisadores nos campos de políticas públicas têm maior liberdade podendo ultrapassar limites na busca de novas visões que objetivam trazer explicações mais adequadas para seus estudos. Por isso a definição do campo, ou campos de estudos de políticas públicas, se torna mais adequado, visto que fogem de um simples conceito central para definir diferentes atividades relacionadas às políticas públicas.

Todo esse cenário possibilitou o desenvolvimento de definições bem abrangentes, onde podemos citar as de ciências de política pública como abordagem sobreposta que cobre um amplo conjunto de estudos, disciplinas e profissionais que se relacionam de uma aplicação de conhecimento e racionalidade a problemas sociais aparentes (Dror, 1970). Possibilitou também, uma ampla gama de abordagens dedicadas a investigar problemas sociais críticos (DeLeon, 1988). Ligado às citadas definições, surgiu o desenvolvimento de vários subcampos de investigação que gozam de certa independência uns dos outros. Dos quais possuem grande aptidão para criação de conhecimentos conforme consta no Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 – Campos de pesquisa em políticas públicas.

Campo	Problemas centrais de investigação	Arcabouços conceituais mais utilizados	Abordagens metodológicas predominantes	Vinculação disciplinar
Análise de políticas públicas	1) <i>Como as políticas públicas se desenvolvem no tempo?</i> 2) <i>O que deveria ser feito?</i> 3) <i>Quais foram os impactos de determinado programa ou política pública?</i> 4) <i>Quais são as opções para resolver determinado problema?</i>	1) <i>Dependência de trajetórias</i> 2) <i>Utilitarismo</i> 3) <i>Teorias do bem-estar econômico</i>	1) <i>Qualitativas</i> 2) <i>Históricas</i> 3) <i>Julgamento de especialistas</i> 4) <i>Análise de riscos Técnica Delphi de cenários</i>	1) <i>Ciências Políticas</i> 2) <i>Ciências Econômicas</i> 3) <i>Administração</i> 4) <i>Administração Pública</i>
Análise de atividades e de políticas públicas	1) <i>As atividades políticas originam as políticas públicas e vice-versa?</i>	1) <i>Tipologias de políticas</i> 2) <i>Estruturas heurísticas</i>	1) <i>Classificações quantitativas a partir de análises estatísticas.</i> 2) <i>Classificações qualitativas a partir de tipologias e taxonomias</i> 3) <i>Estudos de casos</i>	1) <i>Ciências Políticas</i>
Análise de implementação de políticas públicas	1) <i>Por que umas políticas públicas falham e outras obtêm sucesso?</i> 2) <i>Como as decisões foram aplicadas na execução da política pública?</i>	1) <i>Racionalidade limitada</i> 2) <i>Pesquisas ad hoc</i>	1) <i>Análises quantitativas</i> 2) <i>Análises qualitativas</i>	1) <i>Ciências Políticas</i> 2) <i>Ciências Econômicas</i> 3) <i>Administração</i> 4) <i>Administração Pública</i>
Avaliação de políticas públicas	1) <i>O que foi feito?</i> 2) <i>Quais foram os impactos de determinado programa de política pública?</i>	1) <i>Teoria de programas</i> 2) <i>Pesquisas sobre desenhos de arcabouços</i>	1) <i>Quali-quantitativa</i> 2) <i>Estatísticas</i> 3) <i>Avaliação de especialistas</i>	1) <i>Ciências Políticas</i> 2) <i>Ciências Econômicas</i> 3) <i>Administração Pública</i>

Fonte: Smith e Larimer (2009) com adaptações.

No Quadro 4 pode-se entender o caminho explicativo dos estudos de políticas públicas abordado por Secchi (2023) e que serve de lastro para o estudo de caso desta dissertação. Que tem a finalidade de ser um estudo prescritivo com metodologia retrospectiva.

Quadro 4 – Caminho explicativo dos estudos de política pública

Finalidade	Objetivo	Ferramentas	Metodologia	Funcionamento
Estudos descritivos	<i>Construir teorias</i>	1) <i>Por meio da descrição e explicação dos tipos de políticas públicas;</i> 2) <i>Por meio da descrição e explicação do comportamento dos atores e das instituições nas diversas fases do processo de política pública</i>	<i>Indutiva</i>	1) <i>Inicialmente a investigação tem base em dados empíricos (qualitativos ou quantitativos). Estudos de caso, séries históricas, etc;</i> 2) <i>Num segundo momento surge a elaboração de sínteses conceituais, construção de hipóteses e construção de teorias.</i>
			<i>Dedutiva</i>	1) <i>Inicialmente o pesquisador parte de axiomas, hipóteses e teorias abstratas;</i> 2) <i>Para num segundo momento testá-las na prática.</i>
Estudos prescritivos	<i>Melhorar as políticas públicas intervindo na realidade social e baseados na equidade, eficiência, eficácia, resiliência.</i>	1) <i>Por meio de orientações, recomendações e intervenções</i>	<i>Prospectivos</i>	1) <i>Focam nas projeções, previsões e conjecturas do que pode acontecer no futuro.</i> <i>“Quais políticas públicas podem ser implementadas no futuro?”</i>
			<i>Retrospectivos</i>	1) <i>Observam fenômenos que já ocorreram.</i> <i>“Como estão funcionando as políticas públicas que já estão implementadas?”</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), a partir de Secchi (2023).

Uma política pública é estabelecida para solução de um problema de caráter coletivo e notadamente relevante, tendo por finalidade resolver um problema público que tem interferência na vida das pessoas, onde é observada a presença de dois elementos basilares, que são: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público (Secchi, 2013).

Não se pode perder de vista que a política pública deve assegurar ao final a eficácia, que diz respeito a capacidade de atingir os objetivos propostos e gerar resultados positivos; a eficiência, assegurando a utilização eficiente dos recursos públicos para alcançar os resultados desejados; a equidade, garantindo de justiça e igualdade na distribuição de benefícios e encargos; e a legitimidade com aderência aos princípios democráticos e aos valores sociais.

Com diversas motivações, como aponta Sabatier (2007), o processo político envolve uma gama elevada e complexa de elementos que se relacionam durante o tempo, dos quais destaco atores pertencentes a grupos de interesses, órgãos governamentais, políticos, governantes, pesquisadores, jornalistas envolvidos e diferentes aspectos do processo e disputas envolvendo valores e interesses, largas somas em dinheiro e fatias de poder.

Tendo tal complexidade pela frente, o entendimento do processo político exige o conhecer os objetivos e percepções de muitos atores envolvidos em diversos problemas científicos e legais durante o decorrer de décadas. Portanto tem-se como uma das formas de mitigar tamanha complexidade e chegar a um entendimento satisfatório do problema e de agir racionalmente, após uma capacitação adequada, é a utilização de modelos criados sob a lógica de processos (Sabatier, 2007).

Na abordagem apresentada por Procopiuck (2013), observam-se que muitas correntes de estudos de políticas públicas é utilizado o chamado processo de política pública ou ciclo de política pública (*policy cycle*), cujo objetivo é explicar a concepção, escolha, execução e avaliação de uma política pública.

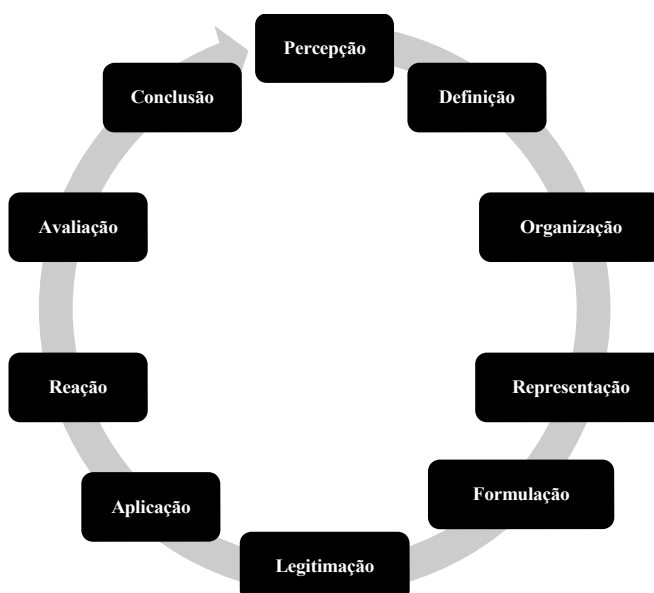
No que concerne ao processo a referência é o Modelo Sistêmico de David Easton, nele a política pública é vista como um sistema que transforma demandas da sociedade em decisões governamentais por meio de um processo de inputs (reivindicações) e outputs (políticas públicas). Contrapondo aparece na literatura o Cíelo da Política, proposto por Charles Jones. Nesse modelo a formulação de políticas é um processo cíclico com etapas interdependentes: formação da agenda, formulação, implementação, avaliação e reformulação (Souza, 2006).

Os ciclos subsequentes, apesar de semelhantes em sua estrutura, apresentam algumas variações e sutilezas em sua formulação que possibilitam uma compreensão mais abrangente sobre várias abordagens para lidar com a questão de como conceber e administrar todo o

processo. Alguns dão mais ênfase ao processo de tomada de decisão, enquanto outros focam mais no processo de resolução de problemas práticos enfrentados pelos gestores públicos. A seguir, com base em revisão da literatura sobre ciclos de políticas, são delineados alguns modelos de ciclos em diferentes estágios e com diferentes configurações.

A Figura 1 ilustra o modelo de Jones (1970). Essa abordagem enfatiza a importância da avaliação e retroalimentação para aprimorar a eficácia das políticas públicas. O modelo apresenta o ciclo das políticas públicas como um processo dinâmico e contínuo, composto por percepção, definição, organização, representação, formulação, legitimação, aplicação, reação, avaliação e conclusão.

Figura 1 - Ciclo de política pública de Jones -1970.



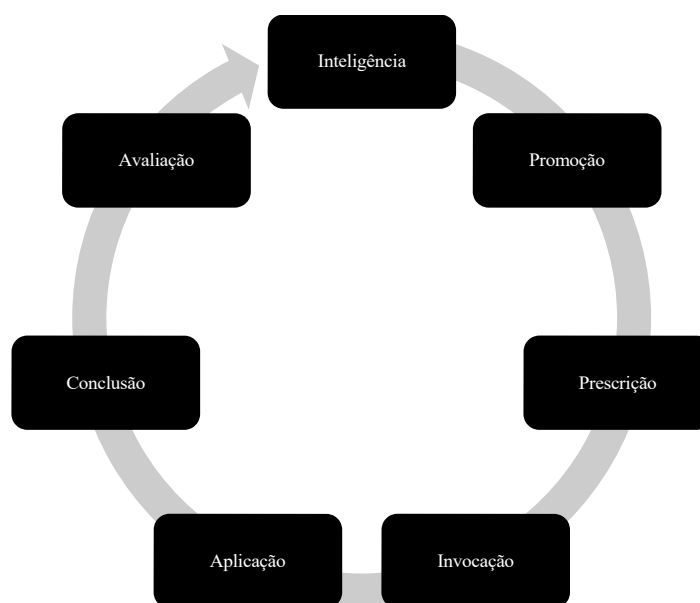
Fonte: Elaboração própria (2024) a partir de Jones (1970) com adaptações de Procopiuck (2013).

O modelo apresentado propõe uma visão sistêmica e dinâmica do processo de formulação e implementação de políticas públicas. Diferentemente de abordagens que focam apenas nos resultados do sistema político, esse ciclo destaca a importância de todas as etapas do processo, desde a percepção e definição do problema até a avaliação e conclusão da política. A estrutura cíclica sugere que a formulação de políticas não ocorre de maneira linear, mas sim como um processo contínuo e interativo, no qual diferentes atores influenciam e são influenciados pela política pública. Além disso, o modelo evidencia que a eficácia das políticas não depende apenas de sua implementação, mas também da maneira como os atores envolvidos percebem, organizam, representam, legitimam e reagem a essas políticas ao longo do tempo. Ao considerar essa abordagem, o modelo reforça a necessidade de

acompanhamento e ajustes contínuos, permitindo uma melhor adaptação das políticas públicas às demandas sociais e aos desafios institucionais.

O modelo de Lasswell (1971), destacado na Figura 2, propõe uma abordagem sequencial para o processo de formulação e implementação de políticas públicas, estruturando-o em fases interdependentes. Destaca-se o caráter iterativo e adaptativo do processo, permitindo ajustes conforme as necessidades e os desafios da realidade social.

Figura 2 - Ciclo de política pública de Lasswell - 1971.

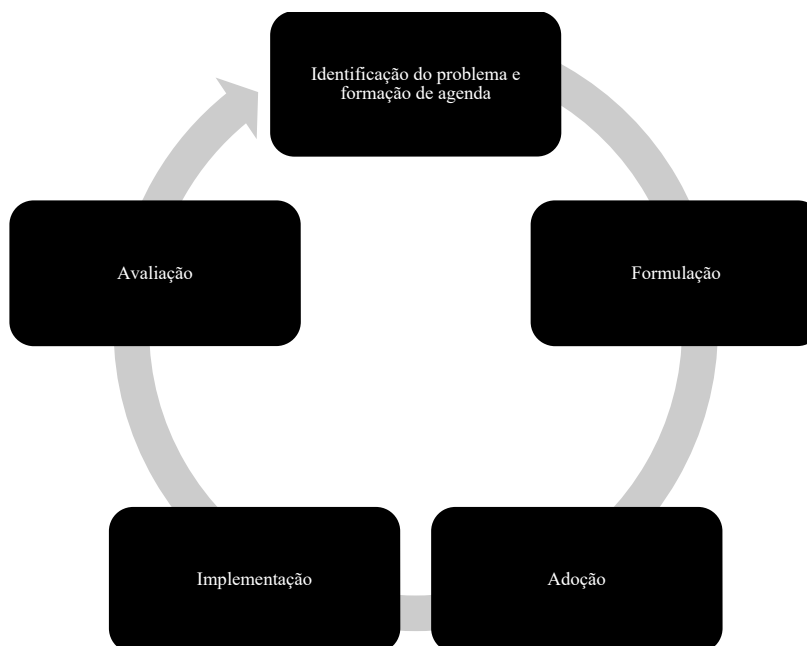


Fonte: Elaboração própria (2024) a partir Lasswell (1971) com adaptações de Procopiuck (2013).

Conforme Procopiuck (2013), a maior parte dos ciclos de política compartilham características bastante similares. A estrutura do ciclo de política pública de Lasswell parte da fase de inteligência, em que ocorre a identificação e a análise do problema, passando pela promoção e prescrição, etapas nas quais são definidas estratégias e diretrizes para a ação política. A invocação e aplicação referem-se à implementação das políticas e ao seu impacto prático. Por fim, a conclusão e avaliação garantem a análise dos resultados, possibilitando a retroalimentação do sistema e a melhoria contínua das políticas públicas. Nos primeiros dois modelos de Lasswell (1971) e Jones (1970), observa-se uma ênfase na análise do processo de formulação de políticas públicas.

O modelo de Anderson (2011) estrutura o ciclo das políticas públicas em um processo sequencial, destacando as etapas essenciais para a formulação, adoção, implementação e avaliação das políticas. A Figura 3 ilustra esse ciclo, enfatizando sua natureza dinâmica e contínua.

Figura 3 - Ciclo de política pública de Anderson - 2011.

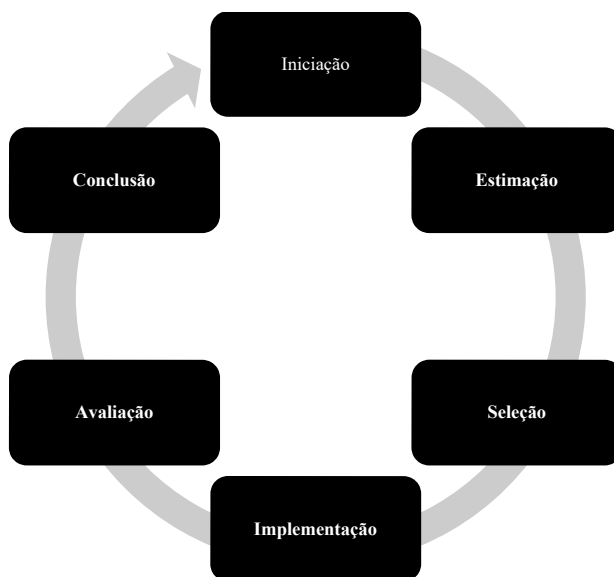


Fonte: Elaboração própria (2024) adaptado de Anderson (2011) com adaptações de Procopiuck (2013).

O ciclo de política pública, segundo Anderson (2011), é uma sequência funcional de atividades que se inicia com a identificação do problema e a definição da agenda, momento em que a questão é reconhecida e priorizada pelos tomadores de decisão. Em seguida, ocorre a formulação das políticas, na qual são propostas soluções viáveis para enfrentar o problema identificado. Após essa etapa, a política é adotada pelos responsáveis pela sua implementação, transformando-se em diretrizes concretas. A fase seguinte é a implementação, que coloca as medidas planejadas em prática, traduzindo-as em ações efetivas. Por fim, a avaliação analisa os impactos e a eficácia da política pública, permitindo ajustes, reformulações ou até mesmo a sua descontinuação, caso os objetivos não sejam atingidos. Esse processo cíclico, conforme Procopiuck (2013), possibilita a adaptação contínua das políticas públicas, garantindo maior eficiência na sua execução.

O modelo de Brewer e DeLeon (1983), Figura 4 apresentada a seguir, traz o ciclo das políticas públicas como um processo contínuo e iterativo, composto por seis etapas principais: iniciação, estimação, seleção, implementação, avaliação e conclusão.

Figura 4 - Ciclo de política pública de Brewer e DeLeon - 1983.

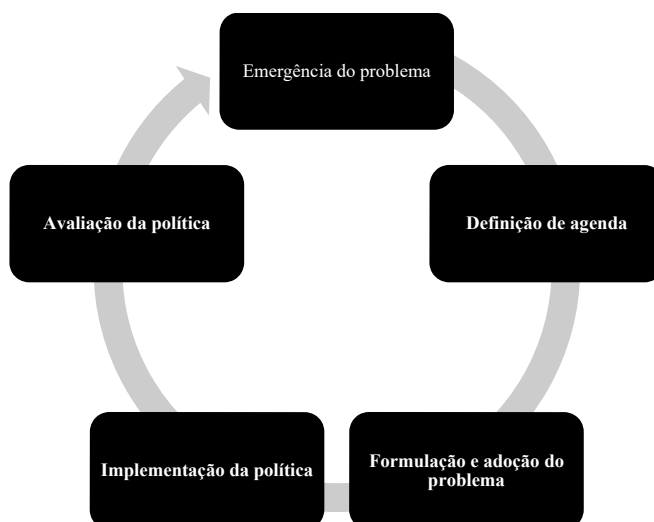


Fonte: Elaboração própria (2024) adaptado de Brewer e DeLeon (1983) com adaptações de Procopiuck (2013).

Diferente de abordagens mais rígidas, esse modelo enfatiza a necessidade de ajustes ao longo do ciclo, permitindo maior flexibilidade e adaptação das políticas públicas às realidades sociais e institucionais. Destaca-se a importância de uma avaliação contínua para garantir a eficácia e a sustentabilidade das políticas implementadas.

O modelo de Knoepfel *et al.* (2011), Figura 5, estrutura o ciclo das políticas públicas a partir de um processo dinâmico e contínuo, composto pelas etapas de emergência do problema, definição da agenda, formulação e adoção da política, implementação e avaliação.

Figura 5 - Ciclo de política pública de Knoepfel *et al.* - 2011.

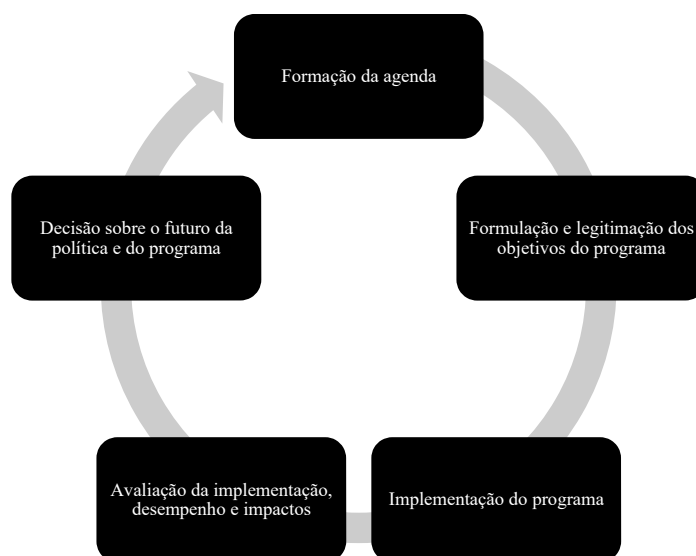


Fonte: Elaboração própria (2024) adaptado de Knoepfel *et al.* (2011) com adaptações de Procopiuck (2013).

O modelo proposto abarca desde a detecção do desafio até a análise da política, além de lidar com o procedimento global da política, também realiza a descrição cíclica do desenvolvimento do conteúdo e do processo de avaliação esse ciclo enfatiza a relação entre os diferentes estágios da política pública, demonstrando como cada fase influencia as subsequentes. A abordagem, destaca a importância da identificação dos problemas e da avaliação das políticas implementadas para garantir a eficácia e a adaptação das ações governamentais às demandas sociais.

A Figura 6 ilustra o modelo de Ripley, evidenciando o caráter adaptativo das políticas públicas. Ripley (1985) apresenta o ciclo das políticas públicas como um processo estruturado em etapas interdependentes, que envolvem a formação da agenda, formulação e legitimação dos objetivos do programa, implementação, avaliação e decisão sobre o futuro da política e do programa.

Figura 6 - Ciclo de política pública de Ripley - 1985.



Fonte: Elaboração própria (2024) adaptado de Ripley (1985) com adaptações de Procopiuck (2013).

Esse modelo destaca a necessidade de legitimação dos objetivos antes da implementação, garantindo maior coerência na execução da política. Além disso, enfatiza a avaliação contínua do desempenho e dos impactos, possibilitando ajustes ou descontinuidade conforme os resultados obtidos.

As representações da Figura 3 e da Figura 4 surgem a partir da compreensão política da importância da implementação de uma determinada política pública, enquanto as duas últimas, figuras 5 e Figura 6, surgem a partir de problemas específicos enfrentados com políticas públicas concebidas e desenvolvidas.

O ciclo de políticas públicas, como ferramenta para análise e gestão, oferece diversas vantagens. A principal delas é direcionar a atenção dos envolvidos no processo decisório para que considerem os fatores que podem influenciar suas ações. Outra vantagem significativa é a habilidade do encadeamento das etapas em permitir a captura e compreensão do fluxo de ações (Anderson, 2011). O desenvolvimento, execução e análise de diretrizes governamentais constituem um ciclo ininterrupto e intrincado que engloba diversas etapas e agentes, com o intuito de solucionar questões sociais, econômicas e políticas e fomentar o progresso da coletividade. Essa trajetória pode ser segmentada em três etapas específicas: desenvolvimento, execução e análise (Souza, 2006).

No que diz respeito ao ciclo de política pública é fundamental notar que são apenas ferramentas que a análise de políticas públicas utiliza para conduzir pesquisas e fazer recomendações. A fim de entender, esclarecer e explicar processos de políticas públicas, esses modelos, tanto descritivos quanto processuais, tendem a ser muito detalhados, mas não podem ser considerados equivalentes à própria análise de políticas públicas. As simplificações em ciclos ou processos de representação formal são apenas modelos, pois a realidade é mais complexa; portanto, a compreensão além do modelo é o que capacitará o analista a interpretar e propor mudanças de direção na política pública (Procopiuck, 2013).

Segundo Dias e Matos (2012), na literatura não há consenso quanto ao número de fases ou estágios. Na Figura 7, são apresentadas as fases do processo de formulação de políticas públicas, elaboradas por diversos autores.

Figura 7 – Processos de Formulação de Políticas Públicas

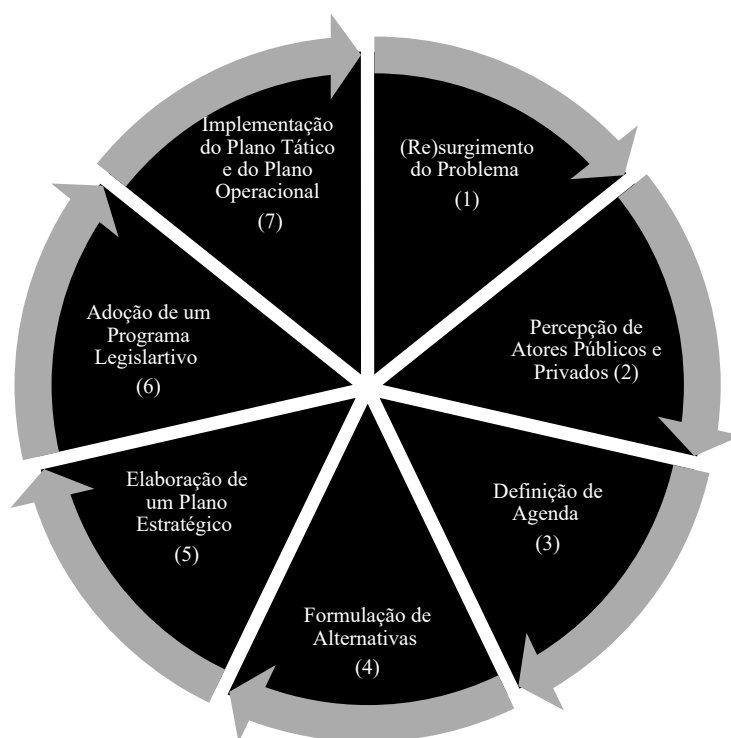
Autor	Fases	Ciclo de Política Pública
Frey (2000)	5	Percepção e definição de problemas; agenda; elaboração de programas e de decisão; implementação de políticas; avaliação de políticas e correção de ação.
Anderson (2003)	5	Agenda política; formulação; adoção; implementação; avaliação.
Kingdon (2003, apud Capella, 2007)	4	Estabelecimento da agenda; consideração das alternativas para a formulação de políticas públicas; escolha dominante entre o conjunto de alternativas disponíveis; implementação da decisão.
Saraiva (2006)	7	Agenda; elaboração (delimitação de um problema); formulação (seleção e identificação da alternativa); implementação (planejamento e organização necessários para executar a política); execução (pôr em prática a política); acompanhamento; avaliação.
Souza (2006)	6	Definição da agenda; identificação de alternativas; avaliação das opções; seleção das opções; implementação; avaliação.
Fernández (2008)	5	Identificação do problema; formulação de uma solução; tomada de decisão; aplicação da ação; avaliação dos resultados.
SEBRAE MG (2008)	5	Formação da agenda; formulação de políticas; processo de tomada de decisões; implementação; avaliação.
Subirats et al. (2008)	5	Surgimento e percepção dos problemas; incorporação à agenda; formulação da política; implementação; avaliação.
Vallès (2008)	4	Iniciação (construção do problema e incorporação à agenda); elaboração (formulação de alternativas e seleção de respostas); implantação; avaliação e sucessão da política.
Secchi (2010)	7	Identificação dos problemas; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisões; implementação; avaliação; extinção.
Heidemann (2010)	4	Decisões políticas tomadas para resolver problemas previamente estudados; depois de formuladas, as políticas implementadas; verificar se os atores envolvidos na política estão satisfeitos; as políticas devem ser avaliadas com vistas à sua continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou descontinuidade.
Pasquino (2010)	6	Identificação do problema; agenda; alternativas; decisão; execução; avaliação.
Rodrigues (2010)	6	Preparação da decisão política; agenda; formulação; implementação; monitoramento; avaliação.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de autores diversos (2024).

Os diferentes momentos do ciclo de políticas públicas possuem etapas em comum, como a fase de criação, de execução e de avaliação. No entanto, em cada situação específica, é possível identificar subdivisões que auxiliarão em uma análise mais, ou menos, aprofundada do processo (Dias; Matos, 2012).

Ainda segundo Procopiuck (2013) o processo de elaboração de políticas públicas apresenta como benefício significativo possibilitar uma abordagem prática e intuitiva para a conceituação e organização do estudo das políticas públicas. Este processo representa um modelo de referência que auxilia na compreensão de como a maioria dos estudos dentro do campo das políticas públicas tem evoluído ao longo das últimas décadas. Como um guia a ser seguido, desde a identificação de um problema até a obtenção dos resultados de uma política pública, o ciclo de política tradicional pode ser complementado com a metodologia de Planejamento Estratégico em situações que envolvam políticas públicas mais complexas. Dessa forma, o ciclo estratégico de política adquire a configuração apresentada na Figura 8.

Figura 8 - Ciclo Estratégico de política



Fonte: Adaptado de Procopiuck (2013).

Como forma de detalhar, o ciclo estratégico de política da Figura 8, segue o Quadro 5 com as fases deste ciclo.

Quadro 5 – Detalhamento do Ciclo Estratégico de política segundo Procopiuck (2013).

Fase	Características
(1) (Re)surgimento do problema	<i>Esta fase tem origem a partir do momento em que a coletividade passa a enfrentar desconfortos em relação a dados aspectos da realidade. São percebidos sintomas, mas sem que sejam relacionados direta e amplamente com uma causa específica.</i> <i>Os processos políticos têm, por exemplo, origem em eventos como desastres naturais, atividades de movimentos sociais que defendem determinados interesses, questões de saúde pública, questões educacionais etc.</i>
(2) Percepção dos atores públicos e privados.	<i>Neste segundo estágio já há a percepção coletiva de que há um problema que exige a intervenção do poder público para auxiliar na sua solução.</i> <i>A configuração de um problema normalmente ocorre quando há dissonância entre uma realidade existente e outra que a coletividade julga como melhor ou mais adequada para atender às suas necessidades. Contudo, isso ainda não é suficiente para que o problema seja transformado em política pública.</i> <i>Uma política pública normalmente demanda níveis de mobilização suficientes para pressionar os poderes públicos a passarem a envidar esforços e alocar recursos para resolver a situação-problema. Isso passa, em geral, pela mobilização da imprensa, pela ação de lobbies, pela intervenção de partidos políticos etc.</i>
(3) Definição da agenda.	<i>Nesta fase os principais atores do sistema político-administrativo envolvidos com a busca de soluções para a situação-problema procuram identificar estratégias gerais para enfrentamento e fontes de competências e recursos a serem mobilizados para delineamento de alternativas iniciais.</i>
(4) Formulação de alternativas.	<i>Depois de identificados e mobilizados os principais atores, são iniciadas atividades com vistas a obter conhecimento mais profundo sobre aspectos técnicos necessários para levar em frente a concepção da política pública.</i>
(5) Elaboração de um plano estratégico	<i>O plano estratégico no processo de política pública tem como finalidade identificar e delinear cursos de ações, identificar alternativas de recursos e competências a serem mobilizados durante a concepção e elaboração da política, identificar fatores facilitadores e restritivos à continuidade da política, definir metas e objetivos.</i> <i>Dentro de uma ampla política pública, o planejamento estratégico permite o alinhamento entre um grande número de organizações participantes em função de objetivos e metas projetados para diferentes perspectivas temporais.</i> <i>O planejamento estratégico pode ser concebido com abrangência institucional global ou com abrangência de áreas funcionais de diferentes instituições.</i>
(6) Adoção de um programa legislativo	<i>Como políticas públicas normalmente dependem da alocação de elevado volume de recursos financeiros, da estruturação de bases administrativas permanentes, da definição de bases legais para seu funcionamento, há que definir e aprovar o seu arcabouço legal de suporte.</i>
(7) Implementação do plano tático e operacional.	<i>Definidas as bases legais de sustentação da política pública, o próximo passo é o desenvolvimento de um plano tático para, com base no plano estratégico, viabilizar a implantação operacional da política pública para produção de resultados concretos para sua coletividade destinatária.</i>
(8) Avaliação dos efeitos da política.	<i>Nesta fase final do processo de gestão de uma política pública o objetivo é verificar as consequências da política pública implementada. Além disso, é o momento de se verificar com que nível de eficiência e eficácia os problemas foram sanados em decorrência da implementação da política pública.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), textos de Procopiuck (2013).

Secchi (2013) ao introduzir o estudo do ciclo de políticas públicas, por intermédio do processo de elaboração de políticas públicas, afirma que o citado ciclo é um esquema de visualização e interpretação que organiza a sua vida em etapas interdependentes e sequenciais, que considero serem essenciais para qualquer estudo relacionado à política pública.

Para Rua (2014) o ciclo de políticas públicas é formado por cinco etapas: 1) definição do problema; 2) formação de agenda; 3) formulação; 4) implementação; e 5) monitoramento e avaliação. Inicialmente, procura-se identificar os problemas e após a sua definição, estabelece-se uma agenda representativa do tema foco da atenção do governo. Na terceira etapa de formulação dessas políticas, tem a finalidade de estabelecer soluções para atender as demandas postas pela sociedade. Na quarta etapa de implementação tem como característica primordial o conjunto de ações concretas para fazer essa política sair do papel e ser posta em prática. Finalizando o ciclo é realizada a avaliação e monitoramento dessa política pública, buscando verificar seus reais impactos e efeitos, assegurando, assim, a qualidade das ações por intermédio do seu exame continuado. É justamente nessa quinta fase do ciclo de uma política pública que está inserido este estudo de caso. Buscando fazer uma avaliação e monitoramento/identificação de óbices a sua plena e eficaz execução.

Uma abordagem das etapas do ciclo de uma política pública é definida como analítica, porém não fornece variáveis explicativas para os fatos analisados, sendo útil, apenas, na definição de um recorte do objeto de análise, referenciando, assim, a separação em etapas, evidenciando a sua importância para os estudos dessas políticas (Lima; D’Ascenzi, 2013).

Ao observar o ciclo de políticas públicas na sua etapa de monitoramento e avaliação, fica estabelecido que o foco deste trabalho seja esta citada etapa, pois, muitas vezes, os impactos e consequências reais destas políticas públicas não projetam os impactos almejados na etapa de formulação (Frey, 2000).

Segundo Fox (2006) o processo de política pública, de um modo geral, pode ser resumido conforme as fases que seguem no Quadro 6:

Quadro 6 – Processo de políticas públicas

Fase	Características
Iniciação	<ul style="list-style-type: none"> 1) Pensar criativo no problema; 2) Definir objetivos; 3) Criar opções; 4) Tentativas e exploração preliminar de conceitos, demandas e possibilidades.
Estimação	<ul style="list-style-type: none"> 1) Investigar conceitos e necessidades; 2) Estimar impactos; 3) Exame normativo das consequências prováveis; 4) Delinear um programa; 5) Estabelecer critérios de desempenho esperado e de indicadores.
Seleção	<ul style="list-style-type: none"> 1) Debater sobre as possíveis opções; 2) Compromissos, negociações e ajustes de interesses; 3) Reduzir incertezas sobre as opções; 4) Integrar elementos de decisão não racionais e de questões ideológicas; 5) Decidir entre as opções; 6) Atribuir responsabilidades para a execução.

Implementação	1) Desenvolver regras, estruturas de regulação e linhas gerais para execução das decisões; 2) Mudar decisões para se ajustarem às restrições operacionais; 3) Transformar decisões em termos operacionais; 4) Elaborar um programa com objetivos e padrões de desempenho, incluindo cronogramas de operações.
Avaliação	1) Comparar o desempenho real e o desempenho esperado em termos dos critérios estabelecidos previamente; 2) Atribuir responsabilidades em relação às discrepâncias observadas no desempenho.
Conclusão	1) Determinar os custos, das consequências e dos benefícios decorrentes das ações adotadas na política; 2) Comparar o que foi necessário e o que foi requisitado; 3) Especificar os problemas detectados no momento da conclusão.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), adaptado de Fox (2006).

Desta feita e em um olhar apresentado por Procopiuck (2013) as políticas públicas podem ser classificadas como simbólicas ou materiais, quanto a sua natureza. Com definições explicitadas no Quadro 7.

Quadro 7– Natureza das políticas públicas

Classificação	Definição
Materiais	<p><i>As políticas materiais proveem os seus beneficiários de recursos ou de poder substantivo ou a eles impõem desvantagens.</i></p> <p><i>Exemplos disso são as políticas que instituem cotas para grupos menos favorecidos no ensino superior, criam diferenciação entre pessoas tributadas e não tributadas, dentre outras.</i></p>
Simbólicas	<p><i>As políticas simbólicas apresentam relativamente baixos impactos sobre as pessoas. Elas não chegam a concretizar aquilo que parecem fazer, alocando vantagens ou desvantagens intangíveis.</i></p> <p><i>São políticas que procuram fortalecer sentidos de patriotismo, de comportamentos pacíficos, de justiça social etc.</i></p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Ainda, segundo Procopiuck (2013), as políticas públicas podem ser classificadas quanto à natureza por: gerais ou específicas, amplas ou estreitas, simples ou complexas, explícitas ou implícitas, formais ou informais, discricionárias ou obrigatórias, qualitativas ou quantitativas. Independentemente da sua natureza definida, uma política pública é originada de uma declaração de princípios que as nortearão, determinando suas ações ao encontro de vontades político-administrativos.

Nas Ciências Políticas, embora haja discussões sobre o que define exatamente um problema político, a análise de políticas públicas é considerada mais um gênero pertencente ao campo das ciências políticas. Embora distintos, os dois conceitos, em muitas ocasiões, são erroneamente considerados de forma intercambiável (DeLeon, 1988). Além disso, a análise de políticas públicas, ao se tornar multidisciplinar, passou a apresentar dificuldades para ser classificada como pertencente exclusivamente às Ciências Políticas ou à Administração Pública (Procopiuck, 2013).

A análise de políticas públicas é uma área de atuação profissional que está relacionada com a análise científica de conteúdos e de impactos de políticas públicas, sobretudo na gestão

e planejamento público. Esse campo, desde suas origens, resulta da convergência das disciplinas: (I) ciências de gestão e engenharia de sistemas; (II) ciências econômicas do bem-estar; (III) ciências políticas e ciências administrativas; e (IV) ciências sociais empíricas (Ulrich, 2002). Em termos simples, a análise de políticas públicas consiste no “estudo da ação de autoridades públicas dentro de uma sociedade” (Mény; Thoening, 1989).

A análise de políticas públicas, como um domínio de atuação de acadêmicos e profissionais, é composta por uma variedade de modelos elaborados por pesquisadores das áreas de economia, ciências políticas, pesquisa operacional e administração pública. Estes modelos pressupõem que os desafios relacionados às políticas públicas e suas resoluções devem ser definidos de forma racional e investigados empiricamente para análises detalhadas (Sapru, 2010).

A ciência de políticas públicas tem suas origens na ideia de unir a produção e aplicação de conhecimentos sobre e nas políticas públicas. Quanto mais clareza se tem, mais fácil se torna a mobilização de conhecimentos para lidar com problemas de interesse público. Dessa forma, tanto para o pesquisador quanto para o especialista em políticas públicas são fundamentais duas habilidades: ter a capacidade de integrar conhecimentos de diferentes áreas e potencializar a relação entre ciência e políticas públicas (Hoppe, 1999).

Segundo Procopiuck (2013), a análise de políticas públicas tem seguido, de forma geral, as seguintes etapas, com diferentes níveis de detalhamento: busca de metas em políticas públicas; proposição de opções político-administrativas para lidar com desafios específicos; sugestão de medidas em políticas públicas; acompanhamento dos impactos das medidas públicas em várias etapas, desde a idealização até a implementação; e a análise do impacto de medidas públicas, com base em diferentes pontos de vista e objetivos de políticos, gestores e estudiosos.

Com base em padrões normativos, a análise de políticas públicas (*policy analysis*) concentra-se em questões pré-definidas e parte da seguinte questão central: qual é a melhor abordagem a ser adotada? O principal objetivo da análise de políticas públicas é identificar as opções mais eficazes disponíveis e apresentá-las como alternativas viáveis para as autoridades encarregadas de resolver questões dentro de suas áreas de atuação. Nesse sentido, a análise de políticas públicas enfrenta o desafio de encontrar pontos de referência para identificar melhores práticas ou opções alternativas, levando em consideração critérios de eficiência e eficácia (Smith; Larimer, 2009).

Abordagens mais abrangentes da análise de políticas públicas surgem como reações às críticas ao crescente “tecnicismo” que tende a priorizar a utilização de modelos formais para resolver problemas de política, em vez de considerar a importância de abrir caminho para a implementação de meios que possibilitem a resolução de questões, por meio da participação plural e democrática dos envolvidos (Procopiuck, 2013).

Ao procurar entender a avaliação de políticas públicas (*policy evaluation*), na ótica de Secchi (2023), verifica-se que ela tem como objetivo fornecer orientações práticas e costuma utilizar métodos retrospectivos ou de processo. Seu propósito principal é gerar informações essenciais para manter, ajustar ou mesmo encerrar políticas públicas. Essa análise pode ser realizada antes da implementação (avaliação *ex ante*), durante o processo de implementação (avaliação *in itinere* ou monitoramento) ou após a implementação (análise *ex poste*), utilizando critérios, padrões e indicadores para avaliar as qualidades e fraquezas da política pública em questão.

De forma ampla, a avaliação de políticas pode ser categorizada com base no conteúdo da política, no sistema, no problema e nos resultados, levando em com diferentes focos e instrumentos de análise, como mostrado no Quadro 8.

Quadro 8 – Abordagens para análises de políticas

Abordagem analítica	Foco Analítico	Instrumento Analítico
Análise do conteúdo da política pública	<i>Estudos interpretativos.</i> <i>Análise comparativa.</i> <i>Dinâmica da política.</i> <i>Patologias da política pública.</i>	<i>Práticas judiciais, executivas e legislativas.</i> <i>Correlação do conteúdo entre políticas públicas.</i> <i>Mudanças de indicadores.</i> <i>Problemas e patologias do processo da política.</i>
Análise do sistema da política pública	<i>Estudos comportamentais.</i> <i>Estudos institucionais.</i> <i>Estudos do processo.</i>	<i>Decisões e influências dos stakeholders.</i> <i>Papéis das organizações e das instituições.</i> <i>Procedimentos de definição de agenda e do processo político.</i>
Análise do problema da política pública	<i>Estruturação do problema.</i> <i>Defesa de interesses.</i>	<i>Natureza do problema público enfrentado pela política pública.</i> <i>Alternativas recomendadas para a política pública.</i>
Análise dos resultados e dos impactos da política pública	<i>Monitoramento.</i> <i>Valores subjacentes às ações.</i>	<i>Resultados das ações políticas.</i>

Fonte: Fox (2006) com adaptações de (Procopiuck, 2013)

Levando em consideração as diferentes metodologias desenvolvidas e adotadas na avaliação de políticas públicas, é possível identificar um campo já consolidado. A análise de políticas públicas é intrinsecamente interdisciplinar, com foco em contextos específicos, voltada para a resolução de questões práticas da política e com uma ênfase normativa (Procopiuck, 2013).

A evolução do campo de estudo das políticas públicas já possibilitou certa consolidação de conhecimentos fundamentados em bases teóricas sólidas da ciência política. Hoje em dia, a análise de políticas públicas está mais focada no aprimoramento de métodos e abordagens para otimizar os processos de apoio às decisões políticas do que em solucionar questões específicas, como era comum no início (Sapru, 2010). Na medida em que ocorreu a integração do estudo das políticas públicas, é viável reconhecer tendências de evolução de abordagens e visões que podem ser agrupadas em diferentes correntes (Procopiuck, 2013).

Segundo Souza (2003) os estudos sobre implementação de políticas públicas podem ser situados como uma vertente do campo de análise de políticas públicas que tem por objetivo colocar luz no seu momento de materialização. A elaboração e execução das políticas públicas passam por um processo que abrange diversas fases, desde a identificação e análise dos problemas até a verificação dos resultados das políticas adotadas. Já citados nas fases do ciclo de uma política pública de Rua (2014).

Ainda segundo Souza (2003), o ciclo de uma política pública pode ser considerado uma ferramenta importante no entendimento do processo decisório que as envolvem, porém nem sempre reflete a realidade. As fases desse ciclo devem compreender a formulação dos objetivos da política, o desenvolvimento de estratégias e ferramentas de intervenção, a distribuição de recursos, a realização das ações planejadas e a vigilância e avaliação dos resultados alcançados.

O Estado desempenha o papel central nesse processo, coordenando as ações e assegurando a integração das diferentes visões e interesses envolvidos. Ademais, é responsabilidade do Estado, criar mecanismos de diálogo e consulta pública para fomentar a participação democrática na formulação das políticas, garantindo a representatividade e a legitimidade das decisões tomadas (Dye, 2008). Contudo, é necessário admitir que o Estado nem sempre consegue resolver todos os desafios sociais e que a efetiva implementação das medidas públicas exige a colaboração de outros agentes e ações coordenadas em diferentes esferas de governo (Bresser, 2007).

Destaca-se a importância do estudo interdisciplinar das políticas públicas, o que permite a busca de modelos analíticos que ajudam a entender os processos políticos e administrativos, ajudando na superação de desafios na implementação e avaliação das políticas públicas. Cada modelo ajuda a entender como decisões são tomadas dentro da administração pública, mas nenhum deles explica completamente a complexidade das políticas públicas. Na prática, a tomada de decisão envolve elementos racionais, organizacionais e burocráticos ao mesmo

tempo (Souza, 2006).

Estado, segundo Lowi (1972), desempenha um papel central na formulação e implementação de políticas públicas para AF, influenciando por meio de programas de crédito, assistência técnica e ações de comercialização, como o PAA. No Brasil, desde a Constituição de 1988, as políticas governamentais voltadas à AF têm avançado, refletindo mudanças nas demandas sociais e na agenda política, com diretrizes que promovem seu fortalecimento e aprimoramento, o que aponta para a relevância de estudar como as políticas públicas vinculadas a AF estão sendo avaliadas.

1.2 AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, NO NORDESTE E NA BAHIA

Buscando apresentar as características e peculiaridades da AF, esta subseção inicialmente define e contextualiza essa atividade no Brasil, no Nordeste e, em particular, na Bahia, com o objetivo de demonstrar que o fortalecimento desse setor ocorre por meio de diversos fatores de influência. Vale destacar que a relevância da AF vai além da produção de alimentos, pois também exerce impactos significativos sob as perspectivas econômica, social e ambiental, conforme apontam Gazella, Bonnal e Maluf (2009).

A AF foi definida pela Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu Art. 3º, como uma propriedade cuja área não excede quatro módulos fiscais², que utiliza predominantemente a mão de obra familiar em suas atividades econômicas e cuja principal fonte de renda provém dessas atividades (BRASIL, 2006a).

No Brasil, o desenvolvimento do setor rural, e consequentemente da AF, tem passado por mudanças estruturantes para superar desafios produtivos, conservar os recursos naturais e maximizar a renda, configurando-se como um grande desafio. Como apresentado na introdução a AF no Brasil nem sempre foi reconhecida como um setor específico e relevante da produção agrícola. Até a década de 1990, era comumente referida por termos depreciativos - "pequena produção", "agricultura de subsistência", "produtor de baixa renda"; e "pobres do

² Entende-se por módulo fiscal a unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA. As suas dimensões podem variar de acordo com o município onde se localiza a propriedade, variando de 5 a 110 hectares, de acordo com Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979 (Brasil, 1979).

campo" (Abramovay, 1997; Schneider; Cassol, 2014; Wanderley, 2017 apud IBGE, 2020) - partir desse período é que a expressão Agricultura Familiar (AF) passou a ser utilizada, conferindo visibilidade e reconhecimento à categoria. Assim, a AF consolidou-se como um elemento fundamental para o desenvolvimento rural sustentável, especialmente no Nordeste e na Bahia, onde desempenha um papel essencial na geração de renda e na segurança alimentar.

Nesse contexto, as políticas públicas voltadas à agricultura desempenham um papel fundamental para alcançar esses objetivos. Foi nesse esforço que, por meio da Resolução nº 2.191/1995, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com a finalidade de promover a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares (MAPA, 2023), e a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006a) que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Na referida Lei, o agricultor familiar é definido como o gestor de um empreendimento agrícola cuja força de trabalho no processo produtivo deve ser predominantemente proveniente da família, e cuja gestão do estabelecimento deve ser estritamente familiar.

O Quadro 9, apresentado a seguir, evidencia a evolução do arcabouço jurídico das políticas voltadas à agricultura familiar no Brasil, destacando marcos normativos implementados por diferentes governos ao longo dos anos. Desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, até as regulamentações mais recentes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), observa-se um contínuo aprimoramento das diretrizes voltadas ao fortalecimento do setor.

O levantamento normativo apresentado no quadro demonstra como a AF tem sido objeto de políticas públicas estruturantes, reforçando sua importância para a segurança alimentar, a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Quadro 9 – Evolução do Marco Legal da Política Pública na esfera federal para Agricultura Familiar no Brasil

Gov.	Ano	Norma	Descrição
Fernando Henrique	1996	Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996	<i>Cria o programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).</i>
Luiz Inácio	2003	Art. 19, da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003	<i>Cria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no âmbito do Programa Fome Zero.</i>
	2003	Lei nº 10.873, de 16 de setembro de 2003	<i>Cria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e define seus objetivos, diretrizes e formas de operacionalização.</i>
	2004	Decreto nº 5.241, de 17 de outubro de 2004	<i>Regulamenta a Lei nº 10.873/2003, estabelecendo as normas e procedimentos para a execução do PAA.</i>
	2006	Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006	<i>Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.</i>
	2009	Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009	<i>Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica.</i>
	2009	Decreto nº 7.257, de 29 de junho de 2009	<i>Altera o Decreto nº 5.241/2004, ampliando as ações do PAA para a inclusão da agricultura familiar e da pesca artesanal.</i>
	2010	Lei nº 12.306, de 3 de dezembro de 2010	<i>Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e estabelece o PAA como um dos seus instrumentos.</i>
Dilma Rousseff	2011	Decreto nº 7.724, de 16 de junho de 2011	<i>Regulamenta a Lei nº 12.306/2010, definindo as diretrizes e ações da PNSAN, incluindo o PAA.</i>
	2011	Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011	<i>Institui o programa de apoio à conservação ambiental e o programa de fomento às atividades produtivas rurais.</i>
	2012	Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012	<i>Regulamenta o Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que institui o PAA e o capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.</i>
	2013	Lei nº 12.839, de 5 de dezembro de 2013	<i>Altera a Lei nº 10.873/2003, dispondo sobre a destinação dos alimentos adquiridos pelo PAA.</i>
	2014	Decreto nº 8.471, de 22 de junho de 2014	<i>Regulamenta a Lei nº 12.839/2013, estabelecendo as normas e procedimentos para a destinação dos alimentos adquiridos pelo PAA.</i>
	2015	Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015	<i>Estabelece no âmbito da administração pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.</i>
	2015	Lei nº 13.154, de 30 de julho de 2015	<i>Altera a Lei nº 10.873/2003, dispondo sobre a participação dos agricultores familiares na venda direta de seus produtos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).</i>
Michel Temer	2017	Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017	<i>Altera a Lei nº 10.873/2003, dispondo sobre a aquisição de produtos da pesca artesanal pelo PAA.</i>
	2017	Decreto nº 9.214, de 27 de novembro de 2017	<i>Regulamenta a Lei nº 13.465/2017, estabelecendo as normas e procedimentos para a aquisição de produtos da pesca artesanal pelo PAA.</i>
Jair Bolsonaro	2020	Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020	<i>Dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do PAA, como a flexibilização das regras de aquisição e distribuição de alimentos.</i>
	2021	Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021	<i>Altera a Lei nº 10.873/2003, dispondo sobre a destinação dos alimentos adquiridos pelo PAA para fins de doação a entidades filantrópicas e de assistência social. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil.</i>
	2021	Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021	<i>Regulamenta a Lei nº 14.284/2021, estabelecendo as normas e procedimentos para a destinação dos alimentos adquiridos pelo PAA para fins de doação a entidades filantrópicas e de assistência social. Regulamenta o Programa Alimenta Brasil primeiramente instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021.</i>

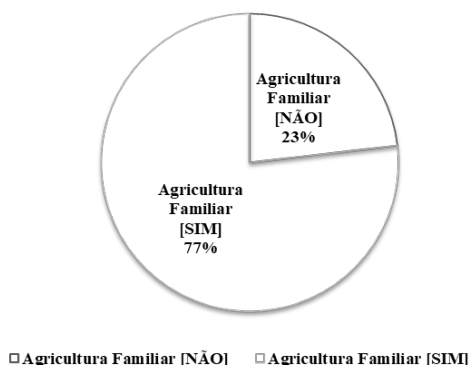
Luiz Inácio	2023	Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023	<i>Dispõe sobre medidas de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional no contexto da pandemia da Covid-19, incluindo a ampliação do PAA.</i>
	2023	Decreto nº 11.476, de 06 de abril de 2023	<i>Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA.</i>
	2023	Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023	<i>Institui o PAA e o Programa Cozinha Solidária; Altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 01 de abril de 2021 (lei de licitações e contratos administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008; 11.775, de 17 de setembro de 2008; 12.512, de 14 de outubro de 2011; e 14.284, de 29 de dezembro de 2021.</i>
	2023	Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023	<i>Regulamenta o PAA.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Por meio desse estudo temporal, é possível perceber as mudanças consideráveis nas diretrizes e leis que impactam diretamente os pequenos produtores rurais. Desde as primeiras medidas tomadas com o advento da Constituição de 1988, que reconheceu os direitos da AF, até as recentes regulamentações e ações governamentais, este quadro ressalta os marcos relevantes que influenciaram a estrutura jurídica e institucional desse setor crucial da economia brasileira. Ao analisar essas legislações marcantes, torna-se viável compreender melhor a trajetória da AF no país e as alterações significativas que se deram ao longo do tempo (Brasil, 1988).

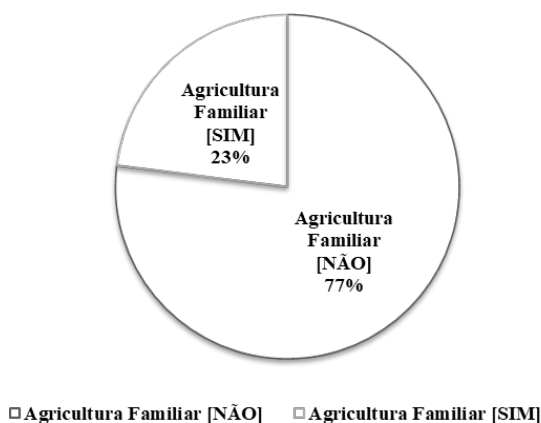
As frequentes alterações e atualizações nos marcos legais relativos à política pública da AF podem apresentar um desafio significativo para sua compreensão e aplicação prática, em especial para os próprios beneficiários dessas medidas, os agricultores familiares.

A complexidade e a falta de estabilidade nas normas dificultam a capacidade dos agricultores de compreender plenamente seus direitos, deveres e os recursos disponíveis para eles. Ademais, essas mudanças constantes podem gerar incerteza e insegurança jurídica para os agricultores familiares, dificultando sua capacidade de planejar suas atividades agrícolas e acessar de forma apropriada os programas e benefícios oferecidos pelo governo. Dessa maneira, torna-se essencial promover uma maior clareza e estabilidade no marco legal da AF, a fim de garantir uma implementação eficiente e uma participação efetiva dos agricultores familiares no desenvolvimento e fortalecimento desse setor crucial da economia brasileira, independente da persona do Presidente em exercício e eleito democraticamente. Segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2022), os agricultores familiares representam cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos agrícolas, o que significa 77% de todos os estabelecimentos, conforme Figura 9.

Figura 9: Representação numérica de estabelecimentos agrícolas

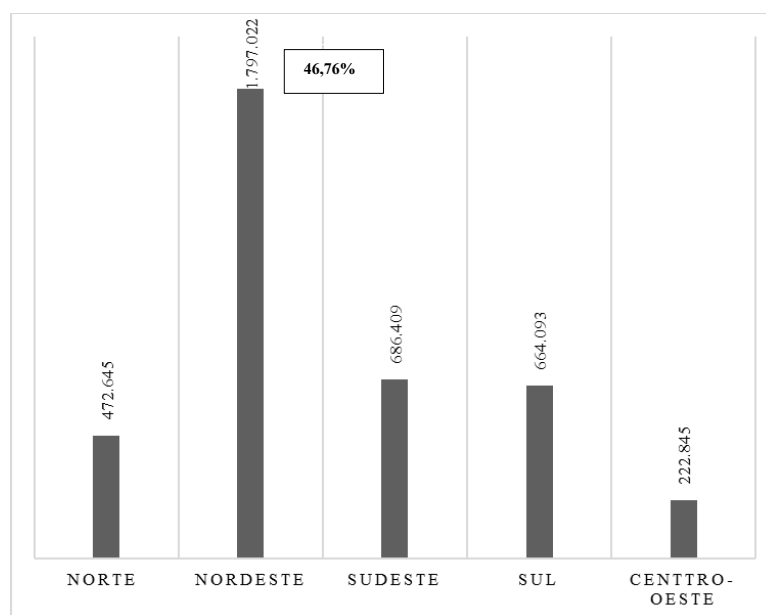
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2022).

Porém ocupam apenas 23% de área, que equivalem a 80,8 milhões de hectares, conforme se observa nas Figuras 10. Apesar de seu pequeno percentual de área ocupada representa cerca de 70% da produção de alimentos para consumo interno e serve como base econômica de cerca de 90% dos municípios brasileiros (IPEA, 2021).

Figura 10: Representação numérica dos estabelecimentos agrícolas em hectares

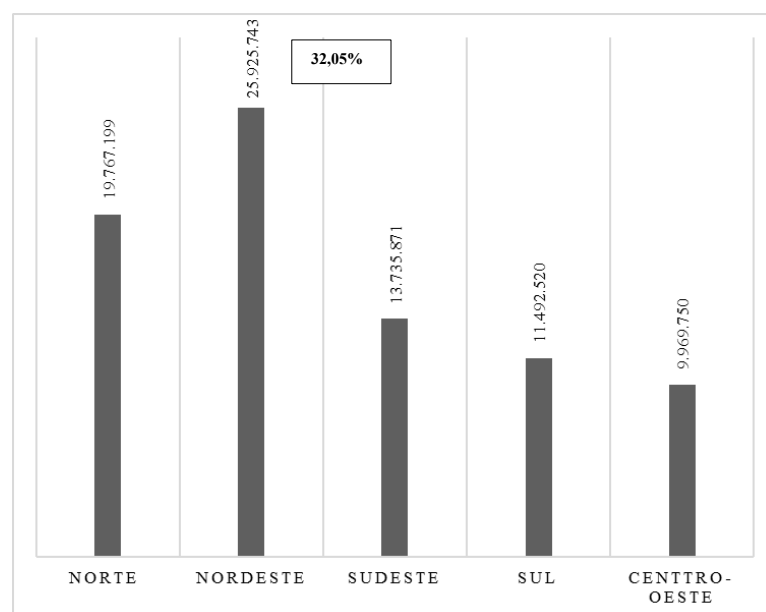
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2022).

Ao regionalizar a distribuição dos estabelecimentos agrícolas da AF no Brasil, verifica-se que na região nordeste os agricultores familiares representam 46,76% de todos os empreendimentos da AF em comparação com as demais regiões, vide Figura 11 (IBGE, 2017).

Figura 11: Regionalização dos estabelecimentos agrícolas da AF

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2022).

A mesma região possui 32,05% do total da área em hectares em comparação com as demais regiões conforme visto na Figura 12, demonstrando que possui a grande representatividade nacional nesse setor-alvo da política pública do Pronaf (IBGE, 2022).

Figura 12 – Regionalização dos estabelecimentos agrícolas da AF em hectares

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2022).

Ainda sobre o Censo Agropecuário 2017, observa-se, na Tabela 1, que na região nordeste os agricultores familiares mesmo tendo um número maior de estabelecimentos (79,46%) em comparação aos não familiares, ocupam uma área menor de território (36,57%) (IBGE, 2017). Segundo Wesz e Trentin (2006), deve-se reconhecer que para além de ser uma

unidade produtiva rural, a AF estabelece um vínculo afetivo entre a família e a terra gerando uma produção agropecuária sustentável e adaptável sendo responsável por geração de renda e trabalho efetivo. Evidenciando que o Estado por meio de suas políticas públicas, como é o caso do Pronaf, são formas de fomentar esse grande número de produtores rurais promovendo o desenvolvimento rural e otimizando a utilização dessas áreas agrícolas.

Tabela 1 – Número e área dos estabelecimentos agrários no Nordeste

Agricultura familiar	Quantidade de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos
SIM	1.797.022 (79,46%)	25.925.743 hectares (36,57%)
NÃO	464.579 (20,54%)	44.968.122 hectares (63,43%)
TOTAL	2.261.601	70.893.865

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2023).

No Nordeste a produção agropecuária em 2021 foi 82,4 bilhões de reais, o que equivale a 10,6% de toda produção do Brasil, conforme dados obtidos no site da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2023), onde o estado baiano lidera a produção dos principais produtos agrícolas, vide Tabela 2.

Tabela 2 – Principais produtos agrícolas do Nordeste em 2021

Produto	Valor em produção	Dados	Participação no Nordeste
SOJA	R\$ 32,5 bilhões	12,8 milhões de ton 3º produtor do Brasil 9,5 % da produção nacional	Bahia (53,4%) Maranhão (25,3%) Piauí (21,2%)
MILHO	R\$ 9,7 bilhões	8,2 milhões de ton 4º produtor do Brasil 9,3 % da produção nacional	Bahia (29,8%) Maranhão (27,6%) Piauí (26,1%)
CANA-DE-AÇÚCAR	R\$ 6,8 bilhões	54,7 milhões de ton 3º produtor do Brasil 7,6 % da produção nacional	Alagoas (31,9%) Pernambuco (28,5%) Paraíba (10,3%)
ALGODÃO	R\$ 4,5 bilhões	1,4 milhão de ton 2º produtor do Brasil 23,6 % da produção nacional	Bahia (88,1%) Maranhão (8%) Piauí (3%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), dados PEVS - IBGE(2022a).

Outros dados também reforçam o protagonismo do setor agrícola e em particular da AF na Bahia, conforme demonstrado nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Comparação de número de estabelecimentos agrários, entre os estados do Nordeste

Unidade da Federação	Quantidade de Estabelecimentos	
	Agricultura Familiar	
	SIM	NÃO
MARANHÃO	172.558	29.718
PIAUI	191.410	45.862
CEARÁ	284.516	86.201
RIO GRANDE DO NORTE	50.262	12.631
PARAÍBA	124.463	37.193
PERNAMBUCO	230.851	48.586
ALAGOAS	81.804	15.982
SERGIPE	71.722	21.020

BAHIA	589.436	167.386
--------------	----------------	----------------

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2023).

Levando-se em conta os números elevados da Bahia em comparação com os demais estados do Nordeste, onde apresentam segundo Censo Agropecuário 2017, 39,52% de toda a área agrícola e 33,46% do número de estabelecimentos agrícolas, ficando evidenciada a representatividade da Bahia na produção agrícola. Essa importância e protagonismo se traduzem na situação da Bahia ser o terceiro estado na produção de frutas do Brasil, com 11,2% de toda produção em 2021, gerando um montante de 6,4 bilhões de reais em fruticultura. Onde aparecem os Países Baixos, Estados Unidos, Espanha, Reino Unido e Portugal, como os principais destinos internacionais das frutas produzidas em 2022 (SEI, 2023).

Tabela 4 – Comparação da área dos estabelecimentos agrários, entre os estados do Nordeste

Unidade da Federação	Área dos Estabelecimentos	
	Agricultura Familiar	
	SIM	NÃO
MARANHÃO	3.780.319	8.458.170
PIAUÍ	3.852.846	6.157.011
CEARÁ	3.342.608	3.565.572
RIO GRANDE DO NORTE	946.510	1.776.639
PARAÍBA	1.441.215	1.983.326
PERNAMBUCO	2.321.555	2.149.664
ALAGOAS	551.034	1.085.678
SERGIPE	680.515	780.346
BAHIA	9.009.143	19.011.716

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2023).

O Estado brasileiro, buscando mitigar obstáculos e óbices da AF, promoveu uma valorização das políticas públicas de fomento à AF e o setor agrário como um todo ao longo da década de 1990, o que não era antes percebido, motivada pela expansão do setor rural brasileiro e sempre com o objetivo de diminuir a fatídica pobreza que aflige o setor rural e a conscientização sobre a importância sociocultural dos agricultores tradicionais e familiares (Mattei, 2007).

Com os avanços promovidos pela Constituição Cidadã de 1988, principalmente na gestão democrática e na participação social, permitiu o surgimento de reivindicações, por parte de vários movimentos sociais, o que levou os governantes a pautar tais aspectos em suas agendas governamentais e na formulação de políticas públicas que as tornassem possíveis (Grisa; Schneider, 2014). É importante destacar o Art. 186 da Constituição (Brasil, 1988):

Art. 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

A escassez de recursos e os elevados custos de produção para os agricultores familiares deviam ser amenizados e estavam sendo priorizados pelos movimentos sociais, que solicitavam ações voltadas para suplantá-los (Simão; Silva; Silveira, 2014). Nesse contexto o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instituído em 1996, procurou atender os pontos relacionados à capacidade técnica e a inclusão da AF nos mercados agrícolas, demonstrando, com isso, a importância e o reconhecimento do Estado para as especificidades e reivindicações particulares dos agricultores familiares (Gazolla; Schneider, 2013; Mattei, 2007; Schneider *et al.*, 2004).

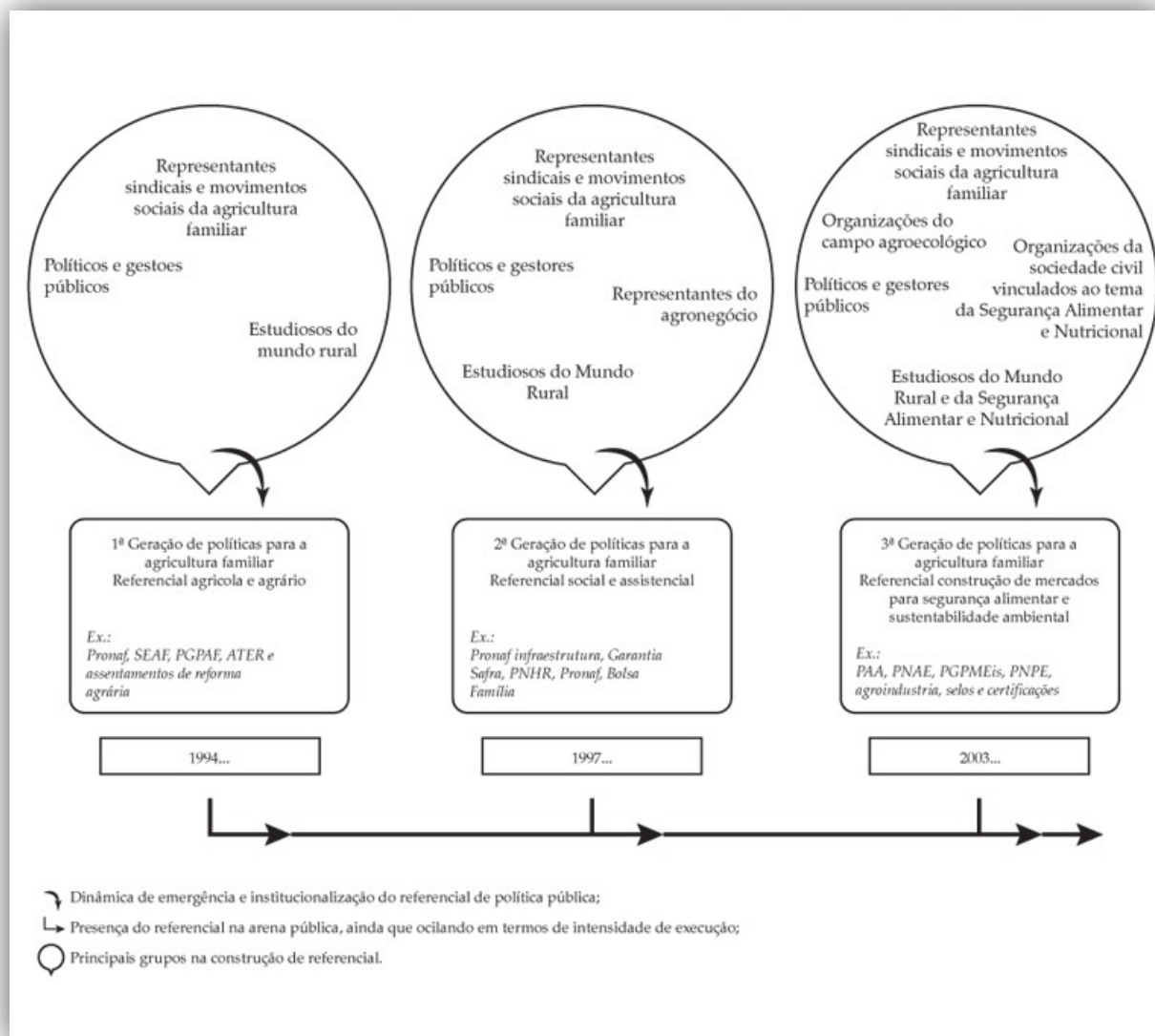
O desenvolvimento social e territorial do setor rural está fortemente relacionado à integração das políticas públicas que focam na AF, que buscam a construção desse modelo efetivo de desenvolvimento (Turpin, 2009; Brasil, 1996). Com a necessidade de participação mais efetiva em um mercado cada vez mais competitivo, a AF precisa inovar e diversificar sua produção, diferenciando seus produtos como consequência dessas atitudes (Neumann, *et al.*, 2007). Outro aspecto importante a ser abordado sobre os fatores de sucesso ou fracasso de uma política pública, principalmente nas de fomento da AF, é o fato do beneficiado se engajar na busca do aprimoramento da sua parte integrante do projeto.

O desenvolvimento de técnicas de cultivo, a profissionalização das relações de compra e venda e a gestão proativa e eficiente do pequeno negócio são fatores essenciais para o fortalecimento da AF. Um exemplo dessa transformação pode ser observado na Argentina, onde agricultores familiares buscaram reorganizar suas atividades tradicionais, adotando uma abordagem mais empresarial e profissional. Esse movimento permitiu não apenas o crescimento dos empreendimentos, mas também a garantia da sucessão familiar, assegurando a continuidade e o fortalecimento dessas iniciativas ao longo das gerações (Neiman; Bober, 2016).

É importante ratificar o papel preponderante das relações ambientais envolvidas no processo de desenvolvimento da política pública de crescimento da AF estimulada pelo Pronaf. Esse fator fica evidente em experiências virtuosas em países vizinhos, como no Uruguai, onde a plataforma de cultivo “Agrointeligente” se desenvolveu nesse viés de sustentabilidade. Segundo Scheuer (2021) a experiência do Uruguai buscava produzir mais e melhor, de forma sintonizada com o ambiente e com as mudanças climáticas, apoiando-se em inovação tecnológica e inclusão de todos os produtores da cadeia de valor.

A divisão das políticas públicas para a AF no Brasil, proposta por Grisa e Schneider (2014), estrutura-se em três gerações distintas (Figura 13).

Figura 13 – Principais grupos de atores atuantes na construção dos referenciais de política pública para agricultura familiar ao longo dos anos.



Fonte: Grisa e Schneider (2014)

A primeira geração, iniciada em 1994, possui um referencial agrícola e agrário, destacando-se pelo fortalecimento da produção agrícola e pelo financiamento da AF. Nesse contexto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) assume um papel central, garantindo acesso ao crédito rural, promovendo a criação de empregos e melhorando a renda dos pequenos produtores. No entanto, sua implementação enfrentou desafios, especialmente entre os agricultores mais vulneráveis economicamente. Para ampliar os benefícios a esse público, novas iniciativas foram desenvolvidas, como processos de

comercialização dos produtos (Andrews, 2004; Simão; Silva, 2014).

A segunda geração, que surge a partir de 1997, representa uma fase de transição, com um referencial social e assistencial voltado ao combate à pobreza e à redução das desigualdades no meio rural. Nesse período, as políticas públicas passaram a considerar a AF não apenas como um setor produtivo, mas também como uma ferramenta essencial para a inclusão social. Foram implementadas iniciativas como infraestrutura rural, Garantia-Safra, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Pronaf Infraestrutura e o Bolsa Família, que buscaram fortalecer as condições de vida e trabalho dos agricultores familiares (Grisa; Schneider, 2014).

A terceira geração, consolidada a partir de 2003, introduz um referencial de construção de mercados, voltado para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. Esse período é marcado pela criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que desempenhou um papel fundamental na ampliação das oportunidades para os agricultores familiares, garantindo acesso a mercados institucionais e estabelecendo mecanismos de garantia de preço para a produção familiar. Além do PAA, políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) e programas de certificação e agroindústria consolidaram a AF como peça-chave na segurança alimentar do país.

Apesar dos avanços no campo institucional e acadêmico, ainda há desafios na implementação e no acompanhamento dessas políticas. Conforme apontam Moreira, Santos e Lucena (2021), as organizações e associações da sociedade civil desempenham um papel essencial na construção de uma sociedade mais inclusiva, promovendo a participação ativa dos pequenos agricultores na formulação e execução das políticas públicas.

A gestão participativa e popular dessas organizações permite a troca de experiências, fortalece a capacidade de autogestão e fomenta a solidariedade entre os trabalhadores rurais, possibilitando maior inserção no mercado regional e a construção de um modelo sustentável de desenvolvimento para a AF.

1.3 COMPRAS INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Na busca de compreender as compras institucionais é essencial o entendimento de aspectos como a finalidade, a função das compras, a economicidade, a qualidade e até a

celeridade do rito processual (Santana, 2015; Fenili, 2016). O início desse entendimento se dá pela obrigatoriedade da licitação para as contratações e aquisições realizadas pelo ente público, respeitadas as situações previstas na legislação, alicerçadas nos princípios dispostos no art. 37 da Constituição Federal, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sendo o principal elemento norteador das compras públicas o fator legal e normativo, que vincula e regula todos os processos de aquisições/contratações públicas no Brasil (Costa; Terra, 2019).

Nesse contexto é importante destacar o que se dispõe no art. 5º, da Lei nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos: “Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.” (Brasil, 2021a).

Os princípios elencados na supracitada lei diversificam a finalidade das compras, evidenciando a necessidade de entendimento mais ampla, para além de uma simples aquisição de bens. Segundo Costa (2000), as atividades envolvidas nas compras são bastante complexas, principalmente na esfera pública, que é regida por normativos e processos mais severos que na esfera privada, conforme demonstrado no Quadro 10.

Quadro 10 – Diferenças entre os modelos de compras nas esferas pública e privada

Aspecto	Esfera privada	Esfera pública
Seleção de fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> - Critério de seleção centrado no fornecedor; e - Critério de seleção com base no custo do ciclo de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Critério de seleção centrado no produto; e - Critério de seleção com base no preço.
Avaliação dos fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> - Facilidade de usar como critério fornecimentos passados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de usar como critério fornecimentos passados.
Preço e concorrência	<ul style="list-style-type: none"> - Concorrência em qualidade, entrega, serviços, preços e tempo de vida do produto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Concorrência centrada no preço.
Especificação do produto	<ul style="list-style-type: none"> - Especificação mais flexível. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comprador fornece a especificação formal no início do processo.
Contratos	<ul style="list-style-type: none"> - Flexível na especificação do produto; - Modificações por negociação; e - Longa duração. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mais rígido; - Especificações formais; e - Curta duração.
Controle sobre a operação	<ul style="list-style-type: none"> - Menor nível de formalismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior nível de formalismo, tudo deve ser documentado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), adaptado Costa (2000)

Vale ressaltar, ainda, que a interferência política na área de compras governamentais as tornam ainda mais complexas, tanto na sua esfera de atuação como nos esforços para implementação de mudanças. Essa situação é agravada pelo fato de que as compras institucionais desempenham diversas funções, não podendo ser encaradas como um objetivo simples de aquisição/contratação de uma demanda diversa do Estado (Santana, 2015).

A complexidade, segundo Costa e Terra (2019), está relacionada a grande quantidade de atividades envolvidas em um processo de compra institucional, aliadas aos problemas que podem afetar os profissionais responsáveis por realizar a gestão desses processos, tais como a ineficiência, desídia, dentre outros fatores.

Ainda na visão de Costa (2000), a maior distinção entre os sistemas de aquisições público e privado reside no conceito de isonomia, onde o Estado deve assegurar direitos iguais de possibilidades para quem quer fornecer ao ente público.

Desta feita e destacando a necessidade expressa na Constituição Federal (CF), Art. 37, XXI, a licitação é o procedimento obrigatório salvo exceções dispostas em legislação específica. Onde no Art 28, da Lei nº 14.133/2021, são elencadas as cinco modalidades de licitação: pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo: “XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.” (Brasil, 1988).

Quando a observação fica voltada para o planejamento das aquisições públicas, Santana (2015) cita que o desafio é a adequação correta da licitação, de forma que possibilite a aderência à determinada política pública, que no caso desta dissertação é a do PAA.

Destaca-se que a evolução do marco legal que rege as compras institucionais está organizada da seguinte forma:

- a) 02 de julho de 2003 – Criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio da Lei nº 10.696/2003;*
- b) 14 de outubro de 2011 – O art. 17 da Lei nº 12.512/2011 autoriza a aquisição de produtos dos beneficiários fornecedores do PAA por meio de dispensa de licitação;*

c) 04 de julho de 2012 – Os arts. 17, 18 e 21 do Decreto nº 7.775/2012 regulamentam os normativos e estabelecem as formas de execução do PAA;

d) 22 de junho de 2015 – O Decreto nº 8.473/2015 determina que, no âmbito da Administração Pública Federal, um percentual mínimo de 30% das aquisições de gêneros alimentícios deve ser destinado a agricultores familiares e suas organizações, a partir de 1º de janeiro de 2016. Nesse momento da evolução do marco regulatório, as Organizações Militares (OM) do Exército Brasileiro (EB) iniciam sua estruturação para cumprir essa determinação governamental;

e) 10 de agosto de 2020 – Instituída a modalidade "Compra Institucional" no âmbito do PAA, por meio da Resolução nº 84/2020 do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA);

f) 28 de novembro de 2023 – O Decreto nº 11.802/2023 regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 14.628/2023. (Brasil, 2003; Brasil, 2011; Brasil, 2012; Brasil, 2015; Brasil, 2020c; Brasil, 2023c; Brasil, 2023d).

A chamada pública é o instrumento utilizado pela Administração Pública para selecionar as propostas para a execução do PAA, que com base no Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, a modalidade Compra Institucional, permitia essa compra de produtos diretamente dos agricultores familiares, com dispensa de licitação (Brasil, 2012). Atualmente a legislação que regulamenta as chamadas públicas no Brasil é a Lei nº 14.133/2021, lei essa que visa garantir a transparência, a igualdade e a competitividade nas aquisições dos itens da AF, dentre outras contratações de terceiros pelo poder público (Brasil, 2021a).

Na Resolução Nº GGALIMENTA 3, de 14 de junho de 2022, que dispõe sobre a execução da modalidade “Compra Institucional”, do PAA, no âmbito do Programa Alimenta Brasil, define chamada pública no seu inciso V, do art 2º como: “V – chamada pública: procedimento administrativo voltado à seleção da melhor proposta para aquisição de produtos de beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras.” (Brasil, 2022c).

No procedimento administrativo da chamada pública, que é voltado à seleção de propostas específicas para aquisições de itens oriundos da AF, os beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras apresentam suas propostas de venda em sessão pública estabelecida pela Comissão responsável do órgão comprador, que procederá a abertura dos envelopes de documentação para habilitação e de proposta de preço (Assis, 2016).

As demandas por alimentos por parte dos órgãos compradores, deverão conter no mínimo a descrição do objeto a ser contratado, quantidade e especificação dos produtos, local e periodicidade da entrega, critérios de seleção dos beneficiários ou organizações fornecedoras, condições contratuais, relação de documentos necessários para habilitação, o preço de aquisição, as condições de pagamento, os critérios do reajustamento de preços e a

vigência (Brasil, 2022c).

Segundo Grisa e Schneider (2014) o diferencial da chamada pública foi buscar diminuir as barreiras formais, possibilitando uma forma mais nova de inserção dos agricultores familiares nos mercados institucionais. Sem deixar de atender outras exigências, tais como a execução do devido processo administrativo, da existência de interesse público justificado, celebração de contrato, dentre outras, devem ser observadas. (Gasparini, 2012).

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta os caminhos metodológicos, destacando os que foram utilizados na obtenção dos dados e na análise dos resultados, que possibilitaram responder o questionamento desta pesquisa e atingir os objetivos propostos.

O presente estudo oferece descrições, interpretações e explicações que evidenciem o ineditismo. O protocolo que norteou este caminho está sustentado numa revisão teórica que foi definida, inicialmente, numa bibliometria, apresentada no artigo “POLÍTICAS PÚBLICAS VINCULADAS A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA”, de Costa e Benevides (2023). Inicialmente tinha-se a ideia de estudar a política pública do Pronaf, entretanto verificou-se que esse estudo, além de muito abrangente, não cumpriria o objetivo geral proposto nos elementos delineadores dessa dissertação de mestrado. A revisão bibliográfica apontou que o foco deveria ser a política pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), evidenciando assim, a necessidade de uma nova busca nas bases de dados SCOPUS e Web of Science.

Após constatação e definição do PAA como objeto de estudo, foi refeita a busca nas plataformas SCOPUS e Web of Science, tendo como objetivo encontrar artigos mais específicos sobre a política central do estudo, ou seja, o PAA. Foram considerados todos os documentos na Web of Science, contendo a combinação dos descritores expressos no Quadro 11.

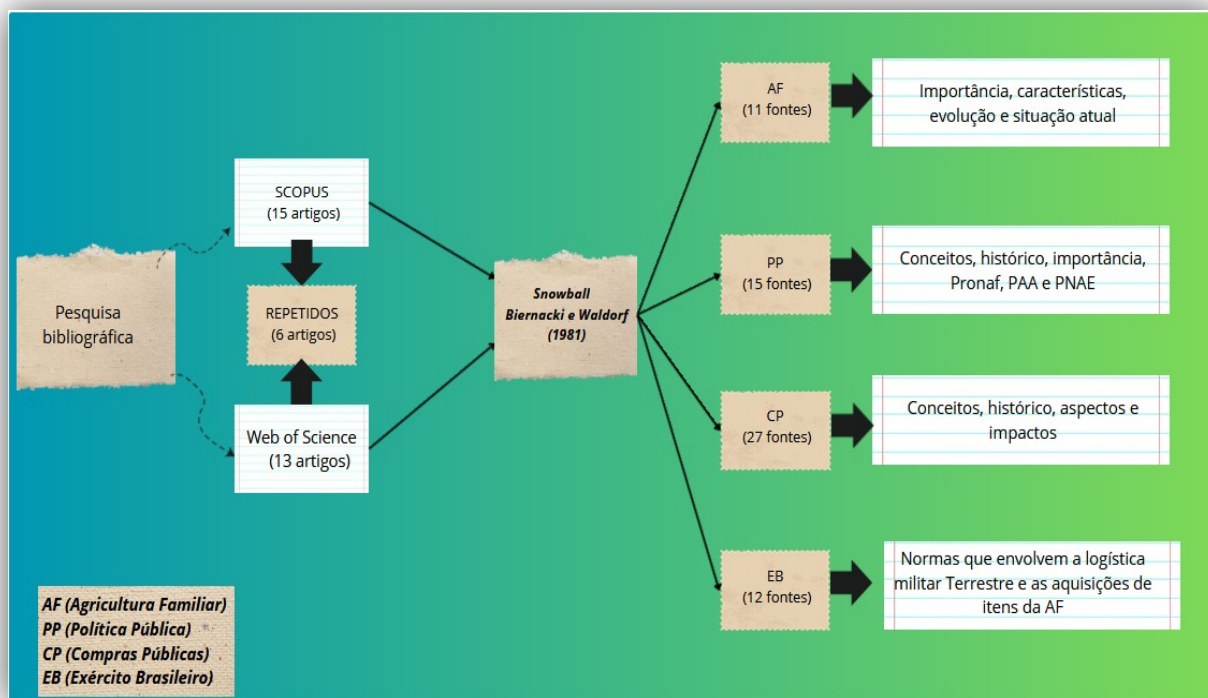
Quadro 11 – Percurso exploratório na base Web of Science

Critério	Descrição
PALAVRA DE BUSCA	<i>Programa de Aquisições de Alimentos, (“Food” and “Acquisition” and “Program”)</i>
IDIOMAS	<i>Português, inglês e espanhol</i>
TIPO DE PUBLICAÇÃO	<i>(Artigos publicados) acesso aberto/livre</i>
INSERÇÃO DA BUSCA	<i>Títulos, resumos e palavras-chave</i>
PERÍODO DE BUSCA	<i>De 2020 até 2024</i>
CATEGORIAS DA WOS	<i>Gestão, Política econômica agrícola, Economia, Administração Pública, Negócios, Questões sociais e Ciências interdisciplinares</i>
RESULTADOS	<i>13 artigos encontrados</i>
LINK DA BUSCA	<i>https://www.webofscience.com/wos/woscc/summary/f49b5790-41f8-4efb-b47b-83bc85046012-dd20534b/relevance/1</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

os aspectos que influenciam na execução destas aquisições, o que ressalta a importância, originalidade e viabilidade deste estudo aqui apresentado, conforme demonstrado na Figura 14.

Figura 14 – Resumo da busca e formação da plataforma teórica



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A busca nas bases de dados teve como objetivo a construção de uma plataforma teórica através do levantamento de referências que dessem suporte teórico-metodológico para esse estudo de caso. Buscando com isso a definição do que deve ser investigado definindo, assim a lacuna teórica e demonstrando as proposições do estudo.

Ao dialogar com as referências encontradas, buscou-se reforçar ideias que evidenciem as premissas deste estudo de caso que são: a) A Agricultura Familiar desempenha um papel crucial na produção de alimentos e no desenvolvimento econômico e social de diversas regiões do Brasil com cerca de 70% da produção de alimentos para consumo interno (IPEA, 2021); e b) Políticas públicas mais abrangentes e adaptadas são necessárias para promover a inclusão e o reconhecimento da Agricultura Familiar nas aquisições institucionais do governo.

A necessidade de se apontar respostas a questão de partida e alcançar os objetivos propostos e aliada a lacuna teórica de estudos vocacionadas para o PAA no contexto da modalidade compra institucional atrelada ao Exército Brasileiro são justificativas para

realização do estudo de caso das aquisições, de produtos da Agricultura Familiar, realizadas pela 6ª Região Militar, localizada na Bahia.

Em que pese o autor já ter trabalhado na Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) da 6ª RM, seção responsável pelas Chamadas Públicas para as aquisições de produtos alimentícios da AF, no período de 2016 até 2018, a isenção deste está evidenciada nos procedimentos metodológicos que fundamenta o estudo. Nessa etapa o foco principal não é a apresentação da instituição Exército Brasileiro, por intermédio de informações secundárias, e sim, revelar análises, com profundidade sobre as relações existentes entre a instituição e as compras públicas da AF (Martins, 2008).

Para tal delimitou-se o estudo num recorte temporal e situacional de 2020 até 2024, com uma abrangência exploratória e objetivando a compreensão/identificação dos fatores que influenciam as compras institucionais da AF realizadas pela 6ª RM, buscando evidências que afirmem/comproven esses fatores (Martins, 2008). O tema esteve ligado à área de atuação profissional do autor por um período de cinco anos, o que se tornou um facilitador da compreensão de textos associados. Facilitou, também, a busca e seleção de artigos correlatos a temática, bem como, orientou de maneira assertiva as consultas nos sítios governamentais e o contato com especialistas da área de contratações e compras do Exército Brasileiro.

O estudo de caso é usado amplamente em investigações das ciências sociais, o que incluem as disciplinas tradicionais, tais como psicologia, sociologia, ciências políticas, antropologia, história e economia, assim como outros campos de prática orientada, onde se destaca pela aplicabilidade ao caso concreto do PAA como uma mescla de administração pública com política pública. Com o objetivo de atender às necessidades da solução da questão de partida e dos objetivos previamente estabelecidos, optou-se pelo estudo de caso com abordagem qualitativa, gerando uma “fotografia” dos processos e as percepções que envolvem a dinâmica do PAA na Bahia e em particular com a instituição Exército Brasileiro por intermédio da 6ª Região Militar (Yin, 2001).

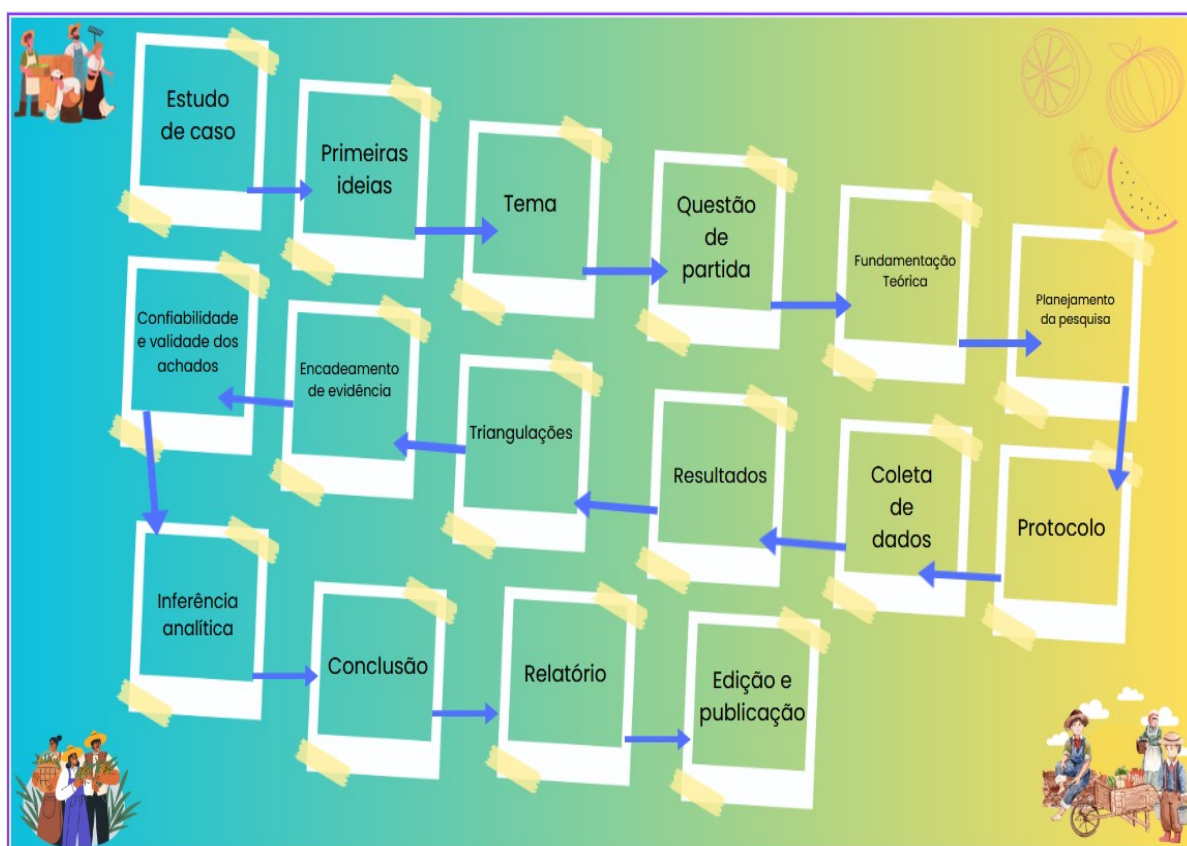
Na elaboração da dissertação de mestrado foi construído um estudo de caso da 6ª Região Militar, localizada na Bahia, buscando com isso revelar fatos que não foram abordadas por estudos assemelhados, fornecendo informações, nesse caso específico, através da observação sistêmica do processo de aquisições de alimentos oriundo da AF por parte da Região Militar estudada. Para a elaboração deste estudo de caso buscou-se como lastro um processo que assegurasse o rigor necessário para dar validação ao estudo e que permitisse a construção de um raciocínio crítico através de observações assertivas baseadas em evidências

(Martins, 2008). Essa abordagem metodológica de estudo de caso único, quanto aos fins, de caráter exploratório e de abordagem qualitativa, é adequada para a análise do fenômeno, permitindo analisar de forma abrangente e significativa os eventos da realidade (Yin, 2001).

O caráter exploratório, tem por finalidade possibilitar a visão completa, ampliando o conhecimento e gerando dados que sustentam maior familiaridade com o tema investigado (Collis; Hussey, 2005; Gonsalves, 2007).

A pesquisa, portanto, busca o maior conhecimento acerca da utilização do PAA na modalidade Compra Institucional, por meio da Instituição do Exército Brasileiro na Bahia. Nesse caso, sobre as aquisições e os fatores que influenciam o escoamento da produção dos gêneros alimentícios oriundos da AF no contexto das compras institucionais do EB. Assim, adotou-se o processo (Figura 15) adaptado de Martins (2008).

Figura 15 - Processo do Estudo de Caso



Fonte: Martins (2008), adaptado.

A escolha do caso se deu na fase inicial da procura por um tema de pesquisa, onde foi observada uma ineficácia nas aquisições de gêneros alimentícios da AF por parte da 6ª Região Militar situada na Bahia e por ser uma temática considerada importante, original e viável, despertando o interesse no desenvolvimento da pesquisa neste assunto (Martins, 2008).

Identificado o caso iniciou-se a pesquisa sobre o que é política pública abordando o seu histórico e trazendo para uma realidade brasileira, com o objetivo de estruturar a linha de raciocínio sobre a política pública de incentivo a AF. Buscou-se, também, fazer um estudo sobre a AF entendendo como ela está estruturada no Brasil, no nordeste e na Bahia, amparado nos dados obtidos no Censo Agropecuário 2017, com o objetivo de estruturar a linha de raciocínio sobre as possibilidades e dificuldades para realização dessa política pública de incentivo a AF, a partir de livros, artigos, teses e dissertações (Martins, 2008).

Realizou-se, também, a contextualização do PAA na modalidade das compras institucionais com foco na execução por parte do Exército Brasileiro, no âmbito da 6ª RM. Desta feita, destacou-se as principais políticas públicas direcionadas à AF, desde 1988 com a Constituição, que foram determinantes para o fortalecimento dessa política no Brasil. Posteriormente, foi focado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política para a comercialização dos produtos de agricultores familiares e introdução o mercado governamental, por intermédio da modalidade compra institucional, como uma grande oportunidade de escoamento desses produtos.

Esse levantamento inicial consolidou as primeiras ideias sobre o tema, que foram complementadas pelas entrevistas iniciais e exploratórias realizadas na Superintendência Regional (Sureg) da Conab na Bahia, com a finalidade de compreender como estão estruturadas as cooperativas e como elas agregam os produtores familiares do estado da Bahia e com o agente responsável pela condução dos processos administrativos de chamamento público da AF na 6ª Região Militar.

O estudo exploratório agrega conhecimento a pesquisa, visto que é caracterizado pela busca, por parte do pesquisador, de um tema pouco estudado, fornecendo, com isso um maior entendimento sobre a questão de partida (Gil, 2008), característica deste caso, uma vez que não se identificam outros estudos sobre o tema do PAA na modalidade compra institucional relacionando o papel do Exército Brasileiro, em particular seu braço de execução logística operacional na 6ª Região Militar na Bahia.

Estudada as abordagens teóricas sobre o tema, foi estabelecida a busca por instrumentos de coletas de dados já validados e que permitissem identificar as principais barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares no processo de fornecimento para o Exército Brasileiro, bem como avaliar o papel das políticas públicas existentes na promoção da inclusão dos agricultores familiares no mercado de compras institucionais do Exército Brasileiro (Martins, 2008).

Para coleta de dados secundários, para além da pesquisa bibliográfica, utilizou-se também a pesquisa documental, tendo como fonte de coleta documentos escritos ou sítios digitais, atuais, pioneiros, cientificamente autênticos, com a finalidade de descrever ou comparar fenômenos sociais (Marconi; Lakatos, 2003). Segundo Gil (2008), existem vantagens no uso de fontes documentais na pesquisa, pois possibilitam conhecer o passado e os processos de mudança social e cultural, favorecendo, assim, a obtenção de dados com menor custo.

A investigação documental qualitativa foi realizada nas seguintes fontes: a) Censo Agropecuário 2017, do IBGE, para apreciar dados sobre a atividade agropecuária e laço familiar; b) Edital de Chamada Pública do Comando da 6ª Região Militar e site do Ministério da Cidadania, para levantar dados e informações acerca de recursos disponibilizados para a aquisição de gêneros alimentícios da AF; c) documentos, como portarias e manuais, relativos ao sistema de logística de alimentos do Exército Brasileiro; d) Leis, Decretos e resoluções, a fim de apresentar sustentação legal aos processos públicos envolvidos; e) O Plano de negócios da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) buscando entender a participação deste órgão na promoção do desenvolvimento rural sustentável na Bahia e colhendo através dele, também, os desafios e projeções para continuidade, ampliação e qualificação das ações que serão desenvolvidas pela CAR; e f) CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA da CAR, que é um documento elaborado em conformidade com o expresso na Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I contendo a explicitação dos objetivos das políticas públicas executadas pela empresa pública para atender o interesse coletivo com definição dos recursos a serem empregados para esse fim (Brasil, 2016).

Os dados coletados pela análise das legislações que regem a política pública sobre a AF, bem como as legislações que orientam a execução da modalidade de compras institucionais, por parte do poder público, em particular pelas Organizações Militares sediadas na Bahia, foram categorizados com o objetivo de organizar e identificar os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares na participação no mercado de compras institucionais.

Também foi analisado o Parecer nº 02669/2022NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU emanado pela Consultoria Jurídica da União (CJU) e referente ao Edital de Chamamento Público nº 01/2022, para aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições

da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por meio da modalidade Compra Institucional, do Programa Alimenta Brasil (PAB), com dispensa de licitação, com fulcro no art. 34 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, no art. 17 do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021, no §1º do art. 1º, do Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 e na Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) n.º 84, de 10 de agosto de 2020, tentando apresentar sobre essa ótica os dificultadores para efetiva aquisição desses produtos, com a análise dessa Chamada Pública chegou-se aos fornecedores que foram cadastrados para a venda junto à 6ª RM (Brasil, 2006a; Brasil, 2015; Brasil, 2020c; Brasil, 2021b; Brasil, 2021d).

A análise de documentos que foi utilizada na fase planejamento e de coleta de dados pesquisa teve por objetivo identificar os documentos relevantes para o estudo de caso, onde eles foram examinados e posteriormente utilizados na fase de triangulação para validar e/ou complementar as informações coletadas por meio das entrevistas, aumentando, assim, a confiabilidade das conclusões deste estudo (Martins, 2008). A triangulação de dados, conforme discutido por Martins (2008) e Yin (2001), é uma estratégia essencial na pesquisa qualitativa para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados. Ao combinar as múltiplas fontes de evidência - entrevistas, questionário e análise documental - a triangulação permitiu uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado, reduzindo vieses e ampliando a precisão das interpretações. Esse processo contribui para a construção de uma pesquisa mais robusta e fundamentada, fortalecendo a credibilidade das conclusões obtidas.

A partir dos roteiros de análise apresentados nos Quadros 14 e 15, e buscando estabelecer um protocolo de pesquisa, foi elaborado o desenho da pesquisa, conforme o quadro Quadro 13.

Quadro 13 – Desenho desenvolvido na pesquisa

Questão	Objetivo Geral	Pressuposto	Objetivos específicos	Fonte de dados	Instrumentos de coleta	Técnica de análise
Quais os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares para celebrar e manter contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro na 6ª Região Militar?	Investigar os principais desafios e oportunidades enfrentados pelos agricultores familiares na obtenção e manutenção de contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro (6ª Região Militar), analisando os fatores que influenciam sua participação e propondo estratégias para ampliar a inserção desses produtores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).	A celebração e manutenção de contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro na 6ª Região Militar dependem de múltiplos fatores, sendo a capacitação técnica e organizacional dos agricultores familiares, o fortalecimento das cooperativas e o suporte das políticas públicas elementos que podem influenciar significativamente a participação desses produtores no mercado de compras institucionais.	<p>a) Analisar o papel e os desafios das políticas públicas na promoção da inclusão dos agricultores familiares no mercado de compras institucionais do Exército Brasileiro, identificando seus impactos e limitações;</p> <p>b) Caracterizar a agricultura familiar no estado da Bahia, destacando sua participação atual no fornecimento à 6ª Região do Exército Brasileiro e identificando os produtos que podem ser incluídos nas aquisições realizadas no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em parceria com o Exército.</p> <p>c) Investigar as barreiras que dificultam a participação dos agricultores familiares nas Chamadas Públicas realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro, identificando desafios e propondo estratégias para ampliar o acesso a esse mercado institucional.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Servidores do Setor de Aquisições, Licitações e Contratos da 6ª Região Militar (SALC); 2. Servidores do Setor de Aproveitamento das Oms da 6ª Região Militar (SALC); 3. Chefe do Centro de Operações logísticas do 6º Depósito de Suprimento do Exército; 4. Integrante do Escalão Logístico da 6ª Região Militar; 5. Cooperativas de agricultores familiares da Bahia; 6. A Conab por intermédio da Superintendência Regional (Surg) na Bahia, mais em particular pela Sepab (Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento) e pela Gedes (Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico); 7. portarias e manuais, relativos ao sistema de logística de alimentos do Exército Brasileiro; 8. Leis, Decretos e resoluções, a fim de apresentar sustentação legal aos processos 9. públicos envolvidos; 10. Censo Agropecuário 2017, do IBGE; 11. Edital de Chamada Pública nº 01/2022 do Comando da 6ª Região Militar; 12. Site do Ministério da Cidadania; 13. Site da Conab; 14. Site da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR; e 15. Representante da CAR na Bahia. 	<p>Pesquisa Bibliográfica;</p> <p>Pesquisa Documental;</p> <p>Questionário; e</p> <p>Entrevista semiestruturada</p>	<p>Análise de conteúdo; e</p> <p>Triangulação dos dados coletados</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O roteiro da análise de documentos seguiu as seguintes etapas, conforme Quadro 14.

Quadro 14 – Roteiro da análise de documentos

Nr	Etapa	Explicação
1	Seleção	<i>Identificação e reunião todos os documentos relevantes, incluindo os certames licitatórios, contratos, pareceres jurídicos da CJU e legislação aplicável ao tema das compras institucionais e do PAA.</i>
2	Categorização	<i>Categorizar os diferentes tipos de documentos, conforme as seguintes categorias:</i> <i>a) documentos processuais de aquisição;</i> <i>b) legislação das compras Institucionais;</i> <i>c) legislação do PAA; e</i> <i>d) legislação interna do Exército Brasileiro.</i>
3	Codificação	<i>Criar um sistema de codificação alfanumérico permitindo identificar informações-chave para cada tipo de documento.</i> <i>a) documentos processuais de aquisição: A1(Editais de Chamadas Públicas) e A2 (Contratos de Fornecimento oriundos das chamadas públicas da 6ª RM);</i> <i>b) legislação das compras Institucionais: B1 (Lei de licitações) e B2 (Decretos e portarias complementares);</i> <i>c) legislação do PAA: C1 (Leis do PAA) e C2 (Decretos e regulamentações do PAA); e</i> <i>d) legislação interna do Exército Brasileiro: D1 (Regulamentos e Manuais de aquisições) e D2 (Instruções Normativas e Instruções Gerais).</i>
4	Análise de conteúdo	<i>a) Realizar uma leitura inicial (exploratória) e aplicar a codificação proposta no item 3 deste quadro;</i> <i>b) Utilizar a codificação (A1, B1, C1, etc.) para organizar e rotular as partes mais relevantes dos textos de acordo com os objetivos específicos, identificando os temas recorrentes e palavras-chave para cada categoria, conforme se segue:</i> <i>1. Documentos processuais de aquisição: Transparência do processo, Critérios de seleção, Participação dos agricultores familiares e Suporte técnico fornecido.</i> <i>2. Legislação das compras Institucionais: Isonomia e economicidade, Dispensa de licitação e Barreiras legais para os agricultores familiares.</i> <i>3. Legislação do PAA: Inclusão dos agricultores familiares, Procedimentos simplificados e Apoio governamental.</i> <i>4. Legislação interna do Exército Brasileiro: Regras de fornecimento específicas e Procedimentos de aquisição militar.</i> <i>c) Após realizar as tarefas anteriores comparar os temas que surgiram em cada tipo de documento, identificando lacunas ou divergências.</i>
5	Relatório	<i>Registrar as descobertas da análise de documentos e relacioná-las aos objetivos da pesquisa.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), adaptado Martins (2008)

Pra coleta de dados primários como técnica metodológica optou-se pela entrevista. A entrevista foi utilizada na fase de planejamento da pesquisa, na fase de coleta de dados iniciais, sendo que seus resultados foram utilizados na fase de análise de resultados e na fase de triangulação.

Detalhando a técnica de questionário que foi realizada com as associações/cooperativas de agricultores familiares e agentes envolvidos nas compras governamentais por parte do Exército Brasileiro e as entrevistas já realizadas, com outros atores relevantes (Conab) e da 6ª RM, para coletar dados qualitativos sobre suas experiências, opiniões, percepções e conhecimentos. Essas entrevistas foram abertas, permitindo que os participantes compartilhassem suas perspectivas de forma detalhada, seguem os atores envolvidos no processo: a) Chefe do Setor de Aquisições da 6ª Região Militar, responsável por concentrar as demandas das Organizações Militares apoiadas e realizar as Chamadas Públicas para a aquisição dos itens da agricultura familiar; b) A Conab por intermédio da Superintendência

Regional (Sureg) na Bahia e seus setores envolvidos nos processos do PAA modalidade compra institucional.

O roteiro da análise e execução das entrevistas seguiu as seguintes etapas, conforme Quadro 15.

Quadro 15 – Roteiro da análise de entrevistas

Número	Etapas	Explicação
1	Identificação dos participantes	<i>Identificar os principais atores envolvidos nas aquisições de alimentos da agricultura familiar na 6ª RM, que possuam experiência e conhecimento sobre os processos atuais, bem como sobre possíveis desafios e oportunidades relacionados à aquisição de alimentos da agricultura familiar na Bahia.</i>
2	Tópicos das entrevistas	<i>Formular perguntas específicas relacionadas aos processos licitatórios, à interação com os agricultores familiares, aos obstáculos existentes e às possíveis melhorias. Abordar os desafios enfrentados pelos agricultores familiares e as sugestões para uma maior efetividade. Perguntando sobre as lacunas existentes e como as políticas podem ser fortalecidas.</i>
3	Logística, qualidade e valores	<i>Abordar questões relacionadas à qualidade dos alimentos oriundos da agricultura familiar, valores apresentados nos processos licitatórios e a logística envolvida no fornecimento para o Exército Brasileiro.</i>
4	Propostas de melhoria	<i>Solicitar sugestões dos participantes para a reestruturação das contratações, logística e valores dos produtos, possibilitando o fortalecimento das políticas de aquisição de alimentos da agricultura familiar.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), adaptado Martins (2008)

Como fase da etapa exploratória da pesquisa, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas a partir dos roteiros apresentados no apêndice A, B e C para a validação do próprio instrumento e para a verificação do alinhamento dos resultados da pesquisa na fase exploratória com o referencial construído, destacando a importância da definição clara e precisa dessas variáveis para o sucesso de uma pesquisa. Martins (2008) enfatiza que, ao conduzir um estudo de caso, é crucial identificar e delinear as variáveis dependentes e independentes que influenciam o fenômeno em estudo, identificando possíveis correlações e causalidades, onde essa compreensão é fundamental para a análise e interpretação dos dados. Essas entrevistas foram realizadas conforme Quadro 17, onde os dados foram inicialmente tabulados conforme prevê Bardin (2011), onde, primeiramente, são transcritas as entrevistas de forma literal, garantindo assim a sua integridade. Posteriormente foi feita uma leitura inicial, conhecida como “leitura flutuante”, com o objetivo de captar as primeiras impressões e identificar temas recorrentes. Na sequência foi feita a codificação por meio da criação de categorias oriundas do conteúdo das entrevistas, permitindo organizar os dados de maneira sistemática, conforme Quadro 16.

Quadro 16 – Síntese da fase de entrevistas

Identificação dos participantes	Data	Local	Tempo	Registro
Sepab (Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento)	10/06/2024	Entrevista on-line	38 min	Gravação no Zoom
Gedes (Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico)	17/06/2024	Entrevista on-line	63 min	Gravação no Zoom
SALC da 6ª RM (Seção de Aquisições, Licitações e Contratos)	18/06/2024	Entrevista on-line	27 min	Videochamada WhatsApp

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Após realizar as entrevistas foi criado um quadro analítico das entrevistas que tem por objetivo facilitar a visualização e comparação dos dados, surgiu da reprodução dos entendimentos retirados das transcrições das entrevistas iniciais constantes do Quadro 17. Para elaboração deste quadro analítico foi seguido o seguinte percurso de execução de transcrição:

a) acesso ao endereço <https://colab.research.google.com/#scrollTo=9OkQJZMO9s0G;>

b) executado primeiramente o comando: (!pip install git+https://github.com/openai/whisper.git), combinado ao comando (!sudo apt update && sudo apt install ffmpeg); c) após carregar o vídeo a ser transcrito foi executado o comando (!whisper “nome do arquivo aqui.mp3” --model medium).

Terminada essa fase inicial e exploratória de entrevistas, foram elaborados questionários fechados utilizando a escala Likert, Apêndice D, para as Seções de aquisições Licitações e Contratos (SALC) das Organizações Militares integrantes da 6ª Região Militar e questionários abertos, Apêndice E, para os Setores de Aproveitamentos das Organizações Militares envolvidas no processo de aquisições de itens alimentícios oriundos da AF. Foram elaborados, também, 01 questionário aberto, Apêndice F, para o Chefe da Seção de Planejamento do Escalão Logístico do Comando da 6ª RM; 01 questionário aberto, Apêndice G, para o Chefe da SALC do Comando da 6ª RM (Coordenador da execução das Chamadas Públicas); 01 questionário aberto, Apêndice H, para o Chefe do Centro de Operações de Suprimento do 6º Depósito de Suprimentos e 01 questionário aberto, Apêndice I, para o representante da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), conforme Quadro 17.

Nesse mesmo propósito exploratório e com a finalidade de ter a visão dos agricultores familiares sobre a política pública do PAA, foi enviado um questionário misto com questões fechadas (Escala Likert) e questões abertas para 139 cooperativas/associações de agricultores familiares da Bahia, por intermédio de seus e-mail captados junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura do Governo do estado da Bahia. Segundo Gil (2019), a utilização de

questionários que combinam perguntas abertas e fechadas é eficaz para capturar tanto dados qualitativos quanto quantitativos, contribuindo para uma análise mais rica e completa. Foi enviado, inicialmente, o seguinte link do questionário google: <https://forms.gle/klogdYAvuQ9zRWfT7>, que ficou aberto para obtenção de respostas no período compreendido entre os dias 30 de setembro de 2024 até o dia 30 de outubro de 2024, e por não ter obtido nenhuma resposta neste período inicial, foi enviado novamente em 30 de outubro de 2024, para ficar aberto a inclusão de respostas até o dia 15 de novembro de 2024.

Quadro 17 – Resumo de questionários aplicados

INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE	SALC	Setor de Aproveitamento	Centro de Operações de Suprimento do 6º DSUP	Coordenação das Chamadas Públicas da 6ª RM	Escalão Logístico da 6ª RM	Representante
Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército	Questionário fechado	Questionário aberto	X	X	X	X
19º Batalhão de Caçadores	Questionário fechado	Questionário aberto	X	X	X	X
35º Batalhão de Infantaria	Questionário fechado	Questionário aberto	X	X	X	X
1ª Companhia de Infantaria	Questionário fechado	Questionário aberto	X	X	X	X
6º Depósito de Suprimento	Questionário fechado	Questionário aberto	Questionário aberto	X	X	X
6º Batalhão de Polícia do Exército	Questionário fechado	Questionário aberto	X	X	X	X
Comando da 6ª Região Militar	Questionário fechado	Questionário aberto	X	Questionário aberto	Questionário aberto	X
Parque Regional de manutenção/6	Questionário fechado	Questionário aberto	X	X	X	X
Hospital Geral de Salvador	Questionário fechado	Questionário aberto	X	X	X	X
Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	X	X	X	X	X	Questionário aberto
139 Cooperativas / Associações de Agricultores Familiares	X	X	X	X	X	Questionário misto

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O roteiro da análise e execução dos questionários abertos seguiu as etapas, conforme Quadro 18. Para a análise dos questionários abertos foi estabelecido um roteiro com os temas alinhados aos objetivos específicos desta pesquisa. Buscando, com isso estruturar a análise de maneira que proporcionasse o agrupamento das respostas, possibilitando, também, a interpretação dos dados coletados em função das três áreas de interesse principais: PAA, caracterização da AF na Bahia e identificação das barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares.

Quadro 18 – Roteiro de análise dos questionários abertos

Nº	Etapas	Objetivos específicos da pesquisa	Explicação
1	Preparação	-	<p>a) Leitura inicial das respostas para ter uma visão geral das informações fornecidas.</p> <p>b) Criação da lista de palavras-chave ou frases que apareceram frequentemente e estão relacionados aos temas dos objetivos específicos.</p>
2	Análise por Objetivo Específico	<p>1. Analisar o papel e os desafios das políticas públicas na promoção da inclusão dos agricultores familiares no mercado de compras institucionais do Exército Brasileiro, identificando seus impactos e limitações;</p>	<p>a) Eficácia da política pública do PAA: Identificar trechos que indiquem como os entrevistados veem o impacto das políticas públicas.</p> <p>b) Melhorias no PAA: Identificar propostas de mudanças ou melhorias sugeridas pelos entrevistados.</p>
		<p>2. Caracterizar a agricultura familiar no estado da Bahia, destacando sua participação atual no fornecimento à 6ª Região do Exército Brasileiro e identificando os produtos que podem ser incluídos nas aquisições realizadas no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em parceria com o Exército.</p>	<p>Identificar os produtos oferecidos e registrar quais produtos agrícolas familiares têm maior interesse nas aquisições militares.</p>
		<p>3. Investigar as barreiras que dificultam a participação dos agricultores familiares nas Chamadas Públicas realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro, identificando desafios e propondo estratégias para ampliar o acesso a esse mercado institucional.</p>	<p>a) Identificar os obstáculos administrativos e processuais relacionados à burocracia e ao cumprimento de requisitos contratuais.</p> <p>b) Registrar os desafios relatados com infraestrutura, transporte, armazenamento e acesso às Chamadas Públicas coordenadas pela 6ª RM.</p>
3	Codificação	-	<p>a) Códigos do objetivo 1: “Eficácia_PAA” e “Melhoria_PAA”.</p> <p>b) Códigos do objetivo 2: “Produtos_ofertados” e “Produtos_Interesse”.</p> <p>c) Códigos do objetivo 3: “Barreiras_burocráticas” e “Barreiras_logística”.</p>
4	Resultados	-	<p>Organizar as análises permitindo uma visão objetiva sobre como cada dado coletado afeta a inclusão e participação dos agricultores na modalidade Compra Institucional do PAA.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), adaptado Martins (2008)

Com esse roteiro do Quadro 18, buscou-se resumir os principais dados e interpretações sobre os desafios enfrentados pelos agricultores e pelos agentes da administração pública envolvidos nas aquisições, levantando as necessidades de apoio e/ou ajustes no PAA. Na análise dos questionários fechados remetidos às SALC da 6ª Região Militar foi seguido o roteiro conforme o Quadro 19, permitindo a interpretação dos níveis de satisfação e os desafios enfrentados na execução da modalidade compra institucional do PAA na Bahia junto ao Exército Brasileiro.

Quadro 19 – Roteiro de análise dos questionários fechados

Nº	Etapas	Objetivos específicos	Explicação
1	Preparação	-	Reunião das respostas de forma tabular, identificando a frequências para cada nível de resposta na escala Likert. Com isso, buscar uma visão direta de cada área a ser analisada.
2	Análise por Objetivo Específico	1. Analisar o papel e os desafios das políticas públicas na promoção da inclusão dos agricultores familiares no mercado de compras institucionais do Exército Brasileiro, identificando seus impactos e limitações;	Nível de concordância com a eficácia do PAA, demonstrando por gráfico o percentual de respostas positivas e negativas
		2. Caracterizar a agricultura familiar no estado da Bahia, destacando sua participação atual no fornecimento à 6ª Região do Exército Brasileiro e identificando os produtos que podem ser incluídos nas aquisições realizadas no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em parceria com o Exército.	Identificar os produtos agrícolas de maior interesse por parte da 6ª RM.
		3. Investigar as barreiras que dificultam a participação dos agricultores familiares nas Chamadas Públicas realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro, identificando desafios e propondo estratégias para ampliar o acesso a esse mercado institucional.	Avaliar as respostas sobre dificuldades processuais, como excesso de exigências e/ou barreiras administrativas. Registrar os desafios relatados.
3	Criar gráficos	-	Com percentuais e números absolutos das respostas.
4	Resultados	-	Organizar as análises permitindo uma visão objetiva sobre como cada dado coletado afeta a inclusão e participação dos agricultores na modalidade Compra Institucional do PAA.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), adaptado Martins (2008)

A integração dos resultados obtidos, com o auxílio do roteiro previsto no Quadro 20, permitiu a organização da análise em uma estrutura com visão separada por objetivo específico. Permitindo a apresentação de uma síntese dos principais aspectos identificados e que possam melhorar a participação dos agricultores familiares nas Chamadas Públicas da 6ª RM.

Após a tabulação dos dados colhidos com as supracitadas técnicas, foram atribuídos significados aos mesmos, identificando padrões e as relações entre categorias. O encadeamento das evidências constatadas na coleta possibilitou o entendimento do pressuposto, apresentando conclusões para questão inicial, onde a percepção da ineficiência das aquisições de gêneros alimentícios da AF na 6ª RM, poderá ser sanada com a capacitação técnica e organizacional dos agricultores familiares, aliada ao fortalecimento das cooperativas e ao apoio das políticas públicas.

Na sessão seguinte os resultados destas coletas são apresentados, tratados e analisados, realizando a triangulação e oferecendo maior confiabilidade ao estudo.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta sessão traz a análise a partir de diferentes perspectivas, inicialmente apresenta-se as compras institucionais no contexto do Exército Brasileiro e posteriormente apresenta-se a análise a partir do entendimento da estrutura de apoio da AF na Bahia, por intermédio dos entes representantes do Estado nas suas diferentes esferas.

3.1 COMPRAS INSTITUCIONAIS E SEU CONTEXTO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Programa de Aquisição de Alimentos tem influenciado as compras governamentais que vêm sendo cada vez mais utilizadas como uma ferramenta de fomento às políticas públicas vinculadas a AF, já na sua terceira geração, como apresentado na Figura 13. Observa-se no PAA uma capacidade real de estimular o crescimento do mercado fornecedor da AF, impactando o desempenho dos pequenos agricultores e incentivando transformações benéficas nas comunidades as quais os mesmos pertencem.

O PAA é, portanto uma política pública, considerando que este Programa visa a resolução de um problema público, nesse caso a ampliação de oportunidades para os agricultores familiares. Assim, é oportuno dizer que o PAA, na necessidade de solucionar um problema social, atende ao interesse público, impactando de forma direta nas soluções para a AF.

O PAA então atende ao disposto por Souza (2006), Abrucio (2005), Mead (1995), Peters (1986) entre outros, que dão enfoque à necessidade de enfrentamento de problemas públicos através de ações e decisões estatais. Evidencia-se aqui uma análise do governo à luz de uma grande questão pública – AF – apresentando um Programa que se soma as atividades do governo – Compras Públicas – para influenciar positivamente a vida dos cidadãos.

Como enfatiza Abrucio (2005), se reconhece no PAA a importância dessa política pública como diretriz estatal destinada a enfrentar um problema coletivo, promovendo o desenvolvimento de um setor específico. Essa política pública envolve a articulação entre governo, sociedade civil e outras instituições, tendo sido formulada e implementada a partir de um processo político que considera interesses, conflitos e negociações entre os diversos atores envolvidos.

Souza (2006) aponta que a resolução de um problema público envolve a identificação da questão, a formulação de alternativas, a implementação de ações e a avaliação dos resultados, contando com a participação de diversos atores sociais. Ainda fazendo referência a Figura 13, observa-se que ao longo das três gerações, apontadas por Grisa e Schineider (2014), participaram desse processo diversos atores, destacando-se os seguintes:

- **O Estado (Governo Federal, Estadual e Municipal)** – Atua na formulação, regulamentação e financiamento do programa. O governo federal, por meio de órgãos como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), é o principal gestor e responsável pela operacionalização do PAA.
- **Agricultores Familiares** – São os principais beneficiários da política, fornecendo os produtos agropecuários adquiridos pelo programa. Devem estar organizados em cooperativas, associações ou cadastrados individualmente.
- **Movimentos Sociais e Sindicatos Rurais** – Organizações como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desempenham um papel crucial na articulação e mobilização dos agricultores familiares, garantindo sua participação no programa.
- **Órgãos e Entidades Públicas e Sociais** – Responsáveis pela recepção e distribuição dos alimentos adquiridos, garantindo que cheguem a grupos em situação de vulnerabilidade. Isso inclui: Escolas (por meio da alimentação escolar); Hospitais e unidades de saúde; Centros de assistência social; Bancos de alimentos; Entidades socioassistenciais (ONGs, creches, asilos, entre outros).
- **Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar** – Atuam como intermediários entre os agricultores e o programa, organizando a produção, logística e entrega dos alimentos.
- **Pesquisadores e Instituições Acadêmicas** – Produzem estudos e avaliações sobre o impacto do PAA, subsidiando ajustes e melhorias na política pública.

Esses atores interagem de forma dinâmica, contribuindo para que o PAA cumpra seu papel de fortalecer a agricultura familiar e garantir segurança alimentar para populações vulneráveis.

Diante de desafios ambientais, não se pode desconsiderar a busca pela proteção do meio ambiente, o combate à poluição e a promoção da sustentabilidade, que são potencializados no modo de produção da AF. (Souza, 2006).

Os aspectos apontados reforçam o que traz Procopiuck (2013) quando afirma que as políticas públicas decorrem de situações em que a sociedade, como um todo, não consegue solucionar problemas afetos à coletividade, sendo considerada e regimentada como um meio político de aplicação de recursos e trabalho para confrontar os problemas coletivos. Aqui a busca da solução de problemas e, portanto, da proposição de soluções, trazem o equilíbrio entre esses fatores que moldam a formulação e implementação do PAA.

Destaca-se a importância da qualidade das interações entre diferentes grupos para a formulação e implementação eficaz das políticas (Souza, 2006; Sabatier, 2007), que no PAA objetiva promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar por meio da compra institucional de produtos agropecuários.

Nesse estudo de caso fica evidente a busca pela compreensão da participação de diversos atores sociais promovendo a regularização dos agricultores familiares, capacitando-os para atender a demandas mais rigorosas do mercado e por consequência o mercado das compras institucionais, onde o Exército Brasileiro está inserido (Santos, 2016).

Compreende-se que o fortalecimento da AF enfrenta o desafio de equilibrar a estrutura da produção, as necessidades do mercado, as inovações tecnológicas e o suporte técnico. Dessa forma, os pequenos agricultores da área têm utilizado as políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento desse segmento agrícola. Essas medidas têm incentivado investimentos na produção, aumentado a renda dos produtores e de todos os envolvidos na atividade rural, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida nas comunidades rurais (Mendes; De Assis, 2020). De acordo com Grando e Ferreira (2013), o PAA desempenha uma função crucial no auxílio ao crescimento da AF, na distribuição de alimentos para a rede pública de assistência social, bem como na organização de sistemas regionais de segurança alimentar e nutricional descentralizados.

Desta forma, a criação de mercados institucionais marcou uma fase importante na AF brasileira, no que se refere à participação do estado na comercialização da produção familiar, definindo processos de compras por dispensa de licitação, no modelo da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), promovendo uma relação entre sociedade civil e governo para a aquisição de alimentos por parte do Estado (Porto et al. 2014). De acordo com Anjos e Becker (2014), a criação dos mercados institucionais, ocasionou a valorização dos preços das frutas, legumes e verduras da produção da AF, e retomou o otimismo dos produtores via valorização do que se entende como a vocação precípua da AF, qual seja a produção de alimentos frescos e da pequena indústria artesanal.

As Organizações Militares, sob a orientação de seus comandantes, se envolvem em iniciativas do governo, e com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A participação das Forças Armadas (FFAA) no PAA tem um papel importante na execução desse projeto governamental, pelo montante de recursos que são direcionados as aquisições de alimentos fornecidos aos seus efetivos e por sua enorme capilaridade territorial, o que pode ser um fator

de sucesso nessa execução, impulsionando o consumo de produtos da AF, incentivando desse modo a produção local e fortalecendo a economia do campo.

Segundo Souza (2003) os estudos sobre implementação de políticas públicas podem ser situados como uma vertente do campo de análise de políticas públicas que tem por objetivo colocar luz no seu momento de materialização. A elaboração e execução das políticas públicas passam por um processo que abrange diversas fases, desde a identificação e análise dos problemas até a verificação dos resultados das políticas adotadas, já citados nas fases do ciclo de uma política pública de Rua (2014).

Segundo Souza (2003), o ciclo de uma política pública pode ser considerado uma ferramenta importante no entendimento do processo decisório que as envolvem, porém nem sempre reflete a realidade. As fases desse ciclo devem compreender a formulação dos objetivos da política, o desenvolvimento de estratégias e ferramentas de intervenção, a distribuição de recursos, a realização das ações planejadas e a vigilância e avaliação dos resultados alcançados. Bem como, devem possibilitar a interação entre diferentes atores, que no caso em estudo são os agricultores familiares, as cooperativas e a instituição Exército Brasileiro (Lima; D'Ascenzi, 2019). Portanto, considerando ser o PAA a terceira geração na formulação de políticas públicas para AF, toma-se aqui o ciclo de avaliação apenas como uma ferramenta de análise, destacando que mais relevante que isso, está o reconhecimento de que se encontra nesse campo a complexidade trazida por Costa e Terra (2019), ou seja, há uma grande quantidade de atividades envolvidas em um processo de compra institucional, o que implica na necessidade de reconhecer os problemas que podem afetar a todos os atores envolvidos.

As aquisições dos itens da AF fazem parte de uma política pública de compras institucionais definida pelo nome de PAA, no âmbito do Exército Brasileiro (EB), além dos normativos extras institucionais, seguem uma determinação constante do Plano de Descentralização de Recursos Logísticos (PDR Log), que enfatiza que o procedimento administrativo para compra institucional da AF é a chamada pública, onde o limite mínimo de aquisições desses itens é 30% (trinta por cento). No EB dentre as mais variadas despesas executadas nas Organizações Militares (OM), existe uma despesa obrigatória e de grande relevância para vidas vegetativas das OM que são as que custeiam a alimentação do seu pessoal onde está enquadrada a supracitada despesa com os gêneros oriundos da AF (Brasil, 2020a).

Ao levantar dados dos estudos na ótica das aquisições e o cumprimento efetivo dessa determinação e os fatores que envolvem essas aquisições, observou-se em comparativo realizado no ano de 2019, que dentre as organizações militares envolvidas nas Chamadas Públicas para compras de gêneros alimentícios da AF o 6º Depósito de Suprimentos, órgão responsável pelas aquisições na Bahia junto ao Comando da 6ª Região Militar, teve 0% (zero por cento) de aquisições de itens da AF (Bortoli; Conceição, 2020). Gerando um alerta e despertando a necessidade de identificar os motivos que influenciam na ineficiência dessas aquisições, exemplificada em números pela tabela 5.

Tabela 5 – Comparação das organizações participantes das Chamadas Públicas do QS com número de empreendimentos cadastrados no Portal de Compras da Agricultura Familiar do Ministério da Cidadania por UF e com o percentual de aquisições da agricultura familiar em 2019

Órgão Provedor (OP)	UF sede do OP	Organizações participantes da Chamada Pública	Empreendimentos cadastrados no Portal	Percentual de aquisições da AF
11º D Sup	DF	8	23(*)	20% a 29,99%
3º B Sup	RS	6	52	20% a 29,99%
4º D Sup	MG	15	21	10% a 19,99%
5º B Sup	PR	13	40	10% a 19,99%
1º D Sup	RJ	10	14	10% a 19,99%
D Subs SA	RS	6	52	10% a 19,99%
D Subs SM	RS	4	52	10% a 19,99%
6º D Sup	BA	0	21	0%

(*) Somatório dos empreendimentos cadastrados no DF e em GO

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), adaptado de Bortoli; Conceição (2020).

Observando as particularidades das FFAA e o cerne do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi criado para abordar questões importantes no Brasil, como a fome, a pobreza e a agricultura. Onde seus principais objetivos são adquirir produtos de agricultores familiares e distribuir alimentos para pessoas que enfrentam insegurança alimentar. Dessa forma, a relação das FFAA com o programa engloba medidas emergenciais e estruturais, visando garantir a segurança alimentar, combater a pobreza e, sob uma abordagem não assistencialista, promover a inclusão social e o desenvolvimento local (Rocha; Sacco, 2016).

Por intermédio da modalidade Compra Institucional do PAA, instituída pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, que permite a compra de produtos diretamente dos agricultores individuais ou suas organizações, que juntos compõem a AF, estão inseridas as FFAA, e em particular neste estudo o Exército Brasileiro com seu braço logístico na Bahia, representado pelo Comando da 6ª Região Militar. Essas aquisições têm por finalidade atender as suas demandas de alimentos com a utilização de seus próprios recursos financeiros, por intermédio de chamadas públicas, com dispensa de procedimento licitatório.

No Quadro 20 estão dispostos os atores envolvidos diretamente nessa política pública, que foi atualizada pelo Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, evidenciando a grande quantidade de órgãos ou entidades da administração pública, direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que atuam efetivamente na execução dessas compras. Não tirando, é claro, o protagonismo do foco central da política que é o agricultor familiar (Brasil, 2012; Brasil, 2023d).

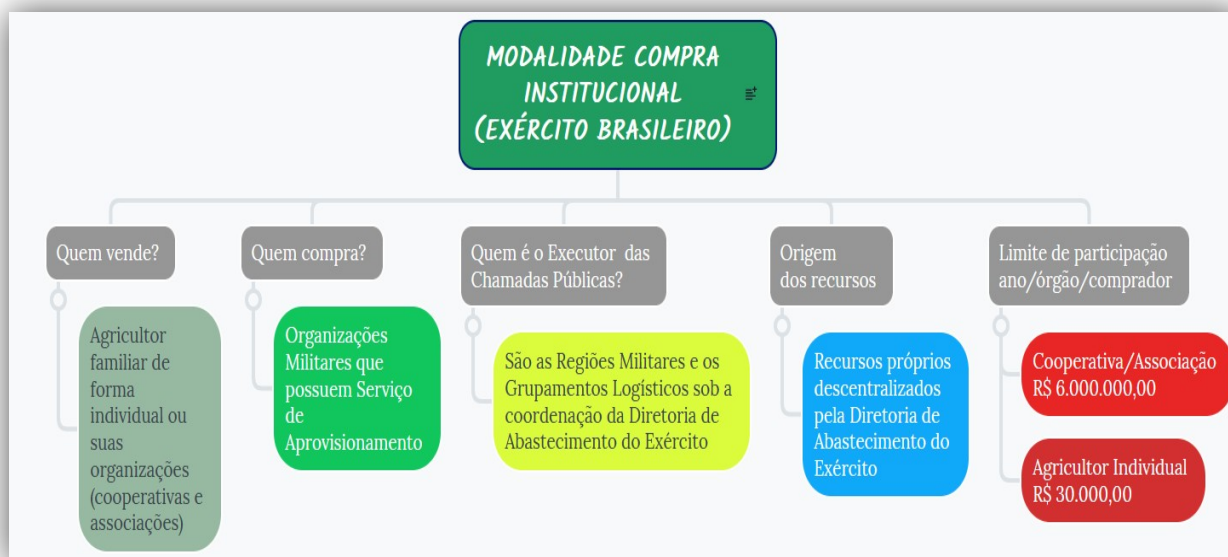
Quadro 20 – Atores envolvidos no PAA segundo o Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023

Contexto	Beneficiários e organizações fornecedoras	Unidades receptoras	Unidades executoras	Unidades descentralizadoras
Geral	a) Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, incluídos os que produzam em áreas urbanas e periurbanas, ou que atendam aos requisitos específicos estabelecidos pelo Grupo Gestor do PAA; b) Cooperativas e outras organizações que atendam aos requisitos estabelecidos pelo Grupo Gestor do PAA.	a) organizações que recebam os alimentos e os forneçam aos beneficiários consumidores, na forma estabelecida pelo Grupo Gestor do PAA.	a) os órgãos e as entidades que tenham firmado termo de adesão com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; b) a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab; e c) os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta, ao realizarem aquisições por meio da modalidade de compra institucional.	a) órgãos ou entidades da administração pública federal que repassem orçamento para a execução do PAA, de maneira descentralizada, pela Conab.
No Exército Brasileiro	a) Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, incluídos os que produzam em áreas urbanas e periurbanas, ou que atendam aos requisitos específicos estabelecidos pelo Grupo Gestor do PAA; b) Cooperativas e outras organizações que atendam aos requisitos estabelecidos pelo Grupo Gestor do PAA.	Não é o caso	a) Regiões Militares (RM) e os Grupamentos Logísticos (Gpt Log) que realizam as Chamadas Públicas; b) Organizações Militares que possuem Serviços de Aproveitamento e realizam as Dispensas de licitação atreladas as Chamadas Públicas realizadas pelas RM enquadrantes;	Diretoria de Abastecimento (D Abst)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Como forma de ilustrar o entendimento e condições da modalidade compra institucional a Figura 16 pormenoriza de forma resumida a atuação do Exército Brasileiro nesse contexto particularizando os papéis dos atores envolvidos nessa modalidade do PAA, que possui cinco modalidades no total: a) compra com doação simultânea; b) PAA Leite; c) compra direta; d) apoio à formação de estoques; e) compra institucional que possibilita os órgãos União, Estados, Distrito Federal e Municípios adquirir os alimentos da AF, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas de consumo de alimentos, situação essa que enquadra as aquisições realizadas pelo Exército Brasileiro (Brasil, 2023d; Brasil, 2023e; Brasil, 2023f).

Figura 16 – Resumo da modalidade Compra institucional no contexto do Exército Brasileiro.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A modalidade de compra institucional representa uma estratégia relevante para fomentar a produção da AF, garantindo acesso a mercados estáveis e fortalecendo a segurança alimentar. No caso do Exército Brasileiro, essa política permite a aquisição de alimentos diretamente dos agricultores familiares e suas organizações, como cooperativas e associações, eliminando a necessidade de processos licitatórios e tornando as compras mais ágeis e eficientes.

Além de proporcionar uma fonte de renda segura para pequenos produtores rurais, a compra institucional atende às demandas das Organizações Militares que possuem Serviço de Aproveitamento, assegurando o abastecimento regular de gêneros alimentícios. Com a descentralização dos recursos pela Diretoria de Abastecimento do Exército, a gestão das compras se torna mais flexível e alinhada às necessidades logísticas das unidades militares.

Ademais, os limites estabelecidos para a participação dos fornecedores – R\$ 30.000,00 para agricultores individuais e R\$ 6.000.000,00 para cooperativas e associações – visam garantir a participação equilibrada de diferentes segmentos da AF, incentivando a organização coletiva dos produtores para ampliar seu acesso ao mercado institucional.

Assim, a atuação do Exército Brasileiro nesse modelo de aquisição não apenas atende suas necessidades de abastecimento, mas também contribui para o fortalecimento da AF, promovendo o desenvolvimento socioeconômico no campo e incentivando práticas sustentáveis de produção de alimentos.

A operacionalização da compra institucional pelo Exército Brasileiro demanda uma estrutura logística eficiente, capaz de garantir que os produtos adquiridos da AF cheguem às unidades militares com qualidade e em tempo hábil. Esse processo envolve um planejamento detalhado, desde a seleção dos fornecedores até a distribuição dos gêneros alimentícios nas diversas Regiões Militares. A Diretoria de Abastecimento do Exército (D Abst) desempenha um papel fundamental nesse contexto, assegurando que os itens adquiridos estejam alinhados às necessidades nutricionais das tropas e atendam aos padrões exigidos pelo Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro. Essa integração entre a política de aquisição de alimentos e a logística militar reforça a importância de um sistema bem estruturado, garantindo não apenas o abastecimento contínuo, mas também a valorização da produção agrícola nacional.

A estrutura logística do Exército Brasileiro tem passado por diversas reestruturações ao longo dos anos, visando aprimorar sua capacidade de abastecimento e suprimento. A modernização desse sistema teve um marco significativo com a criação do antigo Departamento Logístico (D Log), instituído pelo Decreto nº 3.652, de 7 de novembro de 2000. Posteriormente, com a publicação da Portaria nº 053–EME, em 18 de junho de 2008, foi estabelecida a Diretriz para a Reestruturação do D Log, que resultou na sua transformação em Comando Logístico (COLOG). Esse processo culminou, em 23 de dezembro de 2008, com o Decreto nº 6.710, que consolidou a estrutura do atual Órgão de Direção Setorial da Logística do Exército Brasileiro, e, por consequência, redefiniu a antiga Diretoria de Suprimento como Diretoria de Abastecimento (D Abst) (Brasil, 2000; Brasil, 2008b; Brasil, 2008c).

A Diretoria de Abastecimento (D Abst) é um órgão técnico-normativo subordinado ao COLOG, responsável por planejar e prover os recursos e serviços necessários ao suprimento das unidades militares. De acordo com o Regulamento do Comando Logístico (R-128), o artigo 9º define suas atribuições, abrangendo desde o fornecimento de materiais de subsistência (classe I) e intendência (classe II) até combustíveis (classe III), munições (classe V) e materiais diversos não classificados em outras categorias (classe X). Além disso, a Diretoria também coordena o suprimento de itens relacionados à remota e veterinária, garantindo a operacionalidade e o funcionamento adequado das unidades do Exército.

Nesse contexto, a atuação do Exército Brasileiro no âmbito da compra institucional da AF se insere nas atividades logísticas coordenadas pela Diretoria de Abastecimento. Por meio de suas Regiões Militares e Grupamentos Logísticos, são realizadas Chamadas Públicas para aquisição de itens destinados ao abastecimento das unidades, atendendo às demandas do

Quantitativo de Subsistência (QS) e do Quantitativo de Rancho (QR). Essa estratégia permite não apenas a diversificação e a segurança no fornecimento de gêneros alimentícios, mas também fortalece o desenvolvimento da AF ao integrar pequenos produtores ao mercado institucional (Brasil, 2023e; Brasil, 2023f).

A Portaria nº 47 – COLOG, de 12 de maio de 2020, regulamenta os critérios para aquisição desses produtos, definindo o Quantitativo de Subsistência (QS) como a parcela da etapa base destinada à compra de alimentos básicos essenciais, como arroz, feijão, macarrão e carnes, entre outros. Esses itens estão especificados no Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro (EB40-C-30.403) e são exemplificados na Figura 17.

Figura 17 – Extrato do CATÁLOGO DE ALIMENTOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EB40-C-30.403.

EB40-C-30.403

CAPÍTULO II

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

2.1 CARNE BOVINA

2.1.1 CARNE BOVINA DESOSSADA CONGELADA

2.1.1.1 Características Gerais

2.1.1.1.1 O produto deve ser produzido em Estabelecimento de Carnes e Derivados, classificado como abatedouro frigorífico, que atende aos requisitos gerais de boas práticas de fabricação.

2.1.1.1.2 O produto é proveniente de massas musculares e dos demais tecidos que as acompanham, não incluídas as bases ósseas correspondentes, procedente de bovídeos sãos, abatidos conforme procedimentos que atendam aos requisitos de proteção e bem-estar animal para animais de produção.

2.1.1.1.3 Entende-se por carne bovina desossada congelada a carne que, após desossa, é fracionada em cortes padronizados, embalada e submetida a processo tecnológico de congelamento rápido.

2.1.1.1.4 Para atendimento do sistema logístico de subsistência do Exército Brasileiro (EB), o estabelecimento produtor de produtos de origem animal deve estar habilitado para o comércio:

a) internacional ou interestadual, sob Serviço de Inspeção Federal e registro de produto no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); ou

b) comércio interestadual, sob Serviço de Inspeção Estadual, e registro de produto cadastrado no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou seja, com equivalência do serviço de inspeção junto ao MAPA.

2.1.1.2 Cortes

A aquisição de carne bovina desossada congelada deve ser realizada conforme as opções de cortes de dianteiro e traseiro, abaixo relacionados:

DIANTEIRO	ACÉM
	MIOLO DA PALETA
TRASEIRO	FILÉ-MIGNON SEM CORDÃO
	CONTRAFILÉ DE LOMBO
	MAMINHA DA ALCATRA
	FRALDINHA
	PICANHA
	MIOLO DA ALCATRA
	LAGARTO
	PATINHO
	COXÃO DURO
	COXÃO MOLE SEM CAPA

Tab 1 – Opções de cortes de dianteiro e traseiro

Fonte: Brasil (2020e)

Essa Figura apresenta um extrato do referido catálogo. Dessa forma, a organização da logística militar e a compra institucional se complementam, garantindo eficiência no abastecimento das unidades e promovendo impactos socioeconômicos positivos na produção agrícola nacional.

O Quantitativo de Rancho (QR) corresponde à parcela do valor da etapa de alimentação destinada à aquisição de gêneros alimentícios que não são contemplados no Quantitativo de Subsistência (QS). Esse grupo inclui itens como extrato de tomate, embutidos, frios, doces e outros produtos complementares essenciais para a preparação das refeições fornecidas aos efetivos militares. Os produtos do QR estão descritos no “Anexo B” do Catálogo de Materiais dos Itens de Subsistência, parte integrante do Catálogo de Alimentos Complementares do Exército Brasileiro (EB40-C-30.405), exemplificado na Figura 18, que apresenta um extrato do referido catálogo (Brasil, 2020b; Brasil, 2020e; Brasil, 2022c).

Figura 18 – Extrato do CATÁLOGO DE ALIMENTOS COMPLEMENTARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EB40-C-30.405.

EB40-C-30.405

2.1.3.11 Pimenta

2.1.3.11.1 Características gerais

Os frutos pertencem às espécies *Capsicum frutescens* L.; *Capsicum baccatum* L.; *Capsicum chinense* Jacq., *Capsicum praetermissum* L.; *Capsicum. Annuum* L. Há pimentas de vários formatos e cores.

2.1.3.11.2 Recebimento

Escolha pimentas de casca brilhante, com cabinho de coloração esverdeada, sem áreas podres e sem machucados. Frutos sem cabinho podem ser consumidos, mas duram menos.

2.1.3.11.3 Conservação

Quando mantidas em condição ambiente, as pimentas murcham rapidamente. Manter sob refrigeração, devidamente acondicionadas em vasilha tampada ou em saco de plástico. Preferencialmente, lavar os frutos somente antes de utilizá-los.

2.1.3.11.4 Recomendações de aproveitamento

Podem ser consumidas in natura ou processadas na forma de pó, flocos, picles, escabeches, molhos líquidos, conservas de frutos inteiros, geleias etc.

2.1.3.11.5 Padronização




Fig 32 – Variedades de pimenta.

Fonte: Brasil (2022c)

Os conceitos supracitados são primordiais para o entendimento da cadeia logística de

suprimento Classe I, que envolve, também, as aquisições dos gêneros da AF. Segundo o Boletim Técnico (BT30.415-01) – Cadeia de Suprimento Classe I, onde estão abarcados os itens de subsistência para o Exército Brasileiro, é composta pelo fluxo de suprimento Classe I, do planejamento até o recebimento. Esse planejamento é orientado pelo Comando Logístico e vai até a ponta da linha nos Batalhões e Regimentos, onde cada elemento possui funções distintas nesse itinerário, conforme descrito no Quadro 21 (Brasil, 2022a).

Quadro 21 – Funções por tipo de Organização Militar (OM) na cadeia de suprimento Classe I

Tipo de OM	QS	QR	Observação
Comando Logístico / Diretoria de Abastecimento	a) planejamento do emprego orçamentário; b) normatização; c) orientação e fiscalização da gestão da Classe I no EB.	-	-
Região Militar / Grupamento Logístico	a) licitar o QS; b) contratar os fornecedores do QS; c) receber o QS como OM consumidora.	a) licitar o QR; b) contratar os fornecedores do QR; c) receber o QR como OM consumidora.	Devem realizar, também as Chamadas Públicas do QS e QR oriundos da agricultura familiar.
Órgão Provedor	a) estocar todo o QS; b) receber o QS como OM consumidora.	a) contratar os fornecedores do QR; b) receber o QR como OM consumidora.	-
Organizações Militares (Batalhões, Regimentos, etc)	a) receber o QS como OM consumidora.	a) contratar os fornecedores do QR; b) receber o QR como OM consumidora.	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), adaptado (Brasil, 2022a).

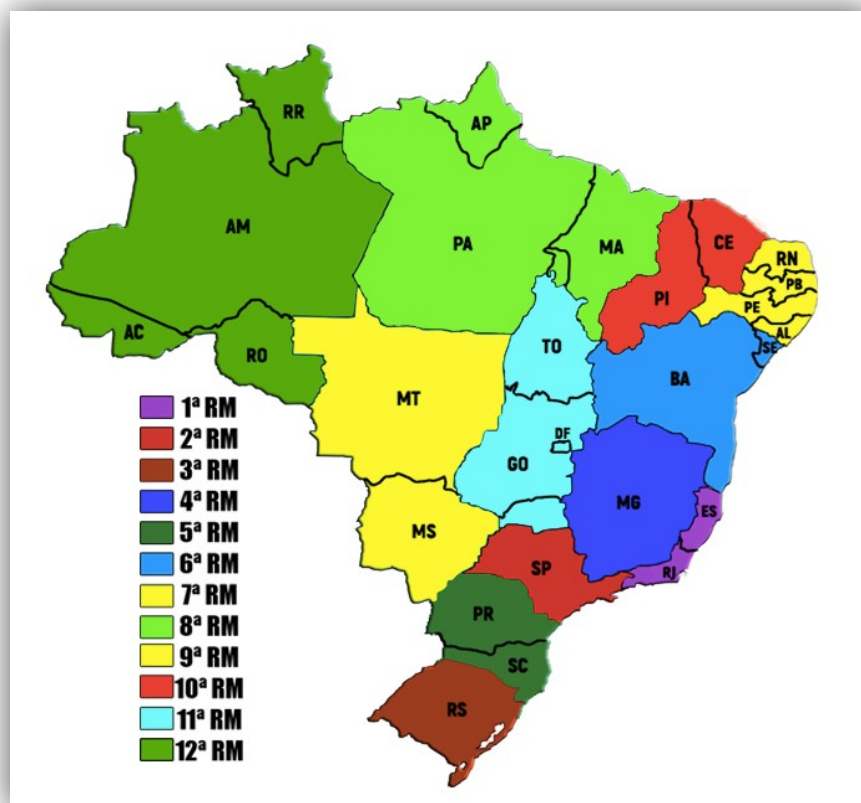
Particularizando a Bahia o Órgão Provedor (OP) é o 6º Depósito de Suprimento (6º D Sup) que tem como missão primordial receber, estocar e distribuir os itens do QS, constantes do CATÁLOGO DE ALIMENTOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EB40-C-30.403, adquiridos por certames licitatórios, Pregões eletrônicos no Sistema de Registro de Preços (SRP), realizados pela 6ª Região Militar em favor das Organizações Militares sob a gestão da 6ª RM (Brasil, 2020e; Brasil, 2022a).

Assim como o 6º D Sup, as demais OM da 6ª RM, são responsáveis por receber e estocar seus itens do Quantitativo de Rancho (QR), constantes do ANEXO B, que também foram licitados pela 6ª Região Militar nas mesmas condições do QS. No caso dos itens oriundos da AF percorrem esse mesmo percurso logístico, porém a aquisição é por dispensa de licitação atrelada à Chamada Pública, da Agricultura Familiar, realizada pela Região Militar (Brasil, 2022a; Brasil, 2023e; Brasil, 2023f).

Atualmente o Exército Brasileiro possui 12 (doze) Regiões Militares, organizações essas que representam o braço logístico em tempos de paz e guerra. Na Figura 19 é

pormenorizada a área de atuação e responsabilidade de cada Região Militar dentro do território brasileiro, onde o foco deste estudo de caso é a 6ª RM com a Bahia e Sergipe na sua esteira logística e onde ocorrem os eventos relativos à cadeia de suprimento Classe I (Brasil, 2024a).

Figura 19 – Área de responsabilidade das 12 (doze) Regiões Militares do Exército Brasileiro envolvidas nas aquisições dos itens da agricultura familiar.



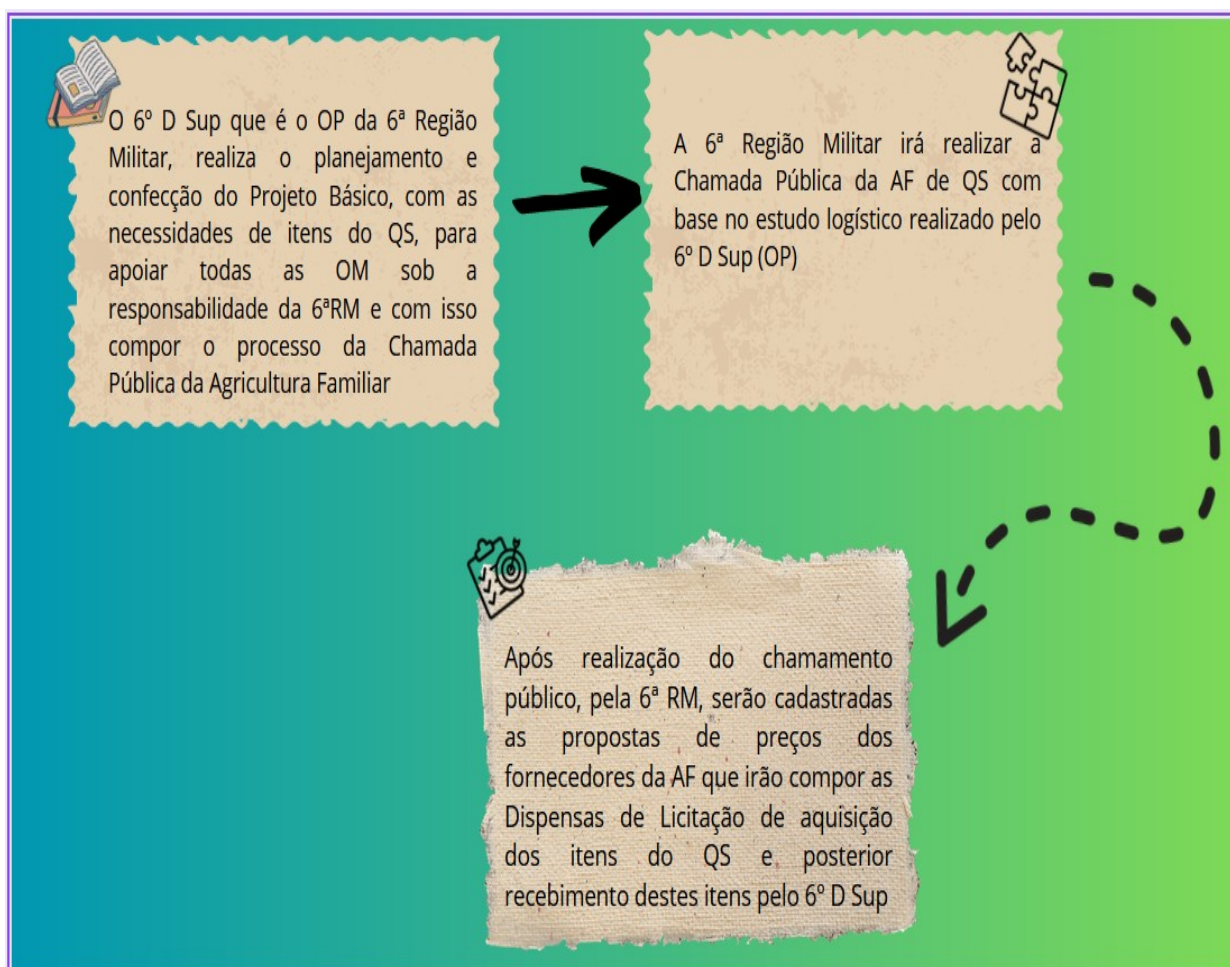
Fonte: <https://rosadafonseca.org/regioes-militares/>

Um aspecto importante que envolve a cadeia logística de suprimento Classe I e de aquisições dos alimentos por parte do Exército Brasileiro é a observação do previsto no CATÁLOGO DE ALIMENTOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EB40-C-30.403, que orienta as Organizações Militares, responsáveis pelos processos de aquisição do Quantitativo de Subsistência (QS), na padronização dos requisitos de qualidade a serem utilizados nos termos de referência de suas licitações e nos projetos básicos das Chamadas Públicas da AF (Brasil, 2020e; Brasil, 2023e).

Na Figura 20 são demonstradas as responsabilidades resumidas dos atores envolvidos na execução das chamadas públicas da AF para os itens do QS. No catálogo estão relacionados os gêneros de alimentação básicos que devem ser recebidos, estocados e

distribuídos pela cadeia de suprimento, por intermédio dos Órgãos Provedores (OP), onde são estabelecidas as características gerais dos gêneros do QS, as quais compõem o conjunto de atributos que envolvem a definição do artigo e a sua aquisição. Dentre as características são relacionadas às especificações técnicas de cada gênero quanto à avaliação organoléptica, macroscópica, físico-química e microbiológica, tudo isso em conformidade com a legislação sanitária e requisitos logísticos de transporte e embalagens (Brasil, 2020e; Brasil, 2023e).

Figura 20 – Resumo da execução da Chamada Pública da Agricultura Familiar para itens do QS.



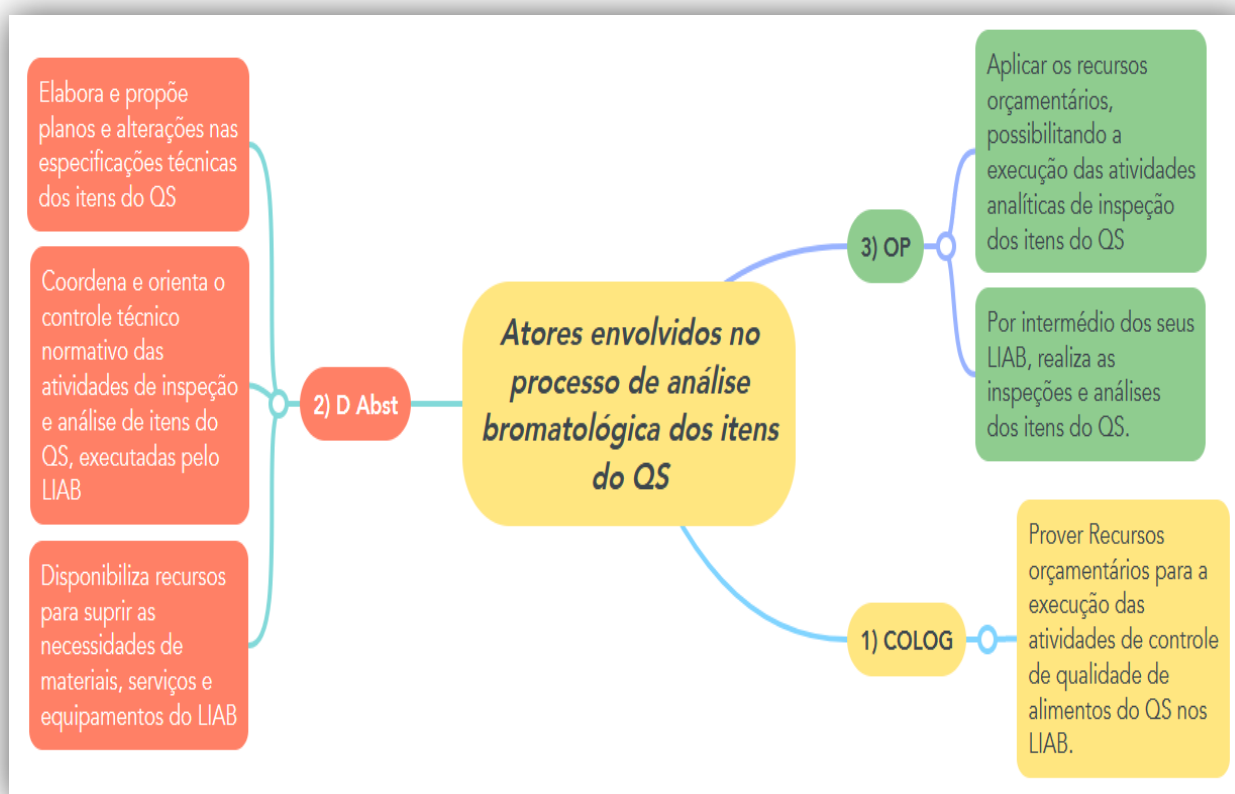
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Após o recebimento, no Órgão Provedor (OP), dos itens do QS oriundos das chamadas públicas da AF, estes passarão por inspeção e análise bromatológica, conforme prescrevem as INSTRUÇÕES REGULADORAS PARA INSPEÇÃO DE ALIMENTOS E BROMATOLOGIA, EB40-IR-30.402. Nesse normativo são padronizadas as atividades de inspeção e análise bromatológica dos artigos de QS, que são de responsabilidade operacional dos Laboratórios de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB), integrantes dos Órgãos Provedores (OP). Possibilitando a adoção de requisitos essenciais no controle de qualidade dos gêneros do quantitativo de subsistência (QS) recebidos e armazenados nos OP e

assegurando, também, a qualidade higiênico-sanitária do provimento, dos gêneros do QS às Organizações Militares (OM) apoiadas (Brasil, 2020d).

Na Figura 21 é resumida a situação e responsabilidades dos atores envolvidos nesse processo de inspeção e análise bromatológica dos itens do QS a serem armazenados e posteriormente distribuídos pelo OP, que no caso da 6ª RM é o 6º Depósito de Suprimento (Brasil, 2020d).

Figura 21 – Atores do Exército Brasileiro envolvidos na análise dos itens do QS.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

É importante ressaltar a gestão de risco do OP deve estabelecer procedimentos para identificar, eliminar ou minimizar riscos à imparcialidade na atividade laboratorial, onde é vedado o acesso de qualquer representante de empresa contratada pela administração nas dependências do laboratório para acompanhamento das análises fiscais, exceto no caso de contestação de resultados. Essa situação também se aplica aos fornecedores de itens da AF (Brasil, 2020d).

Ao tratar da situação dos itens do quantitativo de rancho (QR) a normativa que guia as atividades de aquisição, recebimento e armazenamento é o CATÁLOGO DE ALIMENTOS COMPLEMENTARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EB40-C-30.405. Neste catálogo

existe uma variedade de alimentos que devem ser selecionados de acordo com os preceitos de proporcionalidade e moderação, para garantir um aporte nutricional adequado, realizando práticas alimentares adequadas e nutricionalmente balanceadas, capazes de suprir suas necessidades e envolvem as etapas de aquisição, transporte, armazenamento, preparo, distribuição e consumo dos alimentos, conforme prescrito na PORTARIA NORMATIVA Nº 13 /MD, de 23 de março de 2018, que aprova a Doutrina de Alimentação e Nutrição (Brasil, 2018; Brasil, 2022c; Brasil, 2023f).

Com relação a aplicação do catálogo na execução das aquisições devem ser considerados os itens relacionados no mesmo e que apresentam a codificação utilizada pelo Ministério da Economia (Brasil, 2018; Brasil, 2022c; Brasil, 2023f).

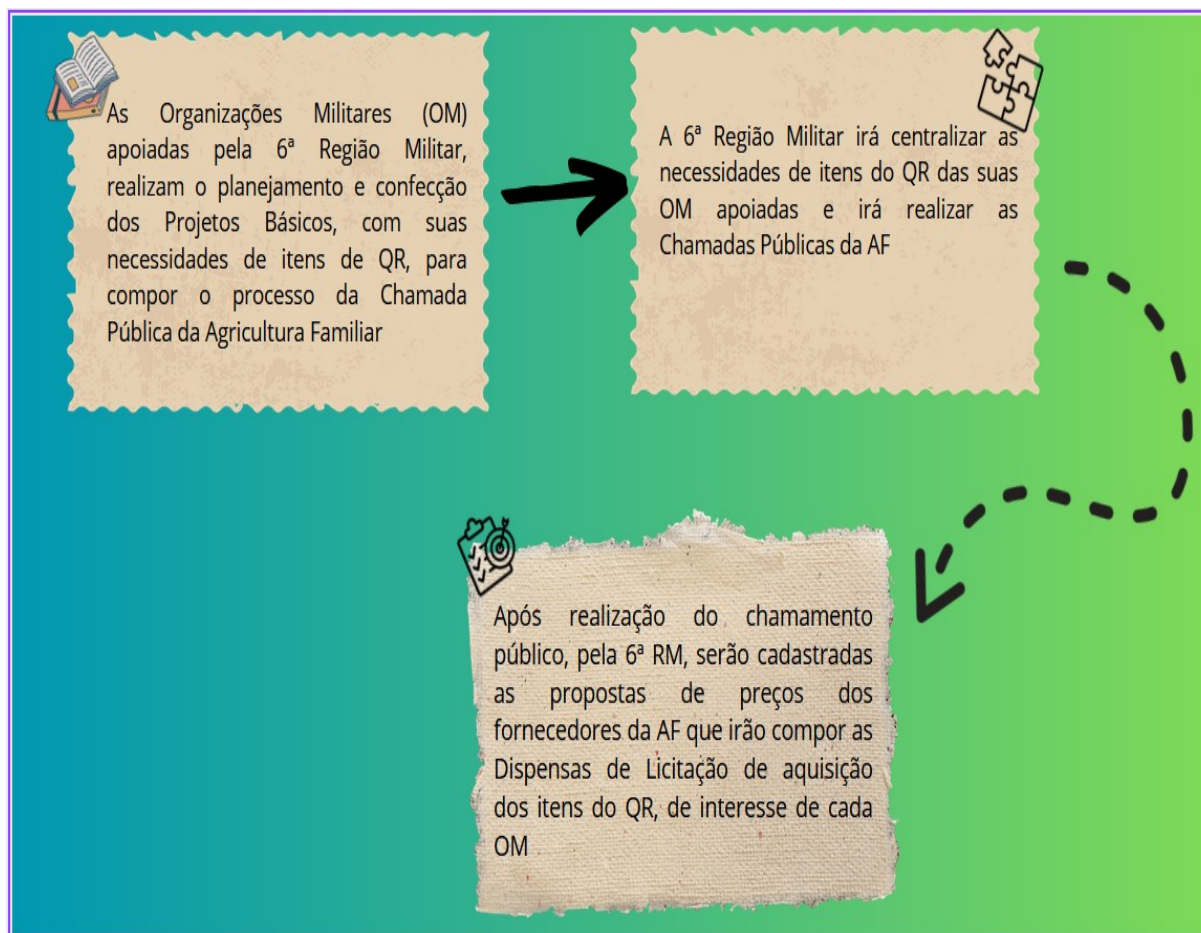
Todas as OM do Exército Brasileiro, obrigatoriamente, devem adquirir somente os artigos constantes deste catálogo e isso se aplica também aos itens da AF. Ratificando sempre que as quantidades a serem compradas pelas OM devem ser compatíveis com os cardápios e a série histórica de consumo, deixando de maneira clara que foi executado um planejamento judicioso dessas aquisições (Brasil, 2018; Brasil 2022c).

No caso da necessidade da aquisição de algum item que a OM tenham necessidade e não esteja incluída neste catálogo, a mesma deverá solicitar autorização para sua Região Militar, de jurisdição, para efetuarem essa compra. Essa situação pode ocorrer principalmente com itens oriundos da AF, pois são muito característicos a região em que são produzidos e de difícil padronização, em alguns casos, por todo território nacional (Brasil, 2018; Brasil 2022c; Brasil, 2023f).

Ainda na PORTARIA Nº 47 – COLOG, de 12 de maio de 2020, no Art. 2º, que diz que os gêneros alimentícios do Quantitativo de Rancho (QR) adquiridos pelas OM, inclusive os da AFes atreladas as chamadas públicas, devem ser recebidos por uma Comissão de Recebimento designada pelo Agente Diretor e portanto, também é constituída de formalismos e inspeções, porém sem as análises realizadas pelo LIAB nos recebimentos dos itens do QS nos OP. No momento do recebimento nos depósitos do Setor de Aproveitamento, o alimento deve ser conferido, principalmente quanto ao tipo, quantidade, qualidade, prazos e conformidade com as especificações estabelecidas no contrato administrativo de aquisição, e deve estar acompanhado de nota fiscal. Cabe ressaltar que toda ou qualquer divergência no recebimento e exame dos artigos, no que se referir ao estado, à qualidade ou a qualquer outra situação, será ela levada imediatamente ao conhecimento do Agente Diretor, que deliberará

do fato tomando as providências para efetivação ou do recebimento do item do QR (Brasil, 2020b).

Figura 22 – Resumo da execução da Chamada Pública da Agricultura Familiar para itens do QR.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Na Figura 22 é apresentado um resumo da execução de uma chamada pública da AF para aquisição de itens do QR, onde fica destacada a participação da OM no planejamento e informação das necessidades desses itens. Ficando claro que os procedimentos adotados para o recebimento judicioso não podem ser negligenciados (Brasil, 2020b; Brasil, 2023f).

No contexto da Bahia a 6ª Região Militar (RM) é órgão responsável por realizar as chamadas públicas, sob a coordenação da Diretoria de Abastecimento (D Abst), da AF para aquisição de itens do Quantitativo de Subsistência (QS) e do Quantitativo de Rancho (QR), com a finalidade de apoiar as unidades militares da Bahia e Sergipe, acaba também, por coordenar as tarefas processuais que estão envolvidas no planejamento dos projetos básicos das Organizações Militares até a elaboração dos contratos com os fornecedores participantes das referidas chamadas públicas. Tudo isso intermediado, também, por um apoio técnico realizado pela Conab e sua Superintendência Regional na Bahia. No Quadro 22 são

apresentadas as OM envolvidas nos processos de aquisições da AF e suas tarefas primordiais.

Quadro 22 – Organizações Militares (OM) do EB envolvidas nas chamadas públicas da AF na BA

Organização Militar	Endereço	Papel no Processo de aquisição da AF
Comando da 6ª Região Militar (Cmdo 6ª RM)	<i>Praça Duque de Caxias, R. da Mouraria, s/n, Salvador – BA, 40040-110</i>	<i>1) Coordenador das Chamadas Públicas (QS/QR);</i> <i>2) Comprador / consumidor de itens do QR (o requisitante é o Setor de aprovisionamento da 6ª RM);</i> <i>3) Comprador dos itens do QS para todas OM (o requisitante é o Escalão logístico da 6ª RM);</i> <i>4) Consumidor dos itens do QS.</i>
6º Depósito de Suprimento (6º D Sup)	<i>R. Gamboa de Cima, S/N – Dois de Julho, Salvador – BA, 40060-008</i>	<i>1) Comprador / consumidor de itens do QR (o requisitante é o Setor de aprovisionamento do 6º D Sup);</i> <i>2) Consumidor dos itens do QS.</i> <i>3) Armazenar e distribuir os itens do QS para todas OM.</i>
Hospital Geral de Salvador (HGeS)	<i>R. Castro Neves, 72 – Matatu, Salvador – BA, 40255-020</i>	<i>1) Comprador / consumidor de itens do QR (o requisitante é o Setor de aprovisionamento da Organização Militar);</i> <i>2) Consumidor dos itens do QS.</i>
Parque Regional de Manutenção / 6 (PqRMnt/6)	<i>R. da Boa Viagem, 1947 – Monte Serrat, Salvador – BA, 40414-610</i>	
19º Batalhão de Caçadores (19º BC)	<i>R. Silveira Martins, S/n – Cabula, Salvador – BA</i>	
6º Batalhão de Polícia do Exército (6º BPE)	<i>Av. Gov. Luís Viava Filho, 305-571 – Imbuí, Salvador – BA</i>	
Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEEx)	<i>R. Território do Amapá, 455 – Pituba, Salvador – BA, 41830-540</i>	
35º Batalhão de Infantaria (35º BI)	<i>Avenida Eduardo Froes da Mota, 7770, 35 Bi, Feira de Santana-BA. CEP: 44094-000</i>	
1ª Cia de Infantaria (1ª Cia Inf)	<i>São Francisco, Paulo Afonso – BA, 48601-001</i>	

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Desta feita, a 6ª RM coordena o processo de aquisição de gêneros alimentícios no estado da Bahia, onde cada OM participante/apoiada é responsável pela aplicação dos recursos recebidos para aquisição dos itens utilizando-se das dispensas de licitação, conforme prevê, o Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 (Brasil, 2015). Cabe ressaltar a participação ativa que devem os setores requisitantes (Setores de Aprovisionamento das OM) de QR na formalização das demandas de suas OM, que irão compor o montante das necessidades constante das chamadas públicas de itens de QR oriundos da AF. Onde, pode-se observar no Quadro 11 a diversidade e complexidade de atuação do Comando da 6ª RM, tanto na chamada pública de QS como de QR. Os setores envolvidos na 6ª RM são o Escalão Logístico, que recebe a demanda de QS regional, onde a fonte de dados vem do 6º D Sup e

coordena a centralização das demandas de QR das OM apoiadas. Ambas são remetidas para Divisão administrativa da 6ª RM que conduz os processos das chamadas públicas.

3.1.1 Aquisições de itens de subsistência na 6ª Região Militar

Foi realizada uma pesquisa no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) com data de extração no dia 03/10/2024 onde chegou-se aos dados referentes a realização de empenhos em favor das Organizações Militares da 6ª Região Militar, direcionados tanto aos empreendimentos da AF no período compreendido entre os anos de 2018 até 2024, como dos fornecedores oriundos da realização dos pregões para aquisição de gêneros alimentícios entre os anos de 2014 até 2024, conforme Tabelas 6, 7 e 8 (Brasil, 2024b).

Tabela 6 – Valores empenhados pela 6ª RM do Quantitativo de Subsistência (QS) em fornecedores oriundos dos Pregões do Sistema de Registro de Preço

UG	OM Emitente	Ano	Valores
160036	COMANDO DA 6ª REGIÃO MILITAR	2014	R\$ 6.863.018,97
		2015	R\$ 6.994.099,03
		2016	R\$ 8.211.033,28
		2017	R\$ 6.661.657,32
		2018	R\$ 9.242.367,33
		2019	R\$ 8.685.604,12
		2020	R\$ 7.711.087,20
		2021	R\$ 10.079.705,67
		2022	R\$ 8.456.050,86
		2023	R\$ 9.356.819,54
		2024	R\$ 9.221.360,12
TOTAL			R\$ 91.482.803,44

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), dados SIAFI (Brasil, 2024b).

Como citado anteriormente, na Bahia é a 6ª RM que organizadora os certames para as aquisições de gêneros alimentícios e as chamadas públicas da AF, bem como o 6º D Sup é o Órgão Provedor (OP), que tem como missão primordial receber, estocar e distribuir os itens do QS, constantes do CATÁLOGO DE ALIMENTOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EB40-C-30.403, adquiridos por certames licitatórios, Pregões eletrônicos no Sistema de Registro de Preços (SRP), em favor das Organizações Militares sob a gestão da 6ª RM. Nos últimos 11 anos a 6ª RM teve uma média anual, aproximada, de 8,3 milhões de reais em aquisições de itens do QS, dado esse que demonstra um potencial grande de compra e que poderia ser empregado primordialmente com a AF (Brasil, 2020e; Brasil, 2022a; Brasil, 2024b).

Tabela 7 – Valores empenhados pela 6ª RM do Quantitativo de Rancho (QR) em fornecedores oriundos dos Pregões do Sistema de Registro de Preço

OM Emitentes ³	Ano	Valores
TODAS DA 6ª REGIÃO MILITAR	2014	R\$ 3.543.487,14
	2015	R\$ 3.586.144,03
	2016	R\$ 5.285.074,46
	2017	R\$ 4.308.169,72
	2018	R\$ 5.790.722,90
	2019	R\$ 5.332.928,96
	2020	R\$ 4.985.533,50
	2021	R\$ 3.627.950,35
	2022	R\$ 4.970.465,27
	2023	R\$ 4.838.082,67
	2024	R\$ 3.862.962,19
TOTAL		R\$ 50.131.521,19

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), dados SIAFI (Brasil, 2024b).

Já nos itens do QR a média anual de aquisições foi aproximadamente 4,5 milhões de reais, que de igual forma poderiam, também, serem empregados no mercado fornecedor da AF, fomentando com isso o desenvolvimento deste mercado no cenário baiano (Brasil, 2024b).

Tabela 8 – Valores totais empenhados em gêneros alimentícios pela 6ª RM

UG	OM Emitente	ANO	Valores do QS	Valores do QR	Valores da AF	Valores totais por ano
160036	COMANDO DA 6ª REGIÃO MILITAR	2014	R\$ 6.863.018,97	R\$ 3.543.487,14	R\$ 0,00	R\$ 10.537.586,17
		2015	R\$ 6.994.099,03	R\$ 3.586.144,03	R\$ 0,00	R\$ 10.499.163,00
		2016	R\$ 8.211.033,28	R\$ 5.285.074,46	R\$ 0,00	R\$ 13.496.107,74
		2017	R\$ 6.661.657,32	R\$ 4.308.169,72	R\$ 0,00	R\$ 10.969.827,04
		2018	R\$ 9.242.367,33	R\$ 5.790.722,90	R\$ 472.743,61	R\$ 15.505.833,84
		2019	R\$ 8.685.604,12	R\$ 5.332.928,96	R\$ 363.478,59	R\$ 14.382.011,67
		2020	R\$ 7.711.087,20	R\$ 4.985.533,50	R\$ 83.856,10	R\$ 12.780.476,80
		2021	R\$ 10.079.705,67	R\$ 3.627.950,35	R\$ 108.433,25	R\$ 13.816.089,27
		2022	R\$ 8.456.050,86	R\$ 4.970.465,27	R\$ 155.049,29	R\$ 13.581.565,42
		2023	R\$ 9.356.819,54	R\$ 4.838.082,67	R\$ 254.475,88	R\$ 14.449.378,09
		2024 ⁴	R\$ 9.221.360,12	R\$ 3.862.962,19	R\$ 96.128,31	R\$ 13.180.450,62
TOTAL			R\$ 91.482.803,44	R\$ 50.131.521,19	R\$ 1.534.165,03	R\$ 143.148.489,66

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), dados SIAFI (Brasil, 2024b).

Ao analisar a Tabela 8 observa-se que os valores utilizados pela 6ª RM em QR, QS em pregões, somados aos valores empenhados com a AF, chega-se a um total de R\$ 143.148.489,66, onde pode-se concluir, equivocadamente, que é um valor extremamente alto que o Estado emprega na alimentação dos efetivos militares da 6ª RM, porém os valores são

³ Os somatórios anuais estão considerando todos os valores empenhados pelas Organizações Militares da 6ª Região Militar que são: COMANDO DA 6ª REGIÃO MILITAR; 19º BATALHÃO DE CAÇADORES; 1ª COMPANHIA DE INFANTARIA; 28º BATALHÃO DE CAÇADORES; 35º BATALHÃO DE INFANTARIA; 6º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO; PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO/6; 6º DEPÓSITO DE SUPRIMENTO; HOSPITAL GERAL DE SALVADOR; e ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO.

⁴ Valores captados até o dia 03/10/2024.

modestos se observamos que foram valores referentes a um período de 11 anos, para alimentar um efetivo médio de 5.393 militares, durante o período de instrução anual, que equivale a 10 meses do ano, onde os militares só tem direito a refeições nos 22 dias desses meses, chegando a um valor médio por militar, por dia de aproximadamente R\$ 10,97. Vale ratificar que esse valor é para a confecção das três refeições diárias, ou seja, café da manhã, almoço e jantar e os militares não fazem jus ao recebimento de auxílio-alimentação e que as Forças Armadas devem fornecer alimentação aos militares em atividade (Brasil, 1991; Brasil, 2019; Brasil, 2024a).

Como forma de elucidar ainda mais a sistemática de saque de etapas utilizadas pelo Exército Brasileiro, é importante compreender que ETAPA é a importância, em dinheiro, destinada ao custeio da alimentação. Onde o valor médio supracitado de R\$ 10,97 para fins de fornecimento de refeições está assim distribuído: 10% correspondente ao café da manhã (R\$ 1,097), 50% correspondente ao almoço (R\$ 5,485), e 40% correspondente ao jantar (R\$ 4,388), Onde o militar, pronto na OM, fará jus ao saque de etapas somente nos dias de expediente integral, ou quando em serviço de escala (Brasil, 1991).

Ao pormenorizar os valores que são empenhados em gêneros alimentícios pela 6ª RM e os que efetivamente são empenhados para AF temos um cenário com grande disparidade de valores anuais. A seguir serão demonstrados, na Tabela 9, os valores anuais discriminados por Organização Militar integrante da 6ª RM que participam das Chamadas Públicas da AF. Vale ratificar que só existem empenhos realizados a partir do ano de 2018, conforme dados do SIAFI (Brasil, 2024b).

Tabela 9 – Valores empenhados pela 6ª RM em empreendimentos da AF entre 2018 e 2024

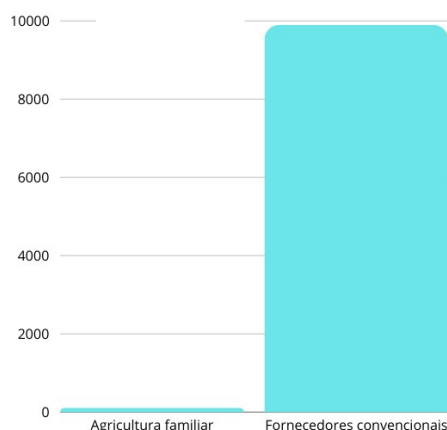
Ano	UG	OM emitente	Valores	Total
2018	160033	19º BATALHÃO DE CAÇADORES	R\$ 161.894,16	R\$ 472.743,61
	160030	1ª COMPANHIA DE INFANTARIA	R\$ 68.653,43	
	160454	28º BATALHÃO DE CAÇADORES	R\$ 79.374,86	
	160028	35º BATALHÃO DE INFANTARIA	R\$ 13.853,00	
	160034	6º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	R\$ 56.527,51	
	160036	COMANDO DA 6ª REGIÃO MILITAR	R\$ 62.516,30	
	160040	PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO/6	R\$ 29.924,35	
2019	160033	19º BATALHÃO DE CAÇADORES	R\$ 25.077,88	R\$ 363.478,59
	160030	1ª COMPANHIA DE INFANTARIA	R\$ 72.951,92	
	160454	28º BATALHÃO DE CAÇADORES	R\$ 123.944,11	
	160028	35º BATALHÃO DE INFANTARIA	R\$ 41.576,92	
	160034	6º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	R\$ 91.164,70	
	160040	PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO/6	R\$ 8.763,06	
2020	160030	1ª COMPANHIA DE INFANTARIA	R\$ 51.678,60	R\$ 83.856,10
	160454	28º BATALHÃO DE CAÇADORES	R\$ 32.177,50	
2021	160030	1ª COMPANHIA DE INFANTARIA	R\$ 58.961,55	R\$ 108.433,25
	160454	28º BATALHÃO DE CAÇADORES	R\$ 49.471,70	
2022	160030	1ª COMPANHIA DE INFANTARIA	R\$ 76.704,20	R\$ 155.049,29
	160454	28º BATALHÃO DE CAÇADORES	R\$ 78.345,09	
2023	160033	19º BATALHÃO DE CAÇADORES	R\$ 845,66	R\$ 254.475,88
	160030	1ª COMPANHIA DE INFANTARIA	R\$ 17.658,20	
	160454	28º BATALHÃO DE CAÇADORES	R\$ 163.214,09	
	160034	6º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	R\$ 13.650,30	
	160038	6º DEPÓSITO DE SUPRIMENTO	R\$ 21.063,60	
	160036	COMANDO DA 6ª REGIÃO MILITAR	R\$ 2.530,06	
	160040	PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO/6	R\$ 35.513,97	
2024	160030	1ª COMPANHIA DE INFANTARIA	R\$ 31.471,65	R\$ 96.128,31
	160454	28º BATALHÃO DE CAÇADORES	R\$ 64.656,66	
TOTAL empenhado entre 2018 e 2024 para fornecedores da Agricultura Familiar				R\$ 1.534.165,03

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), dados SIAFI (Brasil, 2024b).

Realizando uma análise dos valores empenhados no período entre os anos de 2018 e 2024, pode-se constatar que foram direcionados para os fornecedores da AF, que tinham propostas apresentadas nas Chamadas Públicas coordenadas pela 6ª Região Militar do Exército, apenas 1,07% dos valores de alimentação, conforme demonstrado na Figura 23.

Desta análise sintética e com base apenas nos valores empenhados para fornecedores da AF, pode-se observar que não está sendo cumprida a meta prevista no Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, que estabeleceu no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo de 30% destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, a partir de 1º de janeiro de 2016 (Brasil, 2015).

Figura 23 – Representação da execução de compras da Agricultura Familiar entre 2018 e 2024.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024), dados SIAFI (Brasil, 2024b).

Com esses dados supracitados passaremos a analisar na próxima subseção as informações prestadas pelos integrantes do Exército Brasileiro envolvidos no processo de aquisições da AF da 6ª RM, buscando assim, responder a questão de partida desta pesquisa e atingir os objetivos propostos na mesma.

3.1.2 A percepção dos órgãos responsáveis pelas aquisições de itens de subsistência na 6ª Região Militar em relação a contratação de aquisições oriundas da Agricultura Familiar

Nesta subseção serão apresentados os resultados da entrevista e dos questionários submetidos aos integrantes da 6ª Região Militar que estão envolvidos no processo de aquisição dos gêneros alimentícios da AF na Bahia.

Da entrevista com o representante da coordenação das Chamadas Públicas na 6ª Região Militar, onde o setor responsável é a Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) extraiu-se o seguinte quadro analítico, Figura 24.

Figura 24 – Quadro analítico da entrevista com o representante da SALC da 6ª RM

SALC da 6ª RM (Seção de Aquisições, Licitações e Contratos)		
Desafios e Problemas	Impactos e Benefícios do Programa	Sugestões de Melhorias
<p>a) A SALC enfrenta dificuldades em alinhar as necessidades do Escalão Logístico com a disponibilidade de produtos na região, especialmente considerando as especificações dos produtos constantes nos cadernos técnicos da Diretoria de Abastecimento; e</p> <p>b) As cooperativas de produtores familiares frequentemente enfrentam problemas administrativos e logísticos, o que pode dificultar o atendimento aos pedidos realizados pelas Organizações Militares (OM).</p>	<p>a) A execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela SALC contribui para a valorização da agricultura familiar, promovendo a compra direta de produtos desses pequenos produtores, o que pode ajudar a fortalecer a economia local e melhorar a renda das famílias agricultoras; e</p> <p>b) A interação com a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) é um aspecto positivo, pois auxilia na pesquisa de preços, na verificação da disponibilidade de produtores e no esclarecimento de dúvidas, facilitando a execução das Chamadas Públicas.</p>	<p>a) A SALC sugere a aceitação e catalogação da carne caprina pela Diretoria de Abastecimento, o que poderia diversificar e aumentar a oferta de produtos adquiridos da agricultura familiar; e</p> <p>b) Melhorar a logística e a gestão administrativa das cooperativas de produtores familiares é crucial. Isso inclui a capacidade dessas cooperativas de atender aos pedidos realizados pelas OM e a necessidade de uma organização administrativa mais robusta para o controle das aquisições.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Tendo como foco a entrevista realizada e os dados coletados pode-se observar uma participação importante da Conab no processo de planejamento das Chamadas Públicas, além da necessidade de atualização dos catálogos de alimentos do Exército Brasileiro de forma que permitam as aquisições de itens regionalizados e característicos de uma AF. O exemplo citado pelo entrevistado foi a aceitação da carne de caprinos que atualmente não é relacionada no CATÁLOGO DE ALIMENTOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EB40-C-30.403, que orienta as Organizações Militares, responsáveis pelos processos de aquisição do Quantitativo de Subsistência (QS) e nem no CATÁLOGO DE ALIMENTOS COMPLEMENTARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EB40-C-30.405 (Brasil, 2020e; Brasil, 2022c).

Outro aspecto evidenciado foi a dificuldade de alinhamento entre os produtos que são fornecidos pelo mercado da AF na Bahia e os produtos que são catalogados nos EB40-C-30.403 e EB40-C-30.405, ressaltando-se as exigências técnicas que os produtos a serem fornecidos ao EB devem cumprir. Aliado a esse problema de caráter técnico foi apontado também o problema de logística de entrega enfrentado pelos empreendimentos da AF na Bahia. Bem como os problemas administrativos, tanto relacionados a execução dos contratos como até de comunicação entre as partes envolvidas nas aquisições (Brasil, 2020e; Brasil, 2022c).

Dos questionários fechados enviados aos integrantes das SALC que participam das Chamadas Públicas realizadas pela 6ª Região Militar, extraiu-se o seguinte quadro analítico, Quadro 23.

Quadro 23 – Quadro analítico dos questionários fechados enviados para as SALC das OM da 6ª Região Militar

Questionamentos	Escala de Eficiência					Nr total de participantes
	Pouco eficiente	Eficiência moderada	Eficiente	Muito eficiente	Extremamente eficiente	
a) Como você avalia a estruturação do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar organizado pela 6ª RM?		1	2	2	3	8
b) Como você avalia o nível de planejamento da OM para realizar o levantamento das necessidades de gêneros alimentícios da agricultura familiar?		2	3	1	2	8
c) Como você avalia o levantamento das necessidades de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar na sua OM?		1	4	3		8
d) Como você avalia a orientação realizada pela 6ª RM para elaboração do Projeto Básico (PB) a ser executado nas aquisições da agricultura familiar?			3	2	3	8
e) Como você avalia o seu conhecimento sobre a legislação que ampara as aquisições dos itens da agricultura familiar?		2	1	4	1	8
f) Como você avalia o acesso à legislação que rege a compra institucional da AF?		2		3	3	8
g) Como você avalia a comunicação com os fornecedores da agricultura familiar ao longo do processo de compra?		2	3	1	2	8
h) Como você observa a existência de um mecanismo formal para avaliar o desempenho dos fornecedores da agricultura familiar?	1		4	2	1	8
i) Como você avalia o cumprimento dos termos contratuais pelos fornecedores da agricultura familiar?	1	2	3	2		8
j) Como você avalia o apoio técnico recebido por órgãos externos ao EB no processo de compra de produtos da agricultura familiar?	2		3		3	8
k) Como você avalia o aprimoramento dos processos das Chamadas Públicas para atrair mais participação dos agricultores familiares nas compras institucionais?	1		2	4	1	8
l) Como você avalia a capacitação dos responsáveis pelas compras nas OM para lidar com os processos de aquisição da agricultura familiar?		2	3	1	2	8
TOTAL DE OBSERVAÇÕES NAS ESCALAS	5	14	31	25	21	X

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quando é observado o total de avaliações entre eficiente e extremamente eficiente, chega-se a uma conclusão parcial, de que os integrantes das SALC que participam das Chamadas Públicas realizadas pela 6ª Região Militar, consideram que o processo, que percorre do planejamento até a contratação dos representantes da AF, é bem estruturado. Porém surge um alerta na visão destes operadores sobre os mecanismos de avaliação dos fornecedores da AF, bem como do próprio apoio técnico que é prestado ao EB no planejamento e condução das Chamadas Públicas. Vale ressaltar que estes agentes da administração não estão diretamente envolvidos na fiscalização dos contratos e tão somente na parte formal de celebração dos mesmos. Cabendo, geralmente, aos integrantes dos Setores de Aprovisionamento realizar a condução da fiscalização dos contratos oriundos das

Chamadas Públicas e os recebimentos dos gêneros alimentícios vinculados a estes (Brasil, 2020b).

Do questionário aberto e enviado ao Centro de Operações Logísticas (COS) do 6º D Sup, que é a seção que coordena as ações logísticas relacionadas as missões previstas para o Depósito de Suprimento que são as de receber, armazenar e distribuir os gêneros alimentícios integrantes do Quantitativo de Subsistência (QS) para suas OM apoiadas na Bahia e Sergipe, verificou-se que este setor específico do processo de aquisição dos itens de QS oriundo dos fornecedores da AF, não está envolvido de maneira eficiente nesta sistemática expressa no Quadro 22, ratificada pela não apresentação quaisquer sugestões de melhorias, desafios e problemas, ou até impactos positivos oriundos dos processos de aquisição, reforçando a impressão inicial de ineficiência das aquisições oriundas da AF, conforme explicitado na Tabela 1 desta pesquisa. Vale ratificar que este cenário, supracitado, pode ter sido reforçado pela inatividade de compras do QS conforme expresso na Figura 25. Do questionário aberto e enviado ao Escalão Logístico (Esc Log) da 6ª Região Militar, que é o canal técnico entre a Diretoria de Abastecimento do Exército e as Organizações Militares integrantes da 6ª RM, extraiu-se informações importantes e que demonstram o entendimento/envolvimento efetivo deste setor nos processos de aquisição da AF (Brasil, 2022a).

Figura 25 – Desafios e problemas apresentados pelo Escalão Logístico da 6ª RM

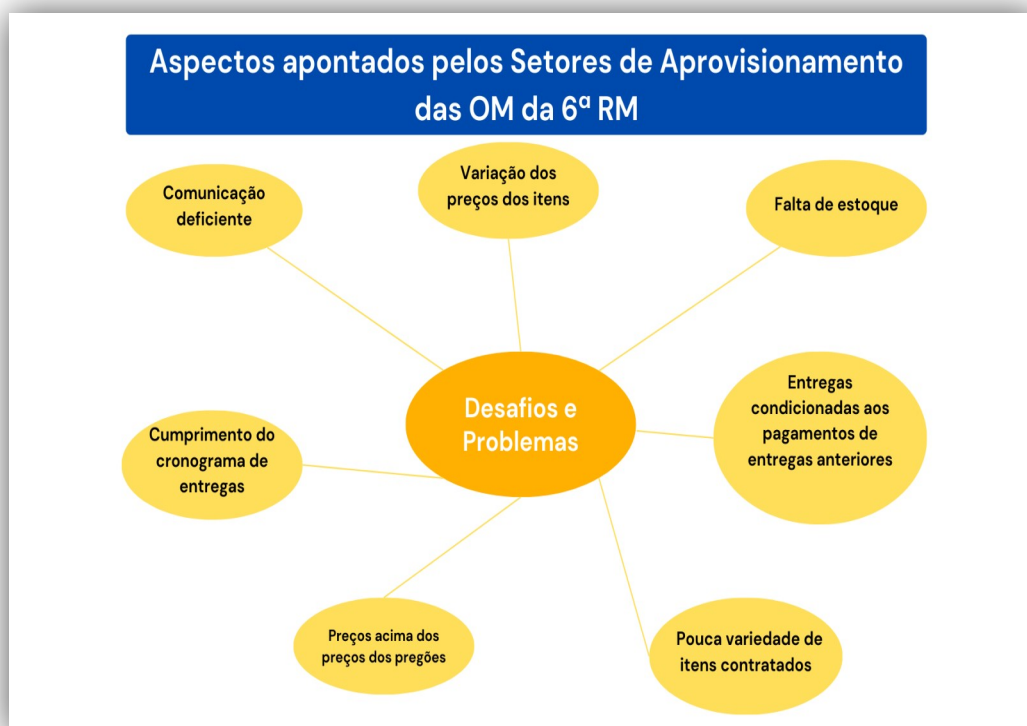


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Segundo o representante do Escalão Logístico uma forma efetiva de enfrentar e dirimir esses aspectos negativos ao processo de aquisições da AF deveriam ser focados no desenvolvimento das cooperativas para que se tornem aptas a participar de licitações convencionais, e que as mesmas tivessem um tratamento simplificado e favorecido, como já ocorre com as ME/EPP. Ainda foi ressaltado que as aquisições oriundas da AF enfrenta resistência para se concretizar. São realizados, por mera obrigação legal, sendo mais um processo diverso dos demais de aquisição, formalmente muito trabalhoso e sem efetividade nas entregas, colocando a AF em flagrante limitação quando comparada com os demais fornecedores oriundos dos pregões do Sistema de Registro de Preços. Ratificou ainda que essas exigências específicas para execução das Chamadas Públicas da AF, que são diferentes dos processos de licitações para os fornecedores comuns, tornam o processo muito trabalhoso e com resultados mais limitados que os demais.

Dos questionários abertos enviados aos integrantes dos Setores de Aprovisionamento da Organizações Militares que participam das Chamadas Públicas realizadas pela 6ª Região Militar, que são responsáveis por executar as fiscalizações e recebimentos de gêneros oriundos da AF, extraiu-se as Figuras 26, 27 e 28.

Figura 26 – Desafios e problemas apontados nos questionários do Setores de Aprovisionamento



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

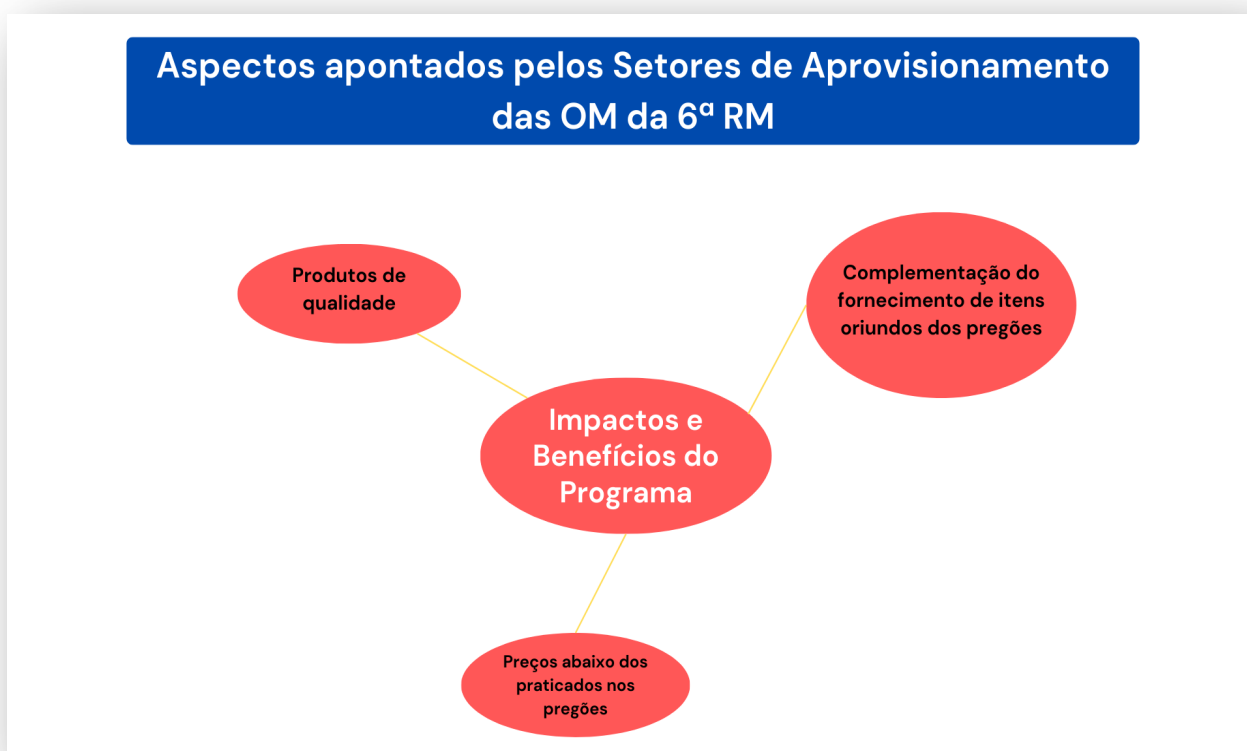
Os representantes dos Setores de Aprovisionamento das Organizações Militares da 6ª Região Militar enfrentam diversos obstáculos que afetam a eficácia e a continuidade nas aquisições de gêneros alimentícios oriundos da AF. Um desafio corriqueiro, e também enfrentado por este pesquisador na fase de coleta de dados, é a falta de uma comunicação eficiente com as cooperativas ou associações de agricultores familiares fornecedoras, que se dá em sua maioria por meio de e-mail, limitando a rapidez e a precisão na troca de informações essenciais. Além disso, foi apontada a necessidade por parte de alguns dos fornecedores receberem pagamento da primeira entrega antes de realizarem novos envios, o que representa uma barreira administrativa considerável. De posse dessa barreira administrativa pode-se concluir que alguns fornecedores da AF não dispõem de um capital de giro que seja suficiente para atender de forma eficiente às altas demandas da 6ª RM. Tudo isso resulta em atrasos e dificuldades para o fornecimento das necessidades em gêneros do Exército Brasileiro na Bahia, onde ressalta-se, também, a ausência de grandes estoques de itens para suprir uma cadeia de fornecimento regular conforme estabelecida nos contratos gerados nas Chamadas Públicas.

Um outro desafio relevante está vinculado à entrega logística. A pontualidade dos fornecedores é crucial para o planejamento das áreas de abastecimento, seja por parte do 6º Depósito de Suprimento ou pelos Setores de Aprovisionamento das Organizações Militares, mas a solução de continuidade nas entregas comprometem a eficácia operacional dos setores supracitados. A escassez de produtos disponíveis e a ausência de variedade de produtos cadastrados nas Chamadas Públicas complicam, também, a manutenção de um abastecimento adequado e diversificado. Deficiências logísticas e flutuações nos preços dos itens, que na maioria ultrapassam o valor dos pregões, também constituem obstáculos relevantes, evidenciando a necessidade de desenvolver estratégias que melhorem a capacidade logística dos fornecedores, garantindo assim maior estabilidade e confiabilidade das entregas de QR solicitadas, por força de contrato, pelos Setores de Aprovisionamento da 6ª Região Militar, e QS pelo 6º D Sup.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem trazido impactos positivos aos quartéis da 6ª Região Militar, com destaque para a qualidade dos produtos entregues, observação esta apontada por quase totalidade dos atores do Setores de Aprovisionamento envolvidos nesta pesquisa. Os alimentos adquiridos da AF apresentam padrões elevados, o que reflete diretamente na qualidade das refeições servidas, contribuindo para a satisfação e o bem-estar dos militares da 6ª RM. Além disso, a introdução de produtos típicos/regionais de

itens ofertados por intermédio do PAA proporcionam flexibilidade no atendimento às demandas alimentares dos aprovisionamentos, permitindo uma alimentação mais diversificada e alinhada às necessidades nutricionais e também dos costumes locais. Na Figura 27 pode-se notar que, na visão dos entrevistados dos Setores de aprovisionamento das OM da 6ª RM, são poucos os benefícios e os impactos positivos apresentados por essa política pública até o presente momento. O que vem corroborar com a apresentação de muitos obstáculos já especificados na Figura 26, criando uma impressão de ineficiência operacional prática, afastando o que é previsto na normativa que rege a modalidade da compra institucional do PAA o que está acontecendo nessa relação comercial no estado da Bahia.

Figura 27 – Impactos e benefícios apontados nos questionários do Setores de Aprovisionamento



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Foi relatado por um dos entrevistados o custo competitivo dos produtos da AF, que, em muitos casos, são adquiridos com valores inferiores aos dos fornecedores convencionais oriundos dos pregões. Com base nessa afirmação foi realizada uma pesquisa de preços exposta na Tabela 10.

Ao analisar os dados constantes da Tabela 10, observa-se que os valores praticados nos 21 (vinte e um) itens em comum, entre o Termo de Contrato nº 07/2023 e o Pregão SRP nº

90006/2024, a AF teve preços mais competitivos em 9 (nove) itens. Vale ressaltar que os valores do contrato tem como base o mês de março de 2023 e os valores do pregão o mês de abril de 2024. Períodos esses que influenciam nos valores comparados, porém não invalidam e sim reforçam a afirmação do entrevistado que citou a vantajosidade dos preços praticados pelos fornecedores da AF em comparação com os registrados nos pregões do Sistema de Registro de Preços que são realizados no âmbito do Grupo de Coordenação e Acompanhamento das Licitações e Contratos (GCALC) da 6ª Região Militar do Exército Brasileiro (Brasil, 2021c).

Tabela 10 – Comparativo de valores dos itens adquiridos na AF e nos pregões.

Nr	Item (kg)	Quantidade de entrega	Valor da Chamada Pública AF QR R\$ ⁵	Valor do Pregão de QR R\$ ⁶	Situação
1	ABACAXI	1.200	3,74	3,88	AF FAVORÁVEL
2	ABÓBORA	600	3,99	2,65	
3	ACELGA	120	10,99	6,0	
4	BANANA PRATA	600	4,07	6,30	AF FAVORÁVEL
5	BATATA DOCE	120	4,74	3,79	
6	BETERRABA	60	3,94	3,90	
7	CEBOLA BRANCA	480	4,51	6,75	AF FAVORÁVEL
8	CHUCHU	120	5,15	4,95	
9	COENTRO	60	13,15	18,6	AF FAVORÁVEL
10	GOIABA VERMELHA	120	4,31	7,55	AF FAVORÁVEL
11	INHAME	120	7,59	5,90	
12	LARANJA PERA	600	4,36	3,90	
13	MAMÃO FORMOSA	60	5,86	3,25	
14	MAMÃO PAPAIA	60	8,05	3,35	
15	MANDIOCA	240	3,45	1,80	
16	MANGA	60	3,48	3,50	AF FAVORÁVEL
17	MANJERICÃO	24	17,40	18,00	AF FAVORÁVEL
18	MARACUJÁ	120	5,58	7,40	AF FAVORÁVEL
19	MELANCIA	600	2,25	1,60	
20	MELÃO AMARELO	120	4,24	2,95	
21	PIMENTÃO VERDE	120	4,69	4,95	AF FAVORÁVEL
Valor total ⁷			R\$ 24.444,00	R\$ 24.604,80	

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

É importante ratificar que na modalidade compra institucional do PAA, existe a exigência legal de adquirir 30% de todo o recurso voltado para alimentação anual em itens da AF e esta vem se mostrando vantajosa economicamente em alguns itens, mesmo sendo uma

⁵ Dados extraídos do Termo de Contrato para aquisição de alimentos da Agricultura familiar nº 07/2023, estabelecido para entrega no 6º Batalhão de Polícia do Exército, tendo como fornecedor a COOPERATIVA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SUL DA BAHIA (COOPADESBA).

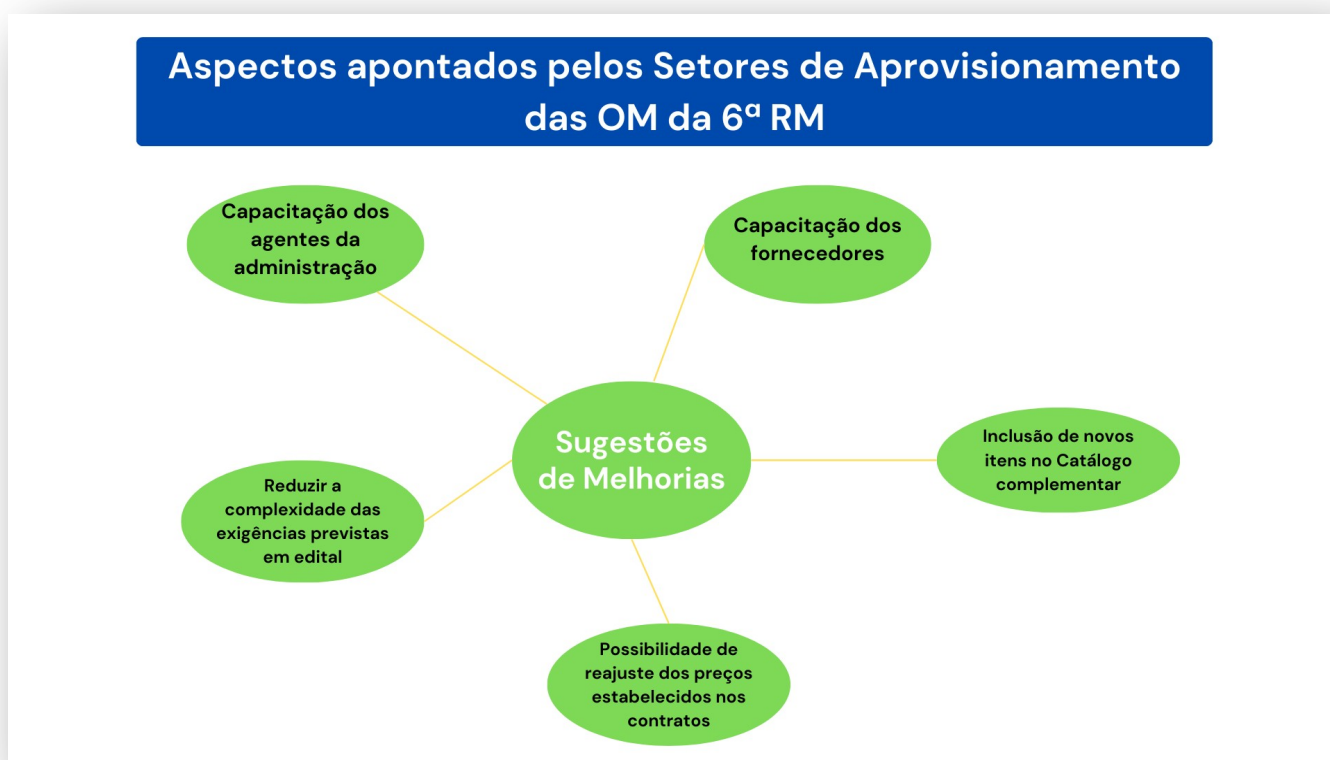
⁶ Dados extraídos do Pregão SRP nº 90006/2024, homologado no dia 26/04/2024, que tem por finalidade a aquisição de itens do QR em favor de todas as Organizações militares da 6ª RM.

⁷ Valor total considerando que seriam adquiridos todos os itens e todas as quantidades previstas no Termo de Contrato nº 07/2023.

medida de caráter obrigatório, o que evidencia, de certa forma, um possível poder competitivo do mercado fornecedor da AF com relação ao mercado fornecedor convencional oriundo dos pregões regidos pela Lei nº 14.133/2021, contribuindo, assim para a variedade e qualidade dos itens consumidos pelos integrantes do Exército Brasileiro na Bahia (Brasil, 2015; Brasil, 2021a).

Os Setores de Aprovevisionamento das organizações militares da 6ª Região Militar destacaram várias sugestões para aprimorar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com ênfase na capacitação dos agentes da administração do Exército Brasileiro. A necessidade de um treinamento mais amplo e detalhado para os agentes envolvidos nas aquisições, especialmente em relação à legislação e aos processos técnicos do programa, é vista como crucial para garantir um entendimento mais claro e uma execução eficiente dos contratos por parte dos integrantes do Estado, conforme demonstrado na Figura 28.

Figura 28 – Sugestões de melhorias apontadas nos questionários do Setores de Aprovevisionamento



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Além da supracitada capacitação os integrantes dos Setores de aprovisionamento das Organizações Militares da 6ª Região Militar, apontaram a necessidade, também, de uma

capacitação para os fornecedores da AF, preparando-os para cumprir as exigências dos contratos e otimizando, assim, entregas pontuais e em conformidade com os padrões exigidos pelos catálogos de alimentos do Exército Brasileiro (Brasil, 2020e; Brasil, 2022c).

Outro ponto levantado é a importância de otimizar a logística e a comunicação no processo de compras e execução dos contratos. Uma sugestão relevante apresentada foi a segregação dos itens por localidade, visando minimizar os custos e dificuldades logísticas enfrentadas pelos empreendimentos da AF. Os Setores de Aproveitamento também sugerem simplificar os termos técnicos nos editais e tornar as exigências menos complexas, facilitando o entendimento e a adesão dos fornecedores da AF. A inclusão de novos produtos nos catálogos de alimentos do EB e um possível reajuste nos valores dos itens nos contratos são apontados como melhorias necessárias, que poderiam tornar o PAA ainda mais atrativo e eficaz para atender às demandas das organizações militares.

Ao observar as citações da necessidade de inclusão de novos itens nos catálogos de alimentos do Exército Brasileiro é importante saber quais são os itens do Quantitativo de Rancho (QR) de interesse da 6ª Região Militar.

Quadro 24 – Itens do QR que fazem parte das aquisições da 6ª RM na agricultura familiar no estado da Bahia.

Descrição
BARRA DE CEREAIS 25G (sabores diversos: abacaxi, banana com umbu, jaca com coco, salada de frutas).
ABACATE COMUM; ABACAXI; ABÓBORA; ACELGA; AIPIM EMBALADO A VÁCUO; ALECRIM; ALFACE AMERICANA; BANANA DA PRATA; BANANA DA TERRA; BATATA DOCE; BETERRABA; CEBOLA BRANCA; CEBOLINHA; CENOURA; CHUCHU; COENTRO; COUVE FLOR; GOIABA VERMELHA; INHAME; LARANJA PERA; MAMÃO FORMOSA; MAMÃO PAPAIA; MANGA; MANJERICÃO; MARACUJÁ; MELANCIA; MELÃO AMARELO; PEPINO; PIMENTÃO VERDE; SALSA; TOMATE COMUM; VAGEM.
IOGURTE INTEGRAL – 900G Sabores diversos (Coco, Morango, Abacaxi, Licuri, Café, Umbu, Frutas); MANTEIGA; QUEIJO MUSSARELA – ORIGEM: DA VACA; QUEIJO COALHO – ORIGEM: DA VACA; REQUEIJÃO (obtido por fusão de uma massa de coalhada dessorada e lavada obtida por coagulação ácida e/ou enzimática do leite com ou sem adição de creme de leite e/ou manteiga e/ou gordura anidra de leite ou butter oil.);
AÇÚCAR MASCAVO; BEIJO DE COCO – 300G; FARINHA DE MANDIOCA; FLOCÃO DE MILHO NÃO TRANSGÊNICO (Embalagem de 500 g); FUBÁ DE MILHO; MEL DE ABELHA; MILHO DE MUNGUZÁ (grãos ou pedaços de grãos de milho (Zeamays L.) que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em presença de escarificação mecânica ou manual (desgerminação); TAPIOCA / GOMA HIDRATADA Natural de primeira qualidade, produto inteiro, isento de sujidades, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 90 dias, peso líquido e de acordo com as Normas e Resoluções vigentes das autoridades sanitárias. Embalagem primária plástica, lacrada de 1Kg. Deverá ser entregue em caixas de plástico tipo monobloco ou armazenados em caixa de papelão; PALMITO EM CONSERVA PICADO (Embalagem em pote de vidro de 300 g); CAFÉ EM PÓ (Embalagem de 250 g); FEIJÃO COMUM
POLPA CONGELADA DE FRUTAS – Sabores diversos (ABACAXI – CACAU – CAJÁ – ACEROLA – CUPUAÇÚ – GOIABA – GRAVIOLA – MANGA – MARACUJÁ – UMBU)
OVO – TIPO DE GALINHA BRANCO; CARNE DE PESCADO (BADEJO OU PESCADA AMARELA); CARNE DE AVES (DEFUMADA); CARNE CAPRINA; FILÉ DE TILÁPIA

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os produtos da AF que são colocados nos chamamentos públicos estão exibidos no

Quadro 24 e foram fornecidos pelo representante do Escalão Logístico da 6ª RM, ressaltando que os mesmos são constantes do CATÁLOGO DE ALIMENTOS COMPLEMENTARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EB40-C-30.405 e no “Apêndice Q” pode-se ter conhecimento de todos os itens possíveis de serem adquiridos nas Chamadas Públicas da AF para gêneros alimentícios englobados pelo Quantitativo de Rancho (Brasil, 2022c).

3.2 O PAA NO ESTADO DA BAHIA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribui para o aumento da renda dos agricultores familiares, permitindo que possam investir mais em suas propriedades e aprimorar a produção. Além disso, incentiva uma maior organização dos agricultores, tanto individualmente na gestão de suas terras, quanto em grupos. A formalização desses produtores pode alavancar novas possibilidades de mercado, pois estão mais capacitados para atender às demandas vindouras (Santos, 2016). Isso evidencia uma consequência das aquisições públicas que é a habilidade de impulsionar metas sociais, tais como inclusão social e diminuição das disparidades, já subentendidas com o desenvolvimento do PAA, além de ser um instrumento de política pública que objetiva estimular à produção e a diversificação de alimentos para combater a fome e a insegurança alimentar (Brasil, 2003).

Além disso, as aquisições governamentais também têm o potencial de estimular práticas sustentáveis e minimizar os efeitos negativos no meio ambiente das atividades econômicas. Um exemplo disso é a possibilidade de os órgãos públicos inserirem requisitos ambientais nos procedimentos licitatórios, como a demanda por certificações ambientais ou a preferência por materiais reciclados. No instante em que o Estado, insere critérios de sustentabilidade em suas compras, fica evidenciado o início de um novo paradigma nas compras públicas. Sinalizando assim uma preocupação em comprar produtos menos agressivos ao meio ambiente, e levando em consideração, também, a questão social, que envolvem essas aquisições (Silva; Barki, 2014).

Aliado ao acima exposto a inserção das associações e cooperativas da AF no contexto processual do PAA criou a necessidade da evolução nas atividades de funcionais administrativas de planejamento, controle, prestação de contas, orçamento, acesso ao cenário digital, gestão trabalhista dentre outras, direcionando esses empreendimentos no caminho de competências, necessárias e que por épocas eram desconhecidas (Rocha, 2015).

As aquisições governamentais são uma ferramenta relevante de política pública, com capacidade de alcançar metas sociais, econômicas e ambientais. Contudo, para otimizar os efeitos das compras governamentais, é fundamental enfrentar uma série de obstáculos e adotar uma abordagem abrangente e participativa. Isso engloba a melhoria dos procedimentos de aquisição pública, a inclusão de critérios sociais e ambientais nas especificações técnicas dos editais de licitação e a implementação de mecanismos efetivos de acompanhamento e avaliação dos desdobramentos das compras públicas (Paim; Carlos, 2018).

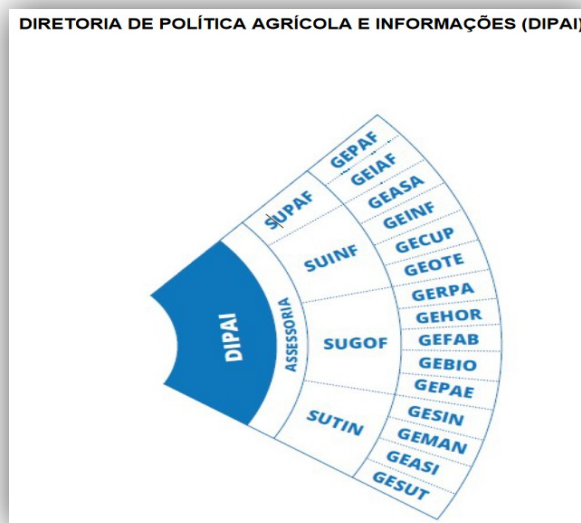
Neste contexto é competência do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome fiscalizar as operações realizadas no âmbito do PAA, de acordo com metodologia estabelecida pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA), que é assentado como um colegiado deliberativo e formado por integrantes de diversos ministérios, que são: a) Ministério da Cidadania; b) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário; c) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; d) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e) Ministério da Fazenda; e f) Ministério da Educação. O GGPAA além de orientar e acompanhar a execução do PAA, por intermédio de suas resoluções, também defini o funcionamento das modalidades do programa, sua metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando regionalização da AF, a metodologia para definição dos preços e as condições de venda dos produtos adquiridos, dentre outras medidas necessárias para a consecução do PAA. Por ser o responsável por todas essas tarefas, o Grupo Gestor do PAA é um órgão crucial para a eficácia do programa. Sua interação com a sociedade civil em reuniões oficiais, e que ocorrem de maneira pública, é essencial para garantir que o programa seja transparente e responsável (Brasil 2012).

O PAA pode ser executado por meio de cinco modalidades: a) compra com doação simultânea: compra de gêneros da AF para a doação às unidades receptoras ou diretamente aos beneficiários consumidores; b) PAA Leite: compra dos agricultores familiares o leite, que após ser beneficiado, será ofertado às unidades receptoras ou diretamente aos beneficiários consumidores; c) compra direta: compra de produtos específicos, com o objetivo de sustentar preços, atender às demandas de programas de acesso à alimentação e para constituir estoques públicos; d) apoio à formação de estoques: tem por finalidade apoiar financeiramente a formação de estoques de alimentos por organizações fornecedoras da AF; e) compra institucional: possibilita os órgãos União, Estados, Distrito Federal e Municípios adquirir os alimentos da AF, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para

atendimento às demandas de consumo de alimentos, situação essa que enquadra as aquisições realizadas pelo Exército Brasileiro (Brasil, 2023d).

Pormenorizando agora a modalidade de compra institucional é importante citar a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que é uma empresa pública com sede em Brasília, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, desde 23 de janeiro de 2023, por meio do Decreto n.º 11.401. A Conab foi criada por meio da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 e no escopo de sua missão institucional, colabora para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à AF, buscando com isso diminuir o êxodo rural e gerar capital no setor agropecuário por intermédio da promoção do desenvolvimento rural gerando renda e emprego no campo. A Conab também promove a introdução de alimentos de qualidade e mais saudáveis no mercado interno, fomentando as estratégias de segurança alimentar do país. Dentre essas estratégias de segurança alimentar está a execução, pela Conab, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Conab, como órgão executor do programa, realiza apoio técnico nessa modalidade para o atendimento de demandas de gêneros alimentícios, por parte do órgão comprador. Assim, os órgãos compradores poderão solicitar o apoio da Conab para identificação da oferta de alimentos, sazonalidade dos produtos, bem como na identificação de potenciais fornecedores (Brasil, 1990; Brasil, 2023a).

De acordo com o Regimento Interno 10.104, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apresenta uma estrutura organizacional complexa e articulada, conforme ilustrado na Figura 29. A composição da Conab envolve uma ampla rede de unidades e departamentos, cada um com atribuições específicas, refletindo a diversidade de funções desempenhadas pela instituição. Sua missão principal consiste em prover inteligência agropecuária, coletando, organizando e analisando dados estratégicos para subsidiar a tomada de decisões no agronegócio. Além disso, a Conab desempenha um papel fundamental na formulação e execução de Políticas Públicas, garantindo a regularidade do abastecimento e contribuindo para a estabilidade da renda do produtor rural. A organização de sua estrutura evidencia a interconexão entre diferentes setores, reforçando sua capacidade de atuar de forma eficiente na gestão da informação agropecuária e na implementação de medidas que impactam diretamente a segurança alimentar e o desenvolvimento rural no Brasil.

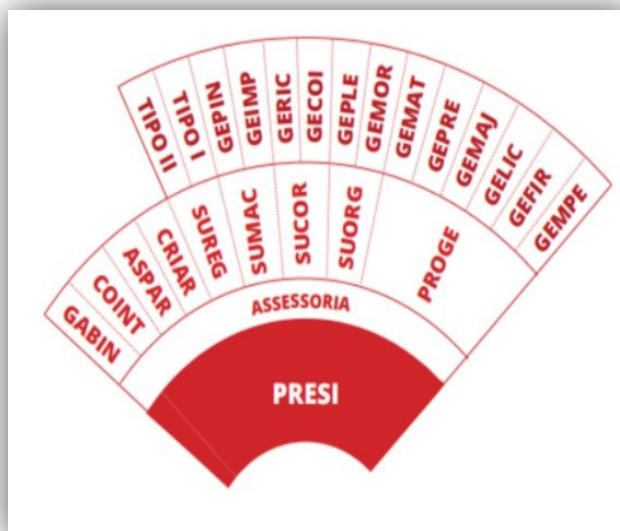
Figura 30 – Organograma da Dipai.

Fonte: Regimento Interno 10.104 da Conab.

Nessa estrutura, também especificada no Regimento Interno 10.104, a Gerência de Programação e Acompanhamento da Agricultura Familiar (Gepaf) que é subordinada à Supaf, é responsável por acompanhar a execução das atividades relativas aos programas governamentais voltados para AF, através da articulação entre os órgãos envolvidos nas atividades decorrentes destes programas. Já a Gerência de Informações da Agricultura Familiar (Geiaf) é responsável também por promover o apoio às ações de capacitação e ampliação do acesso das Organizações da Agricultura Familiar às compras públicas de alimentos produzidos pela AF.

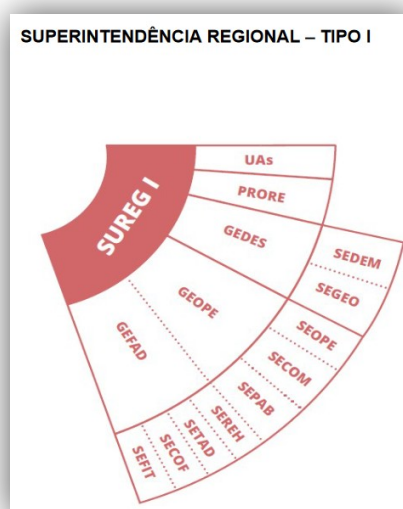
Essa estrutura descrita está diretamente ligada ao mercado atuante da AF, constituindo-se como elo fundamental nas ações de desenvolvimento dos produtores familiares. Desenvolvimento esse ratificado como necessário por diversas vezes na coleta de dados com os integrantes do Exército Brasileiro envolvidos nos processos de aquisição de itens da AF, desde o planejamento, passando pela celebração dos contratos até o recebimento dos gêneros.

Na Bahia, conforme previsto no Regimento Interno 10.104, está localizada a Superintendência Regional (Sureg) da Bahia que é classificada como TIPO I e está subordinada hierarquicamente à Presidência da companhia, que possui a sua estrutura organizada conforme a Figura 31.

Figura 31 – Organograma da Presidência da Conab.

Fonte: Regimento Interno 10.104 da Conab.

A Sureg Bahia, conforme expresso no Regimento Interno 10.104, representa a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais no estado baiano promovendo a interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio com o objetivo de apresentar soluções para questões regionais, com essa ação efetiva o cumprimento das diretrizes governamentais estratégicas da Conab, as disposições legais e os atos normativos em vigor. Assim como as demais Sureg TIPO I, a baiana está estruturada conforme demonstrado na Figura 32.

Figura 32 – Organograma das Superintendências Regionais, TIPO I.

Fonte: Regimento Interno 10.104 da Conab.

Na estrutura da Sureg TIPO I existe, ainda segundo o Regimento Interno 10.104, uma Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico (Gedes), subordinada a quem compete promover as atividades de desenvolvimento empresarial e apoio à logística e gestão da oferta de produtos, que no caso específico desta pesquisa são os gêneros alimentícios oriundos da AF e que são de interesse da 6ª RM conforme demonstrado no Quadro 24.

Além de toda esta estrutura supracitada ligada diretamente a Conab e que trabalha em proveito do desenvolvimento da AF no estado da Bahia, dentre outros, existe também a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), que é vinculada ao Governo do Estado da Bahia e tem como missão promover o desenvolvimento regional e contribuir para o combate à pobreza, através da inclusão socioprodutiva (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 2024).

Neste contexto e com o objetivo de investigar os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares na obtenção e manutenção de contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro na Bahia. E tendo como o foco de caracterizar a AF no estado da Bahia, destacando sua participação atual no fornecimento à 6ª Região do Exército Brasileiro e identificar os produtos que podem ser incluídos nas aquisições realizadas no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em parceria com o Exército, foram realizadas entrevistas com os representantes da Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico (Gedes) e do Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento (Sepab), que são vinculados à Sureg – BA da Companhia Nacional de Abastecimento, e realizado um questionário com o representante da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

Bem como, foram identificados no sítio digital da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (<https://www.fapesb.ba.gov.br>) os empreendimentos da AF no Estado da Bahia com a finalidade de atingir, também, o objetivo específico de identificar os produtos que podem ser incluídos nas aquisições realizadas no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em parceria com o Exército.

Desses instrumentos de coletas de dados foram extraídas informações importantes na busca de responder a questão de partida e atingir os objetivos propostos pelo estudo. Conforme demonstrado na Figura 33, o Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento (Sepab) foi abordado inicialmente, como objetivo de entender a estrutura da Companhia Nacional de Abastecimento e como resultado da entrevista, além da visão do

setor, a pesquisa foi direcionada para a Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico (Gedes) que realizou observações importantes e constantes das Figuras 34 e 35.

Figura 33 – Aspectos apontados pelo representante do Sepab.

Sepab		
Desafios e Problemas	Impactos e Benefícios do Programa	Sugestões de Melhorias
a) Interferências políticas em pequenos municípios; b) Protagonismo das associações e seu papel como facilitadores dos processos; c) Problemas com projetistas que são figuras informais cobrando para fazer projetos que serão contemplados pelo PAA; e d) Dificuldades de associações com burocracia e tecnologia.	a) Desenvolvimento econômico, social e ambiental; b) Melhoria nas condições de dos agricultores e comunidades; e c) Redução da migração de jovens para capitais.	a) Necessidade de informação e otimização dos métodos para levar mais informações evitando erros nos processos e assim reduzir a necessidade de fiscalização intensiva; e b) Centralização na figura das associações para comunicação e execução dos processos abarcados pelo PAA.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O Sepab, segundo a entrevista realizada com seu integrante, está mais voltado para modalidade doação simultânea do PAA. Porém eles tratam diretamente com as associações e cooperativas da AF na Bahia, esse relacionamento possibilitar ter uma visão bem peculiar do cenário desses empreendimentos na Bahia. Onde ficam evidenciados na Figura 33 desafios e ou problemas bem significativos que podem interferir nas atividades desenvolvidas pelos empreendimentos da AF. Destacando-se primeiramente a simplicidade e humildade dos representantes dessas associações e cooperativas. São pessoas que não tiveram muitas oportunidades de letramento. Aspectos esses que geram alguns óbices apontados pelo Sepab, como a dificuldade de interagir com as tecnologias que facilitam as comunicações, com a burocracia que envolvem os processo de aquisições públicas, que vão desde a elaboração de projetos até apresentação de propostas nos chamamentos públicos.

Com relação aos projetos que são apresentados ao Sepab pelas cooperativas para poderem ser assistidas pela modalidade doação simultânea do PAA, o setor observou o surgimento de certos aproveitadores (projetistas) que se valem da humildade dos representantes e exploram os mesmos para que consigam executar as tarefas exigidas nos processos geridos pelo Sepab. Foi citado, também, uma forte interferência política nos empreendimentos da AF no interior da BA. Onde o protagonismo das associações e o seu

papel como facilitador das interações com as políticas públicas ficam comprometidos. Nos pequenos municípios a população vive muito em função das prefeituras, onde segundo o representante do Sepab é tudo muito político e há muito conflito por conta dessa guerra política. Diante desse cenário o Sepab recebe muitas denúncias de interferências políticas nas atividades das associações e cooperativas e o setor realiza diversas diligências por intermédio de fiscais.

Todo esse cenário apresentado pelo Sepab demonstra um ambiente que tende a ter dificuldades naturais para desenvolver suas atividades rotineiras e até de desenvolvimento dos empreendimentos. Apesar de todas essas observações o Sepab enfatizou a grande contribuição positiva das políticas públicas voltadas aos agricultores familiares, em particular a do PAA, em fomentar o desenvolvimento econômico, social e ambiental, melhorando as condições de vida dos agricultores familiares, das comunidades envolvidas nessas atividades do campo, e tendo como consequência, também, a fixação dos jovens nessas comunidades. Jovens estes que em outras épocas saíam de seus municípios para grandes centros para tentarem melhores oportunidades que hoje são proporcionadas pelo próprio PAA nas suas localidades.

Figura 34 – Aspectos apontados pelo representante da Gedes.

Gedes	
Desafios e Problemas	Sugestões de Melhorias
a) Dificuldade dos órgãos compradores, como o Exército e universidades, em identificar onde estão os agricultores e quais produtos estão disponíveis; b) Alguns editais possuem especificações que não são compatíveis com a realidade da agricultura familiar, dificultando a participação dos pequenos agricultores; c) A agricultura familiar não consegue competir com grandes empresas em termos de preços e volume de produção; d) Custos de produção mais elevados, menor uso de tecnologias, menor volume e produtividade; e) Dificuldade em garantir a regularidade de fornecimento de produtos sazonais(feijão e arroz); e f) Necessidade de assistência técnica para agricultores familiares, que muitas vezes não tem acesso à orientação adequada para participar dos programas de compras públicas	a) Facilitação da comunicação e negociação entre órgãos compradores e agricultores familiares, aumentando as chances de efetivação das compras; b) Ajuda na elaboração de editais mais adequados à realidade da AF, aumentando a participação dos pequenos agricultores; c) Contribuição nas pesquisas de preços conforme os regramentos específicos do PAA, garantindo que os preços praticados sejam justos; d) Recomendações para focar em produtos nos quais a AF é mais competitiva, melhorando a viabilidade econômica; e) Fortalecer parcerias com instituições como o Sebrae para fornecer assistência técnica aos agricultores, melhorando sua qualificação e capacidade de acessar os mercados institucionais; e f) Seguir rigorosamente os regramentos específicos da modalidade do PAA para a pesquisa de preços, garantindo que os mesmos sejam justos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Para além das observações do Sepab a Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico (Gedes), também vinculada à Conab, realizou colaborações esclarecedoras mostrando um panorama interessante do mercado fornecedor da AF da Bahia, que está relacionado diretamente à modalidade compra institucional do PAA. Conforme demonstrado na Figura 34, foi evidenciada uma grande dificuldade dos órgãos compradores em identificar os empreendimentos da AF, assim como ter disponível todos os produtos que são ofertados por eles e poderiam fazer parte das aquisições institucionais.

Assim como apontado por outros atores envolvidos na fase de coleta de dados, a Gedes, também, apontou a dificuldade dos agricultores familiares lidarem com os termos e especificações previstas nos editais de chamamentos e até com os termos de contratos oriundos destes. Dificuldades potencializadas pelo baixo grau de instrução e acesso à tecnologias, que é uma realidade do homem que labuta nestes pequenos empreendimentos agrícolas. Um outro fator desafiante para o mercado fornecedor da AF é a competição com os grandes fornecedores, que com o advento de tecnologias potencializam suas produções e podem fornecer produtos com preços mais competitivos e em grande escala. Realidade esta que não se faz presente no dia a dia do agricultor familiar, pois além de não ter acesso a grandes tecnologias produtivas enfrenta dificuldades para garantir a regularidade das entregas de produtos sazonais.

A Gedes, por intermédio do seu representante e demonstrado na Figura 34, foi bem propositiva na apresentação de sugestões de melhorias para o processo de aquisição que envolve a modalidade de compra institucional do programa de Aquisição de Alimentos. Como forma de atacar a dificuldade do Exército em identificar onde estão os agricultores familiares e quais produtos estão disponíveis para aquisição, a Gedes seria facilitadora da comunicação entre as partes interessadas aumentando as chances de efetivação das compras. Outra forma de otimizar os processos de aquisição, seria por meio da intensificação da participação da Conab na orientação da elaboração dos editais de chamamentos públicos, utilizando termos mais adequados a realidade do agricultor familiar, bem como orientando os órgãos compradores a focar nas aquisições de produtos em que a AF na Bahia é mais competitiva, melhorando a viabilidade econômica dessa contratação.

O fortalecimento de parcerias com instituições como o Sebrae para fornecer assistência técnica aos agricultores familiares na busca de melhorar a qualificação e capacidade de acessar os mercados institucionais, também foi uma sugestão de melhoria apresentada pelo

representante da Gedes, que atuaria na ampliação das articulações e parcerias com outras entidades criando uma rede de suporte mais ampla e eficaz para os empreendimentos da AF.

Saindo do escopo da Conab e agora interiorizando para estrutura do Governo do Estado envolvida na temática da AF na Bahia. Vemos na Figura 35 a contribuição da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, que explicitou a dificuldade de apoio direto do Estado na implementação e execução do PAA, uma vez que a execução é de competência municipal por intermédio dos recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome. Foram enfatizadas, também, as barreiras logísticas relacionadas as entregas de produtos por parte dos agricultores familiares em detrimentos dos mesmos serem responsáveis por uma significativa produção agrícola. Foi apontado pelo representante da CAR uma escassez de recursos que possibilitem o crescimento da capacidade de competição por melhores preços na disputa pelo mercado com os grandes fornecedores e detentores de tecnologias. Aliado a esses fatores surge, por desconhecimento, a desvalorização da capacidade de comercialização e por conseguinte uma desvalorização do trabalho do agricultor familiar no contexto dos mercados institucionais.

Como forma de potencializar os impactos e benefícios do fomento à AF na Bahia, a CAR realiza a capacitação dos agricultores familiares não só nas áreas agrárias, mas também nas dimensões econômicas, políticas e sociais com a finalidade de qualificar e mudar a realidade desses empreendimentos na Bahia. Nesse mesmo objetivo foi citada na Figura 35 a realização das Feiras Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária, que, segundo o portal da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Bahia (2024, online), são voltadas para empreendimentos de agricultores familiares, assentados de programas de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e economia solidária, dos 27 Territórios de Identidade do estado da Bahia. Reunindo e apresentando os resultados da AF e economia solidária baiana, fomentados por investimentos do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), com foco no desenvolvimento sustentável e na produção de alimentos saudáveis.

A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, através de seu representante, apresentou sugestões conforme exposto na Figura 35, onde citou a necessidade de elaboração de editais de Chamada Pública contendo simplificações baseadas na Lei nº 13.019/14 e o Decreto Estadual 17.091/16, para que o reconhecimento da AF e sua importância no contexto das compras institucionais sejam efetivados urge a necessidade de que essa compra seja realizada de forma mais fácil possível e respeitando os limites legais (Brasil, 2014; Bahia,

2016).

Figura 35 – Aspectos apontados pelo representante da CAR.

CAR		
Desafios e Problemas	Impactos e Benefícios do Programa	Sugestões de Melhorias
<p>a) Ausência de participação direta dos estados no financiamento do PAA, uma vez que a execução é municipal com recursos do MDS, dificultando o apoio direto dos estados na implementação do programa;</p> <p>b) Há uma produção significativa, mas é necessário colocar essa produção em rede para superar desafios locacionais e logísticos da AF;</p> <p>c) Falta de recursos para que os produtos da AF possam competir com os preços acessíveis nas gôndolas e garantir exploração comercial justa; e</p> <p>d) A sociedade desconhece as potencialidades e benefícios da produção familiar, o que impacta a valorização e comercialização desses produtos.</p>	<p>a) Fortalecimento da produção de alimentos: A CAR e a SDR apoiam o desenvolvimento da produção de alimentos e projetos produtivos estratégicos para a agricultura familiar, promovendo a economia familiar e do estado;</p> <p>b) Capacitação contínua: A CAR realiza capacitações para agricultores familiares em áreas agrárias, econômicas, políticas e sociais, promovendo a qualificação das dinâmicas organizacionais da agricultura familiar;</p> <p>c) Eventos de promoção e comercialização: A Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES) serve como vitrine para os produtos da agricultura familiar, facilitando a comercialização e atraindo potenciais compradores;</p> <p>e</p> <p>d) Parcerias diversas para viabilizar mercados: A CAR colabora com várias entidades e utiliza recursos federais, estaduais e internacionais para apoiar a agricultura familiar, implementando infraestruturas como mercados, estradas e agroindústrias.</p>	<p>a) Sugere-se que as Chamadas Públicas sejam mais acessíveis aos produtores familiares, com simplificações baseadas na Lei 13.019/14 e o Decreto Estadual 17.091/16;</p> <p>b) É proposto que os governos subsidiem a agricultura familiar, tal como fazem com o agronegócio, para apoiar a qualidade e regularidade dos produtos, melhorando a participação nas Chamadas Públicas;</p> <p>c) Recomenda-se que instituições como o Exército reconheçam a importância da agricultura familiar, criando mecanismos que facilitem a compra de produtos dessas origens; e</p> <p>d) Aumentar iniciativas que visem o conhecimento da população sobre a qualidade dos produtos da agricultura familiar e seu impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Bem como sugeriu um maior investimento nos empreendimentos da AF, de forma que eles possam encarar de frente o desafio de competir em pé de igualdade com o agronegócio e indústrias que já são subsidiadas pelo Estado, possibilitando com isso que os pequenos agricultores e suas associações /cooperativas possam evoluir e atacar barreiras como as da qualidade, que é bastante restritiva por conta das exigências dos editais e a barreira da regularidade de fornecimento ou até de produção que interferem na execução dos contratos celebrados por intermédio das Chamadas Públicas da AF.

Para além das informações extraídas das entrevistas e questionários supracitados, a busca da caracterização do mercado fornecedor da AF na Bahia foi demonstrada no "Apêndice P" que é a RELAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA. Um ponto importante para fazer a interface entre os produtos fornecidos pelos agricultores familiares e os produtos de interesse do Exército Brasileiro é o acesso, de forma clara, ao que se pretende comprar e o que se tem disponível no mercado da AF para venda, inclusive com a informação da capacidade produtiva da mesma. Por não ter ocorrido nenhuma participação de empreendimentos da agricultura familiar nesta pesquisa, em decorrência de negativa dos mesmos ou por, simplesmente, ignorarem as solicitações feitas na fase de coleta de dados.

A coleta de dados referentes aos produtos oferecidos pelos agricultores familiares está muito deficitária. Inclusive em consulta realizada no sítio digital: <https://www.gov.br/mds/pt-br/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/paa/paa-ci>, não foi possível obter os mesmos, pois o portal estava indisponível. No supracitado sítio o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, deveria disponibilizar o “Portal de Compras da Agricultura Familiar” onde seria possível encontrar a legislação pertinente, modelos de chamadas e de contratos, notícias, manual de orientação para gestores públicos e fornecedores organizados por estado, tudo isso com a finalidade de facilitar a construção dos editais de Chamada Pública da AF (Brasil, 2024c).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua contribuição para a valorização da AF na Bahia, com foco nas compras realizadas pela 6ª Região Militar (6ª RM) do Exército Brasileiro (EB). Como instituição de Estado, o Exército reconhece seu papel social e enxerga no PAA uma oportunidade para fortalecer a inclusão produtiva e valorizar os pequenos agricultores. No entanto, os resultados obtidos indicam que há potencial para uma atuação mais expressiva na redução das desigualdades sociais, no crescimento das economias locais e na promoção de uma alimentação mais saudável para seus efetivos.

Embora a legislação determine que no mínimo 30% dos recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios sejam direcionados à compra de produtos da AF, por meio da modalidade de compra institucional, os dados evidenciam uma baixa efetividade do programa dentro do Exército. Entre 2018 e 2024, a 6ª RM destinou apenas 1,07% de suas aquisições à AF, um percentual significativamente abaixo do esperado. Esses resultados demonstram a necessidade de um fortalecimento das estratégias de implementação do PAA dentro da estrutura militar, garantindo maior adesão ao programa e ampliando seus impactos socioeconômicos.

Esse achado não contradiz a premissa central da pesquisa, que identifica o Exército Brasileiro como um ator participante na política pública de desenvolvimento da AF por meio do PAA, tema central desta dissertação. No entanto, os resultados evidenciam limites e desafios enfrentados tanto pelo Exército quanto pela AF para uma inserção mais efetiva no programa. As dificuldades observadas refletem obstáculos estruturais, operacionais e normativos que restringem a plena execução da modalidade de compra institucional, exigindo estratégias mais assertivas para fortalecer essa política pública no contexto atual.

Destaca-se que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representa uma alternativa estratégica para o escoamento da produção da AF, promovendo efeitos positivos tanto para os mercados locais de alimentos quanto para as famílias envolvidas no processo produtivo. Nesse contexto, o estudo de caso realizado buscou avaliar as percepções dos atores envolvidos na aquisição de gêneros alimentícios pela modalidade de compra institucional do PAA, analisando o impacto dessa política sobre as operações dos empreendimentos da AF na Bahia. A pesquisa também permitiu examinar o acesso dos pequenos produtores ao mercado governamental, viabilizado pelo Exército Brasileiro e outras instituições públicas. Essa participação é respaldada pelo Decreto nº 8.473/15, que estabelece a obrigatoriedade de

destinar no mínimo 30% dos recursos destinados à alimentação para aquisições provenientes da AF, reforçando o papel do Estado na promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento rural sustentável (Brasil, 2015).

Entende-se como essencial que a superação dos desafios identificados no estudo dependa de uma compreensão aprofundada dos limites e falhas no ciclo dessa política pública já estabelecida. Nesse sentido, é fundamental sugerir soluções estratégicas que ampliem a participação dos agricultores familiares no abastecimento do Exército Brasileiro, garantindo maior efetividade na execução da modalidade de compra institucional do PAA. Esse entendimento possibilitará a formulação de estratégias mais eficazes e inclusivas para a AF, considerando tanto as necessidades individuais dos pequenos produtores quanto as especificidades dos mercados locais, promovendo, assim, um modelo de abastecimento mais sustentável e equitativo. Com essa motivação buscou-se investigar os principais desafios e oportunidades enfrentados pelos agricultores familiares na obtenção e manutenção de contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro (6ª Região Militar), analisando os fatores que influenciam sua participação e propondo estratégias para ampliar a inserção desses produtores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Ao analisar o papel e os desafios das políticas públicas na promoção da inclusão dos agricultores familiares no mercado de compras institucionais do Exército Brasileiro, identificando seus impactos e limitações, verificou-se que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desempenha um papel essencial na estruturação de mercados voltados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. A partir de 2003, com a consolidação da terceira geração das políticas de apoio à AF, o PAA ampliou as oportunidades para os pequenos produtores, garantindo acesso aos mercados institucionais e estabelecendo mecanismos de garantia de preço para sua produção. Paralelamente, outras políticas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) e iniciativas voltadas para certificação e agroindústria, reforçaram a inserção da AF como peça-chave na segurança alimentar do país.

No entanto, apesar do avanço proporcionado pelo PAA, os resultados desta pesquisa evidenciaram desafios estruturais e operacionais que ainda restringem a plena inserção dos agricultores familiares no abastecimento do Exército Brasileiro. A baixa efetividade da modalidade de compra institucional demonstra a necessidade de ajustes estratégicos para garantir o cumprimento do percentual mínimo de compras estabelecido em lei e ampliar os impactos socioeconômicos dessa política. Assim, a pesquisa confirma que, embora o PAA

tenha sido um marco na valorização da AF, há oportunidades de aprimoramento para tornar essa política mais acessível e eficaz no contexto das compras institucionais militares.

Ao caracterizar a AF no estado da Bahia, destacando sua participação atual no fornecimento à 6ª Região do Exército Brasileiro e identificando os produtos que podem ser incluídos nas aquisições realizadas no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em parceria com o Exército, verificou-se que a AF no Brasil tem sido historicamente reconhecida como um setor fundamental para a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico e social das regiões rurais. Sua importância foi consolidada com a Lei Federal nº 11.326/2006, que definiu critérios específicos para sua caracterização. O setor, no entanto, enfrenta desafios estruturais, como a necessidade de ampliar a produtividade, preservar os recursos naturais e garantir maior inclusão nos mercados. Para enfrentar essas dificuldades, políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foram implementadas, visando promover crédito acessível, assistência técnica e incentivos para a comercialização da produção familiar

No Nordeste e na Bahia, a AF tem um peso significativo, representando grande parte dos estabelecimentos agropecuários e da produção agrícola regional. A Bahia, em particular, se destaca como um dos estados líderes na produção, evidenciando o potencial da AF na economia local. A possibilidade de os órgãos públicos estabelecerem critérios ambientais nos processos de aquisição reflete uma nova abordagem nas compras governamentais, priorizando produtos sustentáveis e alinhados às diretrizes de responsabilidade socioambiental. No entanto, apesar das vantagens do programa, persistem desafios para sua implementação plena, como apresentado nesse estudo de caso da 6ª Região do Exército Brasileiro, incluindo barreiras burocráticas, dificuldades logísticas e a necessidade de maior capacitação dos agricultores familiares para que possam atender às exigências das Chamadas Públicas. Assim, para que o PAA alcance sua efetividade máxima no estado da Bahia, é fundamental aprimorar estratégias de suporte técnico e operacional, fortalecendo a conexão entre os pequenos produtores e os mercados institucionais.

Durante a pesquisa o Exército Brasileiro demonstrou ter um enorme potencial para promover a efetividade dessa política pública com os recursos destinados à alimentação dos quase 5.393 militares da 6ª RM. Esse programa pode contribuir de forma muito significativa para mudar a realidade da AF na Bahia, promovendo qualidade de vida e mudando a realidade dos produtores familiares, segundo a visão de atores governamentais que atuam diretamente com os empreendimentos da AF (Brasil, 2024a).

Aliado a geração de novos mercados o PAA foi um incentivo necessário e quase obrigatório para que os empreendimentos da AF, em virtude da celebração dos contratos e elaboração de projetos a serem contemplados com essa política pública, evoluíssem a forma com que as cooperativas e associações de agricultores tratam a gestão das suas atividades e recursos. De certa forma se pode inferir que o programa permitiu, também, o crescimento social de agricultores e suas relações coletivas.

O PAA na sua modalidade compra institucional se traduz em uma nova alternativa de escoamento, onde as conexões entre a produção de gêneros, a distribuição, o armazenamento e o consumo por parte dos compradores envolvidos nesta modalidade, beneficiam não só os produtores baianos, como também os efetivos militares supridos pela cadeia logística da 6ª RM, por intermédio da diversificação de itens e da qualidade dos mesmos, aspectos estes que foram evidenciados por integrantes dos Setores de Aprovisionamento das Organizações Militares do Exército na Bahia. Portanto, a qualidade dos alimentos fornecidos pela AF, lastreada por relatos sobre a qualidade dos produtos recebidos, surge o alerta e até a preocupação do baixo índice de aquisições desses itens na 6ª RM, chegando a um percentual ínfimo de 1,07% entre os anos de 2018 e 2024, que explicita a ineficiência do PAA no contexto baiano entre os empreendimentos fornecedores e o EB (Brasil, 2024b).

Ao investigar as barreiras que dificultam a participação dos agricultores familiares nas Chamadas Públicas realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro, verificou-se que há diversas barreiras que dificultam a participação dos agricultores familiares. Entre os principais desafios apontados estão a complexidade burocrática dos processos de contratação, a exigência de documentação específica e os prazos curtos para entrega dos produtos, que muitas vezes não condizem com a realidade da produção agrícola familiar. Além disso, a falta de informação e de capacitação dos produtores sobre os requisitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a ausência de suporte logístico adequado representam entraves significativos para a inserção desses agricultores no mercado institucional.

Para superar essas dificuldades, os resultados da pesquisa sugerem a simplificação dos editais de Chamadas Públicas, tornando-os mais acessíveis aos agricultores familiares, além de ampliar a divulgação dessas oportunidades e fortalecer parcerias com instituições como a Conab e o Sebrae para organização e qualificação dos agricultores familiares. A criação de redes de suporte e assistência técnica, bem como o incentivo à organização dos produtores em cooperativas e associações, são estratégias fundamentais para ampliar a participação da AF no abastecimento do Exército Brasileiro e garantir a efetividade dessa política pública

Um aspecto relevante e que pode ser fruto de futuros estudos é a relação que existe entre a escolaridade, acesso e familiaridade com tecnologias podem influenciar na eficácia de uma política pública que envolvem relações burocráticas que são necessárias na realização das compras governamentais. A Bahia, segundo dados do Censo 2022 do IBGE, é um dos estados com as mais altas taxas de analfabetismo, 12,6%, ocupando a 26ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na dimensão educação no ano de 2021, fatores esses que podem influenciar diretamente na celebração e manutenção dos contratos com os compradores do PAA (IBGE, 2022b).

Em detrimento dos aspectos desfavoráveis relativos ao grau de instrução dos produtores rurais da AF, esses empreendimentos são responsáveis por cerca de 70% da produção de alimentos para consumo interno e serve como base econômica de cerca de 90% dos municípios brasileiros (IPEA, 2021). Os números elevados da Bahia em comparação com os demais estados do Nordeste, segundo Censo Agropecuário 2017, evidenciam a representatividade da produção agrícola baiana que ocupa 39,52% de toda a área agrícola e possui 33,46% de todos os estabelecimentos agrícolas, o que demonstra o seu potencial e protagonismo.

No cenário baiano os agricultores familiares enfrentam diversos obstáculos logísticos de produção e de fornecimento para atender as demandas de itens da 6ª RM presentes nas Chamadas Públicas. Nesse sentido é fundamental a colaboração do poder público para desenvolver, de forma eficaz, o PAA na Bahia. Onde atores como a Conab, o Governo do Estado e os Municípios baianos exercem esse papel primordial de assistência, que por diversas vezes está ancorado em iniciativas que já são realizadas como a participação da Conab na orientação da elaboração dos editais de chamamentos públicos, orientando no sentido de utilização de termos mais adequados a realidade do agricultor familiar, bem como orientando os órgãos compradores a focar nas aquisições de produtos em que a AF na Bahia é mais competitiva, melhorando a eficiência dessas contratações.

Pode ser ressaltada, também, o apontamento feito pelo representante da Gedes, onde destaca a necessidade de fortalecer parcerias com instituições como o Sebrae para estabelecer uma relação virtuosa que envolvem as atividades de assistência técnica aos agricultores familiares, na busca de melhorar a qualificação e capacidade de acessar os mercados institucionais. A ampliação dessas parcerias possibilitará uma rede de suporte ampla e eficaz para os empreendimentos da AF e precisam ser aperfeiçoadas com um maior investimento nesses estabelecimentos, de forma que eles possam ter maior competitividade com outros

segmentos, que já são subsidiadas pelo Estado, diminuindo barreiras como as da qualidade dos produtos e a regularidade de fornecimento que foram apontadas pelos atores envolvidos nas aquisições por parte do governo.

Ao analisar o processo de Compra Institucional, atrelado ao Programa de Aquisição de Alimentos e operacionalizado pela 6ª Região Militar, buscou-se descrever e examinar os procedimentos legais para a aquisição de gêneros alimentícios. Constatou-se que, apesar dos obstáculos encontrados durante o processo de compras, os gestores da 6ª RM se mostram bastante comprometidos e motivados em proceder com as aquisições pelo PAA, porém urge a necessidade de criar caminhos para poder atender a exigência legal de aquisição, de pelo menos 30% de produtos da AF, pois o retrospecto de 1,07% entre os anos de 2018 até 2024 é extremamente baixo.

Uma das barreiras identificadas pelos gestores da 6ª RM nesse contexto foi a relação entre o cumprimento do Decreto nº. 8.473/2015 e o princípio da economicidade, na Administração Pública. Segundo constatado pelos depoimentos dos agentes da 6ª RM e análise dos dados obtidos dos contratos em favor dos empreendimentos da AF nem sempre a proposta mais vantajosa é apresentada à instituição. Fator esse que tem impacto direto na quantidade de itens necessários para suprir os quantitativos previstos para os militares da Bahia. Nesse sentido a administração acaba por declinar dessa modalidade de aquisição e concentra suas despesas nos fornecedores convencionais oriundos dos pregões do Sistema de Registro de Preços, tendo como consequência o enfraquecimento dessa política pública de fomento à economia local.

Na entrevista com o representante da Gedes, que é uma gerência subordinada à Conab, surgiu uma sugestão de equiparação da obrigação de adquirir os itens da AF em detrimento dos valores e quantidades deficientes de fornecimento, já que o objetivo maior não é atender a administração e sim os menos favorecidos que realizam a prática agrícola familiar, garantindo que estes tenham acesso aos direitos previstos na Constituição Federal e em outras leis, além de melhorar a comunidade em que vivem favorecendo as suas necessidades de cidadão. À semelhança do que ocorre com a política de cotas que tem como objetivo democratizar o acesso à educação e ao emprego, promovendo a igualdade de oportunidades para grupos historicamente excluídos.

Após a análise exploratória sobre o desempenho dos fornecedores da AF, foi constatada a baixa participação destes nos chamamentos públicos realizados pela 6ª RM, a exemplo do

Edital de Chamamento Público nº 01/2022 que cadastrou propostas de apenas 4 cooperativas da AF, configurando-se como uma limitação da pesquisa, o que merece uma nova investigação.

Essa ausência pode estar diretamente relacionada a falta de condições de apresentar propostas vantajosas à administração pública, conforme constatado nos depoimentos da fase de coleta de dados. Esse ponto gera um alerta aos responsáveis e envolvidos neste processo de aquisição. Pois na Bahia existem diversos empreendimentos da AF e poucos ou quase nenhum são participantes assíduos, como forma de exemplificar essa afirmação o “Apêndice P” apresenta 396 empreendimentos da AF, segundo o sítio digital da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (<https://www.fapesb.ba.gov.br>). Uma possível forma de mitigar esse cenário desfavorável seria a criação de um banco de dados com os e-mails e contatos (atualizados) das associações e cooperativas da região, de modo a facilitar a comunicação direta com esses empreendimentos e abrir um canal de sugestões para aprimoramento dessa relação comercial criada pelo PAA-CI.

Outro fato de corrobora com esse cenário desfavorável, de não participação nas Chamadas Públicas, é a própria falta de interesse por parte os agricultores familiares. Na fase de coleta de dados foram submetidos questionários à 139 cooperativas/associações de agricultores familiares da Bahia, por intermédio de seus e-mails captados junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura do Governo do estado da Bahia. Exatamente nenhum empreendimento respondeu, mesmo tendo sido reiterada por diversas vezes a solicitação de participação voluntária na pesquisa. Esse fato também merece avaliação destacada em novas investigações, pois a escuta aos agricultores familiares certamente traria novas e importantes informações ao bojo dessa pesquisa.

Ao analisar o Catálogo de Produtos da Agricultura Familiar da Bahia, elaborado pela Superintendência da Agricultura Familiar da Bahia e publicizado no sítio http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/listagem_das_cooperativas_da_Agrifam.pdf, e constantes do “Apêndice R”, observa-se o grande potencial de fornecimento, em diversidade de produtos e que estão enquadrados como possíveis de serem adquiridos pelo Exército conforme consta do “Apêndice Q” a relação de itens do QR de interesse extraídos CATÁLOGO DE ALIMENTOS COMPLEMENTARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EB40-C-30.405 (Brasil, 2022c).

Do exposto se conclui que a simplificação dos termos e exigências previstas nas normas do Exército Brasileiro e nos editais de Chamada Pública, em conjunto com uma ampla divulgação adaptada ao público da AF, poderia contribuir para uma maior participação nos certames e com isso melhorar a eficiência dessa importante política pública de fomento à AF.

Embora, os obstáculos de logística de fornecimento, preços pouco competitivos e dificuldade de comunicação indiquem pontos de atenção para as associações, agricultores familiares e para os agentes públicos envolvidos no PAA, o foco deve ser na busca de soluções direcionadas a sanar estas barreiras.

Uma grande limitação desta pesquisa foi a falta de dados sobre a visão dos agricultores familiares, pois os mesmos não quiseram participar. Por essa razão e como sugestão para trabalhos futuros, a proposta é que sejam realizados estudos focados na opinião dos agricultores familiares sobre a sua parcela no processo de forma que sejam evidenciadas sob a sua ótica o que tornam as Chamadas Públicas da AF pouco atraentes e que possam aperfeiçoar os resultados do PAA nas instituições públicas, em especial, na 6ª Região Militar do Exército Brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ABRUCIO, F. L. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: FARAH, Marta Ferreira Santos (Org.). O público e o privado na gestão municipal: interfaces entre Estado e sociedade. São Paulo: FUNDAP, 2005. p. 11-42.
- ANDERSON, J. E. Public policymaking: an introduction. 7. ed. Wadsworth: Cengage Learning, 2003. ANDERSON, J. E. Public policymaking. 7. ed. Boston, MA, USA: Cengage Learning, 2011.
- ANDREWS, C. W. Anti-poverty policies in Brazil: reviewing the past ten years. *International Review of Administrative Sciences*, 70(3), 2004.
- ANJOS, F. S. dos; BECKER, C. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste. v.45, 2014.
- ARAÚJO, P. M. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. *Revista de Estudos Agrários*, vol. 1, n. 2, 2020.
- ASSIS, S. C. R. Implementação do programa de aquisição de alimentos, modalidade comprar institucional na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais e situação de (in) segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiários fornecedores. 2016. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2016.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Portal institucional. Disponível em: <https://www.sdr.ba.gov.br/node/10485>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- BAHIA. Decreto nº 17.091, de 05 de outubro de 2016. Dispõe sobre a celebração de parcerias, no âmbito do poder executivo estadual, entre a administração pública do estado da Bahia e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, em consonância com a lei federal nº 13.019, de 31 julho de 2014.. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, 06 de outubro de 2016. Edição 22032. Disponível em: https://www.ba.gov.br/administracao/sites/site-saeb/files/migracao_2024/arquivos/File/Decreto17091_05outubro2016.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BIERNACKI P. WALDORF D. *Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling*. *Sociological Methods & Research* 1981.
- BIRKLAND, T. *An introduction to the policy process: theories, concepts, and models of public policy making*. 3. ed. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2010.

BORTOLI, V. J; CONCEIÇÃO, M. G. Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade compra institucional no Exército Brasileiro. Análise da aquisição para o Quantitativo de Subsistência nos Órgãos Provedores, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9502/1/CGAEM_2021_2_majbortoli.pdf>. Acesso em: 09 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 dez. 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16746.htm. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 abr. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18029cons.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. PORTARIA Nº 19/DGS, de 24 de setembro de 1991. Aprova as Instruções Reguladoras para o saque de etapas, quantitativos e complementos, no âmbito do Ministério do Exército (IR 70-10).

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 jul. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.911-12, de 25 de novembro de 1999. Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 nov. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1911-12.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.652, de 07 de novembro de 2000. Dispõe sobre a organização do Departamento Logístico, altera dispositivo do Decreto nº 78.724, de 12 de novembro de 1976, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 8 nov. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3652.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 jul. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006a. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 08 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Diário Oficial da União. Brasília, 8 mai. 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6447.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. PORTARIA Nº 53 – EME, de 18 de junho de 2008b. Aprova a Diretriz para a Reestruturação do Departamento Logístico e a sua Transformação em Comando Logístico.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.710, de 23 de dezembro de 2008. Altera os Anexos I e II ao Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e das Funções Gratificadas do Comando do Exército, do Ministério da Defesa. Diário Oficial da União. Brasília, 24 dez. 2008c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6710.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112512.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 2 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília. Diário Oficial da União. Brasília, 5 jul. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º ago. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015. Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jun. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8473.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 jul. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. Ministério do da Defesa. PORTARIA NORMATIVA No 13 /MD, DE 23 DE MARÇO DE 2018. Aprova a Doutrina de Alimentação e Nutrição – MD42-M-05 (2ª Edição/2018).

BRASIL. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113954.htm

BRASIL. Ministério do da Defesa. Exército Brasileiro. Comando Logístico. Plano de Descentralização de Recursos Logísticos (PDR Log 2020). Brasília, DF, 2020a.

BRASIL. Ministério do da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. PORTARIA Nº 47 – COLOG, de 12 de maio de 2020b. Dispõe sobre normas administrativas de recebimento dos artigos de quantitativo de rancho (QR) nas Organizações Militares do Exército.

BRASIL. Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva. Resolução Nº 84, de 10 de agosto de 2020. Dispõe sobre a execução da modalidade “Compra Institucional”, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 ago. 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-84-de-10-de-agosto-de-2020-272236313>. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. PORTARIA Nº 149-COLOG, DE 24 DE AGOSTO DE 2020d. Aprova as Instruções Reguladoras para Inspeção de Alimentos e Bromatologia (EB40-IR-30.402).

BRASIL. Ministério do da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. PORTARIA D Abst/COLOG/C Ex Nº 158 – COLOG, DE 2 DE OUTUBRO DE 2020e. Aprova o Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro (EB40-C-30.403).

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021a. Dispõe sobre licitações e contratos administrativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 abr. 2021. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 14.284, de 17 de junho de 2021b. Altera a Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, para instituir o Programa Alimenta Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jun. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114284.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do da Defesa. Exército Brasileiro. Secretaria-Geral do Exército. PORTARIA Nº 144-SEF/C Ex, de 19 de julho de 2021c. Aprova as Normas para a Organização e o Funcionamento dos Grupos de Coordenação e Acompanhamento de Licitações e Contratos de Bens e Serviços Comuns (EB90-N-08.007), 1ª Edição, 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021d. Regulamenta o Programa Alimenta Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 dez. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10880.htm. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. Ministério do da Defesa. Exército Brasileiro. Comando Logístico. Diretoria de Abastecimento. Boletim Técnico, de 21 de janeiro de 2022a. Padroniza os procedimentos relativos à cadeia de suprimento classe I – subsistência (BT 30.415-01), 2ª Edição.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº GGALIMENTA 3, DE 14 DE JUNHO DE 2022b. Dispõe sobre a execução da modalidade “Compra Institucional”, no âmbito do Programa Alimenta Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jun. 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/guerra/Downloads/Resolucao-GGAlimenta-n-3-2022.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. PORTARIA D Abst/COLOG/C Ex Nº 141 – COLOG, DE 30 DE AGOSTO DE 2022c. Aprova o Catálogo de Alimentos Complementares do Exército Brasileiro (EB40-C-30.405), 2ª Edição.

BRASIL. Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023a. Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta. Diário Oficial da União. Brasília, 23 jan. 2023a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.401-de-23-de-janeiro-de-2023-459474347>. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº. 11.476, de 06 de abril de 2023b. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA. Diário Oficial da União. Brasília, 06 abr. 2023. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11476.htm. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023c. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº. 11.802, de 28 de novembro de 2023d. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Diário Oficial da União. Brasília, 29 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11802.htm#art34. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do da Defesa. Exército Brasileiro. Comando Logístico. Chefia de Suprimento. Boletim Técnico, de 11 de dezembro de 2023e. Estabelece os procedimentos relativos ao Quantitativo de Subsistência (QS) (BT 30.416-01), 6ª Edição.

BRASIL. Ministério do da Defesa. Exército Brasileiro. Comando Logístico. Chefia de Suprimento. Boletim Técnico, de 18 de dezembro de 2023f. Estabelece os procedimentos relativos ao Quantitativo de Rancho (QR) (BT 30.410-01), 6ª Edição.

BRASIL. Ministério do da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Anuário Estatístico do Exército, edição 2024a. Disponível em: <http://intranet.eme.eb.mil.br/emenet/sites/2sch/index.php/anuario-estatistico-do-exercito>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. 2024b. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor/agricultura-familiar>. 2024c. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRESSER, P. L. C. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil, v. 49, n. 1 (1998) Revista do Serviço Público – RSP, ano 49, n. 1, p. 5-42.

BRESSER, P. L. C. Políticas públicas, Estado e mercado. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11., 2007, Campinas. Anais. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 1-25.

BRESSER, P. L. C. Reforma gerencial do Estado, teoria política e ensino da administração pública. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BREWER, G. D.; DeLEON, P. The foundations of policy analysis. Chicago, IL, USA: Dorsey Press, 1983. 476 p.

BROOKS, S. Public policy in Canada: an introduction. Toronto: McClelland and Stewart,

1989.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

CARVALHO, J. M. de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COLLIS, J. HUSSEY, R. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre, 2005.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. Informações institucionais. Disponível em: <https://www.car.ba.gov.br/node/234>. Acesso em: 7 nov. 2024.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Regimento Interno 10.104. Brasília, DF: Conab, [s.d.]

COSTA, A. L. Sistema de compras no Brasil: a lei de licitação e a função compras da empresa privada. Revista do Tribunal de Contas da União, Brasília, v. 85, 2000.

COSTA, C. C. de M; TERRA, A. C. P. Compras públicas: para além da economicidade. Brasília: Enap, 2019.

COSTA, R. S.; BENEVIDES, T. M.; POLÍTICAS PÚBLICAS VINCULADAS A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA. Artigo apresentado no 34º Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ENANGRAD), Transformações Disruptivas: Impactos para a Administração. São Paulo, de 03 a 05 de novembro de 2023. <https://doity.com.br/anais/34enangrad/trabalho/319835>.

COHEN, B. C. Military policy analysis and the art of the possible: a review: Glenn H. Snyder, deterrence and defense: toward a theory of national security. Journal of Conflict Resolution, 6(2),1962.

DANEKE, G. A; STEISS, A. W. Planning and policy analysis for public administrators. In: SUTHERLAND, J. W. (Ed.). Management handbook for public administrators. New York: Van Nostrand and Reinhold Company, 1978.

DATALUTA, Relatório 2012. DataLuta, 2013. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2012.pdf

DeLEON, Peter. Advice and consent: the development of the policy sciences. New York: Russell Sage Foundation, 1988.

DIAS, R.; MATOS, F. C. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. Disponível em: Grupo GEN, Grupo GEN, 2012.

DI PIETRO, M. S. Z.. Direito administrativo. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

DROR, Y. Rand Corporation. Prologomena to policy sciences. Santa Monica, CA: Rand Corporation, 1970.

DYE, T. R. Understanding public policy. Englewood Cliffs, NJ, USA: Prentice Hall, 1972.

DYE, T. R. Understanding public policy. 13th ed. Boston: Pearson, 2008.

FENILI, R. Boas práticas administrativas em compras e contratações públicas. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

FERNANDES, B.M. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. 10 anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo (SP): Boitempo; Rio de Janeiro (RJ): Flacso Brasil, 2013.

FERNÁNDEZ, A. Las políticas públicas. In: BADIA, Miquel Caminal (Ed.). Manual de ciência política. Madrid: Tecnos, 2008.

FOX, William F. Public policy in democratic societies. In: FOX, W. F.; BAYAT, M. S.; FERREIRA, N. (Ed.). A guide to managing public policy. Cape Town, South Africa: Juta & Co, 2006.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, 2000.

GARCIA, R. S.; SANTOS, S. M. dos. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): estratégia de combate à fome e de incentivo à agricultura familiar. Desenvolvimento em Questão, v. 18, n. 50, 2020.

GASPARINI, D. Direito Administrativo. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GAZOLLA, M., SCHNEIDER, S. Qual «fortalecimento» da agricultura familiar: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. Revista de Economia e Sociologia Rural, 51, 2013.

GERTON, L. N. Public policy making: process and principles. 3. ed. Armonk, NY: M. E. Sharpe, 2010.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRANDO, M. Z.; FERREIRA, G. da S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul. Texto para discussão FEE 113. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2013.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 52, n. 1, 2014.

GONSALVES, E. P. Iniciação à pesquisa científica. 4. ed. Campinas: Alínea, 2007.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

HOPPE, R. Policy analysis, science and politics: from “speaking truth to power” to “making sense together”. *Science and Public Policy*, 26(3), p. 201-210, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas do espaço rural brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), 2022a.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022: Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Capítulo 7. Desenvolvimento Rural. In: IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise, n. 20, 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A evolução do programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10824>. Acesso em: 23 out. 2023.

JONES, C. O. An introduction to the study of public policy. Belmont, CA, USA: Duxbury Press, 1970.

KNOEPFEL, P. et al. Public policy analysis. Bristol, UK: The Policy Press, 2011.

LASSWELL, H. D. A preview of policy sciences. New York, NY, USA: Elsevier Publishing, 1971.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, v. 22, n. 140, p. 1-55, 1932.

LIMA, L., D’ASCENZI, L. Implementação de Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 48, p. 101–110, 2013.

LIMA, L., D’ASCENZI, L. Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidades. Livro: Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil, organizadora, Gabriela Lotta. -- Brasília: Enap, 2019.

LOWI, T. J. American business, public policy, case studies, and political theory. *World Politics*, v. 24, n. 02, 1972.

MARCONI, M. A. de; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 5ª. Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2003.

MARTINS, G. A. de. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) - Antecedentes, Concepção e Composição Geral do Programa. Cadernos do CEAM, 7, (2007).

MATTEI, L. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pósredemocratização do país. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 20, n. 1, 2012.

MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

MENDES, R. B.; DE ASSIS, R. L. Estratégias de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar: estudo de caso em Cocais, no município de Barão dos Cocais – MG. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, [S.l.], v. 13, n. 1, 2020. ISSN 2675-7710. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agricultorafamiliar/article/view/7353>>. Acesso em: 27 abr. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/raf.v13i1.7353>.

MENICUCCI T., GONTIJO J. G. L., organizadores. Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências internacionais e nacionais. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2016.

MÉNY, Y.; THOENING, J. Politiques publiques. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA). Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 23 out. 2023.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Programa de Aquisição de Alimentos, 2022. Disponível em: <http://www.cidadania.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/institucional-menu/outros-projetos/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MIRANDA, R. B. A agricultura familiar no Brasil: desafios e perspectivas. Editora Saraiva, 2016.

MOREIRA, A. D., SANTOS, A. R., LUCENA, E. A. R. M. (2021). O associativismo no município de Riacho de Santana - BA: desafios e perspectivas para o crescimento. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 6, 2021.

NEIMAN, M; BOBER, G. (2016). El devenir reciente de la agricultura familiar en el capitalismo agrario de la región pampeana Argentina. Revista política e Sociedade, v.15, n 34. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n34p339..> Acesso em: 15 out. 2022.

NEUMANN, P. S. et al. A agroindústria familiar de vinho na região da quarta colônia do Rio Grande do Sul. 2007, Fortaleza: Anais. Fortaleza: Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Inclusão Social, 2007.

OLIVEIRA, A. C. Agricultura familiar: desafios e oportunidades no contexto atual. Editora Atlas, 2019.

- OLIVEIRA, A. G. de, Silva, C. L. da, Lovato, E. L. Desenvolvimento local: conceitos e metodologias - políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano. *Revista Orbis Latina*, 4, 2014.
- PAIM T., CARLOS A.. Compras públicas inteligentes: uma proposta para a melhoria da gestão das compras governamentais. 2018. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3166>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- PASQUINO, G. Curso de ciência política. 2. ed. rev. actual. Lisboa: Principia, 2010.
- PEREIRA, J. A. Desenvolvimento rural e agricultura familiar: desafios e perspectivas. Editora Vozes, 2015.
- PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.
- PORTO, S. I. et al. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: BRASIL, MDS. PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: MDS, 2014.
- PRESTES, M. F. O que é burocracia? São Paulo: Brasiliense. 1981.
- PROCOPIUCK, M. (2013). Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. Grupo GEN. <https://grupogen.vitalsource.com/books/9788522476978>.
- QUEVEDO, D. C. S.; SILVA, R. D. Perda e desperdício de alimentos no Brasil: as contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para sua redução. *Revista Gestão e Secretariado (GeSec)*, São Paulo, SP, Brasil, v. 14, n. 4, 2023. DOI: <http://doi.org/10.7769/gesec.v14i4.2051>.
- RATKE, B. N. A. (2013) A agricultura familiar brasileira e o pronaf: apontamentos para a construção de um objeto jurídico. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5350/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Bruna%20Nogueira%20Almeida%20Ratke%20-%202013.pdf>. Acesso em: 03 out. 2022.
- RICHARDSON et al. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. Ver. Ampliada. São Paulo: Atlas, 2007.
- RIPLEY, R. B. *Policy analysis in political science*. Chicago, IL, USA: Nelson-Hall, 1985.
- ROCHA, João Henrique. Agricultura Familiar e Mercados Institucionais (protegidos): estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (CPR Doação) em Boa Vista, Roraima. 2015. 341f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.
- ROCHA, J. H.; SACCO A. F. S. Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista-Roraima. *Revista Nera*, v. 19, n. 31, 2016.
- RODRIGUES, F. M. O papel da agricultura familiar na segurança alimentar no Brasil. Editora UNESP, 2014.

RODRIGUES, M. M. A. Políticas públicas. São Paulo: Publifolha, 2010.

RUA, M. das G. Políticas públicas. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.

SABATIER, P. A. The need for better theories. In: SABATIER, P. A. (Ed.). Theories of the policy process. Boulder, CO: Westview Press, 2007.

SANTANA, J. E. Planejamento nas licitações e contratações governamentais: estratégias para suprimentos públicos. Curitiba-PR: Editora Negócios Públicos, 2015.

SANTOS, L. A compra institucional da agricultura familiar: uma avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Políticas Públicas e Mercados Institucionais – II SIPPEDS (ISSN: 2359-0858), 2016. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspublicas/iisippedes2016/artigo-santos-laura---sippedes.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SANTOS, L. F.; SOUZA, W. J. de; RESENDE, T. C. Impactos Econômicos das Aquisições da Agricultura Familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para os Municípios Mineiros. Revista Eletrônica Multidisciplinar, 2020.

SANTOS, L. G. Políticas públicas para a agricultura familiar: uma análise crítica. Editora Papirus, 2017.

SAPRU, R. K. Public policy: art and craft of policy analysis. New Delhi, India: PHI Learning Private, 2010.

SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf. Acesso em: 08 abr. 2024.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. Geografar, Curitiba, v. 5, n. 1, jan./jun. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17780>. Acesso em: 23 out. 2023.

SCHEUER, J. M. (2021). Políticas de desenvolvimento rural sustentável à agricultura familiar Uruguaia diante da COVID-19. Revista Verde Grande – Geografia e Interdisciplinaridade Universidade Estadual de Montes Claros. v. 3, Nº 1. Disponível em: < <https://doi.org/10.46551/rvg26752395202116886>.> Acesso em: 17 out. 2022.

SCHNEIDER, S., MATTEI, L., e CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Em S. Schneider & P. E. Moruzzi (Eds.), Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural (pp. 21–50). Porto Alegre: UFGRS, 2004.

SEBRAE MG. Políticas públicas: conceitos e práticas. Supervisão de Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, L. Análise de Políticas Públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2023.

SILVA, S. C. da. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no contexto da segurança alimentar e nutricional: desafios e perspectivas. *Revista de Políticas Públicas*, v. 23, n. 1, 2019.

SILVA, E. F. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no Brasil. Editora Senac, 2018.

SILVA, R. C. da; BARKI, T. V. P. Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis. *Revista do Serviço Público, [S. l.]*, v. 63, n. 2, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v63i2.93. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/93>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SIMÃO, G. L., SILVA, E. A. (2014). Habilidade Social Estratégica e Políticas Públicas Coproduzidas – Estudo Multicaso do Programa de Aquisição de Alimentos. Em ANPAD (Ed.), XXXVIII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro.

SIMÃO, G. L., SILVA, E. A., SILVEIRA, S. de F. R. Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos agricultores familiares do estado de Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(3), 2014.

SMITH, K. B.; LARIMER, C. W. The public policy theory primer. Bolder, CO: Westview Press, 2009.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, 2006.

SOUZA, C. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 18, 2003.

SOUZA, R. M. Logística e distribuição na agricultura familiar: desafios e oportunidades. Editora Senai, 2018.

SUBIRATS, J; KNOEPFEL, P.; LARRUE, C.; VARONE, F. Análisis y gestión de políticas públicas. Barcelona: Ariel, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Disponível em: https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2192&Itemid=1042&lang=pt. Acesso em: 23 out. 2023.

SUREL, Y. Les politiques publiques comme paradigmes. In: FAURE, D. A.; POLLET, G.; WARIN, P. (Ed.). La construction du sens dans les politiques publiques: débats autour de la notion de référentiel. Paris: L'Harmattan. 1995.

TORRES, Rafael Lopes. Licitações sustentáveis: sua importância e seu amparo constitucional e legal. Revista do Tribunal de Contas da União, n. 122, 2011.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas, 12(2), 2009.

ULRICH, W. Public policy analysis. In: DAELLENBACH H. G.; FLOOD, R. L. (Ed.). The Informed Student Guide to Management Science. London, UK: Thomson Learning, 2002.

VALADARES, A. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): uma revisão bibliográfica (2009-2019). Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro, 2021.

VALLÈS, J. M. Ciencia política. 7. ed. Barcelona: Ariel, 2008.

WESZ JR., V. J.; TRENTIN, I. C. L. Agregação de valor e desenvolvimento sustentável nos municípios rurais. Revista Gestão e Desenvolvimento, Novo Hamburgo, v. 3, n. 2, 2006. DOI: 10.25112/rgd.v3i2.845.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA
SETOR DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DE
ABASTECIMENTO

Tema da Dissertação: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Valorização da Agricultura Familiar na Bahia: Um Estudo de Caso sobre as Aquisições de Gêneros Alimentícios, Oriundos da Agricultura Familiar, Realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro

Introdução: Boa tarde, agradeço por disponibilizar seu tempo para esta entrevista. Meu nome é Rodrigo Costa e estou conduzindo uma pesquisa para minha dissertação de mestrado em administração na UFBA. O tema do meu estudo é “Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Valorização da Agricultura Familiar na Bahia: Um Estudo de Caso sobre as Aquisições de Gêneros Alimentícios, Oriundos da Agricultura Familiar, Realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro”. Sua colaboração é fundamental para o sucesso desta pesquisa.

Pergunta 01: Qual é o papel do SETOR DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DE ABASTECIMENTO na implementação e execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

Pergunta 02: Poderia descrever as funções e responsabilidades do setor no contexto do PAA?

Pergunta 03: Quais são os principais desafios, tanto no âmbito administrativo quanto logístico, que a SEPAB enfrenta na gestão do PAA?

Pergunta 04: Quais critérios a SEPAB utiliza para selecionar os agricultores familiares que fornecem produtos ao PAA e como é efetivada essa seleção (PROCESSO SELETIVO)?

Pergunta 05: Quais impactos positivos a SEPAB tem notado no desenvolvimento econômico, social e ambiental relativos à participação dos agricultores familiares no PAA?

Pergunta 06: Como se dá a interação entre a SEPAB e os Órgãos Federais COMPRADORES no contexto do PAA?

Pergunta 07: Poderia apontar desafios e benefícios específicos dessa parceria?

Pergunta 08: Quais melhorias a SEPAB sugere para otimizar o PAA e valorizar ainda mais a agricultura familiar na Bahia?

Encerramento: Obrigado por suas respostas detalhadas e pela sua colaboração. Suas informações são extremamente valiosas para a minha pesquisa e para entender melhor o papel da SEPAB e a valorização da agricultura familiar na Bahia através do PAA. Caso tenha mais alguma consideração ou queira adicionar algo, por favor, fique à vontade. Gostaria de reiterar que todas as informações fornecidas serão tratadas com confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, respeitando todos os códigos de ética em pesquisa científica. Agradeço novamente pelo seu tempo e contribuição. Tenha um ótimo dia.

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA
GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO

Tema da Dissertação: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Valorização da Agricultura Familiar na Bahia: Um Estudo de Caso sobre as Aquisições de Gêneros Alimentícios, Oriundos da Agricultura Familiar, Realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro

Introdução: Boa tarde, agradeço por disponibilizar seu tempo para esta entrevista. Meu nome é Rodrigo Santos Costa e estou conduzindo uma pesquisa para minha dissertação de mestrado em administração na UFBA. O tema do meu estudo é “Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Valorização da Agricultura Familiar na Bahia: Um Estudo de Caso sobre as Aquisições de Gêneros Alimentícios, Oriundos da Agricultura Familiar, Realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro”. Sua colaboração é fundamental para o sucesso desta pesquisa.

Pergunta 01: Qual é o papel da GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO na implementação e execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

Pergunta 02: Poderia descrever as funções e responsabilidades do setor no contexto do PAA?

Pergunta 03: Quais são os principais desafios, tanto no âmbito administrativo quanto logístico na gestão do PAA?

Pergunta 04: Quais critérios são utilizados para selecionar os agricultores familiares que fornecem produtos ao PAA e como é efetivada essa seleção (PROCESSO SELETIVO)?

Pergunta 05: Quais impactos positivos são notados nas dimensões econômico, social e ambiental, relativos à participação dos agricultores familiares no PAA?

Pergunta 06: Como se dá a interação entre a GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO e os Órgãos Federais COMPRADORES no contexto do PAA?

Pergunta 07: Poderia apontar desafios e benefícios específicos dessa parceria?

Pergunta 08: Quais oportunidades de melhorias podem ser sugeridas para otimizar o PAA e valorizar ainda mais a agricultura familiar na Bahia?

Encerramento: Obrigado por suas respostas detalhadas e pela sua colaboração. Suas informações são extremamente valiosas para a minha pesquisa e para entender melhor o papel da **GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO** e a valorização da agricultura familiar na Bahia através do PAA. Caso tenha mais alguma consideração ou queira adicionar algo, por favor, fique à vontade. Gostaria de reiterar que todas as informações fornecidas serão tratadas com confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, respeitando todos os códigos de ética em pesquisa científica. Agradeço novamente pelo seu tempo e contribuição. Tenha um ótimo dia.

APÊNDICE C
ROTEIRO DE ENTREVISTA
SALC 6ª RM

Tema da Dissertação: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Valorização da Agricultura Familiar na Bahia: Um Estudo de Caso sobre as Aquisições de Gêneros Alimentícios, Oriundos da Agricultura Familiar, Realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro

Introdução: Boa tarde, agradeço por disponibilizar seu tempo para esta entrevista. Meu nome é Rodrigo Santos Costa e estou conduzindo uma pesquisa para minha dissertação de mestrado em administração na UFBA. O tema do meu estudo é “Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Valorização da Agricultura Familiar na Bahia: Um Estudo de Caso sobre as Aquisições de Gêneros Alimentícios, Oriundos da Agricultura Familiar, Realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro”. Sua colaboração é fundamental para o sucesso desta pesquisa.

Pergunta 01: Qual é o papel da SALC da 6ª RM na execução das aquisições dos gêneros da Agricultura Familiar (AF) no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

Pergunta 02: Poderia descrever as funções e responsabilidades da SALC na execução dos trabalhos para efetivar essas aquisições?

Pergunta 03: Quais são os principais desafios, tanto no âmbito administrativo quanto logístico, que a SALC pode identificar na execução dos seus trabalhos no contexto da realização das Chamadas Públicas da AF?

Pergunta 04: Existe alguma interação entre a 6ª RM e Órgãos como a Conab para facilitar a execução das Chamadas Públicas? Se sim, como esses órgãos colaboram para execução das referidas Chamadas Públicas?

Pergunta 05: Quais melhorias a SALC sugere para otimizar a execução das Chamadas Públicas e aumentar as aquisições de itens da agricultura familiar na Bahia?

Pergunta 06: O Sr poderia fornecer os contratos de fornecimento e propostas de preços apresentadas pelos fornecedores na execução das Chamadas Públicas compreendidas entre o período de 2016 até o ano de 2024?

Encerramento: Obrigado por suas respostas detalhadas e pela sua colaboração. Suas informações são extremamente valiosas para a minha pesquisa e para entender melhor o papel da 6ª RM nas aquisições e na valorização da agricultura familiar na Bahia através do PAA. Caso tenha mais alguma consideração ou queira adicionar algo, por favor, fique à vontade. Gostaria de reiterar que todas as informações fornecidas serão tratadas com confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, respeitando todos os códigos de ética em pesquisa científica. Agradeço novamente pelo seu tempo e contribuição. Tenha um ótimo dia.

APÊNDICE D
QUESTIONÁRIO COM ESCALA DE EFICIÊNCIA PARA RESPONSÁVEIS
PELA CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS (SALC) NAS ORGANIZAÇÕES
MILITARES (OM) DA 6ª RM

Objetivo: Avaliar o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar nas OM da 6ª Região Militar, identificando desafios, oportunidades e impactos das Chamadas Públicas.

ESCALA DE EFICIÊNCIA					
1 – Pouco eficiente 2 – Eficiência Moderada 3 – Eficiente 4 – Muito eficiente 5 – Extremamente eficiente					
1. Dados Gerais da Organização Militar (OM): 01 – Hospital Geral de Salvador, 02 – Parque Regional de Manutenção / 6, 03 – 19º Batalhão de Caçadores, 04 – 6º Batalhão de Polícia do Exército, 05 – Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército, 06 – 35º Batalhão de Infantaria, 07 – 1ª Cia de Infantaria, 08 – 6º Depósito de Suprimento, 09 – Comando da 6ª Região Militar					
Nome da OM:					
Cargo/Função do responsável:					
Tempo no cargo:					
2. Processos de Compra:					Escala de eficiência
					1
a) Como você avalia a estruturação do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar organizado pela 6ª RM?					
b) Como você avalia o nível de planejamento da OM para realizar o levantamento das necessidades de gêneros alimentícios da agricultura familiar?					
c) Como você avalia o levantamento das necessidades de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar na sua OM?					
d) Como você avalia a orientação realizada pela 6ª RM para elaboração do Projeto Básico (PB) a ser executado nas aquisições da agricultura familiar?					
e) Como você avalia o seu conhecimento sobre a legislação que ampara as aquisições dos itens da agricultura familiar?					
f) Como você avalia o acesso à legislação que rege a compra institucional da AF?					
g) Como você avalia a comunicação com os fornecedores da agricultura familiar ao longo do processo de compra?					
h) Como você observa a existência de um mecanismo formal para avaliar o desempenho dos fornecedores da agricultura familiar?					
i) Como você avalia o cumprimento dos termos contratuais pelos fornecedores da agricultura familiar?					
j) Como você avalia o apoio técnico recebido por órgãos externos ao EB no processo de compra de produtos da agricultura familiar?					
k) Como você o aprimoramento dos processos das Chamadas Públicas para atrair mais participação dos agricultores familiares nas compras institucionais?					
l) Como você avalia a capacitação dos responsáveis pelas compras nas OM para lidar com os processos de aquisição da agricultura familiar?					

APÊNDICE E
QUESTIONÁRIO ABERTO PARA RESPONSÁVEIS PELOS RECEBIMENTOS
(SETOR DE APROVISIONAMENTO) DOS ITENS DA AF NAS ORGANIZAÇÕES
MILITARES (OM) DA 6ª RM

Objetivo: Avaliar o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar e identificar os desafios, oportunidades e impactos das Chamadas Públicas no contexto da 6ª Região Militar.

1. Dados Gerais da Organização Militar (OM): 01 – Hospital Geral de Salvador, 02 – Parque Regional de Manutenção / 6, 03 – 19º Batalhão de Caçadores, 04 – 6º Batalhão de Polícia do Exército, 05 – Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército, 06 – 35º Batalhão de Infantaria, 07 – 1ª Cia de Infantaria, 08 – 6º Depósito de Suprimento e 09 – Comando da 6ª Região Militar.	
Nome da OM:	
Cargo/Função do responsável:	
Tempo no cargo:	
2. Processos de Compra:	
a) Como é realizado o processo de aquisição de alimentos do QR oriundos da agricultura familiar na sua OM, de forma resumida?	
b) De que maneira a OM realiza o levantamento das necessidades de gêneros alimentícios do QR oriundos da agricultura familiar?	
c) É realizada alguma orientação por parte da 6ª RM para elaboração do Projeto Básico (PB) a ser executado nas aquisições da agricultura familiar?	
d) A sua OM recebe apoio técnico de algum órgão externo ao EB na elaboração do PB?	
e) Você conhece a legislação que ampara as aquisições dos itens da agricultura familiar?	
f) O acesso a legislação é de fácil entendimento?	
3. Experiência com a Agricultura Familiar:	
g) Quantas Chamadas Públicas envolvendo itens do QR da agricultura familiar sua OM participou nos últimos 5 anos (de 2019 até 2023)?	
h) Quais os produtos do QR oriundos da agricultura familiar foram adquiridos por sua OM nos últimos 5 anos (de 2019 até 2023)?	
i) Quais os valores empenhados em itens do QR oriundos da agricultura familiar nos últimos 5 anos (de 2019 até 2023)?	
j) Quais os valores empenhados em gêneros alimentícios do Quantitativo de Rancho (QR) nos últimos 5 anos (de 2019 até 2023) (Pregão SRP do GCAL da 6ª RM)?	
k) Há alguma dificuldade em operar os contratos celebrados com os fornecedores da agricultura familiar que foram cadastrados nas Chamadas Públicas realizadas pela 6ª RM?	
l) Como é feita a comunicação com os fornecedores (agricultores/cooperativas) antes, durante a execução dos contratos?	
4. Desafios:	
m) Quais são os principais desafios enfrentados na execução dos contratos de fornecimento de itens da agricultura familiar?	
n) Há dificuldades logísticas na entrega dos produtos? Se sim, quais são as mais comuns?	
o) O que poderia ser feito para melhorar o cumprimento dos contratos por parte dos agricultores/cooperativas?	
5. Avaliação dos Fornecedores:	
p) Como você avalia a qualidade dos produtos fornecidos pela agricultura familiar?	
q) Os produtos que são entregues fora da conformidade prevista nos catálogos de alimentos do Exército, são repostos pelos fornecedores?	
r) Os prazos de entrega são, em geral, cumpridos pelos fornecedores da agricultura familiar?	

s) Existe algum mecanismo para avaliar e classificar o desempenho dos fornecedores?	
t) Existe algum Processo Administrativo (PA) instaurado na sua OM por inexecução parcial e/ou total do contrato de fornecimento de itens da agricultura familiar nos últimos 5 anos (de 2019 até 2023)?	
u) Se sim, poderia citar a quantidade e os anos de execução dos respectivos PA?	
6. Sugestões de Melhorias:	
v) Que sugestões você daria para aprimorar o processo de contratação dos fornecedores da AF e facilitar a participação dos mesmos nas compras institucionais?	
w) Que tipo de capacitação que você acredita ser necessária para os responsáveis pelas compras e recebimento dos itens da AF?	
7. Resultados e Impactos:	
x) Na sua opinião, qual tem sido o impacto das compras da agricultura familiar no abastecimento da sua OM?	
8. Considerações Finais:	
y) Gostaria de acrescentar algum ponto ou fazer alguma observação relevante sobre o tema das compras institucionais da agricultura familiar?	

APÊNDICE F
QUESTIONÁRIO ABERTO PARA O ESCALÃO LOGÍSTICO DA 6ª RM
RESPONSÁVEL PELA AQUISIÇÃO DOS ITENS DO QUANTITATIVO DE
SUBSISTÊNCIA (QS) ORIUNDOS DA AF

Objetivo: Avaliar o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar e identificar os desafios, oportunidades e impactos das Chamadas Públicas no contexto da 6ª Região Militar.

1. Dados Gerais da Organização Militar (OM): 6ª RM	
Nome da OM:	
Cargo/Função do responsável:	
Tempo no cargo:	
2. Processos de Compra:	
a) Como é realizado o processo de aquisição de itens do QS oriundos da agricultura familiar na sua OM, de forma resumida?	
b) De que maneira o 6º D Sup realiza o levantamento das necessidades de QS oriundos da agricultura familiar?	
c) É realizada alguma orientação por parte da 6ª RM para elaboração do Projeto Básico (PB) a ser executado nas aquisições dos itens do QS da agricultura familiar?	
d) O 6º D Sup recebe apoio técnico de algum órgão externo ao EB na elaboração do PB?	
e) Você conhece a legislação que ampara as aquisições dos itens da agricultura familiar?	
f) O acesso a legislação é de fácil entendimento?	
3. Experiência com a Agricultura Familiar:	
g) Quais itens do QS da agricultura familiar foram adquiridos por sua OM nos últimos 5 anos (de 2019 até 2023)?	
h) Quais os valores empenhados nos itens do QS da agricultura familiar nos últimos 5 anos (de 2019 até 2023)?	
i) Quais os valores empenhados em gêneros alimentícios do Quantitativo de Subsistência (QS) nos últimos 5 anos (de 2019 até 2023)?	
j) Há alguma dificuldade em operar os contratos celebrados com os fornecedores da agricultura familiar que foram cadastrados nas Chamadas Públicas realizadas pela 6ª RM para fornecimento de itens do QS?	
k) Como é feita a comunicação com os fornecedores (agricultores/cooperativas) antes, durante a execução dos contratos?	
4. Desafios:	
l) Quais são os principais desafios enfrentados na execução dos contratos de fornecimento de itens do QS da agricultura familiar?	
m) Há dificuldades logísticas na entrega dos produtos? Se sim, quais são as mais comuns?	
n) O que poderia ser feito para melhorar o cumprimento dos contratos por parte dos agricultores/cooperativas?	
5. Avaliação dos Fornecedores:	
o) Como você avalia a qualidade dos itens do QS fornecidos pela agricultura familiar?	
p) Os itens do QS da AF que são entregues fora da conformidade prevista nos catálogos de alimentos do Exército, são repostos pelos fornecedores?	
q) Os prazos de entrega são, em geral, cumpridos pelos fornecedores da agricultura familiar?	
r) Existe algum mecanismo para avaliar e classificar o desempenho dos fornecedores?	
s) Existe algum Processo Administrativo (PA) instaurado na sua OM por inexecução parcial e/ou total do contrato de fornecimento de itens do QS da agricultura familiar nos	

últimos 5 anos (de 2019 até 2023)?	
t) Se sim, poderia citar a quantidade e os anos de execução dos respectivos PA?	
6. Sugestões de Melhorias:	
u) Que sugestões você daria para aprimorar o processo de fornecimento dos itens do QS da AF?	
7. Resultados e Impactos:	
v) Na sua opinião, qual tem sido o impacto das compras dos itens do QS da agricultura familiar no abastecimento da 6ª RM?	
8. Considerações Finais:	
x) Gostaria de acrescentar algum ponto ou fazer alguma observação relevante sobre o tema das compras institucionais da agricultura familiar?	

APÊNDICE G
QUESTIONÁRIO ABERTO PARA OM RESPONSÁVEL PELA
COORDENAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA NA 6ª REGIÃO MILITAR

Objetivo: Avaliar o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar nas OM da 6ª Região Militar, identificando desafios, oportunidades e impactos das Chamadas Públicas.

1. Dados Gerais da Organização Militar (OM): 01 – Comando da 6ª Região Militar.	
Nome da OM:	
Cargo/Função do responsável:	
Tempo no cargo:	
2. Processos de realização da Chamada Pública:	
a) Como você avalia a estruturação do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar organizado pela 6ª RM?	
b) Como você avalia o nível de planejamento das OMs participantes no levantamento das necessidades de gêneros alimentícios da agricultura familiar?	
c) Como você avalia o resultado das orientações realizadas pela 6ª RM para elaboração do Projeto Básico (PB) a ser executado nas aquisições da agricultura familiar?	
d) Como você avalia o seu conhecimento sobre a legislação que ampara as aquisições dos itens da agricultura familiar?	
e) Como você avalia o acesso à legislação que rege a compra institucional da AF?	
3. Experiência com a Agricultura Familiar:	
f) Como você avalia a comunicação com os fornecedores da agricultura familiar ao longo da Chamada Pública?	
g) Como você avalia o apoio técnico recebido por órgãos externos ao EB no processo de realização da Chamada Pública da agricultura familiar?	
h) Como você avalia o aprimoramento dos processos das Chamadas Públicas para atrair mais participação dos agricultores familiares nas compras institucionais?	
i) Como você avalia a capacitação dos responsáveis pela coordenação da Chamada Pública da agricultura familiar?	
j) Quantas Chamadas Públicas envolvendo a agricultura familiar foram realizadas nos últimos 5 anos (de 2019 até 2023)?	
4. Desafios:	
k) Quais são os principais desafios enfrentados na execução das Chamadas Públicas da agricultura familiar?	
5. Avaliação dos Fornecedores:	
l) Existe algum mecanismo para avaliar e classificar o desempenho dos fornecedores?	
6. Sugestões de Melhorias:	
m) Que sugestões você daria para aprimorar o processo de realização das Chamadas Públicas da AF?	
n) Que tipo de capacitação que você acredita ser necessária para os responsáveis pela realização das Chamadas Públicas da AF?	
7. Resultados e Impactos:	
o) Na sua opinião, qual tem sido o impacto das compras dos itens da agricultura familiar no abastecimento da 6ª RM?	
8. Considerações Finais:	
p) Gostaria de acrescentar algum ponto ou fazer alguma observação relevante sobre o tema das compras institucionais da agricultura familiar?	

APÊNDICE H
QUESTIONÁRIO ABERTO PARA OM RESPONSÁVEL PELOS
RECEBIMENTOS (CENTRO DE OPERAÇÕES DE SUPRIMENTOS) DOS ITENS
DO QUANTITATIVO DE SUBSISTÊNCIA (QS) ORIUNDOS DA AF

Objetivo: Avaliar o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar e identificar os desafios, oportunidades e impactos das Chamadas Públicas no contexto da 6ª Região Militar.

1. Dados Gerais da Organização Militar (OM): 01 – 6º Depósito de Suprimento	
Nome da OM:	
Cargo/Função do responsável:	
Tempo no cargo:	
2. Processos de Compra:	
a) Como é realizado o processo de aquisição de itens do QS oriundos da agricultura familiar na sua OM, de forma resumida?	
b) De que maneira o 6º D Sup realiza o levantamento das necessidades de QS oriundos da agricultura familiar?	
c) É realizada alguma orientação por parte da 6ª RM para elaboração do Projeto Básico (PB) a ser executado nas aquisições dos itens do QS da agricultura familiar?	
d) O 6º D Sup recebe apoio técnico de algum órgão externo ao EB na elaboração do PB?	
e) Você conhece a legislação que ampara as aquisições dos itens da agricultura familiar?	
f) O acesso a legislação é de fácil entendimento?	
3. Experiência com a Agricultura Familiar:	
g) Quais itens do QS da agricultura familiar foram adquiridos por sua OM nos últimos 5 anos (de 2019 até 2023)?	
h) Quais os valores empenhados nos itens do QS da agricultura familiar nos últimos 5 anos (de 2019 até 2023)?	
i) Quais os valores empenhados em gêneros alimentícios do Quantitativo de Subsistência (QS) nos últimos 5 anos (de 2019 até 2023)?	
j) Há alguma dificuldade em operar os contratos celebrados com os fornecedores da agricultura familiar que foram cadastrados nas Chamadas Públicas realizadas pela 6ª RM para fornecimento de itens do QS?	
k) Como é feita a comunicação com os fornecedores (agricultores/cooperativas) antes, durante a execução dos contratos?	
4. Desafios:	
l) Quais são os principais desafios enfrentados na execução dos contratos de fornecimento de itens do QS da agricultura familiar?	
m) Há dificuldades logísticas na entrega dos produtos? Se sim, quais são as mais comuns?	
n) O que poderia ser feito para melhorar o cumprimento dos contratos por parte dos agricultores/cooperativas?	
5. Avaliação dos Fornecedores:	
o) Como você avalia a qualidade dos itens do QS fornecidos pela agricultura familiar?	
p) Os itens do QS da AF que são entregues fora da conformidade prevista nos catálogos de alimentos do Exército, são repostos pelos fornecedores?	
q) Os prazos de entrega são, em geral, cumpridos pelos fornecedores da agricultura familiar?	
r) Existe algum mecanismo para avaliar e classificar o desempenho dos fornecedores?	
s) Existe algum Processo Administrativo (PA) instaurado na sua OM por inexecução	

parcial e/ou total do contrato de fornecimento de itens do QS da agricultura familiar nos últimos 5 anos (de 2019 até 2023)?	
t) Se sim, poderia citar a quantidade e os anos de execução dos respectivos PA?	
6. Sugestões de Melhorias:	
u) Que sugestões você daria para aprimorar o processo de fornecimento dos itens do QS da AF?	
7. Resultados e Impactos:	
v) Na sua opinião, qual tem sido o impacto das compras dos itens do QS da agricultura familiar no abastecimento da 6ª RM?	
8. Considerações Finais:	
x) Gostaria de acrescentar algum ponto ou fazer alguma observação relevante sobre o tema das compras institucionais da agricultura familiar?	

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO ABERTO PARA INTEGRANTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (CAR)

Tema da Dissertação: Meu nome é Rodrigo Santos Costa, sou estudante de mestrado em Administração na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, estou na fase de coleta de dados para minha dissertação, cujo tema é: **“O Programa de Aquisição de Alimentos e a Valorização da Agricultura Familiar na Bahia: Estudo de Caso das Compras Realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro.”** Minha pesquisa busca investigar os desafios enfrentados pelos agricultores familiares na obtenção e manutenção de contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro, com foco na 6ª Região Militar.

Objetivo da Entrevista: A entrevista tem como objetivo entender como as ações da CAR podem apoiar os agricultores familiares na Bahia a participar dos processos de aquisição realizados pelo Exército Brasileiro. Especificamente, gostaria de explorar os seguintes tópicos:

a) Fortalecimento da Agricultura Familiar:

- 1) Qual é o papel da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) na execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?
- 2) Como a CAR tem contribuído para a capacitação técnica e organizacional dos agricultores familiares na Bahia?
- 3) Quais são as principais iniciativas da CAR que visam preparar esses agricultores para acessar mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

b) Políticas Públicas e Parcerias:

- 1) Como a CAR colabora com outras entidades, como o Exército Brasileiro, para promover a comercialização dos produtos da agricultura familiar?
- 2) Existem parcerias específicas ou programas desenvolvidos pela CAR que possam auxiliar na superação das barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares ao tentar celebrar e manter contratos de fornecimento com o Exército?

c) Desafios e Oportunidades:

- 1) Quais são os principais desafios enfrentados pela CAR na implementação de suas políticas e programas voltados para a agricultura familiar?
- 2) Que melhorias ou ajustes nas políticas públicas poderiam ser feitos para facilitar a participação dos agricultores familiares nas Chamadas Públicas realizadas pela 6ª Região Militar do Exército?

Considerações Finais: Acredito que a entrevista com a CAR será crucial para complementar a pesquisa, oferecendo uma visão prática e estratégica sobre como as ações desenvolvidas pela Companhia podem influenciar positivamente a participação dos agricultores familiares nos mercados institucionais, especialmente no contexto das aquisições realizadas pelo Exército Brasileiro. Gostaria de reiterar que todas as informações fornecidas durante a entrevista serão tratadas com a máxima confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, em conformidade com os códigos de ética em pesquisa científica. Agradeço desde já pela disponibilidade e colaboração, e estou à disposição para agendar a entrevista conforme sua conveniência.

APÊNDICE J

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

Informação geral: O TCLE é “documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar”.

Prezado participante,
 Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADAS PELA 6ª REGIÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO”, desenvolvida por RODRIGO SANTOS COSTA, discente de Mestrado em Administração da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Professora Doutora TÂNIA MOURA BENEVIDES.

Sobre o objetivo central: O objetivo central do estudo é: Investigar os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares na obtenção e manutenção de contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro (6ª Região Militar).

Motivo do convite: O convite a sua participação se deve ao trabalho de coordenação realizado pelo Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEPAB.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade: Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Identificação do participante ao longo da pesquisa: Caso deseje que seu nome ou de sua instituição conste do trabalho final, esta situação será respeitada e explicitada neste Termo.

Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa: A sua participação consistirá em participação em entrevista e solicitação de documentos que envolvem os processos de contratação de fornecimento de gêneros alimentícios de cooperativas ou agricultores familiares no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Tempo de duração da entrevista: O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora.

Guarda dos dados e material coletados na pesquisa: As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12.

Explicitar benefícios diretos (individuais ou coletivos) ou indiretos aos participantes da pesquisa: O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de colaborar para o desenvolvimento do campo de pesquisa na área da administração pública.

Previsão de riscos ou desconfortos: Toda pesquisa possui riscos potenciais. Maiores ou menores, de acordo com o objeto de pesquisa, seus objetivos e a metodologia escolhida. Nesta etapa pode ocorrer risco de constrangimento durante a entrevista ou uma observação.

Sobre divulgação dos resultados da pesquisa: Os resultados serão divulgados no repositório da UFBA na forma de dissertação e posteriormente e na forma de artigo científico. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia – CEPIPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado: Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia, telefone (71)3283.6457, E-mail: cepips@ufba.br. Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep): Tel: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879 / E-Mail: conep@saude.gov.br

Contato com o pesquisador responsável:

Tel.:

E-mail:

LOCAL E DATA:

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

APÊNDICE K

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DO SETOR DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DE ABASTECIMENTO (SEPAB), OCORRIDA NO DIA 10/06/2024 ÀS 10:00 HORAS

RODRIGO: Bom dia. Gostaria de agradecer a sua colaboração com a pesquisa.

SEPAB: Bom dia. Só vou lhe pedir desculpa porque como faltou energia, fiquei sem as respostas e vou te respondendo conforme o andar da entrevista.

RODRIGO: Não tem problema algum. Só tenho a agradecer a colaboração. Podemos começar?

SEPAB: Sim!!

RODRIGO: Qual é o papel do SEPAB? Só pra iniciar o entendimento, vocês fazem parte da Conab?

SEPAB: Isso, fazemos parte da superintendência Regional da Bahia, tem uma para cada estado e geralmente ficam localizadas nas capitais. Aqui na Bahia pela alta demanda temos uma regional Tipo 1. Por exemplo Sergipe tem uma regional Tipo 2. E dentro de cada Regional tem um SEPAB que cuida das compras institucionais.

RODRIGO: Certo.

SEPAB: Tem outras informações importantes que você terá acesso quando conversar com o representante do GEDES.

RODRIGO: Bacana!! Irei realizar uma entrevista com ele também.

SEPAB: Isso. Aqui no SEPAB trabalhamos diretamente com a modalidade do PAA que é a doação simultânea. Inclusive a Bahia é o primeiro lugar no ranking nacional.

RODRIGO: Quais são os principais desafios tanto administrativos como logísticos que o SEPAB enfrenta na gestão do PAA?

SEPAB: Como a Bahia é uma região grande, o PAA fica dividido em dois setores, isso não acontece no Brasil todo, em alguns estados ele é centrado em apenas um setor, mas a Bahia fica em dois setores. Um setor que faz a contratação, e aí sim a gente vai falar de compras públicas, que é esse setor, é Marcelo, você vai começar e aí ele vai adentrar bastante, não fica no Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento (SEPAB), fica no Setor de Desenvolvimento Empresarial (SEDEM), vou te mandar um organograma também.

RODRIGO: tranquilo!

SEPAB: então eles são responsáveis pela contratação, que é salve engano é a pergunta 4, que a gente vai pular, porque ele vai lhe responder basicamente o que é preciso para que o agricultor tenha acesso ao programa, como é que ele se cadastra com a gente, participa do resultado.

RODRIGO: Isso é com o Marcelo? Ótimo.

SEPAB: Todos vão fazer entrevista contigo. Então toda essa parte, contratou. O recurso foi repassado do cofre público para o Banco do Nordeste, hoje a gente trabalha com o Banco do Nordeste. Tem Caixa Econômica, temos o Banco do Brasil para pulverizar mais, para facilitar para o agricultor. Mas quando se abre essa conta vinculada, porque vai para uma conta institucional ainda em nome da CONAB e o agricultor provando que fez tudo certinho, passa o faturamento para a gente, a gente dá o ok, e aí vai para a conta de livre movimentação do agricultor.

SEPAB: Então contratado, aí vai para lá no setor que eu trabalho SEPAB. Qual o papel do SEPAB? A gente inicia com um treinamento. Primeiro são videoconferências que a gente realiza explicando todo o programa, como é que vai funcionar, os riscos, a fiscalização, tudo, com várias...

RODRIGO: Isso explica para quem? Para os agricultores ou para as cooperativas?

SEPAB: A gente explica para do presidente a todo beneficiário, todo agricultor que está ali cadastrado, que faz parte, a gente abre para todos eles participarem, assim como as unidades receptoras, tipo lá o *Centro de Referência de Assistência Social* (CRAS), então a gente convida toda, seja uma associação receptora, seja um fornecedor. Quem vai participar disso...

RODRIGO: É tipo uma audiência pública, vocês fazem uma audiência pública.

SEPAB: E a gente deixa gravado, passa para ele, real. Essa é uma inovação da Bahia. A Bahia faz isso dado o tamanho do nosso programa.

RODRIGO: E vem cá, essas reuniões demoram quanto tempo mais ou menos?

SEPAB: Uma hora, duas, é varia um pouco, são muitas perguntas.

RODRIGO: Existe a divulgação desses encontros? Em algum local que a gente possa acessar.

SEPAB: Pronto, aí o que está, né? A gente manda unicamente para os e-mails que eles fornecem para a gente durante aquela fase lá no início de cadastro. Eles ficam lá no SEDEM, que é um outro setor, aí essa documentação vem toda para a gente, aí a gente sai pegando os e-mails, as associações, os representantes, fazendo o convite, mas não para por aí, não. Esse é o início.

RODRIGO: Ok.

SEPAB: Essa primeira reunião virtual introdutória, aí depois a gente encaminha uma sequência de e-mails, orientações, né? Fotos, tudo o que for possível, para que eles iniciem, dando, dizendo ok, vocês podem iniciar, dá tudo ok aqui, começa. Aí entra a segunda parte, que são as VTOs que a gente tem aqui, que são as Visitas Técnicas Orientativas. Essa envolve recurso e mão de obra, né?

RODRIGO: Ok.

SEPAB: Vai um fiscal, a gente não chama ele fiscal não, chama de agente de acompanha não. Cada agente de acompanhamento fica com cerca de 30 projetos subordinados, submetidos a ele, com ele, sob controle. Esse agente, a gente está agora com dois em viagem, aí eles vão em loco, a gente agenda com antecedência com o agricultor, pequeno agricultor, com o CRAS, e a gente vai fazer essa orientação olho a olho, né? Porque não tem como...

RODRIGO: Eu vou te interrompendo aos poucos, vai surgindo um monte de coisa na cabeça aqui. Eu queria saber de vocês assim, é o seguinte, você sente que é muita participação da cooperativa ou tem que ter uma intervenção direta no agricultor? Vocês estão tendo que fazer intervenção direta no agricultor, com pouco protagonismo para associações, porque na minha cabeça, o papel da associação seria um facilitador nesse meio campo, que eu acho que vocês. Como coordenação geral em cima direto do agricultor eu acho que a associação fica um pouco como é que eu posso dizer assim não tá executando um papel legal!!!

SEPAB: vamos lá! É! A associação ela é protagonista!! Né? Ela ainda tem um presidente geralmente nosso primeiro é com o presidente, tá? Infelizmente. E aí é uma informação que é assim bem chata porque existe uma figura chamada PROJETISTA, a gente sabe que estamos tratando com um público que não é tão letrado que tem certas dificuldades com tecnologia de acesso é bem específico, então, a gente tem que ter todo o cuidado, uma linguagem, né? Para orientar esse pessoal porém infelizmente aqui é Brasil e sempre haverá pessoas querendo tirar um tipo de proveito dos programas, né?

SEPAB: Então está lá a associação que tem o presidente que é uma pessoa muito simples também, que não compreende a parte burocrática, vai ter certa dificuldade e vai aparecer uma pessoa ali que vai se oferecer para fazer o projeto. Deixa que eu faço o projeto!!!!

RODRIGO: E quem não sabe vai aceitar, né?

SEPAB: E eles cobram por isso. E essa figura, hoje, ela não é formalizada. A gente quase não... A gente sabe quem é, por exemplo, porque, às vezes, eles ligam, eles tiram dúvida, mandam e-mail. Mas o nosso contato, primeiro, sempre vai ser com o presidente da associação.

RODRIGO: Ok, entendi.

SEPAB: Eu sempre é o presidente da associação e o representante lá da unidade recebedora.

RODRIGO: Ok.

SEPAB: Pode ir?

RODRIGO: Assim, com relação... Vamos voltar, para a gente não perder o fio aqui. Para eu não perder. Você disse que tem os e-mails de contatos iniciais. Essa sequência de contatos, você pode me disponibilizar depois. Eu te mando o meu e-mail, para eu receber essa sequência de informações. Depois vai para a segunda parte, que é a parte do VTO, que é a visita técnica de orientação. Todo esse encaminhamento, para eu poder acompanhar o processo do início ao fim, vendo as fases.

SEPAB: Ok, posso.

RODRIGO: É importante para mim, pois assim eu vou poder ver fase a fase do sistema como um todo. É importante, é muito bacana. Muita coisa boa você está falando, eu estou com a cabeça voando.

SEPAB: É, mapear isso, para poder entender esse fluxo mesmo. Onde é que a gente pode se perder, onde é que tal...

RODRIGO: Pontos críticos, né? Você levantou até um ponto crítico na parte do VTO, né?

SEPAB: Perfeito, e tem uma coisa que é bem interessante, a gente sabe que nos pequenos municípios, a população, ela vive muito em função das prefeituras. É político, né? Você conhece os interiores bem pequeninhos? É tudo muito político.

RODRIGO: Sim.

SEPAB: E aí eles vivem ali em função da prefeitura, então há muita guerra política. Isso é um problema, mas é bom por um detalhe, né? Há muita denúncia, e aí a Conab trabalha de muitas formas. A gente faz ou uma diligência, o que é diligência? É um fiscal local, baiano, da Bahia, que vai até o interior, a gente não divulga a data, então a gente chega meio que de surpresa, e aí a gente entrevista cada agricultor que participa daquela associação.

SEPAB: A gente entrevista o presidente, a gente entrevista todo mundo, e sai fazendo o que a gente chama de diligência mesmo, né?

RODRIGO: O trabalho de vocês é pesado, hein?

SEPAB: Amigo, você não tem noção.

RODRIGO: eu não duvido.

SEPAB: Imagina, pesadíssimo, cara. E aí a gente faz essa, a gente vai com uma colega agora fazer uma diligência dessa lá, em um município que tem dado dor de cabeça pra gente, mas vamos lá!

SEPAB: E aí a gente entrevista o CRAS, né? Com base em função, isso é um detalhe.

RODRIGO: Vocês levam segurança?

SEPAB: Oi?

RODRIGO: Vocês levam segurança ou pedem apoio da polícia, alguma coisa do tipo?

SEPAB: Quando um fiscal, ele passa, vamos supor que a gente tem 2 projetos pra ter fiscalizado na mesma região. Fiscal em um projeto, a gente evita que ele faça em dois, três, quatro. Aí a gente já manda um outro grupo, por segurança mesmo, né? Pra não ficar marcada, enfim. Isso é quando é denúncia local. Tem grupos rivais, né? Como eu disse, é tudo muito político. Então os grupos rivais denunciam o outro, então acontece um pouco esse jogo.

SEPAB: Mas a gente faz também quando chega o faturamento, né? A gente fala caramba você entregou mil quilos de alface, como assim, a alface é leve né, ou então um produto fora da safra, então como assim né, esse produto...

RODRIGO: Esse controle vocês fazem aí no SEPAB também né?

SEPAB: E a gente tem, os agentes são maravilhosos, eles são ativos, eles conhecem muito de safra né, então eles falam, caramba, você entregou essa quantidade pra esse público? A gente tem um município, um público que vai receber, sei lá, mil pessoas que vão ser beneficiadas e aí você entregou essa quantidade de produto pra 30 dias pra esse pequeno público? Então tem toda essa análise antes de liberar o recurso.

RODRIGO: Entendi.

SEPAB: Aí quando bate esse tipo de coisa que a gente liga a antena, aí a gente pega um grupo, a gente passa uma matriz primeiro, pedindo a tal da fiscalização especial. A vão agentes fiscais de outros estados, não avisa pra gente, né? Eu fico sem saber, eu só recebo relatório do que houve, quem foi entrevistado, as respostas, o que foi que veio, e aí a gente vai, toma duas medidas, a gente suspende o projeto de forma cautelar, dizendo, opa! Não vou dar continuidade a isso porque tem suspeita de regularidade, né?

RODRIGO: Isso é na modalidade doação ou na modalidade compra institucional? Eu acho que o problema maior está na parte doação, né não?

SEPAB: Doação, essa é na modalidade de doação simultânea, né? Então a gente tem todo esse trabalho de fiscalizar, é um trabalho pesado porque não é só receber do pequeno agricultor e doar.

RODRIGO: Sim, parece ser simples, né? Quem vê de fora o processo, ah!! É a doação!! É só pegar e distribuir, não pode ser assim!! É isso aí!!! Então ótimo. Vem cá, Luana. Com relação à modalidade compra institucional, tem tanto problema assim, ponto crítico, ou vocês não identificam?

SEPAB: Pronto. Como isso, infelizmente. Queria tanto que o seu projeto fosse sobre doação simultânea. A gente teria muito mais pra conversar. Porque eu...

RODRIGO: Ah, sim! Isso é com o Marcelo, então. Com o SEDEM você vai ter mais informações de compras institucionais. Ah, tá. Então vou falar com ele, sim. Eu vou incomodar no dia 16, vou até mandar. Não sei se é contigo que eu agendo. 16? Acho que foi isso, não foi? Ele botou 14 e 16. Eu queria marcar o dia 16 de junho. Pronto, pronto. Se puder ser também por videoconferência, é ótimo. E aí facilita pra...

SEPAB: Tá maravilhoso. Eles vão fazer.

RODRIGO: Tá ótimo. Beleza. Então vamos prosseguir. Vamos seguir. A gente terminou ou foi a pergunta 3, né? A 4 vai ser com o Marcelo.

SEPAB: É, infelizmente. Adoraria.

RODRIGO: Não, isso é bom. Olha só, isso aqui tudo faz parte de uma entrevista exploratória. Eu tô entendendo como é que funciona. Aí dei um tiro e matei dois ao mesmo tempo, mas vamos lá, vamos para a pergunta 5. Quais os impactos positivos o SEPAB tem notado no desenvolvimento econômico, social e ambiental relativos à participação dos agricultores no programa do PAA?

SEPAB: É excelente pergunta. O SEPAB, quando esses agentes vão a campo, inclusive acho que eu estou até para ir também, na viagem de junho, quando nós vamos a campo, a gente consegue observar aquela associação que nunca participou do programa, aqueles pequenos agrícolas, aquela comunidade ali, e eles fazem questão de mostrar para a gente o acesso que eles estão tendo, que eles nunca tiveram, por exemplo, uma cama nova, olha a minha casa que antigamente era, sei lá, de barro e agora eu consegui fazer de alvenaria, então a gente consegue perceber essa mudança naquelas pequenas comunidades, como eu disse, a maioria da renda desses lugares vem da prefeitura, a prefeitura não tem emprego para todo mundo, né?

SEPAB: É muito importante fortalecer a agricultura, então como o Grupo Gestor que é grupo que estabelece as normas e aí depois vem para Conab os normativos, né? Eles determinam as prioridades, a comunidade indígena, quilombola, mulher, enfim, jovens, né? Se você tem muitos jovens no projeto, você pontua mais, mulheres, então isso não é à toa, isso é muito interessante porque você observa aquele jovem que estava para se mudar, a gente escuta muito depoimento nesse sentido, do jovem que estava para vir para a capital, para ser mais uma aqui e que mudou de ideia e decidiu.

RODRIGO: Ter um subemprego aqui na capital.

SEPAB: Então ele decidiu ficar e investir lá naqueles produtos orgânicos e a gente nota isso através das visitas, que são várias e a gente é obrigado a fazer porque é norma, a gente tem que visitar todas.

RODRIGO: Com relação às visitas, eu já ia te perguntar, você falou que são várias, tem norma, tem alguma coisa que padroniza, padronizam essas visitas e qual é a frequência que vocês fazem? Por que eu tô perguntando isso? Eu já estou visualizando uma oportunidade de poder ir com vocês a uma dessas visitas para ver em loco como é que é feito o trabalho também.

SEPAB: Perfeito. O que acontece!! Essas visitas são normatizadas, né? A Conab, meu amigo, tem norma pra tudo.

RODRIGO: Isso eu quero tudo, Luana, tudo o que você puder me mandar, não me furte de nenhuma informação.

SEPAB: E aí a gente, o técnico, ele vai a campo, a gente tem um roteiro de, a gente tem material, educativo, informativo, e a gente tem um roteiro nas diligências, nas fiscais, o fiscal ele é treinado, começa que o fiscal ele recebe o treinamento à parte, ele é treinado para ir em loco, e durante as entrevistas nota-se muito, acho que a fiscalização é mais difícil porque nem eu fico sabendo, tem que ser sigiloso, mas as diligências sim, e a gente nota em loco, quando está dando tudo certo, que a gente tem alguma suspeita de irregularidade, que a gente vai no local e está dando tudo certo, eles vão provando para a gente com fatos assim: ah meu filho desistiu de ir trabalhar na capital e decidiu ficar para me ajudar! Mulheres incentivando seus filhos a continuarem ali com a agricultura familiar, com a produção orgânica, cuidando do meio ambiente e só em a gente valorizar, fazer com que certas comunidades como os indígenas, por exemplo, pontuem mais, a gente está incentivando que essa população continue ali preservando o ambiente e produzindo de uma forma.

RODRIGO: Muita coisa positiva, com certeza, né? Isso é meio que premissa. Quando a gente fala de agricultura familiar, a gente só pensa coisa boa e vocês, como órgão gerenciador ali da execução, conseguem observar isso aí. Muito bacana. Eu estava, você falando, eu estava só pensando aqui, quando vocês falam de dirigência, de observar no local, estava fazendo um paralelo com a operação carro-pipa que a gente executa, que eu acho que é bem paralelo o fato, a gente coordena essa distribuição, mas tem vários agentes nossos que vão fiscalizar na ponta da linha se aquilo que é planejado, se aquilo que é descentralizado o recurso, está sendo executado corretamente. Acho que tem um paralelo muito bacana em cima desses dois programas aí.

SEPAB: É dinheiro público, se não eu vou presa, rsrs.

RODRIGO: Vamos lá!! A pergunta 7!!! Estamos acabando!!!

SEPAB: Nada tranquilo!!!

RODRIGO: Quais melhorias a SEPAB sugere para otimizar o PAA e valorizar ainda mais a agricultura familiar na Bahia?

SEPAB: Eu diria informação. A gente precisa levar a informação. A gente nota que, depois de uma visita técnico orientativa, o processo fica mais suave. A gente recebe documentação, menos erro, eles entendem como é que vai funcionar, onde é que eles não podem errar, porque erro é batata. A gente vai mandar uma equipe fiscalizar, porque a gente não pode admitir que chega algo duvidoso. Então a gente precisa que eles evitem o erro, porque eu não tenho gente para fazer tudo isso. Toda vez que eles erram é muito ruim para a gente também. A gente não tem mão de obra para abraçar o mundo.

RODRIGO: Vou te pedir desculpa por interromper. Se acabar o tempo, que são 40 minutos, eu vou fazer uma nova chamada para você. Tá bom? Mas vamos continuando aqui. Muito bacana.

SEPAB: Informação. A gente precisa levar a eles. A gente precisa otimizar as viagens, a gente precisa bolar metodologias, como essa videoconferência já é parte disso, né?

RODRIGO: Ok.

SEPAB: De um modo, a gente tem o WhatsApp para conversar com eles, a gente vai, a gente tem muita troca pelo WhatsApp.

RODRIGO: Isso, mas com o presidente das associações, né?

SEPAB: Muito com os presidentes das associações. Muitas vezes o pequeno agricultor, porque também são muitos, né? A gente não conseguiria atender também, muitas vezes uma associação tem 20, 30 pequenos agricultores ali ligados, e aí seria um universo de pessoas, então é importante também centralizar na figura da associação.

RODRIGO: Entendi. Vocês têm aí uma relação das associações, outros contatos, porque numa outra fase eu vou precisar fazer, um questionário ou até mesmo entrevistas com os principais. Para poder entender um pouco o lado deles também, como é que está funcionando a engrenagem, né?

SEPAB: É assim, hoje nós temos cerca de 200, com 278 que foram aprovados, 278 projetos aprovados, porém, em execução temos cerca de 200, eu vou chutar porque eu contei isso ontem. 252.

RODRIGO: Mas é muita coisa! Todos eles cadastrados com e-mail, contato, nome, etc?

SEPAB: Atendendo a 125 municípios da Bahia, dos 417 municípios da Bahia, a gente atende de 2023 para cá, 125. Então é muita coisa, é muito trabalho, para oito agentes apenas.

RODRIGO: É isso cara, essa equipe tinha que ser gigante, já é um fator para dificultar o processo em si. Então tá bom, ô

Luana adorei, achei muito esclarecedor, me deu um monte de ideias, a gente quando tá estudando sobre o assunto, a gente vai se apaixonando por ele.

RODRIGO: Obrigado por suas respostas detalhadas e pela sua colaboração. Suas informações são extremamente valiosas para a minha pesquisa e para entender melhor o papel da SEPAB e a valorização da agricultura familiar na Bahia através do PAA. Caso tenha mais alguma consideração ou queira adicionar algo, por favor, fique à vontade. Gostaria de reiterar que todas as informações fornecidas serão tratadas com confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, respeitando todos os códigos de ética em pesquisa científica. Agradeço novamente pelo seu tempo e contribuição. Tenha um ótimo dia.

APÊNDICE L

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO (GEDES), OCORRIDA NO DIA 17/06/2024 ÀS 14:00 HORAS

RODRIGO: Previamente eu enviei para o senhor um roteiro de entrevista com algumas perguntas que elas não são um trilha, são uma trilha para a gente ir conhecendo o programa e o senhor já externou a necessidade de conversar para eu entender melhor e isso é importante para a pesquisa para não ficar uma coisa rasa e que a gente consiga extrair os melhores dados em cima desse processo como um todo. Antes de mais nada eu conversei com a Luana e ela me esclareceu muita coisa, inclusive balizou que o setor do senhor que é o mais específico para minha modalidade a ser estudada que é a compra institucional e dentro desse contexto eu queria saber qual é o papel da gerência de desenvolvimento e suporte estratégico na implementação e execução do PAA na Bahia. Se o senhor pudesse me fazer em breves palavras por favor ou longas também.

GEDES: Quando eu li essa sua pergunta eu fiquei em mente, por isso que eu pedi essa reunião exatamente para entender o nível de conhecimento que você já tem no PAA porque até onde você está, qual é a compreensão que você tem da modalidade do programa, porque essa pergunta é uma pergunta, quando você fala do PAA você não está se referindo a modalidade, só a modalidade de estudo sua, não é? Qual é a participação da gerência no PAA compra institucional é uma pergunta e qual é a participação no PAA é uma outra pergunta.

RODRIGO: É isso, mais especificamente o que é o foco é na modalidade compra institucional.

GEDES: Pronto, é isso, então a pergunta é o papel da gerência no PAA na modalidade compra institucional.

RODRIGO: Isso.

GEDES: É porque quando a gente fala no PAA o programa de aquisição de alimento é um programa que tem cinco modalidades.

RODRIGO: Exatamente.

GEDES: Essa modalidade, é importante até você escrever isso lá na sua revisão de literatura.

RODRIGO: Não, já está, essa aí já. Já está. Eu já fiz uma revisão da literatura e já mostrei o campo como um todo e aí dentro dessa pesquisa chegamos à Superintendência Regional da CONAB aqui na Bahia que eu entrei em contato com o senhor hoje para poder fazer e especificar mais essa modalidade apenas.

GEDES: Jovem, então o que é que a gente faz nessa modalidade? A gente auxilia os órgãos, o Exército, o IFB, os institutos federais, universidades, alguns que nos procuram, a Livia Federal que é o foco. A identificação da oferta da produção, geralmente os órgãos fazem a seguinte pergunta eu vou comprar de quem, aonde é que está o agricultor, quais são os produtos, essa é a principal contribuição nossa na identificação da oferta, sinalizar onde está a produção e onde estão localizados os potenciais fornecedores. Então a gente faz essa contribuição que é a principal, mas também a gente auxilia na divulgação dos editais, uma vez o edital concluído, a gente faz com que esses editais cheguem até os potenciais fornecedores para que a chamada da onde é deserta, para que realmente tenha participação na chamada. É uma outra contribuição que a gente faz. A gente auxilia nas pesquisas de preços, contribui, inclusive para o Exército a gente tem auxiliado bastante nessas atividades.

RODRIGO: O Major Bastos entrou em contato com vocês? Ele hoje é o responsável por essa chamada pública.

GEDES: Fizemos há menos de um mês que encaminhamos uma pesquisa de preços.

RODRIGO: Deve ter sido ele, eu tenho uma conversa com ele também.

GEDES: Encaminhamos, atendemos a solicitação, do Exército, da Marinha também temos atendido. Temos auxiliado também em alguns casos na confecção do próprio edital. A gente percebe que alguns editais, bem com algumas especificações que não são compatíveis com a agricultura familiar. Então a gente auxilia na definição de alguns produtos. Por exemplo, tem produtos que estão totalmente fora da realidade da agricultura. E do modelo nosso aqui da Bahia, cada um tem a sua especificidade. Então a gente trabalha como um balizamento para que a coisa ocorra da melhor maneira possível. A gente coloca entre o comprador e o fornecedor para tentar fazer essa conciliação. A gente não é uma passagem, ou seja, obrigatoriamente precisa passar pela CONAB não. A gente não é uma instituição que o processo precisa convergir na CONAB. Então o nosso papel é simplesmente facilitar, auxiliar o fornecedor da melhor forma possível. Porque nem sempre eles conseguem identificar onde estão os editais, sobre quem está comprando.

RODRIGO: É muito difícil mesmo.

GEDES: E por outro lado, o comprador tem dificuldade de enxergar o fornecedor. Então a gente tem que fazer essa aproximação. Já fizemos alguns seminários no passado.

RODRIGO: Certo.

GEDES: Compramos os órgãos compradores de potenciais fornecedores. Então o papel da gerência é fazer essa aproximação e tentar fazer a adequação do edital de forma que a compra consiga ser efetivada.

RODRIGO: Incrível.

GEDES: Acredito que com o tempo a tendência é a gente se tornando desnecessário. Porque os órgãos vão se especializando e os fornecedores vão também identificando os compradores. Então com o passar essa aproximação vai facilitando, e a gente vai acabar nesse momento.

RODRIGO: Eu acho que vocês são fundamentais nesse momento. Acho difícil chegar ao ponto de ser diluído dessa necessidade. Incrível isso aí. Boa informação. Muito obrigado. Marcelo, eu interrompi você. Mas eu acho que com essa explanação você já bateu a pergunta um em dois. As funções e responsabilidades da gerência. Não vou seguir exatamente a sequência que eu fiz de perguntas. Até porque como é uma trilha, vai surgindo coisas na cabeça que eu vou identificando por ter participado do outro lado, que é dos potenciais compradores. Eu verificava uma grande dificuldade. Eu cheguei a fazer duas chamadas públicas. E com a relação gigante de itens talvez esse planejamento nosso tenha sido feito errado. Porque como você mesmo disse, são identificados produtos que fogem da realidade do nosso mercado local, das especificidades. Mas eu acredito que deve ter produtos que a gente possa aumentar esse percentual de compra de no mínimo 30%. Que hoje em dia está muito difícil do pessoal atender. Que eu digo atender, que eu digo na compra. No meu caso particular que eu vivi, tínhamos problemas com preços. Por que preços? O princípio da economicidade nos impede de comprar um produto. Por exemplo, feijão. O feijão da agricultura familiar, que pese que todas as qualidades dele, comparado com feijão de prateleira, seja melhor. Mas estava com um valor mais alto. A esse princípio da economicidade fizemos uma consultoria jurídica da União. E eles nos desaconselharam a fazer essa compra. Em cima desse fato de preços, que você falou que fazem sim uma pesquisa de preços, esse ajuste. Tentar adequar o agricultor familiar a uma competição com o grande fornecedor, os grandes mercados fornecedores. Nesse sentido, o que está sendo feito para tentar inserir o agricultor nessa briga de cachorro grande com os grandes fornecedores? Isso porque um grande fornecedor de feijão, por exemplo, consegue ofertar com um valor menor. Porém, sabemos que a qualidade desse produto nem sempre se equipara a de um agricultor familiar. E para a gente, como consumidor final, é importante ter esse produto com a melhor qualidade possível. Mas a competitividade, às vezes, engole o agricultor. Que percepção a gerência está tendo sobre essa ótica?

GEDES: Olha, quando você compra através da modalidade do PAA, quando você faz aquisição para garantir os 30% via modalidade, via chamada pública, você tem o regramento próprio para fazer essa pesquisa de preços. Você tem um regramento específico. Você não está vinculado a esse entendimento. Inclusive, tivemos uma conversa com a AGU. Não foi necessariamente sobre esse assunto especificamente, mas eu acredito que cabe aí, por parte da própria AGU, a gente se colocar à disposição para conversar e esclarecer. Porque esse entendimento está, de certa forma, equivocado. Porque a própria modalidade do PAA tem regramentos específicos e orientações específicas de como você deve fazer a pesquisa de preços. Então, uma vez que você faz a pesquisa de preços dentro da modalidade, pelos regramentos da modalidade, orientados na resolução da modalidade, que é uma chamada pública, o que vai balizar a sua compra, o que vai ser a referência para sua compra ser para efeito de auditoria, é a pesquisa que você fez com base na modalidade, nas orientações estabelecidas pela modalidade, ou seja, nos regramentos do PA. Só um minutinho, Rodrigo.

RODRIGO: Ok, sem problema.

GEDES: Por que, Rodrigo, veja só? Quando a gente realiza as compras pela modalidade, qualquer modalidade do PAA, eu faço aqui as compras pela modalidade, a gente a CONAB, executa compras com doação simultânea e compra dos agricultores familiares. Então, qual é a referência para pesquisa de preços? A referência para pesquisa de preços é exatamente a resolução, hoje a resolução 3 do grupo de gestor do PAA, que traz as regras para que as pesquisas sejam feitas. Logicamente, em vários itens, o preço praticado pela agricultura familiar vai ser superior ao preço praticado pela agricultura familiar, pela agricultura empresarial, que tem uma comercialização em escala, em larga escala. Então, a tendência, muito embora quando a gente vai partir para a origem de produtos, muitos produtos têm origem na agricultura familiar, mas como aquele grande empresário consegue adquirir escala em grande quantidade, ele consegue vender por um preço menor, ele consegue negociar por um preço menor. E, no entanto, isso não inviabiliza as aquisições que realizamos pela modalidade, não força com que a gente vá para a referência de preços do grande atacadista, até porque todo preço é balizado pela orientação da própria resolução. Então, se você vai fazer uma pesquisa para o exército, para compra institucional, num edital de chamada pública, a referência para pesquisa de preços de qualquer instituição é aquela estabelecida em resolução.

RODRIGO: Eu entendi. E esse era nosso entendimento também. Mas por que do questionamento que nós fizemos pela CJU? Porque ao consultar nosso órgão descentralizador de créditos, de recursos, foi levantada essa situação. Olha, temos uma obrigatoriedade de buscar atender no mínimo 30% da aquisição. É um produto com valor, por essência, mais alto que o de um pregão eletrônico simples por sistema de registro de preços. Quero saber se teremos um recurso específico para ser empregado na agricultura familiar ou se é apenas da fatia que nós já recebemos. Por que eu fiz esse questionamento quando fazia parte do setor de compras? Porque se eu comprasse um produto, por exemplo, uma tonelada de feijão da agricultura familiar, iria demandar uma parcela maior de recursos e nós não seríamos aportados com esse ágio do valor. Na teoria não, na prática estaríamos com menos quantidade. E aí eles falaram o seguinte, olha, nós não vamos aportar, vocês vão ter que comprar com a parcela que vocês já têm, e se tiver muito acima, faça uma consulta a CJU para ver o que eles orientam. A questão toda era que nós temos um orçamento fechado, você tem x para comprar tantas toneladas de arroz, tantas de feijão, tanto de proteína. Se eu comprar com a agricultura familiar, eu não vou conseguir bater a quantidade tabelar, a quantidade que compõe a alimentação diária para um combatente, não vou conseguir compor para comprar no mês. Aí essa era a briga que nós estávamos. E por conta disso a CJU nos orientou a não comprar com valor acima, porque senão nós não iríamos receber aporte, além de não estar cumprindo, segundo eles, o princípio da economicidade, porque teríamos uma forma de comprar com valor menor. E ficamos nesse dilema. E diante desse dilema, meio que abandonamos na execução a compra da agricultura familiar. Esse foi um problema que nos deparamos, e esse entendimento de ser uma modalidade separada foi o inicial que nós tivemos também na hora de executar, mas não tivemos esse entendimento por parte de quem nos fornece um recurso para a compra. Então, dentro desse sentido, eu queria saber se a CONAB, dentro dessa problemática, participa junto aos órgãos federais, descentralizadores, para incentivar realmente essa compra. Porque o objetivo nosso é comprar. Se o

preço da agricultura familiar fosse realmente competitivo com o mercado de grande escala, a prioridade do nosso escalão logístico seria comprar da agricultura familiar, até ultrapassar os 30%. Só que infelizmente, por conta desse valor, a gente não consegue.

GEDES: Mas é isso, Rodrigo. A lógica de ter uma modalidade como institucional é exatamente porque a agricultura familiar não consegue concorrer. Então, se a agricultura familiar tivesse essa condição de concorrer com os grandes empresários, ou essas empresas que concorrem com os editais, aí tornaria totalmente desnecessária a modalidade. A modalidade é exatamente para isso, porque reconhece que a agricultura familiar não tem essa condição de concorrer. Então ela estabelece, ela dá um recorte, fala assim, pelo menos 30% por órgão tal. Eu sei que você vai acabar, no final, adquirindo menos produtos. Você vai comprar mais caro, mais reserva, 30% da agricultura familiar. Essa é uma forma, é tipo assim, uma cota. Eu sei que o aluno de escola pública vai ter dificuldade de concorrer com o aluno da escola particular. Então eu vou fazer uma cota para eles, para que eles tenham acesso. Então é pensado em uma cota familiar exatamente nesse sentido. Então ela nunca vai ter a condição de concorrer com os empresários. Porque você tem um custo da agricultura familiar bem maior. Principalmente quando você vai ver a estrutura de produção, as faturas de produção, a mão de obra. Tudo isso encarece para eles o custo. Menos tecnologia. Você vai ver ali o volume menor, a produtividade é mais baixa. Quando a gente pega, por exemplo, o feijão, o feijão da agricultura familiar você tem 600 quilos por hectare. Quando você vai para o feijão da agricultura empresarial, são 3 mil quilos por hectare. Então você tem uma diferença de produtividade muito grande. E aí a tendência é que seja maior. Agora o que a gente recomenda? A CONAB incentiva, a CONAB tem essa discussão. A CONAB faz parte do grupo de Instituto. Eu estou no programa de aquisição de alimentos. A CONAB lá representa o MDA no caso. E agora a CONAB faz parte do desenvolvimento agrário. A CONAB viu que a agricultura estava em desenvolvimento agrário. Então a CONAB participa dessa discussão. Mas o que a gente recomenda? Com base na nossa experiência para tentar diluir é tentar fazer um edital com aqueles produtos, onde a agricultura familiar é mais competitiva,

existem produtos que a agricultura familiar é mais competitiva, bem próximo do interés areal. Então, se a gente for pensar em algumas frutas, algumas hortaliças, frutas, tem itens que dá para montar uma estrutura, poupa, dá para você pensar em itens onde a agricultura familiar é mais competitiva, ela atende aquela diversidade, então eu vou ajustar um edital aqui, que eu consigo atender a agricultura familiar sem comprometer o meu volume de alimentos, por exemplo, eu não recomendo comprar feijão realmente da agricultura familiar, não recomendaria, porque ela não vai ser competitiva, o fator 1, para dizer isso, o fator 2, ela vai ter o problema da sazonalidade, que você precisa da regularidade, o feijão não pode faltar, a agricultura empresarial, o camarada ou a empresa, ela vai pegar o feijão aqui da Bahia, pega o feijão do Paraná, pega o feijão de São Paulo, aonde tiver, o cara vai buscar o feijão, ou seja, não tem o problema da sazonalidade, né?

RODRIGO: Exatamente, a agricultura familiar, ela vai ter a questão da sazonalidade.

GEDES: Então para os produtos que você precisa de muita regularidade e que a sazonalidade é muito forte, que ou seja, a Bahia naquela época do ano, ela não vai crescer, ela vai ter dificuldade, então a gente recomenda de fato que você utilize outras fontes, porque pode até ter uma agricultura familiar, uma associação cooperativa que se disponha, a parte que pode ser digital, mas ele corre o risco de lá estar infringindo para garantir essa regularidade, ou seja, adquirir esse feijão fora dos produtores dele, ir lá e adquirir um feijão e outro, até mesmo de um grande fornecedor, que não é o propósito, o propósito é adquirir, por isso que ele não pode ser iminente, então distritura para atender o Exército. Esse filtro, ele precisa ser bem feito, ele deve ser feito nesse filtro, isso aqui eu quero regularidade, eu não posso ter o fator sazonal, é feijão, é arroz, esses itens aí, realmente eu separo a minha contradição, mas tem produtos que dá para você trabalhar, você vai ter um substituto com muita facilidade dele, que não teria problema, você não tem substituto por feijão, você vai ter substituto por quê?

RODRIGO: Não dá para trocar por ervilha, aqui não faz parte do paladar da troca. Não dá para trocar por ervilha, mas é isso. Entendi, é importante essa conversa, está me dando vários insights, visualizando pontos críticos a serem tratados, já dentro desse contexto, quais são os principais desafios? A nossa reunião tem uns 40 minutos, caso caia eu vou fazer uma nova chamada com o senhor, só para o senhor ficar sabendo que quais são os principais desafios, que eu vejo que o ponto nefrágico do sucesso é a boa montagem de um edital, se o edital for conversado com quem entende, com quem conhece o nosso mercado, o fornecedor, a tendência é ter um sucesso maior. Então essa eu considero como uma dimensão administrativa a ser vencida, o senhor já apontou uma dimensão logística por parte dos fornecedores, e o que vocês observam de desafios, principais desafios a serem superados, nessa gestão como um todo do processo da compra institucional?

GEDES: Olha, eu acho, vamos pensar que a gente precisa enfrentar, que eu achei constitucional especificamente, ainda precisa avançar. A gente ainda tem um número baixo de editais, a gente precisa aumentar, ampliar essa oferta de editais. E aí pelos editais que são lançados, há uma reclamação muito grande, por parte da equipe familiar, da execução deles. Então você tem uma contratação, e o percentual de compra de fato dos editais tem sido baixa. Eu acho que então há uma contratação, há o CTADA, os fornecedores que vencem aquele edital, mais a execução dos editais, não saberia dizer exatamente qual o motivo, mas isso por outro lado acaba gerando um enfraquecimento, ou seja, por parte dos fornecedores, de estar se estruturando para o mercado.

RODRIGO: Entendo, desestimula.

GEDES: Desestimula exatamente para acessar esse mercado. Eu acredito que a gente precisa ainda aumentar o número, aqui na Bahia Especial de Organização da Agricultura Familiar, de se estruturar para atender esse mercado. Já tem poucas, não temos muitas. A Agricultura Familiar precisa se estruturar ainda um pouco mais. A gente está um pouco além, quando a gente compara com as cooperativas do sul do país, a gente ainda tem aí uma margem para avançar muito grande em termos de organização. No tamanho do Estado que a gente tem, a gente tem o maior número de agricultores familiares do Brasil, mas ainda precisa se organizar.

RODRIGO: Só por curiosidade, numa chamada pública que fizemos em 2016, se não me falha a memória, só tivemos a apresentação de propostas de duas cooperativas do Rio Grande do Sul. Uma do Rio Grande do Sul e uma de Santa Catarina, se não me falha a memória. Isso me chamou a atenção, porque na minha cabeça eu falei, a Bahia é forte, se você entra no site de transparência, vai no site, o próprio site da Conab tem uns dados, ela fala, a Bahia é forte, é gigante, vai no senso agrário, os resultados da agricultura na Bahia são gigantescos, então na minha cabeça não fazia sentido estarmos fracos, talvez seja ... Falta o que eu digo, você não teve muita participação, e você apontando esses detalhes, as coisas começam a clarear, várias insights vão surgindo, eu estou pensando aqui porque, vendo o filme, né? Vendo o filme e surgir, tem a importância dessa conversa que nós estamos tendo aqui. Tá ok?

GEDES: A gente tem essa questão da organização, o que passa, a gente tem um desafio gigante no governo, né? Que é um desafio gigante, que é a estruturação da assistência técnica. Hoje a gente tem, existe problema entre o exército, entre o comprador, o monte do exército e a agricultura familiar, lá no determinado município. Existem várias camadas aí da diatéria que deveriam funcionar para assessorar, para estruturar aquele agricultor. A CONAB auxilia nesse processo, mas a CONAB não é a assistência técnica e de assistência rural. A gente, meio que, pelas experiências que a gente tem de compra da agricultura familiar, a gente exerce esse papel de suporte, mas a CONAB não é o algo de assistência técnica e de assistência rural, a gente é o algo que executa a política agrícola.

RODRIGO: Entendi.

GEDES: A função da CONAB executa a política agrícola. A nossa missão está na garantia de queda do produtor rural, através de políticas de garantia de sustentação de preços. Essa assistência técnica na Bahia é executada por quem? A assistência técnica na Bahia é executada, hoje, pela Bahia Pé, que é uma superintendência do governo do Estado.

RODRIGO: Entendi.

GEDES: Que é um agente extremamente importante. No passado era MBDA, deixou de existir, hoje é Bahia Pé, então eles são algo de assistência técnica que tem papel importantíssimo, extremamente relevante.

RODRIGO: Com certeza. Então, acho que vencemos essa etapa aqui. E agora, queria saber de vocês, com relação a esse contato que tem com as associações, o próprio agricultor familiar na ponta da linha, como é que é feito esse contato inicial para chamá-los para o cadastro? A gente sabe que é uma burocracia que envolve toda a parte de aquisição pública, tudo isso envolve uma burocracia. A gente que tem um pouco de entendimento, quando vai acessar os sites, se sente perdido, isso eu estou vivenciando na pele, fazendo a pesquisa, buscando legislação, etc., interpretando, fazendo um link de uma para a outra, tem uma evolução gigante de legislação, tem mudança de governo, mudança de pensamento de governo, de prioridades e assim vai, tudo isso influenciando na própria execução da política pública. Eu queria saber como vocês conseguem fazer esse entrelace com a ponta da linha, que é o agricultor, que é o foco da política pública, e superando essa barreira da burocracia e efetivando essa seleção das associações, orientando como é que é feito esse papel para chamá-los para participar desse programa, porque eu penso o seguinte, se colocando no lugar do agricultor, tem um minuto aqui, mas dá tempo, se colocando no lugar do agricultor, o Sr. Zé, o Sr. Rodrigo, lá do sul da Bahia, está preocupado se vai chover, se não vai ir à praga, e quando fala, vamos vender para o governo, o camarada tem que fazer o cadastro, tem que buscar uma chamada pública, tem que fazer uma documentação para apresentar uma proposta, deve ter uma resistência. Como vocês trabalham com esse processo de seleção, se vocês fazem isso? Como vocês trabalham e como vocês puxam esse pessoal, orientam as associações para a gente poder fazer a engrenagem rodar? É um problema também, né? Eu vou fazer uma nova chamada, tá?

GEDES: Anavisa e essas associações vão executar os projetos e hoje já temos 2003, 2024, temos aí 21 anos, 17 anos, não é? 20, 20 anos, 21 anos. 21 anos. Eu comecei a executar em 2007. Então, desde 2007, quando eu cheguei aqui na Conab, eu já fui colocado como técnico aqui no programa e segui e continuo cuidando do programa desde 2007. Então, a Conab vai formando um banco. Isso vai se ampliando ao longo dos anos. Um volume de execução, um volume de acessos a mais ou menos uns 6 anos.

RODRIGO: Está gravando.

GEDES: Ah, ok. Então, só vai ficar pulando. A Conab forma, tem esse banco aí de projetos, de associações, porque desde 2003 a Conab executa o programa de aquisição de alimentos nas suas diferentes modalidades. Desde 2003. Então, a gente vem montando esse banco de cooperativas e associações que fornecem seus produtos. A gente tem um banco de, não te diria se seria 80%, 90% das associações cooperativas do Estado. Não dá pra afirmar o percentual, o quanto isso representa efetivo, porque são muitas associações e nem todas as associações produzem. Você tem muitas associações de arquitetura familiar, mas que a finalidade dela é mais benefício para a própria comunidade, ou seja, pavimentação de ruas, estradas.

RODRIGO: Não estão focadas na política pública, né?

GEDES: Não estão focadas na política pública. Nem toda associação está focada na política. Você tem um grupo de associações que realmente acessam, de cooperativas que acessam. Então, o que é que a gente tem feito? A gente faz uso desse banco. Geralmente, quando sempre que chega uma demanda de compra institucional, de algo que está precisando, a gente lança para esse banco essa demanda. Chega um edital, chamada pública, para fazer divulgação. Então, a gente passa para todo esse banco que a gente tem, independente de que associação seja. Logicamente, tem aquelas que tem mais facilidade, ou seja, tem expertise para acessar time político. Outras não. Então, aquelas que tem mais expertise são aquelas que buscamos. Mas o que a gente faz é exatamente isso. Como a CONAB executa um programa na modalidade compra e controla a doação simultânea, apoia a formação histórica, compra direta. A CONAB só não executa o PAA leite, que é outra modalidade específica, e você tem a compra institucional que qualquer órgão pode executar.

RODRIGO: Certo.

GEDES: Então, a CONAB, como a gente tem esse banco, e esse criou-se desde 2013, esse relacionamento com as associações, dificilmente vai ter uma associação que tenha um potencial de fornecimento que a CONAB, em algum momento, interagiu com eles. Pode ter até alguma, mas dificilmente. A maioria que realmente fornece.

RODRIGO: Essa interação, só me desculpa estar te interrompendo, essa interação ocorre tete a tete, ou por algum canal telefônico, tem e-mail, como é que é feita essa interação inicial?

GEDES: A gente depende do nível de interação. A gente dispara por e-mail. A gente dispara por e-mail para todos. Depende da finalidade da interação. Por exemplo, se a gente vai divulgar um edital, a gente vai nessa lança por e-mail para todos, todos os cadastros que temos. Para as pessoas que chegam ao Exército, ou a Aeronáutica, ou a Marinha, ou algo que for, o maior número de ofertantes possível. Então a gente disponibiliza. Mas vamos imaginar que é um processo de construção de um edital. É construir um edital, e o edital tem um produto específico. Vamos imaginar que tem interesse em comprar carne caprina. Então a gente vai interagir com aquelas organizações que fornecem carne caprina, para a gente entender os preços, como que está funcionando. Até porque, na pesquisa de preços, a gente consiga informar para o comprador o preço mais realista possível, e fazer uma pesquisa que seja compatível com o mercado, que eu vou chamar de um deserto. Isso na construção. Vamos fazer uma pesquisa de preços de produtos X e Y. A gente já sabe quem são os fornecedores daqueles itens específicos. A gente direciona, faz uma contação com aqueles que a gente sabe que tem aquele produto. Mas, quando se trata de acessar o edital, a gente disponibiliza para tudo. Construção do edital... Ponto a ponto, né? Construção do edital. Ou seja, quando eu falo construção do edital, são consultas específicas para auxiliar na construção do edital. Ou, quando se trata de divulgação do edital, é diferente. A gente espera disponibilizar para que todos participem. Público, fornecedor.

RODRIGO: Já pensando aqui, estou tendo insights em fazer também um questionário e poder disponibilizar para eles. Não vai ter como fazer entrevista, que pelo que você falou são muitas associações, muita gente na ponta da linha. A minha ideia era fazer um questionário que eu pudesse ter um panorama geral da parte deles, do fornecedor, com perspectivas que eles observam, daqueles que receberem e responderem e participaram de alguma chamada pública nossa. Ter a visão deles do nosso lado, o que é que eles observam, o que é que poderia melhorar. Então, eu precisava saber se esses contatos podem ser de domínio público, podem fazer parte da pesquisa, para que eu possa disponibilizar e colher alguns dados importantes com a visão da associação, do que eles observam dos compradores, no caso específico da gente, ou de maneira geral, que eu vou deixar em aberto também. E eu vou fazer também, em paralelo, uma visão dos nossos compradores, porque a região militar, para você entender como funciona no nosso caso, a região ela elabora a chamada pública, mas não é ela que faz a contratação em si. Temos alguns órgãos, alguns quartéis que fazem a gestão dos seus recursos e eles entram diretamente em contato com as associações dos agricultores que fizeram aquelas propostas e foram cadastradas na chamada pública. Talvez esse pessoal não esteja também tão engajado em executar os 30% no mínimo. Ah, eu quero cumprir a missão, está mais caro, já tem um parecer jurídico em cima disso, deixa de lado e não executa baseando apenas nesse parecer. Mas a visão do comando, e isso eu digo para você de carteirinha, é que seja efetivada a compra da agricultura familiar. nossa visão do comando que eu digo, o comando da região, o comando logístico, é que seja efetivada, mas muitas vezes na ponta da linha as coisas não estão funcionando. Então eu tendo uma visão do lado do fornecedor com esses questionários, vai facilitar bastante para levantar dados que subsidiem os nossos tomadores de decisão a buscar uma solução para isso, para fechar esse azeite, porque tem muitos atores envolvidos buscando o sucesso e talvez na ponta da linha uma pequena execução esteja inviabilizando todo um trabalho que é feito em cadeia, desde a elaboração da política pública, a elaboração legislativa de pensamento da política, a elaboração das normativas, as determinações a serem executadas, o edital em si feito, mas na ponta da linha o camarada fala não, não vou porque isso aqui é o mais complicado, entrar em contato com o agricultor é mais difícil do que falar com o fornecedor que eu ligo para o WhatsApp, é que ele me dá a resposta, me entrega just in time ali o feijão, e o objetivo justamente da política pública não é buscar facilidade, é sim incluir como você mesmo já falou. Então se puder passar essas informações, puder participar da pesquisa, esses dados, vai ser de grande importância para a gente elaborar um questionário bem simples, temos do letramento de muitas, até dos presidentes da associação, mas é uma coisa que esclareça, aponte caminhos para solução, dos mais simples surgem as melhores soluções às vezes, às vezes quem está... as pessoas às vezes vêm com elocubrações, coisas mirabolantes, onde um simples ponto no i ali já resolve o problema, então o objetivo é identificar esse, então a gente chama de azeite, o azeite para execução.

GEDES: O fato de essa pesquisa estar sendo feita por você que é militar, isso já toma uma dimensão maior ainda, porque eu fiz um trabalho com a modalidade do PEA, eu fiz uma publicação, nessa minha publicação eu fiz em 2020, eu fiz um estudo, fiz uma publicação em 2020, há um mês atrás precisaram resolver um problema e lá no ministério precisaram resolver uma questão no ministério, soma no timo. E aí. Então vamos lá, precisaram resolver um problema que teve na política, a descobrir esse trabalho na internet. Descobrir esse trabalho que eu tinha feito, que eu nem mandei com o estudo que eu fiz, e acabou sobrando e ajudou eles. Então o fato de você estar fazendo essa pesquisa, com certeza vai trazer solução aí. Você vai enxergar caminhos, vai ajudar nessa compra.

RODRIGO: E aí minha ideia aqui não é nem solucionar como um todo, mas também despertar o interesse. Você tem ideia, esse programa que eu faço parte, ele é um... meu projeto, ele foi remetido para a diretoria de Educação e Cultura do Exército, em cima desse trabalho, em cima da expertise que eu tive de participar como comprador. E foi apontado como válido e eu entrei num programa de mestrado justamente a seleção para participar desse programa na UFBA, foi mais difícil por parte do Exército que da própria UFBA para entrar. Então o Exército está encarando com uma missão mesmo, entendeu? Você saiu do processo, estude, não é um mestrado profissional onde se tem que apresentar a parte prática, mas ele tem um viés profissional muito forte por causa do meu envolvimento profissional anterior. E eu estou usando agora um mestrado acadêmico para despertar o interesse em cima do assunto, que ele tem um potencial muito grande de resultados positivos, tem uma lacuna absurda de estudos que, você tem ideia, eu fiz uma revisão da bibliografia, não achei muita coisa. Então necessita de mais pesquisadores estarem em cima disso, debruçados, olhando o panorama e apontando soluções, encaminhando a chamada

colaboração da academia para a efetivação dessas políticas. Então eu estou sendo incentivado sim pelo Exército, por motivações profissionais também, por motivações pessoais, porque eu falei até com a Luana, eu tenho laços familiares com o agricultor familiar. Meu avô trabalhou muito tempo na lavoura do cacau lá no sul da Bahia, eu sou do sul da Bahia, então isso tem laços pessoais também envolvidos, então é importante para a gente. Então vamos lá. Então após aqui nossa entrevista eu pedi, eu vou te enviar um e-mail, que a gente pudesse receber esses dados, esse banco de dados com os contatos para estabelecer uma aproximação com os agricultores e associações e tentar inseri-los nesse contexto da pesquisa também. Muito bem, vamos lá. Quais os impactos positivos vocês conseguem, junto a que a gerência como um todo consegue observar nas dimensões econômicas, sociais e ambiental relativos a essa modalidade, que tem todas as outras modalidades, mas no PAA como um todo, eu acho que nesse caso essa pergunta é mais num contexto geral do PA, não só na modalidade constitucional. Quais são os impactos positivos que conseguem observar dessa política pública?

GEDES: Eu não terei como te dar agora números, né? Muito bom, eu vou te trabalhar isso só um minutinho, eu tenho mais uma ligação.

RODRIGO: Ok.

GEDES: Primeiro que a gente percebe claramente das associações que acessam o programa, os agricultores que acessam, a garantia de renda, uma renda mínima. Você tem uma renda mínima de 15 mil reais hoje por agricultor. Certamente você vai ter alguns descontos, mas você vai ter uma garantia de renda para eles. Compra institucional esse valor, se não me engano, está um pouco maior.

RODRIGO: É 30 mil.

GEDES: Tem uma atualização. 30 mil, mas para a doação simultânea é 15.

RODRIGO: Certo, é isso mesmo.

GEDES: Então você tem a garantia de renda e atrelado a isso, você começa a ter um incentivo de diversificação da produção, isso influencia diretamente. O agricultor agora ele não fica, ele sai um pouco da cultura de plantar milho e feijão, porque o agricultor familiar às vezes tem risco de plantar milho e feijão, não planta, não diversifica mais porque falta comprador. Vai vender para quem? Então a vez que você tem um comprador, uma venda garantida, ele diversifica a produção dele. Claro que ele pode plantar milho e feijão, ele vai investir mais em bruta, ele aumenta a produção. Ou até beneficiar o próprio produto bruto. Ele verticaliza, exatamente. Então você começa aí, você vai ter, a gente percebe claramente uma melhora da renda, uma melhora na diversificação. Você tem um engajamento político maior que isso é fundamental, organização. Quando eu falo, você tem um engajamento político, eu me refiro a política, né? A política, a política da política pública, o agricultor mais participativo, mais participando de controle, participando de debate, participando da construção da política, da política. Automaticamente isso acaba refletindo na política, na política. Aqui no brabo português a gente chama tudo de política, né?

RODRIGO: Aí às vezes confunde. Confunde e afasta às vezes, né?

GEDES: É, confunde e afasta, em bolo meio de campo. Mas a gente percebe esse engajamento, a gente tem essa organização ambientalmente. Quando a gente fala do ponto de vista ambiental, a gente tem um elemento forte que é o incentivo à produção orgânica. O PAA, ele incentiva a produção orgânica. Quando a gente pensa nas diferentes modalidades. Você tem um incentivo até 30% a mais no preço. Então isso aí você acaba incentivando a produção agroecológica. Vai trazer, logicamente, um impacto ambiental extremamente positivo. Quando a gente pensa nesse vez. Enfim, são muitos ganhos. Muitos ganhos. A gente pode pensar do ponto de vista social, da fixação do camarada. Ele começa a pensar em ficar mais no seu espaço, né?

RODRIGO: No seu Hab Loc, habitat local.

GEDES: Exatamente. Porque ele tem uma garantia da comercialização. Se a gente for pensar do ponto de vista econômico-financeiro, a gente tem essa garantia de renda ambiental. Enfim, são vários os aspectos, os ganhos.

RODRIGO: Entendi.

GEDES: O que daria, é que daria. Tem uns trabalhos do...Eu lembro até o final. Eles fazem uma avaliação. Uma avaliação dessa política pública. Eu lembro até o final disso. Mas não é compra institucional. É uma compra institucional em si.

RODRIGO: Não tem muito trabalho não. Tem muito trabalho em cima do PNAE, né?

GEDES: Muito trabalho em cima do PNAE.

RODRIGO: É porque a compra institucional, se você for parar para pensar, ela é muito recente, né? Começou em 2015. Aí agora que...Aí vem em 2016, a gente sabe da letargia até dos executores. Em fazer com que a coisa aconteça. Tem que ter esse entendimento para poder...Aí mudam-se as cabeças dos que estão colaborando para a efetivação delas. E aí vai. Eu estava fazendo nessa brincadeira de iniciar ali o referencial teórico, a fundamentação teórica do meu estudo. Rapaz, tem uma tabela de legislação referente ao Pronaf, ao Pronaf, na origem, em 96, até as últimas orientações que foram agora no final de 23. Um absurdo de legislação que vai, volta, fala isso, fala aquilo, repete aquilo que foi dito. Cara, é gigantesca a mudança de normativas, né? Mas eu acho que isso é um dificultador bastante para a política pública ser efetivada, né? Essa simplicidade e um projeto de Estado, não de governo, eram fundamentais, né?

GEDES: É fundamental, mas agora é um processo de construção, né? Tem muita coisa que você vai construindo, vai mudando, vai melhorando, e vai correndo contra o tempo, e tem que lançar uma resolução, um decreto rápido, e acaba tendo que ir lá na frente ter que fazer ajuste. É de fato um processo de construção. E faz parte, né?

RODRIGO: Faz parte.

GEDES: O exército e vocês, em especial, são os principais compradores de capacitação.

RODRIGO: E vou te falar uma coisa, Marcelo. O potencial para a compra, vamos lá, mundo ideal, mundo ideal, preço competitivo, logística adequada para entregar dentro do prazo, ou seja, a sazonalidade sendo colocada de lado, e atendendo a legislação interna, até de controle de qualidade do produto que vamos entregar, que está dentro do contexto da logística também, o potencial para atingir em número de famílias é gigantesco. Isso porque o efetivo da Bahia é muito pequeno, comparado com de outras regiões militares. Você tem noção, em 2012, 2013, eu estava nessa parte de aquisições, não de agricultura familiar, mas logística de suprimento como um todo, em São Paulo, que é a segunda região militar, por mês passava nas minhas mãos 1,6 milhão de aquisições de gêneros alimentícios. Imagina isso, porque a obrigatoriedade de 30% é mínima, se tiver uma logística, uma competitividade, imagina 1,6 milhão comprados exclusivamente da agricultura. A gente perdendo aquele, rapaz, é um potencial absurdo, mas essa parte do preço, essa engrenagem tem um ponto a ser azeitado, que é justamente o resultado final, aquela quantidade de produto que a gente se esbarra nisso aí, mas eu vejo assim, se as coisas forem apontadas e forem atacadas o foco nesses pontos, o potencial de atingir o objetivo, o princípio da política pública é estratosférico. Isso até estimula a estudar mais esse assunto. Vamos lá, Marcelo, só voltando ao fio da meada, queria que você, por favor, me apresentasse de maneira, não sei que é muito ampla a pergunta, mas de maneira bem resumida, as oportunidades de melhoria nessa modalidade de compra institucional aqui, mais especificamente, na Bahia. O que é que você vê isolado assim de melhoria pronta à execução nessa modalidade?

GEDES: Eu entendo, Rodrigo, que ainda existe uma simetria de informação grande. Acho que a gente precisa ter um fórum, a gente precisa ter um fórum. Acho que se a gente criar minimamente um espaço de execução para a agricultura, para a compra institucional, a gente vai ter um grande avanço. Um espaço onde, isso era um pensamento meu, que eu já tive alguns anos atrás, para a gente criar um fórum, onde nesse fórum a gente se reunisse com regularidade, as principais representações. Porque se a gente conseguir eliminar, pelo menos, essa diferença de entendimento, divisão entre exércitos, agricultura familiar, órgãos que assessoram a agricultura familiar, que não suportem ali a eles. Porque assim, quando a agricultura familiar fala no exército maré aeronáutico, parece que está falando em uma linha alienígena. Parece que do outro lado existe, são pessoas inacessíveis, então o exército e tal, a marinha aeronáutica aí. Pera aí pessoal, vamos sentar aqui para conversar, são os órgãos do governo, são os órgãos do governo, então vamos lá, vamos sentar.

RODRIGO: Órgãos de estado. Órgãos de estado, é melhor deixar...são os órgãos de estado.

GEDES: Então vamos conversar, vamos aproximar e discutir melhor essa política aí. Acho que um fórum para a gente reduzir essa simetria, é o grande ponto de partida. Precisa dialogar, precisa dialogar os grandes compradores, as representações dos fornecedores, os órgãos que dão suporte, vamos ajustar calendário de divulgação, quando é que vão sair, quando é que deve sair os próximos editais, o que a gente precisa comprar, quais são as dificuldades que vocês têm para acontecer, como é que a gente torna esses preços mais competitivos, quais são os itens mais relevantes. Então vamos aí, periodicamente, estar discutindo e estar avançando, dar previsibilidade aos assuntos, trazer essa previsibilidade, eu entendo que esse, num momento que é algo executável, não tem custo, só precisa ter alguém que fale assim, pessoal, vamos reunir, vamos montar esse espaço, para a gente fazer esse tipo de conversa. Logicamente que não é algo simples, também ao mesmo tempo, porque quando fala em agricultura familiar, às vezes tem algumas pessoas com cabeças de movimento social, que é importante o movimento social, mas o movimento social, tem algumas pessoas que nem sempre conseguem dialogar da mesma forma que possível, então mais é importante o movimento social ter um papel estratégico, precisa ter um movimento social, precisa ter técnico familiar, precisa ter os órgãos de assistência que assessoram, e sentar para conversar.

RODRIGO: Diálogo, planejamento e transparência, né?

GEDES: Precisa ter, o primeiro passo é isso, a gente conseguindo avançar nesse ponto, aí se abre para outras questões, mas que talvez exija ali o investimento, mas aí cada um se vira do seu lado, mas o primeiro é esse fórum, esse fórum, se a gente conseguisse avançar para um fórum desse, seria assim algo extremamente inovador, não existe esse espaço no Brasil, não existe esse espaço.

RODRIGO: Capitado a vossa mensagem, importantíssimo, capitado. Marcelo, eu queria agradecer, a nossa conversa foi rápida, porém eu espero que não seja só essa, que à medida que eu vá apresentando os dados iniciais, eu estou ainda na fase de qualificação do projeto, à medida que forem apresentadas na banca de qualificação, com certeza vão ter novas ideias, novas contribuições para a gente avançar ainda mais nessa conversa que nós estamos tendo, espero ter a oportunidade de conversar novamente com você, para esclarecer e ter novas informações, porque eu estou vendo um campo fértil para incrementar bastante esse estudo, até estava conversando com a minha orientadora que para um mestrado esse tema é muito grande, porque ele tem, mestrado é um tempo limitado, dois anos só, eu acho que aí cabe sim, é muito rápido, dá nem tempo de respirar se já está acabando, caberia sim um prolongamento para uma tese de doutorado, mas são pensamentos futuros, mas vamos atacar o problema que está na nossa frente, então eu espero ter a oportunidade de conversar contigo, vou incomodá-los, sim, novamente, e agradeço a sua disponibilidade da senhora Milena, todos o tempo inteiro os solícitos, a preocupação em fazer essa resposta por entrevista foi muito melhor, mais agregador, eu estava preocupado em estar atrapalhando vocês, eu falei vou elaborar um questionário para não ficar incomodando, que a gente como pesquisador fica com receio de incomodar, e a literatura fala muito sobre isso também, mas eu acho da importância que todos os envolvidos têm que ter, e o entendimento da participação, no caso você já tem esse entendimento, que sua participação presencial ela é fundamental para o entendimento do tema como um todo, então isso aí para mim já foi muito valioso, muito valiosa essa nossa reunião, e para finalizar eu gostaria de só confirmar alguns pedidos que eu vou solicitar.

APÊNDICE M

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DA SEÇÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS DA 6ª RM, OCORRIDA NO DIA 18/06/2024 ÀS 10:00 HORAS

RODRIGO: Bom dia, agradeço por disponibilizar seu tempo para esta entrevista. Meu nome é Rodrigo Santos Costa e estou conduzindo uma pesquisa para minha dissertação de mestrado em administração na UFBA. O tema do meu estudo é “Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Valorização da Agricultura Familiar na Bahia: Um Estudo de Caso sobre as Aquisições de Gêneros Alimentícios, Oriundos da Agricultura Familiar, Realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro”.

Sua colaboração é fundamental para o sucesso desta pesquisa.

SALC 6ª RM: Bom dia Coronel, como está o Sr? Estou feliz em poder colaborar com sua pesquisa.

RODRIGO: Estou bem irmão, mais uma vez te agradeço, estou numa fase profissional muito bacana, podemos começar com as questões?

SALC 6ª RM: Sim claro!

RODRIGO: Qual é o papel da SALC da 6ª RM na execução das aquisições dos gêneros da Agricultura Familiar (AF) no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

SALC 6ª RM: Atuar como executor da Chamada Pública, consolidando também as demandas das Organizações Militares a ela vinculadas

RODRIGO: Poderia descrever as funções e responsabilidades da SALC na execução dos trabalhos para efetivar essas aquisições?

SALC 6ª RM: Receber e conferir as pesquisas de preços, intermediar o contato junto à CONAB para complemento e análise das pesquisas, realizar acompanhamento da execução das aquisições, repassando à CONAB o resultado alcançado ao fim dos contratos, elaborar edital de Chamada Publica e conduzir a análise das propostas e contratação.

RODRIGO: Quais são os principais desafios, tanto no âmbito administrativo quanto logístico, que a SALC pode identificar na execução dos seus trabalhos no contexto da realização das Chamadas Públicas da AF?

SALC 6ª RM: O desafio maior é compatibilizar as necessidades do Escalão Logístico com a disponibilidade de produtos na região, considerando ainda as especificações dos produtos constantes nos cadernos técnicos da Diretoria de Abastecimento.

RODRIGO: Existe alguma interação entre a 6ª RM e Órgãos como a Conab para facilitar a execução das Chamadas Públicas? Se sim, como esses órgãos colaboram para execução das referidas Chamadas Públicas?

SALC 6ª RM: Sim, colaboram elucidando dúvidas, pesquisando disponibilidade de produtores na região geográfica e auxiliando na pesquisa de preços.

RODRIGO: Quais melhorias a SALC sugere para otimizar a execução das Chamadas Públicas e aumentar as aquisições de itens da agricultura familiar na Bahia?

SALC 6ª RM: A primeira delas é a aceitação e catalogação da carne caprina pela D Abast. A segunda seria o aprimoramento da logística e da gestão das cooperativas de produtores familiares que muitas vezes não conseguem atender aos pedidos realizados pelas OM e não possuem organização administrativa suficiente para este controle.

RODRIGO: O Sr poderia fornecer os contratos de fornecimento e propostas de preços apresentadas pelos fornecedores na execução das Chamadas Públicas compreendidas entre o período de 2016 até o ano de 2024?

SALC 6ª RM: Sim, me passa um e-mail que te envio a documentação

RODRIGO: o e-mail é o rscbahia@hotmail.com, irmão muito obrigado por suas respostas detalhadas e pela colaboração. Suas informações são extremamente valiosas para a minha pesquisa e para entender melhor o papel da 6ª RM nas aquisições e na valorização da agricultura familiar na Bahia através do PAA. Caso tenha mais alguma consideração ou queira adicionar algo, por favor, fique à vontade.

SALC 6ª RM: tenho mais nada não Coronel, qualquer coisa estamos em condições aqui na Região Militar.

RODRIGO: Gostaria de reiterar que todas as informações fornecidas serão tratadas com confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, respeitando todos os códigos de ética em pesquisa científica.

APÊNDICE N

TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO ABERTO ENVIADO AO INTEGRANTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (CAR), RESPOSTAS ENVIADAS POR MEIO DO APLICATIVO WHATSAPP

Questionário aberto da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)

Tema da Dissertação: Meu nome é Rodrigo Santos Costa, sou estudante de mestrado em Administração na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, estou na fase de coleta de dados para minha dissertação, cujo tema é: **“O Programa de Aquisição de Alimentos e a Valorização da Agricultura Familiar na Bahia: Estudo de Caso das Compras Realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro.”** Minha pesquisa busca investigar os desafios enfrentados pelos agricultores familiares na obtenção e manutenção de contratos de fornecimento com o Exército Brasileiro, com foco na 6ª Região Militar.

Objetivo do questionário: O questionário tem como objetivo entender como as ações da CAR podem apoiar os agricultores familiares na Bahia a participar dos processos de aquisição realizados pelo Exército Brasileiro. Especificamente, gostaria de explorar os seguintes tópicos:

RODRIGO: Qual é o papel da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) na execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

CAR: O PAA é executado pelo município com recursos do MDS. Não há participação direta dos Estados. Entretanto a SDR e suas unidades, entre elas a CAR e a Bahiater, atuam no fortalecimento da base produtiva da agricultura familiar apoiando as associações e cooperativas por meio de parcerias para que seja estimulada a produção de alimentos. Também há de forma estratégica o apoio e financiamento de projetos produtivos em determinados arranjos produtivos estratégicos para as economias familiares e do Estado.

RODRIGO: Como a CAR tem contribuído para a capacitação técnica e organizacional dos agricultores familiares na Bahia?

CAR: Em três níveis: 1º a SDR/CAR apoia a produção e o aprimoramento da gestão familiar; 2º realiza de forma direta e por meio de parcerias capacitações nos temas agrário, agrícola, econômicos, políticos e sociais que interessam as dinâmicas das organizações da agricultura familiar e famílias.

RODRIGO: Quais são as principais iniciativas da CAR que visam preparar esses agricultores para acessar mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

CAR: A SDR/CAR realiza anualmente a Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária – FEBAFES, que é o maior evento do setor no norte-nordeste. Esse evento potencializa os negócios apresentando os produtos, comercializando, realizando capacitações e seminários, além de servir como vitrine para potenciais compradores. Existe na CAR uma coordenação de acesso a mercados, que realiza ao longo do ano diversas ações de capacitação com organizações sociais e municípios para que acessem as diversas políticas públicas como PAA e PNAE. Atua ainda implantação de mercados formais, feiras e equipamentos adequados à produção familiar. É importante notar que a produção familiar não tem a escala de produção daquela empresarial. Desse modo o apoio às cooperativas é de fundamental importância porque garante maior escalada produtiva.

RODRIGO: Como a CAR colabora com outras entidades, como o Exército Brasileiro, para promover a comercialização dos produtos da agricultura familiar?

CAR: A atuação da CAR acontece com diversos públicos: realiza execução direta, construindo mercados, estradas vicinais, agroindústrias, laboratórios de análise do solo, etc. Como também com entes públicos como consórcios, prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, etc. Além da já mencionada atuação com organizações da sociedade civil. Os recursos podem ser do Tesouro do Estado, financiamento de bancos nacionais e internacionais, governo federal e emendas parlamentares. Há ainda os contratos de empréstimo que financiam os maiores projetos a partir do Banco Mundial e do FIDA. Não há vedação para que cooperações técnicas entre entes públicos como o Exército brasileiro aconteça no âmbito da empresa pública CAR.

RODRIGO: Existem parcerias específicas ou programas desenvolvidos pela CAR que possam auxiliar na superação das barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares ao tentar celebrar e manter contratos de fornecimento com o Exército?

CAR: Toda a ação da CAR é voltada para a agricultura familiar e economia solidária. Mesmo o apoio a prefeituras e consórcios tem como finalidade o desenvolvimento da agricultura familiar e seus processos produtivos. Hoje a agricultura familiar baiana já comercializa largamente com prefeituras, hospitais, escolas, por meio da lei do PNAE e outras legislações específicas que obrigam entes públicos a adquirir, com os recursos federais, pelo menos 30% da alimentação escolar de produtos da agricultura familiar. Na Bahia o Estado investe 100% dos recursos do FNDE em aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar.

RODRIGO: Quais são os principais desafios enfrentados pela CAR na implementação de suas políticas e programas voltados para a agricultura familiar?

CAR: Em minha avaliação são muitos desafios. Vou falar de dois. 1º diz respeito à criação de redes de produção. Há uma produção significativa que precisa ser colocada em rede para que se vença o desafio locacional e logístico da produção

familiar. 2º É a ampliação de recursos que garantam que os produtos da agricultura familiar sejam competitivos nos mercados formais, que possam chegar às gôndolas com preços interessantes. E também com a exploração comercial justa porque ali não tem exploração do trabalho, não há produtos tóxicos nem tão pouco degradação ambiental. Essa marca é do agronegócio e da grande indústria. A sociedade desconhece em suas diversas dimensões as potencialidades da agricultura familiar. Então aliado a isso é preciso vencer o desconhecimento e preconceito com essa produção.

RODRIGO: Que melhorias ou ajustes nas políticas públicas poderiam ser feitos para facilitar a participação dos agricultores familiares nas Chamadas Públicas realizadas pela 6ª Região Militar do Exército?

CAR: Primeiro precisamos inverter a ordem. As chamadas públicas devem ser facilitadas pelos poderes públicos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Isso é o que está na Lei 13.019/14 e o decreto estadual 17.091/16. Elas tratam das parcerias entre poderes públicos e organizações da sociedade civil. Também está presente na lei de agroecologia e produção orgânica, e outras legislações. Então se o Exército ou outra instituição reconhece a importância da agricultura familiar e deseja adquirir os seus produtos deve de forma qualificada garantir que essa compra seja realizada de forma mais fácil possível, dentro dos limites, claro, da lei. Segundo, as organizações da sociedade civil precisam encarar, e acho que já começam a fazer isso, o desafio de comercializar institucionalmente seus produtos o que quer dizer qualidade, regularidade, etc. Mas para isso é preciso que os poderes públicos subsidiem, como fazem com o agronegócio e indústrias.

Considerações Finais: Acredito que a entrevista com a CAR será crucial para complementar a pesquisa, oferecendo uma visão prática e estratégica sobre como as ações desenvolvidas pela Companhia podem influenciar positivamente a participação dos agricultores familiares nos mercados institucionais, especialmente no contexto das aquisições realizadas pelo Exército Brasileiro. Gostaria de reiterar que todas as informações fornecidas durante a entrevista serão tratadas com a máxima confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, em conformidade com os códigos de ética em pesquisa científica. Agradeço desde já pela disponibilidade e colaboração, e estou à disposição para agendar a entrevista conforme sua conveniência.

APÊNDICE O

QUESTIONÁRIO MISTO PARA OS EMPREENDIMENTOS DA AF NA BAHIA

Objetivo: Avaliar o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar e identificar os desafios, oportunidades e impactos das Chamadas Públicas no contexto da 6ª Região Militar.

1. Dados Gerais				
Nome do empreendimento:				
Nome do responsável:				
Contato telefônico:				
O papel das políticas públicas existentes na inclusão dos agricultores familiares nos mercados institucionais	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
As políticas públicas atuais promovem adequadamente a participação dos agricultores familiares nas Chamadas Públicas do Exército.				
As políticas de apoio técnico oferecidas pelo governo são suficientes para auxiliar os agricultores na preparação para participar dos processos de compras institucionais				
As cooperativas têm recebido apoio financeiro adequado por meio de políticas públicas para fortalecer sua capacidade de atender às demandas do Exército				
As políticas públicas promovem a capacitação técnica necessária para os agricultores familiares participarem das Chamadas Públicas do Exército.				
O suporte oferecido pelos órgãos governamentais tem facilitado o acesso ao mercado institucional do Exército para os agricultores familiares				
As iniciativas de incentivo ao associativismo e cooperativismo são eficazes para aumentar a competitividade dos agricultores familiares nas Chamadas Públicas				
Há um entendimento claro por parte dos agricultores familiares sobre as políticas públicas voltadas à inclusão no mercado institucional. Inclusão no mercado institucional				
Caracterizar a agricultura familiar na Bahia	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
A agricultura familiar na Bahia tem capacidade produtiva para atender às demandas das Chamadas Públicas realizadas pela 6ª Região Militar do Exército.				
A diversificação dos produtos oferecidos pelos agricultores familiares é suficiente para suprir as necessidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em parceria com o Exército				
As cooperativas conseguem organizar e entregar os produtos dentro dos prazos e padrões de qualidade exigidos pelo Exército				
A estrutura organizacional das cooperativas de agricultores familiares é adequada para atender às demandas das Chamadas Públicas do Exército				
Os agricultores familiares conseguem acessar e utilizar tecnologias apropriadas para melhorar a produção e o fornecimento de seus produtos ao Exército				
O volume de produção da agricultura familiar na Bahia é suficiente				

para atender de forma constante e regular as demandas do Exército				
As cooperativas de agricultura familiar conseguem se adequar aos padrões de qualidade exigidos pelo Exército Brasileiro				
Investigar as barreiras à participação nas Chamadas Públicas	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Os agricultores familiares enfrentam dificuldades em compreender os requisitos e procedimentos das Chamadas Públicas				
As exigências burocráticas para participar das Chamadas Públicas são um grande obstáculo para os agricultores familiares				
A logística para entrega dos produtos é um fator limitante na participação das cooperativas nos processos de aquisição do Exército				
A falta de acesso à informação sobre as Chamadas Públicas do Exército impede a participação dos agricultores familiares				
As exigências documentais para participar das Chamadas Públicas são complexas e desmotivam os agricultores familiares				
A ausência de suporte logístico adequado dificulta a participação dos agricultores familiares nas Chamadas Públicas do Exército				
Os prazos estabelecidos para entrega dos produtos nas Chamadas Públicas são desafiadores para a organização das cooperativas				
QUESTÕES ABERTAS				
Quais políticas públicas específicas você acredita que mais ajudaram sua cooperativa a participar das compras institucionais realizadas pelo Exército Brasileiro?				
Quais são os principais produtos fornecidos pela sua cooperativa e como eles se adequam às necessidades das Chamadas Públicas do Exército?				
Quais dificuldades ou barreiras sua cooperativa enfrenta ao tentar participar das Chamadas Públicas realizadas pela 6ª Região Militar?				
De que forma o apoio técnico ou financeiro governamental poderia ser aprimorado para melhorar a participação dos agricultores familiares nas compras institucionais?				
Em sua opinião, o que pode ser feito para facilitar o processo de entrega dos produtos da agricultura familiar ao Exército?				

APÊNDICE P

RELAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA

Município	Organização Produtiva	Tipo de Agroindústria	Correio Eletrônico
NOVO HORIZONTE	A DEFINIR (PROJETO DA PM DE NOVO HORIZONTE)	alho	amjba@outlook.com9
BROTAS DE MACAÚBAS	A DEFINIR (PROJETO DA PM DE BROTAS DE MACAÚBAS)	alho	contato@brotasdemacaubas.ba.gov.br
CICERO DANTAS	COOPEC	apicultura	
IBOTIRAMA	COOPERATIVA AGROPECUARIA DOS AGRICULTORES E APICULTORES DO MEDIO SAO FRANCISCO -COOPAMESF	apicultura	coopamesf@gmail.com
TUCANO	COOPERATIVA DE APICULTORES DE TUCANO - COOAPIT	apicultura	cooapit.mel@gmail.com
CAMPO ALEGRE	COOPERATIVA DOS APICULTORES DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES - COAPICAL	apicultura	coapical@yahoo.com.br
RIBEIRA DO POMBAL	COOPERATIVA DOS APICULTORES DE RIBEIRA DO POMBAL COOARP	apicultura	cooarp.mel@gmail.com
LICINIO DE ALMEIDA	COOPERATIVA DOS APICULTORES PRODUTOS APICOLAS E DERIVADOS E PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DA REGIAO DO RIO GAVIAO E SERRA GERAL - COOPMEL	apicultura	coopmel@gmail.com
VITORIA DA CONQUISTA	COOPERATIVA MISTA DE PRODUCAO E COMERCIALIZACAO CAMPONESA DA BAHIA - CPC	apicultura	lenacontabil@gmail.com
CAMPO FORMOSO	COOPERCAMP - COOPERATIVA APICOLA E PESQUEIRA DE CAMPO FORMOSO LTDA	apicultura	cooapcafi@gmail.com
CANAVIEIRAS	COOPERATIVA DE APICULTORES DE CANAVIEIRAS COAPER	apicultura	coapercanavieiras@yahoo.com.br
VÁRZEA DA ROÇA	ASSOCIACAO DE APICULTORES DE VARZEA DA ROCA	apicultura	apivar2004@gmail.com
BAIXA GRANDE	ASSOCIACAO DOS APICULTORES DE BAIXA GRANDE	apicultura	apicultoresbaixagrande@gmail.com
NOVA FÁTIMA	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE MALHADINHA	apicultura	associacaomalhadinha2017@gmail.com9
IPIRÁ	ASSOCIACAO SAO JORGE DOS PEQUENOS AGRICULTORES ASSENTADOS DA FAZENDA ALDEIA	apicultura	iagomendes07@gmail.com
PINTADAS	ASSOCIACAO DOS APICULTORES DE PINTADAS	apicultura	meldosertao@yahoo.com.br
NOVA FÁTIMA	A DEFINIR (PROJETO DA PM DE NOVA FÁTIMA)	apicultura	adrianonovafatima11@outlook.com
QUIXABEIRA	ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES DE JABOTICABA	apicultura	appjconviver@yahoo.com.br
BOTUPORÁ	ASSOCIACAO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE DE BAIXAO	apicultura	associacaobaixao@outlook.com
MACAÚBAS	ASSOCIACAO DOS APICULTORES DO MUNICIPIO DE MACAUBAS	apicultura	vanofagundesf@hotmail.com
UTINGA	ASSOCIACAO COMUNITARIA E AGROPASTORIL DA FAZENDA LAGOA DE JOAO FERREIRA	apicultura	associacaocomunitaria.lajofe@gmail.com
SANTA CRUZ CABRALIA	ASSOCIACAO DA FAZENDA EMBAUBA	apicultura	associacaodembauba@hotmail.com
GUARATINGA	ASSOCIACAO DE APICULTORES E MEIO AMBIENTE DE GUARATINGA	apicultura	asapmag@hotmail.com9
ALCOBAÇA	ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA IGREJINHA	apicultura	deise_aguiar@hotmail.com
CENTRAL	ASSOCIACAO DE APICULTORES E MELIPONICULTORES DE CENTRAL - AAPIMEC	apicultura	edufreitas2@yahoo.com.br
SÃO GABRIEL	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE EURECA	apicultura	gilcelionunes@hotmail.com
SATIRO DIAS	COOPERATIVA DOS APICULTORES DE INHAMBUPE - COOAPI	apicultura	cooperativa@coopera.org.br
RIBEIRA DO AMPARO	ASSOCIACAO DOS APICULTORES DE RIBEIRA DO AMPARO	apicultura	apiramel77@gmail.com
RIBEIRA DO AMPARO	ASSOCIACAO GRITO DA TERRA SUBTERRITORIO NOVA ESPERANCA	apicultura	sabrina@fates.org
ESPLANADA	ASSOCIACAO DE AGRICULTORES FAMILIARES E MORADORES DO ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE	apicultura	associacaonovohorizonte1997@gmail.com
BUARAREMA	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PUBLICO DOS BANANICULTORES, DOS APICULTORES E DOS FRUTIC	apicultura	apismatatlantica@gmail.com
SANTO ESTÊVÃO	ASSOCIACAO DE APICULTORES DE SANTO ESTEVAO	apicultura	jairosouza324@gmail.com
CAMAÇARI	ASSOCIACAO DOS CRIADORES DE ABELHA DO LITORAL NORTE BAIANO	apicultura	marcosgoncalves1951@gmail.com
CAMAÇARI	CENTRO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE DA LAGOA SECA E ADJECENCIA	apicultura	bartobernardo@gmail.com
CAÉM	ASSOCIACAO DOS APICULTORES DE CAEM	apicultura	associacaopicultoresdecaem@gmail.com
OUROLÂNDIA	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS SEM TERRA DE OUROLANDIA	apicultura	audeneacosta@hotmail.com
MIGUEL CAMON	A DEFINIR (PROJETO DA PM DE MIGUEL CAMON)	apicultura	cacamcalmon@gmail.com
UMBURANAS	ASSOCIACAO DE MULHERES DO SERTÃO – AMS	apicultura	projetosams2023@gmail.com
MUNDO NOVO	ASSOCIACAO COMUNITARIA NOVA ESPERANCA	apicultura	ascone1996@hotmail.com1
RUY BARBOSA	COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES AGROECOLOGICO DO ENTORNO DE RUY BARBOSA - COOPAERB COISAS DA TERRA	apicultura	coopaerb@yahoo.com.br
SANTA TEREZINHA	ASSOCIACAO DOS APICULTORES DE SANTA TEREZINHA	apicultura	apiculturaxavier@hotmail.com
MACAJUBA	ASSOCIACAO DOS CRIADORES DE ABELHA DO MUNICIPIO DE MACAJUBA	apicultura	ascam.2318@gmail.com
AMÉRICA DOURADA	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROPECUARIO DE PREVENIDO	apicultura	adrap.mel@gmail.com
CAMPO FORMOSO	ASSOC. COMU. DOS AGRICU. E MORAD. DE CACIMBINHA	apicultura	nilton@ifmet.com.br
CAMPO FORMOSO	COOPERATIVA APICOLA E PESQUEIRA DE CAMPO FORMOSO	apicultura	cooapcafi@gmail.com
HELIÓPOLIS	ASSOCIACAO COMFUTURO	apicultura	acomfuturo@hotmail.com
JEREMOABO	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO PAU D'ÁGUA	apicultura	acppaudagua@gmail.com
HELIÓPOLIS	ASSOCIACAO DOS APICULTORES DE HELIOPOLIS	apicultura	apihpolis@gmail.com
JEREMOABO	ASSOCIACAO DOS APICULTORES DO ASSENTAMENTO CARITA - AAAC	apicultura	semagrijeremoabo@gmail.com
BANZAE	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES APICOLAS DE BANZAE	apicultura	apab.banzae@gmail.com
CORONEL JOÃO SÁ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO TIRIRICA	apicultura	martinhopercilio@hotmail.com
CIPÓ	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DA COMUNIDADE DE PIONEIRO	apicultura	joaquimrodrigues01@hotmail.com
PILÃO ARCADE	ASSOCIACAO VEREDA DA ONCA	apicultura	acavo2016@hotmail.com
CASA NOVA	ASSOCIACAO DE FUNDO DE PASTO DOS AGRICULTORES E MORADORES DE SALINA DA BRINCA	apicultura	valdenisa_carlos@hotmail.com
CASA NOVA	ASSOCIACAO DE FUNDO DE PASTO DOS PEQUENOS PRODUTORES E APICULTORES DE LADEIRA GRANDE	apicultura	ladeiragrande2003@gmail.com
CAMPO ALEGRE DE LOURDES	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO CAROLINO	apicultura	associacaoadocarolino@gmail.com
CAMPO ALEGRE DE LOURDES	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO BARREIRO DO ESPINHEIRO E REGIAO	apicultura	feitosaelisabete.013@gmail.com
CAMPO ALEGRE DE LOURDES	COOPERATIVA DOS PEQUENOS APICULTORES DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES	apicultura	coapical@yahoo.com.br

CAMPO ALEGRE DE LOURDES	ASSOCIACAO COMUNITARIA PRODUIR E PRESERVACAO AMBIENTAL	apicultura	servicon.cal@terra.com.br
CAMPO ALEGRE DE LOURDES	ASSOCIAÇÃO MORADORES LAGOA DOS BOIS	apicultura	litercarlosmanguiera@hotmail.com
UAUÁ	ASSOCIACAO DOS APICULTORES DE UAUÁ	apicultura	asapicuabaassociacao@gmail.com
CANUDOS	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E DAS AGRICULTORAS FAMILIARES DO ASSENTAMENTO MALHADOR DA JUREMA	apicultura	malhadordojurema2021@gmail.com
CASA NOVA	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES E APICULTORES DA FAZENDA SANTAREM	apicultura	associacaofazendasantarem@gmail.com
SOBRADINHO	ASSOCIACAO COMUNITARIA MANTENEDORA DA ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DE SOBRADINHO	apicultura	amefas.amefas@hotmail.com
MONTE SANTO	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA SAGUIM	apicultura	ascomsaguim.fundacao1998@gmail.com
TUCANO	ASSOCIACAO DE PEQUENOS AGRICULTORES E TRABALHADORES RURAIS DA REGIAO DO KM 85	apicultura	coopapit.mel@gmail.com
SANTA LUZ	ASSOCIACAO DOS APICULTORES E MELIPONICULTORES DA REGIAO SISALEIRA	apicultura	associacaoapimel@gmail.com
ITIÚBA	ASSOCIACAO DOS APICULTORES E MELIPONICULTORES DO MUNICIPIO DE ITIUBA - APISMELI	apicultura	apismeli.itiuba@gmail.com
ANAGÉ	ASSOCIACAO DO VAQUETAL	apicultura	associacaovaquetal@gmail.com
BARRA DO CHOÇA	A DEFINIR	apicultura	
AMARGOSA	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO TAMANDUA	apicultura	lunaselene.silva@gmail.com
BOM JESUS DA LAPA	ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS ARCO VERDE	apicultura	arcoverde.mossorongo@gmail.com
SERRA DO RAMALHO	ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA AGROVILA 20	apicultura	aprag20@gmail.com
BROTAS DE MACAÚBAS	ASSOCIACAO DOS APICULTORES DO VALE DO RIACHO GRANDE	apicultura	aapivarg.nh@gmail.com
BARRA	ASSOCIACAO DOS POSSEIROS DOS BAIXOES	apicultura	apb.barra.ba@gmail.com
MORPARA	ASSOCIACAO DOS CRIADORES E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE BANDARRA	apicultura	leandroapicultor@outlook.com
MORPARA	A DEFINIR (PROJETO DA PM DE MORPARA)	apicultura	leleibarroto.morpara@gmail.com
CARAVELAS	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, PESCADORES E MARISQUEIRAS DO POVOADO DE BARRA DE CARAVELAS	aquicultura e pesca	associacaobarra19@gmail.com
UNA	ASSOCIACAO DE PESCADORES E MARISQUEIRAS DE PEDRAS DE UNA - AMEPEDRAS	aquicultura e pesca	amepedras123@gmail.com
RUY BARBOSA	ASSOCIACAO DE AGRICULTORES DA PECUARIA VELHA	aquicultura e pesca	marcio103@bol.com.br
PILÃO ARCADE	COLONIA DOS PESCADORES Z-49 DE PILAO ARCADE	aquicultura e pesca	cpz49.ba@hotmail.com
CORRENTINA	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE TATU - ASTAC	aves	acpatrural@gmail.com
ITIÚBA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO ALTO DE SÃO GONÇALO	aves	acasglicitacao@gmail.com
CONCEIÇÃO DO COITÉ	COAVES - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E GRUPOS DE EMPREENDIMIENTOS SOLIDARIOS DE CONCEICAO DO COITE	aves	cooafes@gmail.com
RIACHÃO DO JACUIPE	COOPERATIVA DE LEITE DO VALE DO JACUIPE - COLVALE	bovinocultura de leite	colvaleriachaodojacuipe@hotmail.com ; braulioliimaaraujo@gmail.com ; admcolvale@gmail.com
MORTUGABA	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE E DERIVADOS E PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DA REGIAO DO RIO GAVIAO E SERRA GERAL - COODELEITE	bovinocultura de leite	coodeleite@gmail.com
CORRENTINA	COOPERCORRENTINA	bovinocultura de leite	
CAPIM GROSSO	A DEFINIR (PROJETO DA PM DE CAPIM GROSSO)	bovinocultura de leite	prefeita@capimgrosso.ba.gov.br
MACAÚBAS	COOPERATIVA REGIONAL DOS PRODUTORES DE LEITE E DERIVADOS - COOPLAMAC	bovinocultura de leite	cooplamac@gmail.com
ITAGIBÁ	A DEFINIR (PROJETO DA PM DE ITAGIBÁ)	bovinocultura de leite	prefeitomarquinhosb@gmail.com
SANTA BÁRBARA	COOPERATIVAS DOS PRODUTORES DE LEITE DE SANTA BÁRBARA	bovinocultura de leite	coafasb@yahoo.com.br
JACOBINA	ASSOCIACAO DE PRODUTORES DE LEITE DE NOVO PARAISO E ADJACENCIAS	bovinocultura de leite	aplnpa.bahiaproductiva@gmail.com
SENHOR DO BONFIM	COOPERATIVA MISTA AGROPECUARIA SENHOR DO BONFIM RESPONSABILIDADE LTDA	bovinocultura de leite	cooperativabonfim@hotmail.com
PALMAS DE MONTE ALTO	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA LOCALIDADE DE TAMBURIL E ADJACENCIAS	bovinocultura de leite	acppritamburil@gmail.com
IUIU	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORES RURAIS DE BOA NOVA - APRONOVA	bovinocultura de leite	apronovapindorama@gmail.com
BARRA DO CHOÇA	COOPERATIVA DE LEITE DE BARRA DO CHOÇA	bovinocultura de leite	leitedabarra@gmail.com
PAU BRASIL	COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PAU BRASIL LTDA	cacau	cooperativaagricolapaubrasil@gmail.com
IBICARAI	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DA BACIA DO RIO SALGADO E ADJACENCIAS - COOPFESBA - BAHIA CACAU	cacau	coopfesbaibicarai2010@hotmail.com
ITABUNA	COOPERATIVA DE PEQUENOS PRODUTORES DE CACAU, MANDIOCA E BANANA DO CENTRO SUL DA REGIAO CACAUEIRA - COOPERCENTROSUL	cacau	coopercentsul@yahoo.com.br
ILHEUS	COOPERATIVA DE SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS DA BAHIA - COOPESSBA (NATUCOA)	cacau	coopessba@live.com
PIATA	COOPERATIVA DE CAFÉS ESPECIAIS E AGROPECUÁRIA DE PIATÁ - COOPIATA	café	contato@coopiaata.com
SEABRA	COOPERATIVA DE PRODUTORES ORGANICOS E BIODINAMICOS DA CHAPADA DIAMANTINA - COOPERBIO	café	alianca.cooperbio@gmail.com
BARRA DO CHOÇA	COOPERATIVA MISTA DOS PEQUENOS CAFEICULTORES DE BARRA DO CHOÇA E REGIAO - COOPERBAC	café	coopercbac10@hotmail.com
ABAIRA	COOPAMA - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CANA E SEUS DERIVADOS DA MICRO REGIÃO DE ABAIRA	cana de açúcar	
ANTÔNIO GONÇALVES	ORGANIZAÇÃO QUILOMBOLA BANANEIRA DOS PRETOS	cana-de-açúcar	quilombola.mandaru@gmail.com
CONDEÚBA	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE RAPADURA E DERIVADOS DA CANA DE ACUCAR DO VALE DO JACARE	cana-de-açúcar	valeasprocana@gmail.com
CONDEÚBA	COOPERATIVA DE PRODUTORES DOS DERIVADOS DA CANA DE ACUCAR E PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DA REGIAO DO VALE DO RIO GAVIAO E SERRA GERAL - COODECANÁ	cana-de-açúcar	servitecontabilidade@yahoo.com.br
PARATINGA	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO VALE DO SANTO ONOFRE	cana-de-açúcar	assocprodcachaca.carrapicho@gmail.com
JUSSARA	COOPERATIVA DOS EMPREENDEDORES RURAIS DE JUSSARA - COPERJ	caprino	coperj@gmail.com
PINTADAS	COOPERATIVA REGIONAL DE ALIMENTOS BAHIA - FRIGBAHIA	caprino	aliancafrigbahia@gmail.com
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	COOPERATIVA CENTRAL DE EMPREENDIMIENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DA BAHIA - COOPEAF	caprino	coopceafba@hotmail.com
PINTADAS	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL PINTADAS - COAP	caprino	cooap1@yahoo.com.br
MANOEL VITORINO	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CAPRINOS E OVINOS UNIAO RIO DE CONTAS - UNIAGRO	caprino	uniagro.riodecontas@gmail.com
CURUÇÁ	COOPERATIVA POCOFORENSE SABOR DO SERTAO - COOPOF	caprinocultura de	eugenia_ribeirofelix@hotmail.com

		leite	om
PINTADAS	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL PINTADAS - COAP	caprinos	cooap1@yahoo.com.br
CASA NOVA	COOPERATIVA AGROPECUARIA FAMILIAR SERTAO FORTE DE CASA NOVA E REGIAO - COOPERFAM	caprinos	cooperativaserataoforte@gmail.com10
UAUÁ	ASSOCIACAO DA FAZENDA CALADINHA	caprinovinocultura	associacaocaladinho@gmail.com
CAMPO FORMOSO	COOPERATIVA DE EMPREENDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DOS TERRITORIOS PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU E PIEMONTE DA DIAMANTINA	comercialização e produção agroecológica	aderbalpjmp@yahoo.co.br
IBIRAPITANGA	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES E MORADORES DO ACARAS	cozinha comunitária	agriculturagovernodotrabalho@gmail.com
IBIRAPITANGA	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA JACUBA E ADJACENCIAS	cozinha comunitária	associacaojacuba@gmail.com
MORRO DO CHAPÉU	ASSOCIACAO COMUNITARIA E ASSISTENCIAL DOS PEQUENOS AGROPECUARISTAS DE MONICA	cozinha comunitária	monica.acapam@gmail.com
LAPÃO	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE MACACOS	cozinha comunitária	manoealgustoacopam@hotmail.com
LAPÃO	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES QUILOMBOLAS DE LAGEDO DE EURÍPEDES	cozinha comunitária	acaciacarlos83@gmail.com
CANDIBA	ASSOCIACAO DO GRUPO DE ECONOMIA SOLIDARIA DE CANDIBA BAHIA - AGESCAN	cozinha comunitária	agescancandiba@gmail.com
JACOBINA	COOPERATIVA AGROPECUARIA DA REDE DE MULHERES E JOVENS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIARIDO - COOMAFS	cozinha comunitária	coomafs@gmail.com
JACOBINA	ASSOCIAÇÃO AGROPASTORIL DAS FAZENDAS BARREIROS E CARATEUS	cozinha comunitária	territoriomandacarui@outlook.com
RAFAEL JAMBEIRO	ASSOCIACAO DOS MORADORES DE BELA VISTA	cozinha comunitária	belavistamoradores@hotmail.com
CAETITÉ	ASSOCIACAO DA IRMANDADE RURAL DE LAGOA DE DENTRO, CINZEIRO E ADJACENCIAS	cozinha comunitária	servitecontabilidade@yahoo.com.br
PINDAÍ	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS VALE DO BARREIRO	cozinha comunitária	azenidaramospindai@gmail.com
MALHADA DE PEDRAS	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DAS FAZENDAS LAGOA DO BOI, LAGOA DAS CACIMBAS, LAGOA DO TAMBURIL, VEREDA DAS EGUAS, FORMOSA	cozinha comunitária	assocacimbas@gmail.com
GUAJERU	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO RIACHO DO HUMAITA LAGOA DO BINO E CAPINAL	cozinha comunitária	associacaoaprh@gmail.com
MARAGOGIPE	COOPERMARAGOGIPE - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CARNES, SUINOS E FUMEIROS DE MARAGOGIPE	defumados	mgpn@oi.com.br
JUAZEIRO	CENTRAL DE COMERCIALIZACAO DAS COOPERATIVAS DA CAATINGA - CECAT	diversos	denise@centraldacaatinga.com.br
CONDEÚBA	COOP. DOS PRODUTORES DOS DERIVADOS DE MANDIOCA E TODOS OS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DA REGIAO DO RIO GAVIAO E SERRA GERAL - COOPERMAN	diversos	coopermangaviao@gmail.com
SERRINHA	COOPERARCO	diversos	arcosertaoentral@hotmail.com
CAMAMU	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA CENTRAL MATA ATLANTICA	diversos	centralbaixosul@gmail.com
SENHOR DO BONFIM	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE QUICE	diversos	assocdoagricultoresdoquice@gmail.com
JUAZEIRO	COOPERATIVA DOS EMPREENDEDORES RURAIS DE CACIMBA DO SILVA E REGIÃO	entrepote de ovos	
LICINIO DE ALMEIDA	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE JUNDIA E REGIAO	frango	acojurtic@gmail.com
GANDU	ASSOCIACAO DO DESENVOLVIMENTO DO BAIXO SUL - ADEBASUL	frutas	adebasul@gmail.com
RIO REAL	CENTRO AGROECOLOGICO DO LITORAL NORTE - CEALNOR	frutas	cealnor1997@gmail.com
SOBRADINHO	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL VALE DO PARAISO - COOPERPARAISO	frutas	cooperparaiso@gmail.com
RIO REAL	COOPERATIVA AGROPECUARIA DO LITORAL NORTE DA BAHIA - COOPEALNOR	frutas	coopealnorfinanceiro@yahoo.com.br
UAUA	COOPERATIVA AGROPECUARIA FAMILIAR DE CANUDOS UAUA E CURACA COOPERCU	frutas	coopercurc@coopercurc.com.br9
INHAMBUPE	COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA DA REGIAO DE ALAGOINHAS - COOPERA	frutas	cooperativa2@coopera.agr.br
TUCANO	COOPERATIVA DE PRODUCAO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DE LAGOA DE DENTRO E REGIAO - COOPERLAD	frutas	chenycontabilidade@hotmail.com
MANOEL VITORINO	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE DA BAHIA - COOPROAF	frutas	cooproaf@bol.com.br
RIBEIRA DO POMBAL	COOPERATIVA DOS CAJUCULTORES FAMILIARES DO NORDESTE DA BAHIA - COOPERACAJU	frutas	cooperacaju@cooperacaju.com.br
MUCUGÊ	COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DA CHAPADA DIAMANTINA RESP LTDA - COOPCHAPADA	frutas	coopchapada@gmail.com
MUTUIPE	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR ECONOMIA SOLIDARIA SUSTENTAVEL DOS TERRITORIOS DO VALE DO JUIRICA E BAIXO SUL DA BAHIA - COOPEIPE	frutas	coopeipe@gmail.com
ITABERABA	COOPERATIVA NACIONAL DE PRODUCAO E AGROINDUSTRIALIZACAO LTDA - COOPAITA	frutas	deltacnt2010@hotmail.com
MONTE SANTO	COOPERATIVA REGIONAL DE AGRICULTORES (AS) FAMILIARES E EXTRATIVISTA DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDARIA - COOPERSABOR	frutas	coopersabor.2014@gmail.com
PINTADAS	COOPERATIVA SER DO SERTAO - COOPSERTAO	frutas	financeiro.coopsertao@gmail.com
VERA CRUZ	SOL NASCENTE	frutas	orgsolnascente@hotmail.com
RIBEIRA DO AMPARO	COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE RIBEIRA DO AMPARO, CIPO E RIBEIRA DO POMBAL - COOPERPRAC	fruticultura	cooperprac@gmail.com
VÁRZEA DA ROÇA	ASSOCIACAO COMUNITARIA GRUPO RENOVACAO	fruticultura	associacaolicuri@gmail.com
MACAÚBAS	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO CANTO	fruticultura	associacaocantomacaubas@gmail.com1
MACAÚBAS	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE DE DESTERRO	fruticultura	associacaocomunidadeosterro@hotmail.com
PINDAÍ	ASSOCIACAO DE MULHERES BENEFICIADORAS DE FRUTAS E AGRICULTURA FAMILIAR DE MULUNGO	fruticultura	docefrutamulungo@gmail.com
DOM BASÍLIO	A DEFINIR (PROJETO DA PM DE DOM BASÍLIO)	fruticultura	robervalmeira@gmail.com
IBIRAPITANGA	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO SERRA DE AREIA - ASA	fruticultura	asabahiaprodutiva@gmail.com1
AURELINO LEAL	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO DE POÇO CENTRAL	fruticultura	vinha76@hotmail.com
BONITO	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE GITIRANA	fruticultura	jbjanhos@hotmail.com
SOUTO SOARES	ASSOCIACAO MORRINHOS DE BAIXO	fruticultura	roberiosouza1553@gmail.com
IRAQUARA	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE QUEIMADA E ADJACENCIAS	fruticultura	isabelabemp@gmail.com
PORTO SEGURO	ASSOCIACAO OUTRAS TRIBOS	fruticultura	associacaootrastribos@gmail.com
CARDEAL DA SILVA	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO LITORAL NORTE - COOPAFAL	fruticultura	bbd.tribos1@bol.com.br
ILHÉUS	ASSOCIACAO AGRICOLA FREI VANTUY	fruticultura	freivantuy@gmail.com
BARRO PRETO	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR DA PEDRA LASCADA	fruticultura	a.dapedralascada@gmail.com1

BUERAREMA	ASSOCIACAO DOS ASSENTADOS NO PROJETO BUIKE	fruticultura	pabuike@gmail.com
MARAU	ASSOCIACAO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS PRODUTORES RURAIS DO BARRO VERMELHO DO MUNICIPIO DE MARAU	fruticultura	barromarau@hotmail.com
ILHEUS	ASSOCIACAO DE PRODUTORES AGRICOLAS UNIAO E TRABALHO	fruticultura	jaiso.santos580@gmail.com
ITABUNA	COOPERATIVA DE PEQUENOS PRODUTORES DE CACAU, MANDIOCA E BANANA DO CENTRO SUL DA REGIAO CACAUEIRA LTDA	fruticultura	coopercentrosul@yahoo.com.br
BARRA DO ROCHA	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES NO ASSENTAMENTO PROJETO COROA VERDE	fruticultura	apacovbarradorocha@gmail.com
MANOEL VITORINO	COOPERATIVA DE PRODUCAO E COMERCIALIZACAO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDESTE DA BAHIA - COOPROAF	fruticultura	cooproaf@bol.com.br
MANOEL VITORINO	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO POÇO DA PEDRA, RIACHO DO COQUEIRO E LAGUNA	fruticultura	associacaopocopedra@bol.com.br
FEIRA DE SANTANA	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICIPIO DE FEIRA DE SANTANA APAEB	fruticultura	apaebbahiaprodutiva@gmail.com
MATA DE SÃO JOÃO	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE VILA DE ITAPECERICA	fruticultura	robsonalvesseagri@gmail.com
MATA DE SÃO JOÃO	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DO AZIMBO	fruticultura	atractarural@hotmail.com
VERA CRUZ	ASSOCIACAO SOL NASCENTE	fruticultura	orgsolnascente@hotmail.com
ÁGUA FRIA	COOPERATIVA DE JOVENS PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR	fruticultura	coojoprafaliancaprodutiva2019@gmail.com99
OUROLÂNDIA	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS ENCANTO DAS EMAS DO PROJETO ASSENTAMENTO LAGOA DE DENTRO L E LL	fruticultura	adiltonceta@hotmail.com
RUÍ BARBOSA	ASSOCIACAO SERRA TRES	fruticultura	associacaoserratres@gmail.com
JAGUARARI	ASSOCIACAO DOS MORADORES E PEQUENOS PRODUTORES DE GAMELEIRA	fruticultura	andremcsfpt@yahoo.com.br
SENHOR DO BONFIM	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR DA BARROCA DO FALEIRO E ADJACENCIAS	fruticultura	strbonfim@hotmail.com
PINDOBAÇU	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO GROTA FERREIRA	fruticultura	associacaogrota@gmail.com
SENHOR DO BONFIM	COOPERATIVA DO PIEMONTE DA DIAMANTINA	fruticultura	jilsonfranca@gmail.com
CACHOEIRA	ASSOCIACAO QUILOMBOLA DO CALOLE	fruticultura	associacaocalole@yahoo.com
SAPEAÇU	COOPERATIVA DAS MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES DE SAPEACU - COOPEMAFS	fruticultura	seagrisape@hotmail.com
SANTA BRÍGIDA	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS UNIDOS POR CANABRAVA	fruticultura	gilvanda_silva33@hotmail.com
CÍCERO DANTAS	ASSOCIACAO DE BENEFICIAMENTO DE CAJU DE CAMPINAS DE CASTRO	fruticultura	abeccaju@yahoo.com
ABARÉ	ASSOCIACAO HORTPEIXE	fruticultura	hortpeixe.associ.jovens@hotmail.com
PILÃO ARCADE	ASSOCIACAO COMUNITARIA BENEFICENTE BREJO DOIS IRMAOS - ABDIPA	fruticultura	hortpeixe.associ.jovens@hotmail.com
SOBRADINHO	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR TERRA FORTE	fruticultura	terraforteassociacaoterra@gmail.com
CURACÁ	ASSOCIACAO DE MULHERES EM ACAO DA FAZENDA ESFOMEADO - AMAFE	fruticultura	amafesequilho@gmail.com
JUAZEIRO	AFRUPEC - ASSOCIAÇÃO DOS FRUTICULTORES DO PERÍMETRO IRRIGADO DE CURAÇA.	fruticultura	
CACULÉ	ASSOCIACAO DE AGUA BRANCA E REGIAO	fruticultura	associacao.aguabranca@outlook.com
IBIASSUCÉ	ASSOCIACAO DE CAPOEIRAO	fruticultura	accapoeirao2019@gmail.com
BRUMADO	ASSOCIACAO DO POVOADO DE CAMPO SECO	fruticultura	associacaocampo seco1@gmail.com
URANDI	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO VALE DO RIO COVA MANDIOCA	fruticultura	assvalecovasemandioca@gmail.com
ITIÚBA	ASSOCIACAO DA FAZENDA BOM DESPACHO	fruticultura	ferminolideranca@hotmail.com
MONTE SANTO	ASSOCIACAO COMUNITARIA E AGROPASTORIL DOS AGRICULTORES DAS FAZENDAS SAO PEDRO DE BAIXO E SAO PEDRO DE CIMA	fruticultura	luisoliveiracosta@bol.com.br, marinalva_guilherme@hotmail.com, samucamontesanto@hotmail.com
CANSANÇÃO	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES FAMILIARES DA FAZENDA LAGOA GRANDE	fruticultura	apaf-1g@hotmail.com
MONTE SANTO	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE TAPERA	fruticultura	
CANSANÇÃO	ASSOCIACAO DOS(AS) TRABALHADORES(ES) RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO BELO MONTE	fruticultura	atrpbm@gmail.com
CANSANÇÃO	ASSOCIACAO PALMARINOS QUILOMBOLAS DE TAMANDUA E ADJACENCIAS	fruticultura	associacaodetamandua@gmail.com
NORDESTINA	ORGANIZACAO MANDACARU DIGNIDADE E RESISTENCIA NO SERTAO	fruticultura	omdrs@outlook.com
CONCEIÇÃO DO COITÉ	COOPAFAN - COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CONCEIÇÃO DO COITÉ	fruticultura	coopafam.coite@hotmail.com
SANTA LUZ	COOBENCOL - COOPERATIVA DE BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZACAO LTDA	fruticultura	pedrogenir@hotmail.com
SANTA LUZ	ASSOCIACAO DOS MORADORES E PRODUTORES DO POVOADO DE MIRANDA	fruticultura	ampm1@hotmail.com
CONDEÚBA	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO ALEGRE	fruticultura	anselmocesol@ioc.org.br
POÇÕES	ASSOCIACAO DOS MORADORES E PRODUTORES RURAIS DA REGIAO DO BERNARDINO	fruticultura	ritacarlos85129@gmail.com
LAJE	ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO RONCO D'AGUA	fruticultura	coopeipe@gmail.com
ITIRUCU	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE ITIRUCU	fruticultura	apaaitrucu@bol.com.br
JQUIRICA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO VALE DO JQUIRICA LTDA - COPAVAJI	fruticultura	marcio@mama.com.br
SANTA TEREZINHA	A DEFINIR (PROJETO DA PM DE SANTA TEREZINHA)	fruticultura	pmst@santaterezinha.ba.gov.br
GONGOGI	ASSOCIACAO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA IRENE	fruticultura	marcelocardoso2005@hotmail.com
IBIRATAIA	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS E MEDIOS AGRICULTORES DA REGIAO DAS TRES BARRAS	fruticultura	seamaibirataia12@hotmail.com
IBOTIRAMA	ASSOCIACAO INDIGENA DOS PESCADORES E PRODUTORES RURAIS TUXA	fruticultura	aldeiatuxaassociados@gmail.com
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	A DEFINIR (PROJETO DA PM DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS)	fruticultura	sbssilvinho@gmail.com
ITIÚBA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AVICOLA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO DE SAO GONCALO ITIUBA - BA LTDA - COOPAVES	galinhas caipiras	abatedouro.coopavesba@gmail.com
ITUBERA	COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO BAIXO SUL COOPAFBASUL	guarana	contacon-contabil@outlook.com
MIGUEL CALMON	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGROPECUARIA DE LAGOA DE DENTRO E REGIAO DA SERRA LTDA COOPAL	horticultura	frutmonic@hotmail.com
BARRO ALTO	COOPERATIVA DE TRABALHO AGROPECUARIA MISTA DE BARRO ALTO AGROCOOP	horticultura	agrocoop.balto@hotmail.com
LAPÃO	ASSOCIACAO DE MULHERES EM ACAO DE AGUADA NOVA	horticultura	amaanmulheres@gmail.com99
BARRO ALTO	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE QUEIMADA DE CLARO	horticultura	coisasdaroca8@gmail.com
IRECÊ	A DEFINIR	horticultura	
ANTÔNIO GONÇALVES	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO DE ÁGUA BRANCA E GROTA DA GUA – ASPRAGI	horticultura	aspragifamiliar@gmail.com
IUIÚ	A DEFINIR	horticultura	
SANTANA	AEFA SANTANA	leite	acefasa.bahiaprodutiva@gmail.com
VALENTE	ASSOCIACAO COMUNITARIA CAPRINOCULTURA SOLIDARIA - APAEB LATICINIO	leite	dacabra@apaeb.com.br9
UAUA	ASSOCIACAO COMUNITARIA E AGROPASTORIL DE TESTA BRANCA	leite	acateb94@gmail.com

PARATINGA	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE PARATINGA	leite	adcp.paratinga.ba@hotmail.com
JUSSARI	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS CRIADORES DE GADO LEITEIRO DE JUSSARI	leite	jongaoliveira2015@hotmail.com
BRUMADO	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS E MINI PRODUTORES E DISTRIBUIDORES DE LEITE DO MUNICIPIO DE BRUMADO	leite	kelma_viana@hotmail.com
RUI BARBOSA	COOPERATIVA AGROPECUARIA DA CHAPADA DIAMANTINA RESPONSABILIDADE LTDA COOPCHAD	leite	coaechadruy@hotmail.com
VARZEA NOVA	COOPERATIVA DE PRODUCAO E AGROPECUARIA DE GILO E REGIAO LTDA - COOPAG	leite	coopag.gilo2004@gmail.com
LAGOA REAL	COOPERATIVA DOS PRODUTOS DE LEITE E CEREAIS DE LAGOA REAL - COOPLAR	leite	coopllar@hotmail.com
SÃO DOMINGOS	COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO TERRITORIO DO SISAL COOPSISAL	leite	coopsisalouroverde@yahoo.com.br
BARREIRAS	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DO OESTE DA BAHIA COOPERLEITE	leite	cooperleiteoestebahia@gmail.com
GUAJERU	REDE CENTRAL DE COOPERATIVAS E ASSOCIACOES DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DA REGIAO DO VALE DO RIO GAVIAO - REDE GAVIAO CODELEITE	leite	reddegaviao@gmail.com
CURAÇA	COOPERATIVA POÇOFENSE SABOR DO SERTÃO- CAPRIBE	leite	eugenia_ribeirofelfix@hotmail.com
UIBAÍ	COOPERATIVA MISTA AGROPECUARIA DE UIBAI - COMAGRU	leite	comagru@gmail.com
MARCIÔNIO SOUZA	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DO MEDIO PARAGUACU - COOPERTAM	leite	cooperativacoopertam@gmail.com
CAPIM GROSSO	COOPERATIVA DE PRODUCAO DA REGIAO DO PIEMONTE DA DIAMANTINA - COOPES	licuri	coopessendas2@hotmail.com
IRECE	COOPERATIVA MISTA E PRODUCAO, AQUISICAO E SERVICO DO ESTADO DA BAHIA - COOPERSERTÃO	mamona	coopersertao.bahia@gmail.com
TANCREDO NEVES	COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES - COOPATAN	mandioca	vamarysantos@coopatan.com
CAETITÊ	COOPERATIVA MISTA AGROPECUARIA PARA O DESENVOLVIMENTO AUTOSUSTENTAVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR LTDA - COOMADAC	mandioca	coomadacbahia@gmail.com
CACULÊ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FURADOS AMARGOSO E PERIPERI	mandioca	acofapcacule@gmail.com
MARAGOGIPE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO BRINCO - ABRINCO	mandiocultura	abrincopim@outlook.com
AMARGOSA	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DO VALE DO JQUIRICA - COOAMA	mandiocultura	setorfiscal@jdlassociados.com.br
CAPIM GROSSO	A DEFINIR (CONV. CONSÓRCIO BACIA DO JACUÍPE)	mandiocultura	sivaldorios@hotmail.com
VARZEA DO POÇO	ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE LAGINHA	mandiocultura	carecapmpv@gmail.com
CORRENTINA	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SALTO	mandiocultura	atrsalto2012@gmail.com
ITUACU	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DO GUIGO	mandiocultura	associacao01guigo@gmail.com
RIO DO ANTÔNIO	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE OLHO D'ÁGUA - RIO DO ANTONIO	mandiocultura	assdeolhodagua.rda@gmail.com
ITUBERÁ	AGENCIA DA AGRIC. FAMILIAR	mandiocultura	adscafmandioca@gmail.com
CAMAMU	ASSOCIACAO DA COMUNIDADE RURAL DO BARROSO E REGIAO	mandiocultura	aqbarroso@gmail.com
TEOLÂNDIA	ASSOCIACAO DE MORADORES E AGRICULTORES SAO PAULINHO - AMASP	mandiocultura	alynesouza10@hotmail.com
VALENÇA	ASSOCIACAO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO RIACHO GRANDE	mandiocultura	riachogrande.bahiaprodutiva@gmail.com
JAGUARIPE	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO RIACHO DO MIRANDA	mandiocultura	asprumi.bahiaprodutiva@gmail.com
VALENÇA	CENTRAL DAS ASSOCIACOES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE VALENCA E REGIAO BAIXO SUL DA BAHIA	mandiocultura	caaf2006@gmail.com
SEABRA	ASSOCIACAO DE RIACHO DAS PALMEIRAS	mandiocultura	vanderleiantunes610@gmail.com
SEABRA	ASSOCIACAO COMUNITARIA QUILOMBOLA AMIGOS DO AGRESTE	mandiocultura	reggyanealves@gmail.com
BONINAL	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE OLHOS DAGUINHA CORACAO DE JESUS	mandiocultura	associacaoohosdaguinha@gmail.com
SEABRA	ASSOCIACAO DE MULHERES UNIDAS EM ACAO - AMUA	mandiocultura	assdmulheresunidas@gmail.com
MORRO DO CHAPÉU	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES REMANESCENTES DO QUILOMBO DE QUEIMADA NOVA	mandiocultura	associacaoqueimadanova@hotmail.com
SOUTO SOARES	ASSOCIACAO RENAScer DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO POVOADO DE MATINHA E REGIAO	mandiocultura	assrenascer90@gmail.com
SEABRA	ASSOCIACAO RURAL PRATA DE BAIXO	mandiocultura	arpb2017@gmail.com
ITAGIMIRIM	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	mandiocultura	uniao-baiana@hotmail.com
PRADO	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE ITAMARAJU	mandiocultura	assfranciscobp@gmail.com
TEIXEIRA DE FREITAS	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE SAO SEBASTIAO	mandiocultura	saosebastiao2@outlook.com
CANARANA	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE SALOBRO	mandiocultura	associacao.acs@hotmail.com
MULUNGU DO MORRO	ASSOCIACAO DE UMBURANINHA DOS INGOS	mandiocultura	ass.ingos90@gmail.com
ITAGUAÇU DA BAHIA	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS TRABALHADORES RURAIS QUILOMBOLA DE CAJUEIRO E DOIS IRMAOS	mandiocultura	everaldo.sp1@hotmail.com
IRECÊ	ASSOCIACAO DAS PEQUENAS PRODUTORAS RURAIS DE FAZENDA NOVA	mandiocultura	assoc.fazendanova@gmail.com
ITAGUAÇU DA BAHIA	ASSOCIACAO DE AGRICULTORES DO POVOADO DE LAGES	mandiocultura	cg@holistica.com.br
ITAGUAÇU DA BAHIA	ASSOCIACAO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS QUILOMBOLAS JOAO PEREIRA GOMES	mandiocultura	barreirosni2016@gmail.com
BARRA DO MENDES	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DE CAPIM DURO	mandiocultura	ass.capimduro@gmail.com
CRISÓPOLIS	ASSOCIACAO DE BARREIRAS	mandiocultura	deborahpontualcontabilidade@gmail.com
ACAJUTIBA	ASSOCIACAO DE MORADORES DO PAJEU	mandiocultura	antonio.marcos@cealnor.org.br
OLINDINA	ASSOCIACAO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DO POVOADO DE DONA MARIA	mandiocultura	lindelsondamaceno@bol.com.br
CATU	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO RIACHAO DO PEREIRA	mandiocultura	associacaoorp2017@gmail.com
ALAGOINHAS	COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E ECONOMIA SOLIDARIA DO LITORAL NORTE E AGRESTE DE ALAGOINHAS	mandiocultura	coopamagri@gmail.com
ILHÉUS	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIAO DE SANTANINHA	mandiocultura	santaninha2019@gmail.com
MARAÚ	ASSOCIACAO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO BURIZINHO E REGIAO	mandiocultura	burizinhomarau@hotmail.com
UNA	ASSOCIACAO DOS INDÍOS TUPINAMBAS DA SERRA DO PADEIRO	mandiocultura	associacaotupinamba234@gmail.com
JEQUIÊ	ASSOCIACAO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO FLOR DA TERRA	mandiocultura	alcione_c.s@hotmail.com
CANDIBA	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LAGOA DO MORRO	mandiocultura	dionelgcosta@gmail.com
FEIRA DE SANTANA	ASSOCIACAO DE CAROA E ADJACENCIAS	mandiocultura	asspovoadocaroa@gmail.com
SANTANÓPOLIS	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SÍTIO DO CEILAO	mandiocultura	associacaocomunitariadositiocelao@hotmail.com
CONCEIÇÃO DA FEIRA	ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL PEDRO AMORIM - ACRPA	mandiocultura	assoc.pedroamorim@gmail.com
IRARÁ	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO SOBRADINHO	mandiocultura	sobradinho2015@gmail.com
VERA CRUZ	ASSOCIACAO DE ARTE E CULTURA QUILOMBO DO TERERE	mandiocultura	quilomboterere@gmail.com
MIRANGABA	ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA E COMUNITARIA DO POVOADO DE RIACHO	mandiocultura	associacaoagricola.cpr26@gmail.com
CALDEIRÃO	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE BOQUEIRAO	mandiocultura	assocdoagricultoresdoquice@gmail.com

GRANDE			mail.com9
UMBURANAS	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES DA BARRIGUDA DO LUIZ E ADJACENCIAS	mandiocultura	edilsonbispodagama@gmail.com
CALDEIRÃO GRANDE	ASSOCIACAO DOS ASSENTADOS DE ALTO BONITO	mandiocultura	conceicaoossantos097@gmail.com
PINDOBAÇU	ASSOCIACAO DOS ASSENTADOS E ASSENTADAS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA CANAA	mandiocultura	marivaneacetapej@gmail.com
ANTÔNIO GONÇALVES	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO RURAL COMUNITARIO ADARC	mandiocultura	adarc2014@hotmail.com
CAÉM	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE VÁRZEA DANTAS	mandiocultura	associacaovarzeadantas2021@gmail.com
UMBURANAS	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE DE VOLTA DA SERRA	mandiocultura	associacaovoltadaserra@hotmail.com
SANTA TEREZINHA IACU	ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL DO CERCADINHO A DEFINIR (PROJETO DA PM DE IACU)	mandiocultura	sspsobral18@gmail.com
MARCIONÍLIO SOUZA	ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL PAU A PIQUE	mandiocultura	nixonduarteiacu@gmail.com
PONTO NOVO	ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL DO POVOADO DO ANGICO	mandiocultura	ascomruralpauapique@hotmail.com
SENHOR DO BONFIM	ASSOCIACAO DOS CAMPONESES E CAMPONESAS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO JIBOIA	mandiocultura	witini.1992@gmail.com
FILADELFA	ASSOCIACAO UNIAO JOVEM DE CARRAPATO	mandiocultura	jiboi518@outlook.com
SENHOR DO BONFIM	ASSOCIACAO DOS MORADORES DE CANAVIEIRA	mandiocultura	ajuc2@yahoo.com
SENHOR DO BONFIM	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO SÍTIO DA UMBURANA E ADJACÊNCIAS	mandiocultura	asmoccan@gmail.com
SENHOR DO BONFIM	ASSOCIACAO QUILOMBOLA DE CAZUMBA I	mandiocultura	apqpsitioaumburana@outlook.com
CRUZ DAS ALMAS	ASSOCIACAO DAS MULHERES REGIONAL EMPREENDEDORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR - AME	mandiocultura	cazumabahiaprodutiva@hotmail.com
SÃO FELIPE	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DO GENIPAPO	mandiocultura	associacaodasmulherescd@hotmail.com
GOVERNADOR MANGABEIRA	ASSOCIACAO DE MORADORES E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS, CERAMISTAS E OLEIROS DE TOCOS III	mandiocultura	riviasl@gmail.com
SANTO AMARO	ASSOCIACAO DOS MORADORES E PRODUTORES DA LAMA BRANCA	mandiocultura	associatocos2019@hotmail.com
SANTO ANTÔNIO DE JESUS	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DA SAPUCAIA E TABOCAL	mandiocultura	lamabrancaass@gmail.com
CACHOEIRA	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO DO SACO	mandiocultura	associacaoapact@hotmail.com
SÃO FELIX	ASSOCIACAO QUILOMBOLA DE ENGENHO SAO JOAO ANACLETO CONCEICAO	mandiocultura	asprosaço@hotmail.com
SÃO FELIPE	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITORIO DO RECONCAVO DA BAHIA	mandiocultura	associacaoengenho@hotmail.com
FÁTIMA	CENTRO COMUNITARIO RURAL UNIDOS DE ARACAS	mandiocultura	cooafatre@gmail.com
CÍCERO DANTAS	NUCLEO DE PEQUENOS PRODUTORES DE SAO JOAO DA FORTALEZA	mandiocultura	associacaounidosoaracas@gmail.com
BANZÊ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA KIRIRI SANTO ANDRÉ DE MARCAÇÃO	mandiocultura	nucleoprodutores@gmail.com
CASA NOVA	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS, APICULTORES E MORADORES DE MUCAMBO E SEUS ARREDORES	mandiocultura	ubmkiririmaracao2@gmail.com
CASA NOVA	ASSOCIACAO DE MORADORES E PRODUTORES DE CURRALZINHO FAZENDA BOA VISTA E ADJACENCIAS	mandiocultura	josymaryaauntuneses1234@hotmail.com
IBIASSUCÊ	ASSOCIACAO DE JABUTICABA	mandiocultura	danielabragacampos717@gmail.com
IBIASSUCÊ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CARETA	mandiocultura	associacaojabuticaba@gmail.com
PALMAS DE MONTE ALTO	ASSOCIACAO DAS MULHERES CAMPONESAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E SOLIDARIA - AMCAFS	mandiocultura	associacaodecarea@gmail.com
IBIASSUCÊ	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DA COMUNIDADE BONSUCESSO	mandiocultura	amcafspma@outlook.com
PALMAS DE MONTE ALTO	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS E VIZINHOS DA COMUNIDADE DE VARGEM ALTA	mandiocultura	associacaodebonsucesso@gmail.com
CACULÉ	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE APOSTEMA E TINGUI	mandiocultura	associacaoovargemalta@gmail.com
MONTE SANTO	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS TRABALHADORES RURAIS DO POVOADO DO SÍTIO DA NANINHA	mandiocultura	cootrafbahia@hotmail.com
CANSANÇÃO	ASSOCIACAO DAS MULHERES LAVRADORAS UNIDAS DO POVOADO LAGOA DA BAIXA	mandiocultura	assnnaninha@gmail.com
MONTE SANTO	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DO POVOADO ITAPICURU	mandiocultura	edinariamds89@hotmail.com
VALENTE	ASSOCIACAO DOS MORADORES DE PAPAGAIO	mandiocultura	associacaoadocopi@gmail.com
GUAJERU	ASSOCIACAO DE FURADOS	mandiocultura	associacao.papagaio@gmail.com
JACARACI	ASSOCIACAO DE MORADORES DO POVOADO DE ITUMIRIM	mandiocultura	isaacsouzakle@gmail.com
BELO CAMPO	ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE BELA VISTA E CASA NOVA	mandiocultura	ampprcitumirim@yahoo.com99
CONDEÚBA	ASSOCIACAO DE PRODUTORES DE MORRINHOS E COMUNIDADES ARREDORES	mandiocultura	paulo.eterno@hotmail.com
LICÍNIO DE ALMEIDA	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES DE TAQUARIL II	mandiocultura	zezoefa@gmail.com
MORTUGABA	ASSOCIACAO DOS AGROPECUARISTAS DE BELA VISTA	mandiocultura	associacaotaquaril2022@gmail.com
CONDEÚBA	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DAS FAZENDAS CARRANCA E BOA VISTA	mandiocultura	aabv.belavista@gmail.com
POÇÕES	ASSOCIACAO COMUNITARIA TREMENDAL	mandiocultura	assoc.carrancaboavista@gmail.com
POÇÕES	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DO MULUNGU	mandiocultura	associacaotremendal@hotmail.com
BOM JESUS DA SERRA	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DO BENGÓ	mandiocultura	assoc.mulungu@hotmail.com
NOVA ITARANA	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PE DE SERRA	mandiocultura	associacaodosprodutoresdobengó@gmail.com
ELÍSIO MEDRADO	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO BARRO PRETO	mandiocultura	gusmaovalter322@gmail.com
MATINA	ASSOCIACAO COMUNITARIA NOSSA SENHORA APARECIDA	mandiocultura	nandosantana746@gmail.com
RIACHO DE SANTANA	ASSOCIACAO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO MUNICIPIO DE RIACHO DE SANTANA	mandiocultura	assocnsaparecida@outlook.com
MALHADA	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE FAMILIARES DA COMUNIDADE DE REMANESCENTE DE QUILOMBOLA DE TOME NUNES	mandiocultura	mulherescamponesas@outlook.com
RIACHO DE SANTANA	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE PAU BRANCO	mandiocultura	assoquilombotn@gmail.com
PARATINGA	ASSOCIACAO REMANESCENTE QUILOMBOLA LAGOA DO JACARE	mandiocultura	associacaopaubranco@yahoo.com.br
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	ASSOCIACAO CALIANDRA RIO DE ONDAS	mandiocultura	jacare.quilombolas@yahoo.com.br
ANGICAL	ASSOCIACAO DE MORADORES DE EIXAO DE MISSAO	mandiocultura	email44@email.com
ANGICAL	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DA AREA DE OURICANGA	mandiocultura	natalina.souza@uol.com.br
BROTAS DE MACAÚBAS	ASSOCIACAO DAS MULHERES BATALHADORAS DE COCAL E REGIAO	mandiocultura	natalina.souza@uol.com.br
IBOTIRAMA	ASSOCIACAO DOS ASSENTADOS DA FAZENDA OLHO DAGUA DOS TANQUES	mandiocultura	associacaoambco@hotmail.com
			olhos.dagua.dos.tanques@gmail.com

SÍTIO DO MATO	A DEFINIR (PROJETO DA PM DE SÍTIO DO MATO)	mandiocultura	edsvelhochico@hotmail.com
IRECE	COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA DA REGIAO DE IRECE RESP - COPIRECE	milho	copirece@hotmail.com
ARACI	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE CALDEIRAO	milho	acopacaraci@gmail.com
IBICOARA	COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE IBICOARA E CHAPADA DIAMANTINA - COOPRIC	morango	coopricd@gmail.com
MONTE SANTO	ASSOCIACAO COMUNITARIA TERRA SERTANEJA - ACOTERRA	oleaginosas	ass.acoterra@gmail.com
VÁRZEA DA ROÇA	ASSOCIACAO DOS DEFENSORES E PRODUTORES DE OURICURI DO MUNICIPIO DE VARZEA DA ROCA	oleaginosas	associacaolcuri@gmail.com
QUIXABEIRA	ASSOCIACAO QUILOMBOLA DOS PRODUTORES DE ALTO DO CAPIM E ADJACENCIAS	oleaginosas	acqaltodocapim@gmail.com
JAGUARIBE	A DEFINIR	oleaginosas	
TAPEROÁ	A DEFINIR	oleaginosas	
JACOBINA	ASSOCIACAO DE COCHO DE DENTRO	oleaginosas	cochodedentro@gmail.com9
CAÉM	ASSOCIACAO QUILOMBOLA DA COMUNIDADE DE VARZEA QUEIMADA	oleaginosas	aqcvq2018@hotmail.com
CALDEIRÃO GRANDE	ASSOCIACAO QUILOMBOLA DE RAPOSA	oleaginosas	quilomboativo21@gmail.com
PINDOBAÇU	ASS.COM.AGRICU.BAIRRO DA LAGE	oleaginosas	bairrodalaje@outlook.com
PINDOBAÇU	ASS.DES.SOC.PEQ.AGRICU.SERRA DA CARNAIBA	oleaginosas	cleonicerodrigues751@yahoo.com
CALDEIRÃO GRANDE	ASSOCIACAO COM. DOS AGRIC. FAM. DE ÁGUA BRANCA DE SÃO MIGUEL, SÃO JOÃO, CAPIVARA E QUIXABA - ACAFASQ	oleaginosas	acafaguabranca@gmail.com
ANTÔNIO GONÇALVES	ASSOCIACAO REGIONAL DA ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DE ANTONIO GONCALVES	oleaginosas	escola.agricola@yahoo.com.br
CAMPO FORMOSO	ASS.COM.POV.LAGOA DA ROCA	oleaginosas	associacaolr2020@hotmail.com
ANDORINHA	ASSOCIACAO COMUNITARIA E AGROPASTORIL DE SAO JOAO	oleaginosas	sildenorpereira01@gmail.com
FILADELFA	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE PERIQUITO E ADJACENCIA	oleaginosas	lo4075897@gmail.com
CACHOEIRA	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO DOS MORADORES DO ENGENHO DA PONTE	oleaginosas	asso.engenhodaponte@gmail.com1
CANSANÇÃO	ASS.PEQ.AGRICU.FAZ.CAIXAO ADJACENCIAS	oleaginosas	romilsona57@gmail.com
MONTE SANTO	ASSOCIACAO DE GENIPAPO DE CIMA E REGIAO	oleaginosas	assgenipapodecima@gmail.com
MONTE SANTO	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA RIO PEQUENO	oleaginosas	lennasoaes@hotmail.com1
CASA NOVA	COOPERATIVA AGROPECUARIA FAMILIAR SERTAO FORTE DE CASA NOVA E REGIAO	ovinocaprinocultura	cooperativasertaoaforte@gmail.com10
PINTADAS	COOP.PRODU.AVES E SUINOS PINTADAS LTDA	ovos	coopavespintadas@gmail.com
SANTANÓPOLIS	UNIAO DAS ASSOCIACOES RURAIS E URBANAS DO MUNICIPIO DE SANTANOPOLIS	ovos	unisantanopolis2@yahoo.com.br
VÁRZEA NOVA	ASSOCIACAO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DE JILÓ	ovos	ascoprug.1986gilo@gmail.com
JUAZEIRO	COOFAMA-COOPERATIVA AGROPECUARIA FAMILIAR DE MASSAROCA E REGIAO	ovos	arcanjoraimundo@hotmail.com
MALHADA DE PEDRAS	A DEFINIR (PROJETO DA PM DE MALHADA DE PEDRAS)	ovos	pmmalhadadepedras@gmail.com
TAPEROA	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE PALMITO DO BAIXO SUL DA BAHIA - COOPALM	palmito	gildeni@coab.coop.br
SALINAS DA MARGARIDA	COOPERATIVA DAS MARISCADAIRES DE SALINAS DA MARGARIDAS-COOMAS	pesca e mariscagem	coomas@hotmail.com
ITUBERÁ	COOPERABPAGI	piaçava	abpagi@hotmail.com
PAULO AFONSO	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS CRIADORES DE PEIXE DE LAGOA DO JUNCO	piscicultura	jhudy_deylong@hotmail.com
SOBRADINHO	COOPERATIVA DE PRODUCAO E COMERCIALIZACAO DOS DERIVADOS DE PEIXES DE SOBRADINHO - COOPES	piscicultura	coop.es.sobradinho@gmail.com
ILHEUS	COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUL DA BAHIA - COOFASULBA	piscicultura	coofsulba@hotmail.com
ITAPARICA	COOPERATIVA DOS PESCADORES E MARISQUEIROS DE VERA CRUZ - BA - REPESCAR	piscicultura	cooperativarepescar@hotmail.com
TAPEROÁ	COOPERATIVA MISTA DE MARISQUEIROS, PESCADORES E AQUICULTORES DO BAIXO SUL DA BAHIA LTDA COOPEMAR	piscicultura	coopemartinharepescado@gmail.com
SÃO DESIDÉRIO	COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES COOMAF	piscicultura	coomafoeste@yahoo.com.br
VALENTE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PRODUCAO E COMERCIALIZACAO DO SISAL - APAEB SISAL	sisal	apaebsisal@apaeb.com.br
MARAGOGIPE	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DE CARNES SUINOS DE FUMEIROS DE MARAGOGIPE	suinocultura	mgpn@oi.com.br

APÊNDICE Q

RELAÇÃO DE ITENS DO QR DE INTERESSE DO EXÉRCITO BRASILEIRO

CATEGORIA	ITEM	TIPO
HORTALIÇAS TUBEROSAS	ALHO	
	BATATA	
	BATATA-DOCE	
	BETERRABA	
	CEBOLA	AMARELA BRANCA ROXA MINI
	CENOURA	
	INHAME	
	MANDIOCA	
HORTALIÇAS HERBÁCEAS	MANDIOQUINHA	
	ACELGA	
	AGRIÃO	
	ALFACE	LISA CRESPA AMERICANA ROXA
	BRÓCOLIS	RAMOSO CABEÇA(JAPONÊS)
	CEBOLINHA	
	COENTRO	
	COUVE MANTEIGA	
	COUVE-FLOR	
	ESPINAFRE	
	ESCAROLA	
	CHICÓRIA	
	REPOLHO	VERDE/BRANCO ROXO
	RÚCULA	
	SALSA	
HORTALIÇAS FRUTO	ABÓBORA	PAULISTA CABOTIA
	ABOBRINHA	ITALIANA MENINA
	BERINJELA	
	CHUCHU	
	ERVILHA	
	JILÓ	
	MAXIXE	
	MILHO VERDE	
	MORANGA	
	PEPINO	
	PIMENTA	MALAGUETA DE CHEIRO DEDO DE MOÇA VERDE VERMELHO AMARELO
	PIMENTÃO	
	QUIABO	
	TOMATE	CAQUI CEREJA ITALIANO
	VAGEM	MACARRÃO
PRODUTOS DE VEGETAIS	VEGETAIS EM CONSERVA	
	AZEITONA VERDE	GRANDE COM CAROÇO
		GRANDE SEM CAROÇO
		MÉDIA COM CAROÇO
		MÉDIA SEM CAROÇO
	AZEITONA PRETA	GRANDE COM CAROÇO
		GRANDE SEM CAROÇO
		MÉDIA COM CAROÇO
		MÉDIA SEM CAROÇO
	ALCAPARRA	
	COGUMELO	
	ERVILHA	
	MILHO VERDE	
	PALMITO	
	PEPINO	
	TOMATE SECO	
	PICLES	
	SELETA DE LEGUMES	
	EXTRATO, MOLHO E POLPA DE TOMATE	
	EXTRATO DE TOMATE	
	MOLHO DE TOMATE	
	POLPA DE TOMATE	
	ÓLEOS VEGETAIS	
	AZEITE	DE DÊNDE DE OLIVA
	BATATA PROCESSADA	
FRUTAS IN NATURA	ABACATE	
	ABACAXI	PÉROLA CAYENA

	BANANA	NÂNICA MAÇÃ PRATA
	CAJU	
	CAQUI	RAMA FORTE FUYU GIOMBO (CHOCOLATE)
	GOIABA	BRANCA VERMELHA
	LARANJA	SELETA BAHIA PERA
	LIMÃO	CRAVO GALEGO SICILIANO TAHITI
	MAÇÃ	FUJI GALA RED
	MAMÃO	FORMOSA PAPAYA ESPADA
	MANGA	PALMER TOMMY ROSA
	MARACUJÁ	AMARELO DOCE
	MELANCIA	VERMELHA AMARELA
	MELÃO	AMARELO GÁLIA PELE DE SAPO (ESPAÑHOL)
	MORANGO	
	TANGERINA	MORGOTE MEXERICA PONKAN
	UVA	RUBI NIÁGARA ITALIA THOMPSON
PRODUTOS DE FRUTA	COMPOTA OU DOCE EM CALDA	ABACAXI AMEIXA CEREJA FIGO PÊSSEGO
	GELEIA	AMORA DAMASCO GOIABA LARANJA MORANGO PÊSSEGO
	FRUTAS SECAS, DESIDRATADAS OU LIOFILIZADAS	ABACAXI AMEIXA BANANA
	FRUTAS SECAS, DESIDRATADAS OU LIOFILIZADAS	COCO UVA PASSA
	COCO RALADO	
	LEITE DE COCO	
	POLPA DE FRUTA	ABACAXI AÇAÍ ACEROLA BACABA CACAU CAJÁ OU TABEREBA CARAMBOLA CUPUAÇU GRAVIOLA JAMBO JATOBÁ MAÇÃ MARACUJÁ MANGA MANGABA MELANCIA MELÃO MORANGO PÊSSEGO PINHA PITANGA SIRIGUELA TAMARINDO TUCUMÃ
PRODUTOS DE FRUTA	DOCE EM PASTA	BANANADA MARROM GLACÉ COCADA BRANCA COCADA MORENA GOIABADA
	CEREAIS E DERIVADOS	CEREAIS PROCESSADOS
	FLOCOS DE MILHO	SEM AÇÚCAR
	FLOCOS DE AVEIA	FINO GROSSO

	GRANOLA	
	BARRA DE CEREAIS	CEREIS, FRUTAS E MEL
	CANJICA DE MILHO	
	TRIGO PARA QUIBE	
	MISTURA PARA BOLO	
	FARINHA DE ROSCA	
	QUIRERA DE MILHO	CANJIQUELHA(XERÉM)
FARINHAS	FARINHA DE MANDIOCA	
	FARINHA DE MILHO	FLOCADA OU BIJU
AMIDOS	FARINHA DE TRIGO	FUBÁ
		TIPO I
	AMIDO	
	POLVILHO	AZEDO
LEGUMINOSAS	SAGU	DOCE
	TAPIOCA	
	AMENDOIM	COM CASCA
	ERVILHA SECA	SEM CASCA
	FEIJÃO CAUPI	PARTIDA TIPO I
CARNES E DERIVADOS	GRÃO-DE-BICO	FRADINHO TIPO I
	LENTILHA	VERDE TIPO I
	AVES TEMPERADAS	MISTURADA TIPO I
	BACON	FRANGO COM MIÚDOS
	CARNES SALGADAS	PERU COM MIÚDOS
		EM MANTA
		CHARQUE (DIANTEIRO)
		CHARQUE (TRASEIRO)
		COSTELINHA SUÍNA
		PÉ SUÍNO
		ORELHA SUÍNA
		MIX INGREDIENTES
	CALDOS	CARNE
		GALINHA
	EMBUTIDOS	
	APRESUNTADO	
	PRESUNTO	
	PEITO DE PERU	
	LINGUIÇA	CALABRESA
		PORTUGUESA
		TOSCANA
	MORTADELA	PAIO
	SALSICHA	BOLOGNA
		HOT DOG
		FRANKFURT
	SALAME	VIENA
		DE FRANGO
		ITALIANO (PEÇA)
	HAMBÚRGUER	MILANO (FATIADO)
		HAMBURGUÊS (FATIADO)
CARNES E DERIVADOS	MIÚDOS	BOVINO
		DE FRANGO
PESCADOS E DERIVADOS	PESCADOS EM CONSERVA	CORÇÃO DE FRANGO
		MOELA DE FRANGO
		FIGADO BOVINO
	CALDOS	ATUM RALADO EM ÓLEO
		ATUM SÓLIDO EM ÓLEO
OVOS E DERIVADOS		SARDINHA EM ÓLEO
		PEIXE
		CAMARÃO
	OVOS EM NATUREZA	
	GALINHA	BRANCO MÉDIO
		BRANCO GRANDE
		BRANCO EXTRA
		VERMELHO MÉDIO
		VERMELHO GRANDE
LEITE E DERIVADOS	CODORNA	VERMELHO EXTRA
	BEBIDA LÁCTEA	FERMENTADA
		UHT
	CREME DE LEITE	PASTEURIZADO (FRESCO)
	DOCE DE LEITE	UHT/ESTERILIZADO
	IOGURTE	INTEGRAL
	LEITE AROMATIZADO	DESNATADO
	LEITE CONDENSADO	
	LEITE UHT	INTEGRAL
		SEMI DESNATADO
		DESNATADO
	MANTEIGAS	EXTRA COM SAL
		EXTRA SEM SAL
		GARRAFA COM SAL
		GARRAFA SEM SAL
	QUEIJO	MUSSARELA
		PRATO
		COALHO
		RICOTA FRESCA
		MINAS FRESCAL
	QUEIJO RALADO	PARMESÃO
	REQUEIJÃO CREMOSO	

BEBIDAS NÃO ALCÓOLICAS	ÁGUA ENVASADA	ÁGUA MINERAL SEM GÁS
	CONCENTRADO LÍQUIDO P/REFRESCO	ÁGUA MINERAL COM GÁS
	NÉCTAR DE FRUTA	
	CHÁ PRONTO P/ CONSUMO	
	REFRIGERANTE	DE COLA
		GUARANA
		LIMÃO/SODA LIMONADA
		LARANJA
ESPECIARIAS TEMPEROS E MOLHOS		UVA
	SUCO DE FRUTA INTEGRAL	
	SUCO TROPICAL	
	ESPECIARIAS	
	AÇAFRÃO	PÓ
	ALECRIM	DESIDRATADO
		NATURAL
	ALHO	PÓ
		GRANULADO
	BAUNILHA	ESSÊNCIA
	CANELA DA CHINA	CASCA
		PÓ
	COENTRO	DESIDRATADO
	COMINHO	PÓ
	CRAVO-DA-ÍNDIA	
	CURRY	PÓ
	ERVA-DOCE	DESIDRATADA
	GERGELIM	
	HORTELÃ	NATURAL
		DESIDRATADA
	LOURO	FOLHA DESIDRATADA
		PÓ
	MANJERICÃO	NATURAL
		PÓ
		DESIDRATADO
	MANJERONA	NATURAL
		PÓ
		DESIDRATADO
	NOZ-MOSCADA	GRÃO
		PÓ
	ORÉGANO	DESIDRATADO
		PÓ
	PÁPRICA	
	PIMENTA DO REINO	GRÃO
		MOÍDA
	SALSA	DESIDRATADA
		NATURAL
	TOMILHO	PÓ
		DESIDRATADO
	TEMPEROS	
	MOLHOS	MAIONESE
		CATCHUP
		MOSTARDA
		MOLHO INGLÊS
		MOLHO SHOYU
		MOLHO PICANTE
PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO	SAL IODADO	REFINADO
		GROSSO
	VINAGRE DE VINHO	BRANCO
		TINTO
	BISCOITOS E BOLACHAS	
	DOCES	AMANTEIGADO
		MAIZENA
		MARIA
		CHAMPAGNE
		WAFER
		SEM RECHEIO
		COM RECHEIO
	SALGADOS	ÁGUA E SAL
		CREAM CRACKER
		PALITO
		SEM RECHEIO
		GRISSINI
	FERMENTOS	BIOLOGICO FRESCO
		BIOLOGICO PÓ
		QUIMICO PÓ
	PÃES	
	FRANCÊS	ASSADO
	FRANCÊS	CONGELADO
	DE FORMA	FATIADO
	DE HAMBÚRGUER	
	DE HOT-DOG	
	CARECA	DOCE
	DE QUEIJO	ASSADO
		CONGELADO
	TORRADA	DOCE
		SALGADA
MASSAS ALIMENTÍCIAS	MASSA	PASTEL
		LASANHA/CANELONE
SOBREMESAS E PRODUTOS PARA ADOÇAR	ADOÇANTE DE MESA	FOLHADA
		ESTÉVIA LÍQUIDO
		ESTÉVIA PÓ

		XILITOL PÓ
	DERIVADOS DO CACAU	ACHOCOLATADO
		CHOCOLATE GRANULADO
		CHOCOLATE BARRA
		CHOCOLATE GOTAS
	GELADOS COMESTÍVEIS	SORVETE - MASSA
	GLICOSE/GLUCOSE DE MILHO	
	PÓS PARA PREPARAR SOBREMESAS	PÓ FLAN
		PÓ PUDIM
		GELATINA
CAFÉ SOLÚVEL	CAFÉ SOLÚVEL	PÓ CHANTILLY
GELO	GELO	

APÊNDICE R

COOPERATIVAS PERTENCENTES AO CATÁLOGO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Empreendimento	Descrição do produto
1- COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE PALMITO DO BAIXO SUL DA BAHIA - COOPALM	<i>Pote Palmito Aperitivo 1200g</i> <i>Pote Palmito Aperitivo 280g</i> <i>Pote Palmito Inteiro 300g</i> <i>Pote Palmito Inteiro 1200g</i> <i>Pote Palmito Inteiro 1800g</i> <i>Pote Palmito picado 300g</i> <i>Pote Palmito picado 1800g</i> <i>Pote Palmito Inteiro 270g</i> <i>Pote Palmito Inteiro 90g</i> <i>Pote Palmito Inteiro 150g</i> <i>Pote Palmito picado 150g</i> <i>Pote Palmito Aperitivo 150g</i>
2- COOPERATIVA DAS PRODUTORAS E PRODUTORES RURAIS DA APA DO PRATIGI - COOPRAP	<i>Bolsa artesanal trabalhada em piaçava</i> <i>Porta-copos artesanal trabalhado em piaçava</i> <i>Mandala artesanal trabalhada em piaçava</i> <i>Jogo americano artesanal trabalhada em piaçava</i> <i>Porta guardanapos artesanal trabalhada em piaçava</i> <i>Porta bombons artesanal trabalhado em piaçava</i> <i>Porta painelas artesanal trabalhada em piaçava</i> <i>Luminária artesanal trabalhada em piaçava</i> <i>Porta revistas Artesanal trabalhado em piaçava</i> <i>Porta garrafas artesanal trabalhado em piaçava</i> <i>Vassoura de piaçava Pentes de piaçava</i>
3- COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES - COOPATAN	<i>Farinha de Mandioca primeira da Bahia - tipo: Amarelo embalagem 1kg,</i> <i>Farinha de Mandioca primeira da Bahia tipo: branco embalagem 1kg,</i> <i>Farinha de Mandioca a boa tipo: amarelo, embalagem 1kg</i> <i>Farinha de Mandioca primeira da Bahia - tipo: Branco embalagem 1kg</i> <i>Farinha de Mandioca Itabaiana - tipo: Amarelo, embalagem 1kg</i> <i>Farinha de Mandioca Itabaiana tipo: Branco, embalagem 1kg,</i> <i>Massa de aipim congelada,</i> <i>Massa de carimã-puba congelada</i> <i>Tapioca granulada</i> <i>Farinha de Mandioca Pirão Bom amarela 1kg,</i> <i>Farinha de mandioca pirão bom branca 1kg,</i> <i>Banana tipo prata kg,</i> <i>Banana tipo terra kg,</i> <i>Abacaxi,</i> <i>Abobora,</i> <i>Massa de Graviola com semente,</i> <i>Polpa de graviola,</i> <i>Polpa de acerola,</i> <i>Polpa de cupuaçu,</i> <i>Farinha temperada (500g e 1kg).</i>
4-ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA REGIÃO SISALEIRA - APAEB	<i>Capachos de Sisal,</i> <i>Doce de leite de Cabra(embalagem de 150g)</i> <i>Doce de leite de Cabra(embalagem de 350g)</i> <i>Leite de Cabra Pasteurizado(embalagem de 1litro)</i> <i>Queijo de leite de cabra(embalagem de 400g)</i> <i>Iogurte de leite de cabra(embalagem de 200ml)</i> <i>Iogurte de leite de cabra(embalagem de 1 litro)</i>
5-COOPERATIVA DOS APICULTORES E MELIPONICULTORES DO SEMI-ÁRIDO DO ESTADO DA BAHIA - COOAMEL	<i>Mel(pote 300g)</i> <i>Mel(pote 500g)</i> <i>Mel em sachê(pote de 200g)</i>
6- COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA - COOPAFS	<i>Cacau crocante</i> <i>Doce de cacau</i> <i>Barrinha de cacau</i> <i>Barra de cacau(unidade) Fogo de bode</i> <i>Bodinho fofoso Licor de chocolate</i> <i>Sabonete de leite de cabra com mel de abelha</i>
7- COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO SUDOESTE DA BAHIA - COOPASUB	<i>Biscoito(1kg)</i> <i>Biscoito(250g)</i> <i>Beiju(50g)</i> <i>Beiju(500g)</i> <i>Farinha de mandioca 1kg</i> <i>Farinha de mandioca 25kg</i> <i>Farinha de mandioca 500g</i> <i>Polvilho doce 500g</i> <i>Polvilho doce 1kg</i> <i>Banana em conserva Mel(250g)</i>
8- COOPERATIVA DE PRODUTORES DE DERIVADOS DE CANA-DE-AÇÚCAR E PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO DO VALE DO RIO GAVIÃO E SERRA - COODECANÁ	<i>Melado de cana(500g)</i> <i>Melado de cana(1000g)</i> <i>Cachaça(600 ml)</i> <i>Rapadurinha saco(500g)</i> <i>Rapadurinha saco(1000g)</i> <i>Rapadurinha 15g</i> <i>Cachaça garrafa 50ml</i>
9- COOPERATIVA DE PRODUTORES DOS DERIVADOS DE MANDIOCA E TODOS OS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA - COOPERMAN	<i>Polvilho Doce pct 1000gr,</i> <i>Povilho Azedo pct 1000gr,</i> <i>Biscoito Avoador pct 200gr,</i> <i>Biscoito Sequilho pct 500gr,</i> <i>Beiju pct 500gr</i>
10-COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE E DERIVADOS E PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA	<i>Doce de leite Pastoso(250g)</i> <i>Doce de leite Pastoso(500g)</i> <i>Doce de leite Pastoso(1000g)</i>

SOLIDÁRIA DA REGIÃO GAVIÃO E SERRA GERAL - COODELEITE	Doce de leite (250g) Doce de leite(500g) Doce de leite(1000g) Leite tipo C(1000 ML) Leite tipo C desnatado (1000ml)
11-COOPERATIVA DE LEITE DE BARRA DO CHOÇA (CLBC)	Leite
12- COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA REGIONAL DE IRECÊ - COOPIRECÊ	Flocão de milho pc(500g) Farinha de mandioca pc (1kg) Feijão carioca pc 1kg Milho munguzá PC 500g Fubá de milho 500g Pastas de Alho 200g Pastas de Alho 400g
13- COOPERATIVA DE PRODUÇÃO COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS PE LEOPOLDO GARCIA - COOPERAGIL	Sequilha Nata pote(100g/200g) Sequilha de goma pote(100g/200g) Beiju de coco seco saco(200g) Beiju seco redondo saco(200g) Beiju seco canoa saco(200g) Farinha de tapioca saco(500g) Polpa de cajá (100g/200g) Polpa de umbu saco(100g/200g) Polpa de acerola saco(100g/200g) Polpa de manga saco(100g/200g) Polpa de Goiaba saco(100g/200g) Polpa de tamarindo saco(100g/200g)
14- COOPERATIVA DE FOMENTO AGRÍCOLA VALENÇA LTDA - COOFAVA	Guaraná em grão sacos(50kg) Guaraná em grão sacos(1kg) Guaraná em grão sacos(200g) Guaraná em grão sacos(100g) Guaraná moido sacos(50kg) Guaraná moido sacos(1kg) Guaraná moido sacos(200g) Guaraná moido sacos(100g) Cravo da índia sacos(50kg) Cravo da índia sacos(1kg) Cravo da índia sacos(200g) Cravo da índia sacos(100g) Óleo de dendê lata 17kg
15- COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUL DA BAHIA - COOFASULBA	Canjiquinha(curau de milho verde)200g Canjiquinha(curau de chocolate)200g Mistura para mingau de chocolate 500g Mistura para mingau de milho verde 500g Achocolatado em pó com leite
16- COOPERATIVA REGIONAL DOS APICULTORES DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - COOPAMESF	Mel garrafa 1400g Mel bisnaga 1000 ml Mel bisnaga 700g Mel bisnaga 500g Mel bisnaga 300g Mel bisnaga 250g Sachê 5g potes 5kg Sachê 5g potes 3kg Sachê 5g potes 2kg Sachê 5g potes 1kg Sachê 5g pacote 100g Sachê 5g pacote 50g
17- COOPERATIVA DOS PRODUTORES ASSOCIADOS DE CANA E SEUS DERIVADOS DA MICRORREGIÃO DE ABAÍRA - COOPAMA	Cachaça Ouro 670 ML Cachaça prata 670 ML Cachaça Ouro 300 ML Cachaça prata 670 ML Cachaça Ouro 50 ML Cachaça prata 50 ML Canelinha 50ML Cachaça Ouro tipo exportação 500ML Cachaça prata tipo exportação 500ML Canelinha 720 ML
18- ASSOCIAÇÃO SOL NASCENTE	Temperos Sabor Carne copo com 300g Temperos Sabor galinha copo com 300g Temperos Sabor peixe copo com 300g Temperos Sabor Churrasco copo com 300g Temperos Sabor pasta de alho copo com 300g Temperos Sabor Carne saco plástico de 1kg Temperos Sabor Carne saco plástico de 1/2kg Temperos Sabor galinha saco plástico de 1kg e 1/2kg Temperos Sabor galinha saco plástico de 1/2kg Temperos Sabor peixe saco plástico de 1kg e 1/2kg Temperos Sabor peixe saco plástico de 1/2kg Temperos Sabor Churrasco saco plástico de 1kg e 1/2kg Temperos Sabor churrasco saco plástico de 1/2kg Temperos Sabor pasta de alho saco plástico de 1kg e 1/2kg Temperos Sabor pasta de alho saco plástico de 1/2kg
19- COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CANUDOS,UAUÁ E CURAÇA-BAHIA - COOPERCUC	Compota de manga orgânica pote vidro 600ml Geléia de maracujá da caatinga orgânico pote plástico de 1,5kg Doce de goiaba pote plástico de 1.5 kg Compota de umbu orgânico pote de vidro 600 ml Geléia de umbu orgânico pote de vidro de 240g Doce de umbu orgânico pote de vidro 240g Geléia de maracujá da caatinga pote de vidro 240g Doce cremoso de goiaba pote de vidro 240g Doce de umbu light orgânico pote de vidro 240g Doce de umbu de corte orgânico caixa 300g Geléia de maracujá
20- COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DA REGIÃO DO PIEMONTE DA DIAMANTINA - COOPES	Azeite de Licuri garrafa 500 ml Farinha de licuri pote 200g. Beiju de tapioca 100g, Quebradinho de tapioca saco de 200g Biscoito de licuri pote plástico Biscoito avoador saco 80g Licuri torrado e caramelado com rapadura saco de 100g Licuri torrado com sal pote 150g

21- COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JILÓ E REGIÃO LTDA - COOPAG	<i>logurte 1000g sabor morango, logurte 1000g sabor coco, logurte 1000g sabor ameixa, logurte 200g sabor morango, logurte 200g sabor coco, logurte 200g sabor ameixa, logurte 120g sabor morango, Polpa de frutas 1000g sabor maracujá, polpa de frutas 1000g sabor cajá, polpa de frutas 1000g sabor goiaba</i>
22-C.M.A.C.D – ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES E AGRICULTORES DE COCHO DE DENTRO.	
23- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE POLPAS E FRUTOS DO VALE DO RIO DAS CONTAS - APROFRUTA	<i>Polpa de cacau saco 1kg Polpa de açaí saco 1kg Polpa de acerola saco 1kg Polpa de cajá saco 1kg Polpa de cupuaçu saco 1kg Polpa de goiaba saco 1kg Polpa de graviola saco 1kg Polpa de maracujá saco 1kg Abacaxi desidratado saco 1kg Abacaxi desidratado saco 200g Abacaxi desidratado saco 100g Abacaxi desidratado saco 50g Goiaba desidratada saco 1kg Goiaba desidratada saco 200g Goiaba desidratada saco 100g Goiaba desidratada saco 50g Manga desidratada saco 1kg Manga desidratada saco 200g</i>
24-COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE CAPELA DO ALTO ALEGRE LTDA - COCAL	<i>Leite em pó desnatado saco plástico 200g Leite em pó integral saco plástico 200g Leite em pó integral saco laminado 1kg</i>
25- COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO LITORAL NORTE DA BAHIA - COOPEALNOR	<i>Nêctar de laranja saco plástico 1L Laranja "in natura" saco 60kg Maracujá "in natura" saco 60 kg</i>
26- COOPERATIVA DOS PEQUENOS RURAIS DO EXTREMO SUL DA BAHIA - COOPEXSULBA	<i>Pimenta do reino moído saco plástico 1kg Maracujá "in natura" saco 60 kg Beiju seco saco plástico Cravo da índia saco 1k Coco verde unidade</i>
27- COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL PINTADAS LTDA - COOAP	<i>Cortes especiais de caprinos e ovinos em embalagens individualizadas sacos polietileno contendo Pernil inteiro com osso pernidesossado Picanha paleta inteira costela de tira carré francês carré francês carré shot Lombo(t- bone) Filé lombo Filé mignon Meninico Sarapatel Fígado Especial p/ensopado pescoco fatiado carcaça cabrito carcaça cordeiro</i>
28- COOPERATIVA MISTA DE PEQUENOS CAFEICULTORES DE BARRA DA CHOÇA - COOPERBAC	<i>Abacate in natura kg Abobora in natura kg Aipim in natura kg Banana da prata in natura kg Beterraba in natura kg Cenoura in natura kg chuchu in natura kg inhame in natura kg Mamão in natura kg Pimentão in natura kg Quiabo in natura kg repolho in natura kg Tomate in natura kg Laranja in natura saca 60kg Melancia in natura unid Banana da terra in natura kg Banana d'água kg Batata doce in natura Kg Cafê torrado e moído pacote 250g</i>
29- COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ABACAXI DE ITABERABA (COOPAITA)	<i>Abacaxi "in natura" perola cx de papelão Abacaxi "in natura" unidade Abacaxi desidratado saco plástico 2,5kg Abacaxi desidratado trouxinha 70g em filme Abacaxi desidratado trouxinha 70g em sisal Banana desidratada saco de polietileno transparente 1kg Banana desidratada pote transparente 50g Banana desidratada pote transparente 100g Mamão desidratada saco de polietileno transparente de 1k Mamão desidratada embalagem laminada de 50g Mamão desidratada pote transparente 50g Mamão desidratada pote transparente 100g Manga desidratada saco de polietileno transparente 1kg</i>
30- COOPERATIVA DOS APICULTORES, PRODUTOS APÍCOLAS E DERIVADOS DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO DO RIO GAVIÃO E SERRA GERAL - COOPMEL	<i>Mel de Abelha bisnaga 250g Mel de Abelha bisnaga 500g Mel de Abelha pet 1400g</i>
31- COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO BAIXO SUL(COOPAFBASUL)	<i>Palmito em conserva tipo inteiro pote 300g Palmito em conserva tipo picado pote 300g Palmito em conserva tipo salada pote 300g Palmito em conserva tipo fatiada pote 300g Palmito em conserva tipo pedaço pote 300g Palmito em conserva tipo inteiro pote 1800g Palmito em conserva tipo picado pote 1800g Palmito em conserva tipo fatiado pote 1800g, Vassoura cepo madeira, Vassoura gari limpeza urbana, Vassoura redonda, Vassoura pia,</i>

	<p>Vassoura de chapa plástica, Vassoura de cepo plástico, Palmito Pupunha pote inteiro (300g e 1800g), Palmito pupunha pote picado (300g e 1800g), Palmito pupunha pote salada (300g e 1800g), Palmito pupunha pote pedaço (300 e 1800g), Palmito pupunha pote fatiado (300 e 1800g), Palmito pupunha pote inteiro (300 e 1800g), Fibra e Piaçava cortada, Pente para cobertura de quiosques, Piaçava beneficiada, Jogo americano.</p>
32- CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE APICULTURA DA BAHIA - CECOAPI	<p>Mel sachê (80, 500, 1000 e 3000 gramas). Mel (280, 350, 500, 700, 1.400 gramas). Mel com favo (480, 750 gramas).</p>
33- ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS E PESCADORES DO DISTRITO GOVERNADOR JOAO DURVAL CARNEIRO	<p>Sequilha de coco pote (80g e 200g), Sequilha de goma pote (80g e 200g), Sequilha de cebola pote (80g e 200g), Sequilha de queijo pote (80g e 200g), Sequilha de camarão pote (80g e 200g),</p>
34-VIA ORGÂNICA - VIA ORGÂNICA PROJETOS SOCIAIS LTDA- AGROINDUSTRIA ARTESANAL	<p>Bucha em pedaços – pacote, Bucha oval – pacote, Bucha luva – pacote, Bucha costal – pacote.</p>
35- COOPERATIVA DE PRPRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE DA BAHIA - COOPROAF	<p>Gelêia de Umbu de 240g pote de vidro, Gelêia de maracujá da caatinga de 240g pote de vidro, Doce cremoso de umbu de 240g de vidro, Doce em compota de umbu com 600g,</p>
36-COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO JIQUIRIÇA (COOAMA)	<p>Coentro-molho Cebolinha-molho Alface-molho Molho couve Abobora 1kg Banana Prata 1kg Banana da Terra 1kg Laranja 1kg Aipim</p>
37- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DO RECÔNCAVO BAIANO - APORBA	<p>Fêcula de araruta embalagem cx de 200g, Pimenta biquinho em conserva pote de vidro 200g, Licor caseiro de jenipapo, acerola, jabuticaba de 1L, Licor caseiro de acerola, jabuticaba de 500ml,</p>
38-COOPERATIVA REPESCAR	<p>Catado de siri saco plástico (500g e 1kg), Sururu saco plástico (500g e 1kg), Ostra saco plástico (500g e 1kg), Aratu saco plástico (500g e 1kg), Chumbinho saco plástico (500g e 1kg), Polpa de peixe saco plástico 1kg, Bolinho de peixe prato de polietileno, Bolinho de Siri prato de polietileno, Filê de peixe saco 1kg, Posta de peixe 1kg.</p>
39-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE ITABERABA - COOPAITA	<p>Banana Desidratada saco de polietileno transparente 1kg, Banana Desidratada embalagem laminada de 50g. Banana Desidratada pote transparent e 50g. Banana Desidratada pote transparent e 100g. Mamão Desidratada saco de polietileno transparente 1kg. Mamão Desidratada embalagem laminada de 50g. Mamão Desidratada pote transparent e 50g. Mamão Desidratada pote transparent e 100g. Manga Desidratada saco de polietileno transparente 1kg. Manga Desidratada embalagem laminada de 50g. Manga Desidratada pote transparent e 50g. Manga Desidratada pote transparent e 100g. Jaca Desidratada saco de polietileno</p>
40-COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DE PEQUENOS AGRICULTORES DO SUDOESTE DA BAHIA(COOPASUB)	<p>Farinha de tapioca 1kg Farinha de Mandioca 1kg Polvilho doce 500g Polvilho azedo 500g Biscoito avoador 200g Beiju 500g</p>
41-COOPERATIVA DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR - COOPAGRIL	<p>Feijão-saco 1kg, Morango in natura cx de papelão com 4 cx de polietileno, Morango in natura cx de papelão com 6 cx de polietileno,</p>
42-COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DO ESTADO DA BAHIA - COOPERBAHIA	<p>Licuri torrado com rapadura e canela Doce de licuri com maracujá Cocada de licuri Doce de abacaxi com Licuri</p>
43-COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DA BACIA DO RIO SALGADO E ADJACÊNCIAS - COOPFESBA	<p>Bombom com nibs 56% de cacau- Saco 90g Chocolate 56% de cacau caixa 160g Chocolate 70% de cacau caixa 160g Gotinha de chocolate 70% de saco 1kg Gotinha de chocolate 70%de saco 150g Barra de 70%onibs saco 1kg Amêndoa saca 60kg Gotinha de chocolate 56% saco 1kg Gotinha de chocolate 56%asaco 150g Barra de chocolate 56% barra 1kg Nibs saco 30kg</p>
44- CIDA PESCADORA	<p>Lingüiça de peixe kg Filê de tilápia kg Hambúrguer de peixe kg Farinha de espinha de peixe pote plástico 1kg Caldo da cabeça de peixe 500ml Caldo da cabeça de peixe 1L</p>
45-COOPERATIVA DAS MARISQUEIRAS DE SALINAS DA MARGARIDA - COOMAS	<p>Siri-catado 500g e 1kg, Sarnambi saco 500g e 1kg, Ostra saco 500g e 1kg, Camarão saco de 500g e 1kg, Sururu saco de 500g e 1kg,</p>
46 - COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE	<p>Farinha de mandioca primeiro da Bahia - Tipo: amarelo e</p>

PRESIDENTE TANCREDO NEVES - COOPATAN	<i>branco, embalagem de 1kg, Farinha de mandioca A Boa - Tipo: amarelo e branco, embalagem de 1kg, Farinha de mandioca Itabaina - Tipo: amarelo e branco, embalagem de 1kg</i>
47 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BASTIANENSE - RETIROLÂNDIA	<i>Beiju canoa saco de 200g, Beiju de Fécula saco de 200gr, Beiju de Coco saco de 200gr, Farinha de Tapioca saco de 1000gr, Sequinhos Prosperar potes de 200gr, Tempero Prosperar de Açafrão potes de 300gr, Tempero Prosperar potes de 300gr.</i>
48-COOPERATIVA DE APICULTORES DE CANAVIEIRAS - COAPER	<i>Polén Apicola desidratado potes plásticos (100gr, 240gr, 480gr) Polén Apicola desidratado saco plástico 5kg.</i>
49-COOPERATIVA DE PRODUTORES ORGÂNICOS E BIODINÂMICOS DA CHAPADA DIAMANTINA - COOPERBIO	<i>Cafê torrado e moído orgânico pacote plástico 250g</i>
50-ASSOCIACAO RURAL DOS PRODUTORES DE DOCES E BISCOITOS DE FLORESTAL E EMILIANO I - ARPDBFE	<i>Chocolate caseiro meio amargo tablete com 5 unid, Chocolate caseiro em pó saco 1kg, Cocada de cacau Tablete com 6 unid, Cocada de cacau Pote com 40 unid de 20g, Geléia de cacau pote 275g, Banana Passas saco 200gr.</i>
51-CAMPO SECO- ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO POVOADO DE CAMPO SECO E ADJACÊNCIAS	
52-CURRAL DE VARAS – ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO DE CURRAL DE VARAS	
53-ADEBASUL- ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO BAIXO SUL.	
54-COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA DE DENTRO E REGIÃO - COOPERLAD	
55-A.C.P.O.BA – ASSOCIAÇÃO CERTIFICADORA DE ÁREAS , DEFESA DO MEIO AMBIENTE, PRODUTORES ORGÂNICOS DO ESTADO DA BAHIA	<i>Hortelã, Nirá, Salsa, Abóbora</i>
56-APIXSU- ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DO EXTREMO SUL DA BAHIA	
57-ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS , ARCO VERDE DA COMUNIDADE DE POÇO DE DENTRO (APIS MEL)	
58-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO RURAL DO TEIRÚ E ADJACÊNCIAS	<i>Frango caipira congelado 6kg Frango congelado 6kg</i>

APÊNDICE S

IMPACTOS DO TRABALHO DE PESQUISA

Com base na dissertação intitulada *"O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Valorização da Agricultura Familiar na Bahia: Estudo de Caso das Compras Realizadas pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro"*, defendida e aprovada em 11/04/2025.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
RELACIONADOS:

- ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável
- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico
- ODS 10 – Redução das Desigualdades
- ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis
- ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

1. IMPACTOS ACADÊMICOS / CIENTÍFICOS

1.1 Produção Intelectual:

O estudo gerou reflexões inéditas sobre a participação da agricultura familiar nas compras institucionais militares, com potencial para publicação em periódicos científicos da área de políticas públicas e desenvolvimento rural. Os achados também poderão ser apresentados em seminários internos da instituição de ensino e poderão ser levados a congressos nacionais voltados à gestão pública, agricultura e segurança alimentar.

1.2 Contribuições para o Campo de Estudo:

A dissertação buscou atualizar compreensão da política pública do PAA no contexto da estrutura militar, propondo uma releitura do ciclo da política pública com foco na avaliação e implementação. O estudo também contribuiu metodologicamente com a triangulação de dados qualitativos, fortalecendo abordagens analíticas sobre compras públicas no Brasil.

2. IMPACTOS SOCIAIS

2.1 Benefícios para a Sociedade:

A pesquisa contribui para o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar ao evidenciar gargalos na implementação do PAA, especialmente no Exército Brasileiro. Seus resultados fornecem insumos para gestores públicos e organizações de apoio

à agricultura familiar, possibilitando ajustes na execução das chamadas públicas e fortalecendo o papel do Estado como agente de inclusão produtiva.

2.2 Práticas Sustentáveis:

O estudo reforça a importância do consumo institucional responsável e sustentável, promovendo a aquisição de alimentos locais e com melhor gestão ambiental. A proposta de valorização da produção agroecológica, abordada na dissertação, alinha-se diretamente ao incentivo de práticas agrícolas sustentáveis.

2.3 Ética e Inclusão:

O trabalho respeitou os princípios éticos da pesquisa científica e teve como um dos seus focos a inclusão de grupos historicamente marginalizados — como os agricultores familiares — no mercado institucional, promovendo o reconhecimento de sua importância econômica e social.

3. IMPACTOS ECONÔMICOS

3.1 Geração de Oportunidades Econômicas Locais:

Ao propor o fortalecimento da participação da AF nas compras militares, a pesquisa aponta caminhos para ampliar o escoamento da produção agrícola, gerando renda e fortalecendo as economias locais baianas.

3.2 Redução de Custos Públicos com Logística:

A valorização da produção local pode, além de fomentar a economia regional, reduzir custos logísticos com transporte e armazenagem, dado o fornecimento de alimentos de origem mais próxima aos quartéis.

4. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

A pesquisa foi elaborada com base em múltiplas fontes e entrevistas com agentes públicos e instituições estratégicas como o Exército, Conab e entes do estado da Bahia. O trabalho poderá ser compartilhado com essas instituições como subsídio à melhoria dos processos internos e das práticas de compra institucional. Há previsão de publicação de seus principais achados em canais de divulgação científica e em forma de artigos acadêmicos.

5. OUTROS IMPACTOS RELEVANTES

5.1 Diagnóstico Prático para Tomadores de Decisão:

O estudo serve como base prática para militares gestores, técnicos da Conab, CAR e outras entidades públicas, ao oferecer um diagnóstico sobre os entraves operacionais do PAA na modalidade de Compra Institucional, contribuindo para ações corretivas futuras.

5.2 Proposição de Estudo Futuro:

Uma das sugestões de desdobramento da pesquisa é a realização de estudos focados na escuta ativa dos agricultores familiares, buscando compreender sob sua ótica os entraves à participação nos editais de chamada pública — lacuna não suprida nesta dissertação devido à não adesão dos respondentes.